

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO E INFORMAÇÃO

ANA PAULA LÜCKMAN

A NOÇÃO DE CONTEXTO NO JORNALISMO:
UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA COMPLEXIDADE

PORTO ALEGRE

2020

ANA PAULA LÜCKMAN

**A NOÇÃO DE CONTEXTO NO JORNALISMO:
UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA COMPLEXIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^a Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

PORTO ALEGRE

2020

CIP - Catalogação na Publicação

Lückman, Ana Paula

A noção de contexto no Jornalismo: uma proposição a partir da Teoria da Complexidade / Ana Paula Lückman.

-- 2020.

245 f.

Orientadora: Virginia Pradelina da Silveira Fonseca.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2020.

1. Jornalismo. 2. Contexto. 3. Contextualização. 4. Conhecimento. 5. Complexidade. I. da Silveira Fonseca, Virginia Pradelina, orient. II. Título.

ANA PAULA LÜCKMAN

**A NOÇÃO DE CONTEXTO NO JORNALISMO:
UMA PROPOSIÇÃO A PARTIR DA TEORIA DA COMPLEXIDADE**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora.

Orientadora: Prof^a Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca

Aprovada em Porto Alegre, RS, em 30 de março de 2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dra. Virginia Pradelina da Silveira Fonseca – UFRGS/PPGCOM
Orientadora

Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim – UFSC/PPGJOR
Examinador

Prof. Dr. Rafael do Nascimento Grohmann – Unisinos/PPG Ciências da Comunicação
Examinador

Prof^a Dra. Marcia Benetti Machado – UFRGS/PPGCOM
Examinadora

Prof. Dr. Basilio Alberto Sartor – UFRGS/FABICO
Examinador

AGRADECIMENTOS

Encerro os quatro anos de doutorado e o cumprimento desta etapa de minha vida acadêmica manifestando minha gratidão, em primeiro lugar, à professora Virginia Pradelina da Silveira Fonseca, minha orientadora, sempre generosa no compartilhamento de seus conhecimentos; rigorosa, clara e objetiva nas interlocuções; precisa nas edições de texto; paciente com minhas limitações intelectuais e pessoais; humana e gentil no contato interpessoal.

Ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, por ter me proporcionado esta oportunidade de formação numa instituição federal pública de tamanha qualidade.

Aos professores do PPGCOM, em especial Marcia Benetti, pelas reflexões e trocas na disciplina de Teorias do Jornalismo, onde surgiu a ideia inicial desta tese. A ela e a Basílio Sartor, da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, agradeço também as considerações que, no Exame de Qualificação, contribuíram para o amadurecimento do projeto que resultou no presente trabalho.

Aos gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina, pela concessão dos afastamentos remunerados que possibilitaram a disponibilização de carga horária para minha dedicação às atividades do doutorado. Um agradecimento especial aos colegas da Diretoria de Comunicação e da Pró-Reitoria de Extensão e Relações Externas, pela compreensão e apoio nesses quatro anos de caminhada.

Gratidão e amor a Adriana Martorano, que me ofereceu mais do que um teto nos períodos em que permaneci em Porto Alegre. Ela e Roger Lerina me proporcionaram um verdadeiro lar cheio de afeto e cuidado.

Obrigada a Taís Seibt, rara amizade instantânea e sólida que o doutorado me trouxe; e a Francisco Amorim, meu melhor interlocutor moriniano.

Sem o suporte de minha mãe, a inigualável dona Conceição, e a amizade confiante de meu irmão caçula, André, este projeto não teria sido realizado.

Despedi-me de dois cães muito estimados durante este percurso. Também acolhi um felino que acompanhou, se intrometendo sobre livros, teclado e textos, a parte mais intensiva de meu processo de escrita. Sou grata à vida, que sempre se renova em diversas espécies e formas.

A consciência de que o saber é incompleto está certamente bem disseminada, mas ainda não tiramos as lições disso. Assim, construímos nossas obras de conhecimento como casas com teto, como se o conhecimento não estivesse a céu aberto.

Edgar Morin, em “O Método 3 – O conhecimento do conhecimento”

RESUMO

Nesta pesquisa propõe-se um aprofundamento conceitual das noções de **contexto** e de **contextualização** no jornalismo. O objetivo geral é explorar as potencialidades de uma teoria do jornalismo que inclua o contexto e a contextualização entre seus conceitos estruturantes, articulados com uma compreensão complexa do conhecimento. Assume-se com Morin (2006) a perspectiva de que o conhecimento só é pertinente quando inserido em um contexto e considera-se, portanto, contexto e conhecimento como noções indissociáveis. Desenvolve-se no cenário da Era da Informação (CASTELLS, 2015), período no qual, cada vez mais, o jornalismo compartilha com outros atores seu papel de agente responsável por informar os acontecimentos de interesse público, em função da consolidação de novas dinâmicas de comunicação que emergem com as mídias digitais. Por meio da contextualização dos acontecimentos, porém, o jornalismo afirma-se como forma de conhecimento, mantém e incrementa de forma decisiva seu potencial transformador e sua atribuição de fornecer aos cidadãos as informações necessárias para que eles exerçam sua liberdade e autonomia (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014). Na investigação sobre o significado de contexto e contextualização, inicialmente identificam-se na Teoria da Complexidade noções e perspectivas que contribuem para o estudo do jornalismo e faz-se uma revisão bibliográfica em torno da noção de conhecimento e do conhecimento no jornalismo; mapeiam-se os significados atribuídos à noção de contexto no jornalismo, tendo a configuração da Era da Informação como marco divisório, e constata-se que a contextualização aparece de forma mais destacada como tarefa do jornalismo nos trabalhos mais recentes, embora com sentido aparentemente naturalizado; a seguir, analisam-se as principais implicações, para o jornalismo, do estabelecimento de uma comunicação onipresente na Sociedade em Rede; e, por fim, propõem-se conceitos para as noções de contexto e de contextualização no jornalismo, considerando-as parte do processo pelo qual o jornalismo se constitui como conhecimento social. Ao contextualizar os acontecimentos, construir conhecimento e socializar as informações de interesse público, o jornalismo afirma-se como importante agente de consolidação de uma democracia cognitiva, ou seja, como garantidor do direito dos cidadãos de terem acesso ao conhecimento.

Palavras-chave: Jornalismo. Contexto. Contextualização. Conhecimento. Complexidade.

ABSTRACT

A conceptual deepening of the notions of **context** and **contextualization** in journalism is proposed in this study, along with the objective of exploring the potentials of a theory of journalism that includes the context and contextualization among its structural concepts, articulated with a complex comprehension of knowledge. With Morin (2006), the perspective that knowledge is only pertinent when inserted within a context is assumed, and therefore, context and knowledge are considered inseparable notions. The study is developed within the scenario of the Information Era (CASTELLS, 2015), a period in which journalism increasing shares its role of responsible agent with other actors for the information of public interest facts, due to the consolidation of new communication dynamics that emerged with social media. However, through the contextualization of facts, journalism asserts itself as a form of knowledge, maintains and increments in a decisive manner its potential of transformation and its attribution of providing citizens with the information necessary for them to exert their freedom and autonomy (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014). In the investigation about the meaning of context and contextualization, initially notions and perspectives within the Complexity Theory that contribute to the study of journalism are identified, and a bibliographical review related to the notions of knowledge and knowledge in journalism is conducted. The meanings attributed to the notion of context in journalism are mapped, with the configuration of the Information Era as a dividing line, and it is verified that contextualization occurs in a highlighted manner as a task of journalism in more recent works, although with an apparently naturalized meaning. Next, the main implications of the establishment of an omnipresent communication in the Network Society are analyzed; and, lastly, concepts for the notions of context and contextualization in journalism are proposed, considering them as part of the process in which journalism is constituted as social knowledge. By contextualizing facts, building knowledge and socializing information of public interest, journalism asserts itself as an important agent of consolidation of a cognitive democracy, that is, as a guarantor of citizens' rights of access to knowledge.

Keywords: Journalism. Context. Contextualization. Knowledge. Complexity.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 O PENSAMENTO COMPLEXO: ASPECTOS RELEVANTES PARA O JORNALISMO	28
2.1 O caminho do Método.....	30
2.1.1 O paradigma do Ocidente.....	33
2.1.2 A recusa consciente da simplificação.....	37
2.2 A complexidade como macroconceito.....	40
2.2.1 Paradigma.....	41
2.2.2 Organização (Sistema).....	46
2.2.3 Operadores cognitivos: dialogia, recursividade e holograma.....	49
2.2.4 Acontecimento e singularidade.....	51
2.2.5 Crise.....	55
2.3 A centralidade do conhecimento.....	57
2.3.1 Conhecimento pertinente, conhecimento em contexto.....	59
3 CONHECIMENTO, JORNALISMO E CONTEXTO.....	64
3.1 Conhecimento, noção basilar.....	65
3.1.1 Bachelard e Popper: o conhecimento como aproximação.....	66
3.1.2 Abordagens sociológicas: construção da realidade, representações sociais e estereótipos.....	71
3.1.3 O conhecimento complexo.....	77
3.2 Jornalismo e conhecimento: enfoques sociológicos.....	85
3.3 Jornalismo, conhecimento e contexto: abordagens iniciais.....	95
4 O JORNALISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO.....	103
4.1 A comunicação onipresente na Sociedade em Rede.....	107
4.2 Autocomunicação de massa, interação mediada on-line e audiências ativas...	111
4.3 Um jornalismo em rede para a sociedade em rede.....	115
4.4 Mais engajamento do público, desafios para o jornalismo.....	121

4.5 A desordem da informação: <i>fake news</i> , desinformação, má-informação e seus impactos.....	127
5 JORNALISMO E CONTEXTO NO MUNDO HIPERCONECTADO.....	134
5.1 A contextualização como diferencial no jornalismo profissional.....	136
5.2 Propostas para um novo estilo jornalístico	150
5.2.1 Jornalismo contextualizado e ciberjornalismo.....	156
5.3 Contexto e contextualização no jornalismo: proposta conceitual	163
5.4 Análise de conteúdo: quatro exemplos de jornalismo contextualizado	172
5.4.1 Exemplo 1: “Seis anos depois, incêndio na boate Kiss acumula vítimas entre os pais”, matéria publicada na Folha de S. Paulo em 27 de janeiro de 2019 (Anexo 1)	176
5.4.2 Exemplo 2: “O conflito histórico com a Irlanda que ameaça acordo do Brexit”, matéria publicada pela BBC News Brasil em 17 de outubro de 2019 (Anexo 2).....	178
5.4.3 Exemplo 3: “ ‘Je suis venu parce que rien n’a changé’: 28 000 manifestants pour l’anniversaire des ‘gilets jaunes’”, matéria publicada pelo Le Monde em 16 de novembro de 2019 (Anexo 3).....	180
5.4.4 Exemplo 4: “Imagem de buraco negro prova (mais uma vez) que Einstein estava certo”, matéria publicada no portal El País Brasil em 11 de abril de 2019 (Anexo 4).....	183
5.4.5 Considerações sobre a análise de conteúdo	185
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA NECESSÁRIA RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, CONHECIMENTO E DEMOCRACIA.....	189
REFERÊNCIAS	196
ANEXOS	207

1 INTRODUÇÃO

No ensaio “A ciência como vocação”, em que discute o papel da ciência e as condições prévias do trabalho científico, Max Weber (2011) situa entre os filósofos gregos a descoberta do sentido de **conceito** – que considera um dos maiores instrumentos do conhecimento científico. Segundo o sociólogo alemão, os gregos perceberam que por meio dos conceitos era possível estabelecer a lógica das afirmações, identificar quando elas correspondiam ou não à verdade e compreender o “ser verdadeiro” dos objetos. Nesse processo de conhecimento, os gregos decidiam e ensinavam como agir corretamente na vida privada e como cidadãos; da política, passaram a ocupar-se da ciência, o que os teria levado ao segundo grande instrumento do trabalho científico, que é o pensamento racional. Para Weber, portanto, é estreita a relação entre conceito e racionalidade.

Nos estudos de jornalismo, pode-se identificar um conceito por excelência: o de **notícia**. É a sua compreensão o foco dos mais relevantes trabalhos teóricos na área. O célebre ensaio “*News as a form of knowledge*”, do sociólogo norte-americano Robert Ezra Park, é um exemplo icônico da sua centralidade para o jornalismo. Nele, o autor afirma que a notícia é uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento da sociedade e discute as características desse tipo de conhecimento, que se situa, em sua análise, em um lugar intermediário entre o senso comum, intuitivo e assistemático, e o conhecimento científico, formal e especializado (PARK, 1940). É curioso observar, contudo, que em momento algum de seu texto Park utilize as palavras “jornalismo” ou “jornalista”, e mesmo assim o ensaio “*News as a form of knowledge*” seja interpretado pelos estudiosos como se o termo “*news*” encerrasse o sentido mais amplo de “jornalismo”.¹

Desde o trabalho pioneiro de Park, muitos outros autores dedicaram-se a estudar a importância da notícia no jornalismo profissional: para Lippmann (2010), apesar de sua natureza limitada, as notícias têm a função de sinalizar os acontecimentos relevantes para a sociedade, relatando os aspectos que deles se impõem. Schudson (2010) situa na primeira metade do século XIX, com o advento da chamada *penny press* nos Estados Unidos, o início da atribuição de importância editorial à notícia factual nos jornais diários, processo que conduziu gradualmente à

¹ Meditsch e Schwaab (2014) observam que se pode tomar as noções de Teoria do Jornalismo e Teoria da Notícia como sinônimos. A primeira designação é utilizada no Brasil e nos países de língua espanhola, enquanto a segunda é corrente em Portugal e no universo de língua inglesa (“*News Studies*”).

profissionalização e à valorização da objetividade. Em trabalho mais recente, o autor define notícia como o produto da atividade jornalística que constrói expectativas em torno de um mundo compartilhado, enfatiza e promove uma valorização do novo, endossa uma mentalidade histórica e encoraja um senso progressivo de tempo (SCHUDSON, 2003). Lage (2012, p. 45) considera a notícia como o modo mais comum de transmissão da experiência, ou seja, de “[...] articulação simbólica que transporta a consciência do fato a quem não o presenciou”; além de relatos de acontecimentos importantes, as notícias tornaram-se também, sob certa ótica, “[...] artigos de consumo, sujeitos a acabamento padronizado, embalados conforme as técnicas de marketing”. A notícia, para o autor, constitui-se no relato de uma série de fatos a partir daquele mais importante, ressaltando-se, neste, seu aspecto de maior relevo. Genro Filho (2012) eleva a notícia à condição de categoria, considerando-a como unidade básica de informação no jornalismo, enquanto os fatos jornalísticos – objeto da notícia – seriam a menor unidade de significação do jornalismo, que tem formas próprias de perceber e produzir os fatos e acontecimentos, atendendo a determinações tanto objetivas quanto subjetivas. Em sua teoria do jornalismo, o autor considera que a apreensão do fato se dá pelo ângulo da singularidade, ampliando o ângulo de interpretação para o contexto particular – numa visão crítica da estrutura da “pirâmide invertida”, que considera uma proposta meramente operativa de organização hierárquica das informações no texto.

A relação notícia-acontecimento também é enfatizada por Sodré (2009, p. 71), para quem a notícia é o “[...] relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação”. Já Charaudeau (2013, p. 132) propõe o conceito de notícia como “[...] conjunto de informações que se relaciona a um mesmo espaço temático, tendo um caráter de novidade, proveniente de uma determinada fonte e podendo ser diversamente tratado”.

Traquina (2002; 2005; 2016) destaca que as notícias não emergem naturalmente dos acontecimentos, mas são resultado da conjunção de acontecimentos e textos: procedem, portanto, da participação ativa do jornalista no trabalho de observação e construção da realidade. Para o pesquisador português, o jornalismo, de maneira mais ampliada, assim como a mídia noticiosa e as notícias de forma específica, tem importância crucial em qualquer sociedade porque determina os acontecimentos que terão “direito a existência pública”, elegendo-os como temas

relevantes para serem discutidos em sociedade; além disso, as notícias interpretam e auxiliam na compreensão dos acontecimentos. Em sua obra, Traquina formula recorrentemente a pergunta “por que as notícias são como são?” como questão central a ser respondida, investigando também os valores-notícia ou critérios de noticiabilidade como aspectos complementares à compreensão da noção de notícia.

Nas referências aqui brevemente apresentadas, jornalismo, notícia e acontecimento jornalístico surgem como conceitos relacionados, o que nos permite afirmar que, na perspectiva da complexidade, de Edgar Morin, o termo jornalismo pode ser considerado um **macroconceito**, ou seja, ele se liga a outras noções de forma que a ausência de uma prejudica a compreensão do todo (MORIN, 2010b). Além de interligadas, essas noções são também extremamente amplas e remetem, cada uma, a uma constelação de outros conceitos cujos significados complementam, em maior ou menor grau, a compreensão do jornalismo. Com Park (1940), por exemplo, o termo notícia se liga intimamente a **conhecimento**, em primeiro lugar, mas também a senso comum, ciência, “familiaridade com as coisas”,² história e presente. Assim também Lippmann (2010) é autor de uma das primeiras abordagens críticas que questionam a associação direta entre notícia e **verdade**, salientando a necessidade de distingui-las e propondo definições para uma e outra; também a elaboração desse autor sobre os **estereótipos** e sua interferência nos processos jornalísticos é relevante para as discussões na área. Da mesma forma, Schudson, em sua obra mais conhecida, “Descobrimo a notícia”, de 1978, traça um histórico detalhado do jornalismo nos Estados Unidos com foco na relação entre o trabalho jornalístico, a notícia e o ideal da **objetividade**; e Charaudeau (2013) faz uma abordagem a partir da informação como ato de comunicação, associando às notícias um leque de conceitos, entre os quais o mais importante é o de “**contrato de comunicação**”.

No Brasil, Nilson Lage (2012) tensiona a noção de notícia com as contradições inerentes à sua condição de produto industrial, o que a define como “**comunicação de massa**”, sendo “massa” um público indiferenciado ou desconhecido, amorfo e moldável. O autor também distingue notícia e reportagem enquanto gêneros textuais, associando ainda ao conceito em seu sentido ontológico as noções de **verdade**, **interesse humano**, **lógica** e **ideologia**. Já Genro Filho (2012) relaciona notícia e jornalismo às categorias **singular**, **particular** e **universal**, além de

² No original, “*acquaintance with*”.

conhecimento, objetividade, práxis e dialética, enquanto Sodré (2009) ressalta o aspecto da interpretação singularizante do **fato** jornalístico, que na construção da notícia parte do “fato em bruto” e o transforma em acontecimento. Em torno da noção de jornalismo, portanto, gravita uma série de conceitos complementares com investigações teóricas relativamente diversas, tanto na bibliografia de referência internacional quanto na produção brasileira.

Na reflexão epistemológica, a relação entre jornalismo e conhecimento tem avançado com trabalhos que aprofundam a compreensão de termos e concepções geralmente naturalizados nos textos da área, ou cujos significados precisam ser revistos e ressignificados em função das transformações sociais e de novas práticas na profissão. São exemplos as investigações recentes em torno dos conceitos de interesse público (SARTOR, 2016), finalidades do jornalismo (REGINATO, 2019), jornalismo alternativo (CARVALHO; BONA, 2017; JORGE FILHO, 2018), hipermídia (BACCIN, 2017), relevância jornalística (FEITOZA, 2018), etnojornalismo (KASEKER, 2018) e circulação jornalística (SOUSA, 2017). O estudo rigoroso dos significados de termos constitutivos do jornalismo e o aprofundamento de sua compreensão representa importante contribuição para atualizar e ressignificar, também, o entendimento sobre o significado de jornalismo.

Alinhada com a perspectiva de estudos que considera o jornalismo uma forma social de conhecimento, nesta tese exploro uma lacuna teórica e proponho um aprofundamento conceitual para as noções de **contexto** e de **contextualização**, bem como sua inserção como elementos de extrema importância relacionados à compreensão do macroconceito de jornalismo. Nos textos da área, essas duas noções sempre foram mencionadas de maneira superficial, mas têm surgido com mais ênfase a partir das abordagens recentes que tratam das mudanças nos processos e produtos jornalísticos decorrentes das tecnologias digitais.

Mesmo em trabalhos bastante consistentes e referenciados lançados na última década – como o de Anderson, Bell e Shirky (2013), que descreve o novo “ecossistema jornalístico” e situa entre as novas atribuições do jornalista profissional a tarefa de contextualizar as informações noticiadas em primeira mão por outros agentes –, não há uma descrição minimamente rigorosa do que está implicado na contextualização ou do que se entende como contexto. Também Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) destacam a contextualização como missão importante do jornalismo na era da sobrecarga de informação; Fink e Schudson (2014) chegam a identificar uma

tendência crescente em jornais norte-americanos de publicar matérias contextualizadas, propondo inclusive que isso justificaria o estabelecimento de um novo gênero jornalístico, o “jornalismo contextual”. O sentido atribuído à ideia de contexto parece consensual e naturalizado, mas, dada a crescente importância que vem recebendo, merece ser abordado de forma mais rigorosa. Não há, entre esses ou outros autores, uma resposta objetiva e pragmática para as perguntas: o que é contexto para o jornalismo? Como o jornalismo contextualiza os acontecimentos?

O uso naturalizado dos termos contexto e contextualização no jornalismo pode estar relacionado a uma associação automática entre o texto jornalístico e a noção de contexto proveniente da linguística. O filólogo Othon Moacyr Garcia (2006, p. 177) explica que a linguagem é um sistema de símbolos e signos voluntariamente produzidos e convencionalmente aceitos para que se possibilite a troca comunicacional entre as pessoas, mas, na prática de seu uso, cada palavra não necessariamente tem sentido unívoco: é apenas dentro de um contexto que se pode atribuir a ela valor singular e atual. “As palavras são elos numa cadeia de ideias e intenções, interligadas umas às outras por íntimas relações de sentido: dissociá-las da frase é desprovê-las da camada do seu significado virtual, i.e., contextual”. Nessa mesma lógica, interpreta-se a contextualização do acontecimento jornalístico, simplificadamente, como a relação entre o fato central e outros acontecimentos relacionados. Rodrigo Alsina (2009), por exemplo, ao enumerar as fases do trabalho jornalístico na construção da notícia, define a contextualização como o estabelecimento de relações com outros acontecimentos, que ocorre em todas as etapas da produção jornalística, desde o início da organização das informações até a elaboração da matéria em seu formato final.

A inquietação recente em torno da importância da contextualização no jornalismo surge em meio à série de enfrentamentos que vêm sendo feitos pelo jornalismo nas primeiras décadas do século XXI, época marcada pela consolidação da internet na sociedade e pela decorrente adoção de novas formas de sociabilidade, sejam diferentes modos de comunicação interpessoal ou mediada, seja pelas redes sociais que cada vez mais se impõem no cotidiano de todas as pessoas, seja pelas possibilidades múltiplas de interação entre os outrora transmissores tradicionais e exclusivos de informação e o público, agora com maior potencial de participação e escolha. Na chamada Era da Informação, não é apenas o jornalismo que precisa se adaptar às contingências, possibilidades e potencialidades trazidas pela sociedade em

rede; também a educação, a economia, a gestão pública e o mundo do trabalho, entre outros setores, vivenciam transformações profundas. Porém, o jornalismo é integrante dessa sociedade e detentor de papel relevante na produção de conhecimento compartilhado, e, portanto, a discussão em torno das mudanças nesse campo ante a nova realidade conduz, inevitavelmente, a uma reflexão sobre o que muda no conhecimento que o jornalismo produz.

Um dos aspectos cruciais nessa virada de chave no conhecimento produzido pelo jornalismo na Era da Informação é trazer a discussão teórica sobre contexto e contextualização para um papel de protagonismo na teoria da área, superando visões simplistas que associam as duas noções apenas ao cenário em que se passam os fatos relatados, ao *background* histórico dos acontecimentos ou a antecedentes mais imediatos do assunto tratado. Contextualizar, como argumento nesta tese, é um processo que envolve operações e estratégias cognitivas e é condição indispensável para a construção de conhecimento. Para que contexto e contextualização ocupem seu lugar na constelação de conceitos estruturantes do macroconceito jornalismo, precisam ser problematizados e estudados numa perspectiva epistemológica e não meramente descritiva ou operacional.

O cenário que põe em evidência a importância do trabalho de contextualização é o do advento das mídias digitais. Um dos seus aspectos de maior relevo para nossa discussão é o que Castells (2015) nomina autocomunicação de massa, e que Thompson (2018) prefere definir como comunicação mediada on-line. Sucintamente, os dois termos referem-se à ampla possibilidade de comunicação interativa dada às audiências, antes limitadas ao consumo dos produtos da comunicação midiática – ou a uma participação muito restrita e controlada, como por cartas do leitor em jornais e revistas, telefonemas ao vivo em programas de rádio ou, no caso do entretenimento, presença em programas de auditório. Nesse cenário, todo tipo de mensagem passou a circular de forma mais rápida e aberta, o que inclui a informação de interesse público que é o foco do jornalismo. Na autocomunicação de massa, as mensagens podem ser enviadas de muitos para muitos, rompendo a lógica de centralidade da emissão por poucos agentes específicos. A popularização do uso de dispositivos conectados à internet, aliada à consolidação das mídias sociais, contribuiu para modificar rapidamente e de maneira crucial as formas de produção e de consumo da informação jornalística. Anderson, Downey Jr. e Schudson (2016) observam que as notícias estão hoje por toda parte, vidas de “uma miríade de fontes” que vão desde os

meios de comunicação tradicionais, como rádio, TV e jornais, até as novas mídias disseminadas por meio das tecnologias digitais. Incluem-se aí as versões on-line dos veículos tradicionais, adaptados para novos formatos e linguagens, os websites informativos nativos digitais e os aplicativos de redes sociais.

É a propagação das mídias digitais interativas, porém, que permite que um acontecimento relevante seja noticiado por qualquer pessoa conectada à internet por meio de um telefone celular, computador ou tablet por onde acesse qualquer canal de comunicação pelo qual consiga enviar mensagens, sejam elas no formato de texto ou de imagem. Embora, tecnicamente, qualquer dispositivo on-line sirva para essa conexão, é bem provável que o nosso cidadão conectado que queira compartilhar conteúdo utilize um smartphone, já que há 107 aparelhos desse tipo habilitados para cada 100 habitantes do planeta.³ Anderson, Downey Jr. e Schudson (2016) observam uma sutileza na informação originada desse novo produtor: o assunto que ele torna público pode ser considerado **notícia** se trazer uma informação relevante sobre algo que tenha valor-notícia ou seja interessante. Mas essa notícia, novidade ou curiosidade só será **jornalismo** quando se tratar de uma informação válida, apurada, filtrada, avaliada, editada e apresentada de forma credível e atrativa, com a mediação de textos elaborados de acordo com a técnica jornalística e suporte de recursos editoriais como fotos, vídeos ou gráficos. “Em seu melhor, o jornalismo coloca a notícia em contexto, investiga, verifica, analisa, explica e atrai. Incorpora o *news judgement* orientado para o interesse público” (ANDERSON; DOWNEY JR.; SCHUDSON, 2016, p. 60).⁴ Para os autores, a possibilidade aberta para que um grupo antes apenas consumidor de notícias torne-se, também, potencial produtor é apenas um dos efeitos do “terremoto digital” do início do século XXI. As tecnologias também trouxeram instabilidade às empresas comerciais tradicionais, dentro das quais foram estabelecidos os padrões do jornalismo moderno. Com a queda na receita proveniente da publicidade, as empresas cortam custos, enxugam equipes e folhas de pagamento, reduzem estruturas e extinguem produtos; alternativas como o jornalismo de serviço público, sem fins lucrativos e financiado por doadores, ou

³ Dados da União Internacional de Telecomunicações (ITU), órgão ligado às Nações Unidas (ITU, 2018).

⁴ No original: “At its best, journalism puts news into context, investigates, verifies, analyzes, explains, and engages. It embodies news judgement oriented to the public interest.” A expressão “news judgement” não costuma ser traduzida para a língua portuguesa e refere-se à capacidade dos jornalistas de julgar os acontecimentos que têm valor-notícia (TRAQUINA, 2016).

modelos de jornalismo engajado ou voltados à responsabilidade social surgem como diferenciais (ANDERSON; DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2016).⁵

Mesmo no cenário que Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) preferem chamar de “era da sobrecarga de informação” ou de “disrupção digital”, os princípios do jornalismo, em sua análise, permanecem inalterados em relação ao que delinearam na obra “Os elementos do jornalismo”, publicada originalmente em 2001. Na terceira edição desse trabalho, os autores investigam quais são os princípios que constituem o núcleo da produção de jornalismo ético e responsável, assim como fizeram na virada do milênio, quando lançaram pela primeira vez a obra. Constatam que, na medida em que os contornos da revolução digital se delineiam, os elementos do jornalismo não apenas persistem: “[...] numa era em que qualquer um pode produzir e distribuir notícias, eles importam ainda mais” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. X).⁶ Isso porque, ao fim e ao cabo, os elementos do jornalismo pertencem ao público e norteiam a atuação dos jornalistas, enquanto o propósito basilar do jornalismo continua sendo prover aos cidadãos a informação de que eles precisam para exercerem sua autonomia com liberdade.

Porém, há mudanças importantes identificadas por Kovach e Rosenstiel nessa década e meia de análise: entre as duas primeiras edições de “Os elementos do jornalismo”, 2001 e 2007, os autores observam que o jornalismo torna-se uma prática mais colaborativa, quando se evidencia a conversação aberta entre produtores e consumidores dos produtos midiáticos. Isso ocorre tanto nos próprios espaços online dos veículos quanto por meio dos sites de redes sociais da “segunda onda” – YouTube, Facebook, Twitter, Pinterest, Storify, Instagram, Shapchat e outros – que conseguiram cumprir a promessa dos pioneiros blogs de que todos poderiam ser produtores de conteúdo. Essa onda de superprodução de conteúdo trouxe o nefasto impacto da crise de audiência, desestabilizando a estrutura econômica das empresas de mídia noticiosa nos anos mais recentes. Kovach e Rosenstiel identificam, então, um paradoxo nessa nova realidade: ao mesmo tempo em que se abre a possibilidade do uso de novas ferramentas para a produção de um jornalismo mais preciso, informativo e engajado, produzido em colaboração com a comunidade, a tecnologia também desestruturou o modelo de negócio do jornalismo tradicional de forma sem precedentes. Além disso, a liberdade de se expressar na rede também tem polos

⁵ Nos dois últimos exemplos, os autores utilizam os termos “accountability journalism” e “advocacy journalism”.

⁶ No original: “[...] in an age when anyone may produce and distribute news, they matter even more”.

opostos: ao mesmo tempo em que pode representar a abertura para amplificar vozes que agem em resistência à opressão, a regimes autoritários ou a violações de direitos, também pode dar espaço qualquer pessoa ou grupo que, em nome da liberdade de expressão, opere de forma dissimulada para manipular opiniões, disseminar mentiras, calúnias, boatos, dogmas e preconceitos (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

Nesta tese assumo o pressuposto de que o jornalismo é uma forma de conhecimento social e que, como tal, é fator constitutivo da Sociedade em Rede ao assumir a tarefa de organizar e dar sentido ao imensurável volume de informações de interesse público que circulam diariamente em todos os setores, identificando sua veracidade, validando seu valor-notícia, levantando questões em aberto, explicando temas complexos, formatando essas informações com uso de critérios técnicos específicos e publicando-as em espaços referendados, reconhecidos como meios de comunicação social, de acesso gratuito ou não. Mesmo que um acontecimento “in natura” possa ser testemunhado, registrado e divulgado por um cidadão comum por meio de suas redes sociais, propagando-se e repercutindo socialmente por meio de compartilhamentos sucessivos e mesmo atingindo as mídias informativas regulares, é o jornalista o agente com respaldo social que detém as competências e habilidades necessárias para transformar esse acontecimento bruto em acontecimento jornalístico, tornando-o público por meio de seus veículos de atuação. Se na Era da Informação o fenômeno da autocomunicação de massa parece ser um processo já integrante do cotidiano social, nesse cenário de circulação irrestrita de informações o jornalismo permanece em um lugar de relevo, em função de sua tarefa original de informar; mas torna-se especialmente relevante para a Sociedade em Rede ao trabalhar na direção da contextualização das informações de interesse público, organizando, explicando, significando, validando e esclarecendo essas informações.

A percepção da relevância desse lugar extrapola a discussão teórico-acadêmica e vem assumindo nos últimos anos contornos políticos que exigem um posicionamento claro quanto ao papel do jornalismo nas sociedades democráticas. Os desafios impostos ao jornalismo neste princípio de milênio são de diversas ordens e vêm de diferentes frentes: envolvem desde a manutenção da credibilidade e a consolidação de seu reconhecimento social até a crise da indústria de forma mais abrangente, passando pela precarização do trabalho dos profissionais, as possibilidades laborais e cognitivas trazidas pelas tecnologias ou o desenvolvimento de novas linguagens e produtos.

Assim, observar essa realidade, que representa o trabalho jornalístico propriamente dito, é interesse deste estudo na medida em que trata da concretude do jornalismo, a prática social centenária que atravessa mudanças e desafios estruturais notáveis. Porém, ao abordar o jornalismo como forma de conhecimento, com olhar atento à questão do contexto, faço referência ao jornalismo enquanto campo epistêmico e ao jornalista enquanto mediador qualificado de um processo de conhecimento. Uma abordagem como a sugerida por Sandano (2015), que toma o jornalismo como forma específica de conhecimento que está além do registro dos acontecimentos do cotidiano, mas atua na articulação do caos informativo contemporâneo. “O jornalista seria assim, caracterizado como um autor necessário para a realização da mediação qualificada que permite o diálogo e, conseqüentemente, o endossamento democrático” (SANDANO, 2015, p. 29).

Como alicerce teórico-epistemológico nessa abordagem, trago como referência central a proposta de pensamento complexo de Edgar Morin (2006), em alinhamento à perspectiva de que o conhecimento só é pertinente quando colocado em contexto. Nesse sentido, para que o jornalismo confirme sua constituição como forma de conhecimento e assuma, assim, seu potencial de transformação social, é indispensável que ele atue na contextualização dos acontecimentos, atribuição que se fortalece na Era da Informação. Para o autor francês, o ato de contextualizar é intrínseco ao processo do conhecimento, que progride, principalmente, por essa capacidade de situar a informação no conjunto em que está inscrita.

O conhecimento complexo procura situar seu objeto na rede à qual ele se encontra conectado. De maneira inversa, o conhecimento simplificador visa a conhecer isolando seu objeto, ignorando, portanto, o que o liga a seu contexto e, mais amplamente, a um processo ou a uma organização global. O conhecimento complexo objetiva reconhecer o que liga ou religa o objeto a seu contexto, o processo ou organização em que ele se inscreve. Na verdade, um conhecimento é mais rico, mais pertinente a partir do momento em que o religamos a um fato, um elemento, uma informação, um dado, de seu contexto (MORIN, 2010a, p. 190).

Em trabalho anterior (LÜCKMAN, 2013), propus uma aproximação inicial do pensamento de Morin com o campo do jornalismo, fazendo dialogar algumas de suas ideias centrais com a teoria de Adelmo Genro Filho (2012). Morin constrói a parte principal e mais conhecida de sua obra em torno do método da complexidade, que tem como um dos pressupostos a necessidade de superação do pensamento simplificador para a construção do conhecimento; tal superação implica a religação

dos saberes e o reconhecimento das interdependências e multidimensionalidades dos fenômenos. Ao relacionar essa ideia central à teoria de Genro Filho, para quem os fatos jornalísticos possuem, em seu âmago, aspectos singulares, particulares e universais relacionados diretamente, argumentei que a aproximação dos pensamentos dos dois autores era um caminho promissor para os estudos de jornalismo sob a perspectiva complexa – tanto no que diz respeito ao campo de estudo, que tem a ganhar com a abertura para o diálogo inter e transdisciplinar na observação do fenômeno jornalístico, considerando os múltiplos aspectos que o envolvem além do produto em si, como também na incorporação da estratégia epistemológica do pensamento complexo na observação do acontecimento jornalístico, situando-o sempre em uma realidade que só pode ser compreendida a partir das relações entre as infinitas partes que o compõem (LÜCKMAN, 2013).

Principal autor da Teoria da Complexidade, contemporâneo e de idade quase centenária, Edgar Morin nasceu na capital francesa em julho de 1921, filho único de um casal de origem sefardita e sobrenome Nahoum. Jovem, participou da resistência francesa durante a ocupação alemã em Paris e engajou-se no partido comunista, onde, na clandestinidade, assumiu o nome Morin. Define-se sociólogo “por imposição” e tem formação em história, geografia, direito, economia e filosofia. Em 1950 passou a integrar a comissão de sociologia do *Centre National de Recherche Scientifique* (Centro Nacional de Pesquisa Científica, CNRS), maior instituição pública francesa de pesquisa científica, onde deu início a suas pesquisas sobre cinema, imaginário e comunicação de massa.⁷ Nesses estudos, reflete sobre a cultura de massa numa perspectiva que tensiona aspectos da Teoria Crítica ao questionar a visão elitista em relação às produções culturais populares. Além de introduzir nas referências francesas o conceito de indústria cultural com uma visão mais aberta em relação à dos teóricos de Frankfurt, Morin também é pioneiro na reflexão sobre a importância da mídia e no reconhecimento dos valores dessa nova cultura (MATTELART, 2012).⁸

⁷ Armand e Michèle Mattelart pontuam que, dentro do CNRS, Morin foi um dos pesquisadores fundadores do Centro de Estudos de Comunicação de Massa (CECMAS), iniciativa do sociólogo Georges Friedmann em 1960 e que agregou também nomes como Roland Barthes, Julia Kristeva e Violette Morin (MATTELART, 2012). Vinculada ao CECMAS foi criada a revista “Communications”, ainda hoje em atividade. Em 1974, após uma reorientação das ideias de Barthes, para a semiologia e a literatura, e de Morin, para a complexidade, o núcleo passou a se chamar Centro de Estudos Transdisciplinares. Em 2007, foi nomeado como Centro Edgar Morin, em homenagem ao hoje pesquisador emérito do CNRS (MORIN, 2010a).

⁸ As publicações de Morin sobre a cultura de massa e o estudo da mídia desenvolvidos nesse período foram duramente criticadas por Pierre Bourdieu, que qualificava esses trabalhos como promoção de

Seu olhar para a comunicação de massa é atraído, primeiramente, pelo cinema, tema dos livros “O cinema ou o homem imaginário” e “As estrelas”, de 1956 e 1957, respectivamente (MATTELART, 2012).⁹ Peyrière (2018) sugere, contudo, que alguns estudos em sociologia do cinema conduzidos pelo autor na época, quando também lecionou essa disciplina na Universidade Sorbonne, possam ter permanecido pouco conhecidos porque eclipsados por seu trabalho posterior com a Teoria da Complexidade.

Esse Morin comunicólogo não se dedica com profundidade ao estudo do jornalismo, mas aborda a mídia impressa – jornais diários e revistas dirigidas ao público geral ou a grupos segmentados – em suas análises sobre a indústria cultural e a cultura de massa, considerando esse tipo de produção como “mercadorias culturais” características de uma “segunda industrialização” (MORIN, 1961). Porém, seu interesse por estudar o acontecimento no âmbito da Sociologia resultou em uma aproximação com a atividade jornalística, que Plenel (2008) atribui à sua curiosidade em relação às surpresas da atualidade e à sua recusa de, como intelectual, refugiar-se em uma “torre de marfim”. Plenel afirma que Morin recusou-se, em sua trajetória, a erguer um muro entre o saber acadêmico e a curiosidade jornalística, escolhendo, à sua maneira, unir as duas coisas: apropriou-se do gênero jornalístico para confrontar o “acontecimento-esfinge”, o “monstro da sociologia”.

uma hegemonia da cultura de massa. “Não se trata de negar que os meios de comunicação de massa possam ser objeto de tratamento científico, e de fato eles frequentemente são. Simplesmente, talvez seja tempo de banir do universo científico, onde alguns tentam introduzi-los, uma vulgata patética constituída sobre eles – sobretudo na França – e que oscila entre o indemonstrável e o não necessariamente falso” (BOURDIEU; PASSERON, 1963, p. 998, tradução minha). Em entrevista publicada em 2010, Morin comenta a hostilidade de Bourdieu: “Fomos considerados dois inimigos, dois rivais em sociologia. Não vivenciei as coisas assim. Minha existência lhe fazia muita sombra, mas sua existência não me incomodava; era sua animosidade o que me fazia sofrer. [...] Ele talvez tenha ampliado minha marginalidade, mas ela não tinha nenhuma necessidade do seu ataque; essencialmente, era decorrente do caráter de minha obra. Para mim, ser um sociólogo é ser capaz de pensar os fenômenos econômicos, sociais, psicológicos, culturais, religiosos e mitológicos em correlação e interação. Sim, eu me interessei pela ‘cultura de massa’, que diz respeito ao cinema, revistas, lazeres, férias, televisão... Estudei os mitos, tentei compreender sua universalidade potencial. Não fui apreciado pela elite intelectual, para quem essa cultura significava cretinização ou alienação, nem pela elite sociológica, que estava convencida de sua superficialidade, mesmo sem ter lido meu trabalho. *O espírito do tempo* foi reabilitado recentemente e muitos sociólogos que não leram meu livro na época de sua publicação o descobriram. Um grupo de descobridores, entre eles Éric Macé, promoveu uma nova edição e um novo prefácio. O desprezo francês atenuou-se, a questão não surgiu nos países em que meu livro foi traduzido” (MORIN, 2010a, p. 133-134).

⁹ Uma coletânea de artigos produzidos por Morin nas décadas de 1950 e 1960 foi lançada em 2018 na França pela editora Nouveau Monde, intitulada *Le cinéma: un art de la complexité – Articles et inédits 1952-1962*.

Morin foi colaborador de diversos diários franceses desde o fim da Segunda Guerra,¹⁰ tendo encontrado nessa produção intelectual uma forma de registrar suas observações sobre acontecimentos e singularidades a que, como sociólogo, passou a direcionar um olhar mais atento a partir de sua Sociologia do Presente, nos anos 1960. Foi nesse período que deu início a uma colaboração contínua com o jornal francês “Le Monde” por mais de cinco décadas. No prefácio do livro “*Au rythme du Monde*”,¹¹ coletânea com os principais textos publicados por ele no diário francês, o autor reconhece sua condição de trabalhador intermitente do jornalismo e recorda as circunstâncias do início dessa relação:

Jacques Fauvet, editor-chefe do Monde, procurava um “sociólogo” para explicar o fenômeno [o tumulto provocado por uma multidão de jovens em um show musical ao ar livre transmitido ao vivo pelo rádio, em Paris, em 1963]. Porém, nenhum dos sociólogos “normais” estava interessado na juventude nem nas mídias naquela época. [...] Foi o início de uma colaboração ininterrupta, na qual eu pude, nas primeiras décadas, saciar uma de minhas duas paixões: a primeira é o que chamo antropologia fundamental que se transforma em busca de um método de conhecimento pertinente, e a segunda é a preocupação em responder à surpresa do acontecimento, de interrogá-lo, de compreender suas origens e suas significações. É essa segunda paixão que pôde encontrar sua expressão nesse artigo assim como nos seguintes [...]. De fato, eu me consagrei ao sociodiagnóstico a quente em outros textos como o rumor de Orléans, o retorno dos astrólogos, etc. Mas foi o jornal cotidiano Le Monde que me permitiu “colar” no acontecimento sem esperar o distanciamento, como em maio de 1968, e em que evidentemente eu corria riscos intelectuais (MORIN, 2014a, p. 7-8).¹²

A participação do sociólogo, então acadêmico de uma importante instituição de pesquisa francesa, como comentarista do cotidiano em jornais diários pode parecer uma justificativa tênue para considerá-lo jornalista – ao menos no sentido pelo qual a atividade é compreendida nos dias atuais, que envolve uma formação

¹⁰ Plenel (2008) menciona que a atuação de Morin deu-se principalmente nos jornais franceses “Le Monde”, “Le Nouvel Observateur”, “Libération”, “L’Express” e “Le Figaro”, com estudos, artigos e entrevistas.

¹¹ “No ritmo do mundo”, em tradução livre; o título também faz alusão ao nome do jornal, chamado coloquialmente apenas de “*Monde*”.

¹² No original: “Jacques Fauvet, rédacteur en chef du *Monde* cherchait un ‘sociologue’ pour expliquer le phénomène. Or aucun des sociologues ‘normaux’ ne s’était alors intéressé à la jeunesse ni aux médias. [...] Ce fut le début d’une collaboration intermittente mais ininterrompue où je pus, dans les premières décennies, assouvir l’une de mes deux passions : la première est ce que j’appelle l’anthropologie fondamentale se transformant en recherche d’une méthode de connaissance pertinente, la seconde est le souci de répondre à la surprise de l’événement, de l’interroger, de comprendre ses origines et ses significations. C’est cette seconde passion qui put trouver son expression dans cet article comme dans les articles suivants. [...] En fait, je me suis consacré au sociodiagnostic à chaud dans d’autres textes comme la rumeur d’Orléans, le retour des astrologues, etc. Mais c’est le journal quotidien *Le Monde* qui me permit de ‘coller’ à l’événement sans attendre le recul, comme en Mai 1968, et où évidemment je prenais des risques intellectuels. »

superior, experiência, práticas, valores e uma cultura profissional. Porém, Plenel (2008) sustenta a ideia de que Morin pode ser considerado “jornalista à sua maneira”, o que soa coerente sobretudo quando se consideram as peculiaridades da imprensa francesa, com sua inclinação ao noticiário mais opinativo e analítico. “O Morin jornalista manifesta uma obstinação acompanhada de um risco: confrontar sem cessar o percurso de seu pensamento às surpresas da atualidade” (PLENEL, 2008, p. 71).¹³ Além disso, ante os intelectuais da época, arriscar-se em análises sociológicas no calor dos acontecimentos era uma aventura e também um tipo de transgressão, pois dessa forma o autor tornava público seu pensamento sociológico por meio de textos muito mais acessíveis do que aqueles que passavam pelos ritos acadêmicos tradicionais. Em entrevista concedida ao “Le Monde” em setembro de 2014, Morin admite esse aspecto conveniente da publicação de suas ideias nos jornais diários:

A vantagem de um artigo do *Monde* é que ele permite inventar uma sociologia do presente. Um artigo em uma revista leva meses a aparecer, anos antes de ser publicado em forma de livro, tempo demais antes de se confrontar ao presente. Eu fiz muitos trabalhos sobre as metamorfoses da modernidade [...] Mas um artigo no *Monde* [...] lida com os acontecimentos, com o espírito do tempo. Isto dito, eu também adoro correr riscos no diagnóstico a quente (TRUONG, 2014, on-line).¹⁴

Essa intrusão do Morin sociólogo na atividade jornalística e o exercício intelectual decorrente da análise da realidade e do enfrentamento do “acontecimento-monstro” estimulado por essa experiência antecederam e, de certa forma, prepararam o projeto da obra “O método”, a que o autor se dedicou intensamente a partir dos anos 1970. Para Plenel (2008, p. 72), há uma clara “[...] relação dialógica entre a elaboração teórica da complexidade e o exercício prático do acontecimento”.¹⁵ A experiência do autor com os processos intelectuais característicos do trabalho jornalístico, interrogando e refletindo sobre os significados, contextos e diferentes ângulos de análise dos acontecimentos factuais, foi um dos ingredientes que contribuíram na fermentação das ideias que o levaram à Teoria da Complexidade.

¹³ No original: “Le Morin journaliste témoigne d’un entêtement, doublé d’un risque : confronter sans cesse le cheminement de sa pensée aux surprises de l’actualité ».

¹⁴ No original: “L’avantage d’un article du *Monde*, c’est qu’il permet d’inventer une sociologie duprésent. Un article dans une revue met des mois à paraître, des années avant d’être publié sous forme de livre, beaucoup de temps avant de se confronter au présent. J’ai fait nombre de travaux sur les métamorphoses de la modernité [...] Mais un article du *Monde* [...] se frotte aux événements, à l’esprit du temps. Cela dit, j’aime aussi prendre des risques dans le diagnostic à chaud. »

¹⁵ No original: “[...] il y a une relation dialogique entre l’élaboration théorique de la complexité et l’exercice pratique de l’événement ».

Evidencia-se, portanto, uma relação recursiva entre jornalismo e complexidade, com o jornalismo construindo conhecimento e sendo construído por ele.

Esta tese propõe avançar na perspectiva de pensar o jornalismo a partir da Teoria da Complexidade, tomando como referência crucial a compreensão do contexto no processo de conhecimento, particularmente daquele produzido pelo jornalismo. Como **objetivo geral**, explora as potencialidades de uma teoria do jornalismo que inclua as noções de **contexto** e de **contextualização**, aqui formuladas, entre seus conceitos estruturantes, articuladas com uma compreensão complexa do conhecimento. Trabalho com a **hipótese** de que, perante a realidade midiática configurada na Era da Informação e a consolidação de novas dinâmicas de consumo de comunicação por meio, principalmente, de mídias digitais cada vez mais diversas, é irrevogável que o jornalismo compartilhe cada vez mais seu papel de agente responsável por informar os acontecimentos de interesse público; mas ele mantém e incrementa de forma decisiva seu potencial transformador e sua função social quando contextualiza esses mesmos acontecimentos, afirmando-se, assim, como forma de conhecimento.

Do objetivo geral e da hipótese, derivam objetivos específicos que resultam na construção dos capítulos da tese, que tem natureza teórica e recorreu exclusivamente a fontes bibliográficas como metodologia de trabalho.

De início, apresento no primeiro capítulo uma leitura dos aspectos centrais da Teoria da Complexidade, com o **objetivo específico de identificar, nesse amplo referencial, conceitos e perspectivas que contribuem para a compreensão do jornalismo como forma de conhecimento**. Inspirada pelo pensamento de Morin, tomo a noção de complexidade como um macroconceito e, nele, identifico os conceitos relacionados que são relevantes para a área, dentro dos objetivos da tese. A ideia da observação dos conceitos inter-relacionados é estudá-los não de forma isolada, mas levando em conta tanto aquilo que os distingue quanto aquilo que eles têm de indissociável. A partir da ideia mestra da complexidade, exploro potencialidades das noções de paradigma; razão, racionalidade e racionalização; *imprinting* e normalização; sistema e organização; dialogia, recursividade e holograma; acontecimento, singularidade e crise. Neste primeiro capítulo apresento, também, uma primeira aproximação das noções de conhecimento e contexto na perspectiva moriniana.

É no segundo capítulo, portanto, que alguns dos múltiplos significados que se pode atribuir à ideia de conhecimento são abordados de forma mais detida, em revisões teóricas que perseguem os objetivos específicos de **investigar as características do conhecimento produzido pelo jornalismo, resgatando o pensamento de autores da epistemologia; retomar trabalhos referenciais que analisam as relações entre jornalismo e conhecimento numa perspectiva sociológica; e identificar, na literatura, abordagens sobre a questão do contexto no jornalismo situadas antes da Era da Informação.** A tarefa de responder à pergunta “o que é conhecimento” sem incorrer na fácil solução de descrevê-lo em tipologias revela-se desafiadora, e no que diz respeito ao conhecimento do jornalismo as comparações com o senso comum e o conhecimento científico são quase sempre inevitáveis: ele não é nem um, nem outro. Para transpor essas soluções, portanto, recorri a pensadores como Bachelard e Popper, a clássicos como Berger e Luckmann, Moscovici e Lippmann, buscando ampliar a discussão e conduzindo-a para a abordagem focada no jornalismo.

O terceiro capítulo faz uma pausa na discussão teórico-epistemológica em torno de jornalismo, conhecimento e contexto para cumprir o **objetivo específico de traçar um panorama do jornalismo na Era da Informação, observando as implicações, para o jornalismo, do estabelecimento de uma comunicação digital onipresente na Sociedade em Rede.** A emergência de um público mais ativo e participativo, a autocomunicação de massa, a multiplicação de vozes que passam a ser emissoras de informação, disputando espaço com o jornalista, a desordem informacional e outros desafios para o jornalismo são assuntos abordados nesse capítulo. Além de referenciar estudiosos atentos a esses fenômenos, como Castells (2015), Thompson (2018), Anderson, Bell e Shirky (2013) e Kovach e Rosenstiel (2014), procuro tensionar as reflexões com dados atuais sobre o uso da internet e das diversas tecnologias dela decorrentes, como forma de enriquecer a discussão e proporcionar uma visão mais concreta do cenário em que vivemos. Embora isso sem dúvida resulte em um texto mais palatável em função da possibilidade de visualizar com dados concretos as problemáticas discutidas, inevitavelmente acarreta também numa natureza pouco perene para o capítulo, já que as novidades e estatísticas que dizem respeito às tecnologias de comunicação digital se renovam em ritmo muito veloz.

Fechados os parênteses necessários para a visualização do cenário da Era da Informação e de sua forma social característica, a Sociedade em Rede, o quarto capítulo retoma e aprofunda a discussão teórica em torno de conhecimento e contexto, constituindo-se na parte mais importante da tese. Os objetivos específicos que ele cumpre são, inicialmente, **elaborar uma revisão teórica dos principais trabalhos que consideram o contexto como elemento importante para o jornalismo na Era da Informação**, para, na sequência, **elaborar conceitos para as noções de contexto e de contextualização no jornalismo**. Nesse capítulo, fica evidente que a importância atribuída à tarefa de contextualizar vem ganhando ênfase nos trabalhos teóricos sobre jornalismo nos primeiros anos do século XXI, sobretudo quando se abordam os desafios enfrentados pela área em relação à tecnologia. Há, inclusive, autores que defendem a constituição de um gênero jornalístico chamado “jornalismo contextualizado” em função de sua adaptação às tecnologias digitais – perspectiva que, como argumento, é discutível se considerarmos a contextualização no sentido epistemológico aqui proposto, recursivamente relacionada com a noção de conhecimento complexo. Os conceitos elaborados – contexto e contextualização – são tecidos a partir das categorias da teoria da complexidade e levam em conta a compreensão de outras noções a eles interligadas de forma recursiva, numa visão sistêmica. Como esforço para visualizar empiricamente a possibilidade desse jornalismo contextualizado a partir dos conceitos propostos, elaborei, no final do capítulo, um exercício breve de análise de conteúdo com quatro matérias jornalísticas factuais, selecionadas em portais de notícias de veículos de referência.

O capítulo final, no qual apresento encaminhamentos e considerações, ressalta a importância de se ressignificar a noção de democracia em suas relações com o jornalismo e o conhecimento. Isso porque, nos primeiros anos do século XXI, o cenário de desordem informacional tem provocado impactos que representam, em muitos aspectos, ameaças aos valores democráticos cultivados e defendidos desde as Luzes. Para além da discussão entre jornalismo e conhecimento, na qual insiro o contexto como noção relevante e indissociável, encerro a tese com uma reflexão sobre a noção moriniana de democracia cognitiva, sugerindo que o conhecimento também é um valor democrático sob ameaça cujo fortalecimento é imperativo e urgente.

2 O PENSAMENTO COMPLEXO: ASPECTOS RELEVANTES PARA O JORNALISMO

O restabelecimento do diálogo entre as diferentes disciplinas – separadas, no processo de desenvolvimento das ciências, pelo dominante método cartesiano – e, de forma mais ampla, a religação dos saberes apartados pelo paradigma científico compõem a ideia geral mais conhecida do pensamento complexo. Essa compreensão pode levar automaticamente a uma associação entre complexidade e inter ou transdisciplinaridade, numa abordagem epistemológica válida, porém limitada, já que essa visão mais panorâmica não dá a atenção merecida a ideias consistentes e importantes que integram a noção mais rigorosa de complexidade. Um estudo atento à obra de Morin e à ideia de complexidade tomada como macroconceito – ou seja, como constelação de conceitos interdependentes – permite a identificação de diversos aspectos que vão além desse restabelecimento de ligação entre saberes e podem se revelar fecundos como alicerce teórico para a observação da realidade social. A própria historicização do conceito, desenvolvido objetivamente por Morin a partir da escrita do primeiro volume de “O método”, nos anos 1970, mas cuja ideia já permeava sua obra desde os primeiros estudos sociológicos nos anos do pós-guerra, é um exercício que instiga o estabelecimento de relações entre o método da complexidade e a abordagem teórica proposta para o jornalismo nesta tese.

O conhecimento é uma preocupação central na teoria da complexidade, e, mais especificamente, o estudo do processo pelo qual se conhece – o que Morin chama de conhecimento do conhecimento. Na perspectiva complexa, o conhecimento só é pertinente quando colocado em contexto, pois um conhecimento especializado, compartimentado e abstrato fecha-se ao diálogo e à comunicação com o meio, perdendo assim sua relevância. Conhecimento, cultura e sociedade são indissociáveis para o pensamento complexo. Ao filiar-me à perspectiva teórica que considera o jornalismo uma forma social de conhecimento, proponho, como já explanado na introdução desta tese, elaborar uma ressignificação dessa perspectiva com alicerce na concepção de conhecimento complexo, frente às transformações pelas quais o jornalismo vem passando na Era da Informação.

Antes de entrar em profundidade nessa discussão mais focada nas relações entre conhecimento e jornalismo, entendo ser necessário apresentar minha interpretação dos aspectos da Teoria da Complexidade mais relevantes para o

jornalismo. Neste capítulo, faço um esforço metodológico de dissecar o fértil, mas por vezes difícil e subcompreendido macroconceito de complexidade, selecionando e explicitando conceitos dele derivados que, em minha leitura, podem contribuir para o estudo do fenômeno jornalístico e, de forma mais ampla, para uma teoria do jornalismo atenta às peculiaridades da Era da Informação. Pensar por macroconceitos, estudando os conceitos não de forma isolada, mas observando-os em suas formações constelares e solidárias, é um princípio preconizado por Morin para pensar a complexidade do real. Procuo fazer esse exercício no estudo da noção de complexidade. Nessa lógica, as relações entre os conceitos são observadas não por suas fronteiras, mas a partir de seu núcleo, ou seja, reconhecendo aquilo que os distingue, mas também ressaltando o que eles têm de indissociável (MORIN, 2008b).

Primeiramente, abordo o macroconceito **complexidade**, que é a ideia mestra da obra de Morin e o guarda-chuva sob o qual estão acomodados os demais conceitos centrais deste trabalho, apresentados a partir da segunda parte do capítulo. As noções de **paradigma**, **razão/racionalidade/racionalização** e **imprinting/normalização** são aglutinadas em um único item, pois as percebo como concepções complementares para a compreensão da ideia mais ampla delineada por Morin acerca da organização das ideias no âmbito da cultura. **Sistema**, que é um conceito raiz para a compreensão da complexidade, aparece de forma associada à noção de **organização**, já que também são muito aproximados e o próprio autor, em sua obra mais recente, afirma preferir o segundo termo em substituição ao primeiro. Os princípios **dialógico**, **recursivo** e **hologramático**, que Morin define como operadores cognitivos da complexidade, são importantes para a compreensão das possíveis derivações da premissa sistêmica “o todo é mais que a soma das partes” e aparecem, igualmente, articulados em um único item. **Acontecimento** e **singularidade**, conceitos extremamente caros ao jornalismo, também são objeto de interesse do autor em um período específico de sua obra, e por isso opto por incluir essas duas noções, também associadas, no item 2.2.4. O último conceito apresentado é o de **crise**, pontual na obra mais antiga de Morin, mas recentemente retomado com sua proposta de uma crisologia. Por fim, a terceira parte do capítulo é dedicada à concepção de **conhecimento**, que é indissociável da de complexidade e que, para o autor, tem também uma relação intrínseca com a noção de **contexto**, ponto central deste trabalho.

2.1 O caminho do Método

Explicar a complexidade didaticamente é uma tarefa de fôlego. Embora seja possível identificar essa ideia em outros autores¹⁶, neste trabalho escolho a abordagem do sociólogo francês Edgar Morin, que dedica a maior parte de sua densa obra ao empreendimento do que ele nomina método da complexidade – com variações para conhecimento complexo, pensamento complexo, epistemologia complexa ou paradigma de complexidade, a depender da temática de pesquisa e do objeto estudado. Embora afirme que a ideia da complexidade sempre estivesse em seu horizonte de pensamento, desde a elaboração de suas primeiras obras, escritas quando estava na faixa dos 30 anos de idade, Morin afirma ter tido clareza do que propunha como “método da complexidade” após um longo amadurecimento na sua trajetória como pesquisador social, na qual com frequência deparou-se com situações que o levaram a questionar a pertinência do pensamento cartesiano, que, em sua visão, havia extrapolado os limites da ciência e se enraizado na cultura e no cotidiano. Conta que, desde o início de sua atividade como sociólogo, aspirou sempre a um pensamento multidimensional, que enfrentasse a contradição, que encarasse o fato de que verdades profundas antagônicas poderiam ser também complementares. A complexidade era o denominador comum de seus trabalhos, mas o termo propriamente dito só apareceu como elaboração teórica a partir dos anos 1960, despreendendo-se do sentido ordinário de complicação ou confusão e incorporando a tríade ordem-desordem-organização; dentro da noção de organização, a coexistência do uno e do múltiplo.

Estas noções trabalharam umas com as outras, de maneira simultaneamente complementar e antagônica; colocaram-se em interação e em constelação. O conceito de complexidade formou-se, cresceu, estendeu as suas ramificações, passou da periferia para o centro do meu propósito, tornou-se macroconceito, lugar crucial de interrogações, ligando entre si o nó górdio do problema das relações entre o empírico, o lógico e o racional (MORIN, 2008b, p. 10-11).

O enfrentamento da complexidade exigia a elaboração de um pensamento que fosse capaz de tratar o real, estabelecer um diálogo e uma negociação de forma coerente com os princípios da complexidade. Seria impossível operacionalizar uma

¹⁶ Os matemáticos Warren Weaver e John von Neumann, o físico e filósofo Heinz von Foerster, o filósofo Gaston Bachelard e os biólogos Humberto Maturana e Francisco Varela podem ser considerados pensadores da complexidade na acepção atribuída por Edgar Morin. Ardoino (2002) observa que a complexidade como conceito está presente em campos do conhecimento como a matemática, a química e a ecologia.

observação da realidade complexa a partir dos princípios simplificadores do método cartesiano. Teria sido esse desafio de elaboração que o levou à criação da obra “O método”. “Trabalhando, assim, a palavra *Méthode* esclarece progressivamente seu sentido: trata-se da reforma necessária dos próprios princípios de nosso conhecimento, reforma que diz respeito tanto às ciências naturais, às ciências humanas, à política quanto a nossa vida mental cotidiana” (MORIN, 2010c, p. 40). Contudo, o autor reitera em vários de seus livros que não propõe a complexidade como uma resposta aos problemas da ciência e da sociedade, já que o que é complexo não pode ser reduzido a uma palavra-mestra ou a uma ideia simples: “A complexidade é uma palavra problema e não uma palavra solução” (MORIN, 2008b, p. 8).

Morin enfatiza a escolha do substantivo complexidade e do adjetivo dele derivado, complexo, em função de sua origem etimológica: *complexus*, em latim, evoca o sentido de rede de inter-relações, de “o que é tecido em conjunto” (MORIN, 2010a, p. 189). No entanto, falar de complexidade no cotidiano, em geral, sugere um estado de complicação e de confusão mental, uma impossibilidade de descrição clara dos fenômenos observados – sejam eles fatos científicos ou questões corriqueiras – que, para serem compreendidos, devem ser separados em partes e só então analisados. Essa forma de olhar para o mundo, de confrontar-se com a realidade social é, para Morin, herança do pensamento científico clássico, que desde a organização e desenvolvimento das ciências estabeleceu o princípio de separação dos saberes. Na visão disciplinar, o “tecido comum” que une todas as coisas torna-se invisível, desintegrando a complexidade (MORIN, 2007).

Para compreender o conceito de complexidade, portanto, é preciso antes percorrer a análise crítica que Morin desenvolve em relação ao paradigma¹⁷ cartesiano, modelo de pensamento que trabalha com os princípios de disjunção, de redução e de abstração. Morin aponta limites, insuficiências, carências e lacunas nesse modelo – que se estabeleceu a partir das diretrizes traçadas pelo também francês René Descartes (1596-1650) para a ciência no século XVII – sem, contudo, deixar de reconhecer seus méritos, já que a partir do estabelecimento do método científico é que progressivamente as ciências foram circunscrevendo suas áreas de atuação, desenvolvendo-se e gerando conhecimentos relevantes para a sociedade. O “Discurso do método”, de 1637, é considerado a obra inaugural da filosofia moderna.

¹⁷ O conceito de paradigma será abordado em detalhes no item 2.1.1, neste capítulo.

Na época, no contexto em que a produziu, Descartes dirigia-se para um público geral – razão pela qual escolheu escrever em francês, e não em latim, que era a língua oficial dos intelectuais – e defendia um uso público e indiscriminado da razão. Refletia sobre como ter acesso a ideias verdadeiras, imunes ao erro, por meio de um procedimento sistemático, metódico; voltava-se contra todo conhecimento pré-concebido e rejeitava a mera aceitação do senso comum; questionava as ideias sedimentadas no modo habitual de pensar, que em sua visão induziam ao erro e à falsidade. Rosenfield (2008) salienta que, numa época em que a filosofia era o tipo de saber do qual se partia para chegar a outras áreas do conhecimento, como a física, a moral e a teologia, Descartes inquietava-se com a desordem na construção dos saberes. Trabalhou, então, na proposição de princípios que levariam ao caminho de uma sabedoria teórica e prática. “Moderno, ele defendia a ideia de que a razão deveria permear todos os domínios da vida humana, numa atividade libertadora, pois voltada contra as mais diversas formas de dogmatismo” (ROSENFELD, 2008, p. 12).

Em sua obra referencial do pensamento cartesiano, o filósofo defende um uso público da razão, que “[...] é a capacidade de bem julgar e distinguir o verdadeiro do falso [...]” e “[...] é a única coisa que nos faz homens e nos distingue dos animais” (DESCARTES, 2008, p. 37-38). Também no “Discurso”, o autor formula o primeiro princípio de sua filosofia, com a célebre frase “penso, logo existo” (DESCARTES, 2008, p. 70). Os alicerces da ciência moderna aparecem na necessidade de separação entre corpo e alma, sujeito e objeto, conhecimento científico e senso comum, natureza e ser humano. O detalhamento do método contempla quatro princípios básicos: não aceitar como verdadeiro algo que não pareça como tal, ou seja, evitar a precipitação; dividir as dificuldades no maior número possível de parcelas, a fim de resolvê-las separadamente; conduzir os pensamentos numa ordem dos mais simples aos “mais compostos”; revisar e repetir os procedimentos tantas vezes quantas forem necessárias para que a verdade seja estabelecida (DESCARTES, 2008).

Além de Descartes, autores como Galileu Galilei, com a obra “*Il saggiatore*” (1623), e Francis Bacon, com “*Le nouvel organum*” (1620), figuram entre os nomes que definem as diretrizes do paradigma de um conhecimento fundamentado na razão e que separa a ciência do senso comum, da política, da religião, da moral e mesmo da filosofia. Ao desenvolver-se e ao elaborar sua especificidade metodológica, seus princípios e regras próprias que o tornam objetivo e universal, o conhecimento científico mostra-se fecundo e eficaz, como analisa Morin (2011a, p. 71):

Progride de descoberta em descoberta, de elucidação em elucidação, de previsão em previsão, de manipulação em manipulação. Os triunfos rápidos do novo conhecimento do mundo físico acarretaram a proliferação dos trabalhos científicos e, no movimento, a ciência autonomizou-se e institucionalizou-se.

Só no século XIX surge o termo *scientist* na Inglaterra para designar os profissionais da ciência, quando as sociedades científicas já haviam se multiplicado e as universidades, assumido esse estatuto de autoridade de saber, estruturando departamentos e laboratórios. Ao longo do século XX, a ciência se implanta nas empresas industriais e no aparelho de Estado (MORIN, 2011a). No mesmo passo em que as ciências se estabeleciam nas universidades, também as disciplinas enquanto categorias organizadoras de conhecimento se delineavam. Morin observa que a organização disciplinar foi instituída com a formação das universidades modernas, a partir do século XIX, e desenvolveu-se com o impulso dado à pesquisa científica no século XX. A fecundidade das disciplinas reside na circunscrição de uma área de competência, sem a qual o conhecimento seria intangível. Portanto, o processo de desenvolvimento e autonomia das disciplinas foi não somente inevitável, mas imprescindível para o conhecimento científico, pois apenas assim cada área pôde delimitar seu território e definir seu objeto de estudo. A crítica de Morin, como abordarei mais adiante, começa quando as disciplinas – e, por extensão, os saberes científicos – fecham-se totalmente em seu território e não se abrem ao diálogo com as demais, o que resulta em pesquisadores hiperespecializados e objetos coisificados, entre outras questões (MORIN, 2006).

2.1.1 O paradigma do Ocidente

O paradigma genericamente chamado de cartesiano, portanto, formulado por Descartes e consolidado a partir do século XVII, separa não só sujeito e objeto, mas também coloca em oposição, de um lado, a filosofia e a pesquisa reflexiva, e de outro, a ciência e a pesquisa objetiva. Esses princípios de organização da ciência, na análise de Morin, ampliaram seu alcance para outros setores da sociedade, como a economia e os Estados-nação, e as dissociações se prolongam: alma/corpo, espírito/matéria, qualidade/quantidade, finalidade/causalidade, sentimento/razão, liberdade/determinismo, existência/essência. O chamado “grande paradigma do Ocidente” tem a disjunção como relação lógica e determina os conceitos soberanos. A

desobediência às disjunções é desviante ou marginal. Os traços comuns entre a organização da ciência e os demais setores aparecem no tratamento do real, na separação sujeito/objeto, na redução à ordem, na valorização do cálculo, na prática da hierarquização, na valorização da especialização, no empirismo, na dissociação entre o humano e o natural, na racionalização e no estabelecimento da conexão ciência-técnica. “Assim, o paradigma da ciência clássica articula-se no grande paradigma do Ocidente” (MORIN, 2011a, p. 273).

Na lógica do paradigma do Ocidente, a complexidade do mundo dos fenômenos é resolvível a partir de princípios simples e leis gerais; trata-se de um paradigma de simplificação, que se caracteriza por princípios de generalidade, redução e disjunção que comandam a inteligibilidade do conhecimento científico clássico. Operando por esses princípios, o conhecimento científico alcançou avanços notáveis, mas revelou-se limitado exatamente no enfrentamento da complexidade do real (MORIN, 2010b). O conhecimento opera por meio da especialização, do isolamento e da desarticulação; questões fundamentais relacionadas à existência são repassadas à filosofia e à religião, numa cisão entre cultura humanista, antropocentrada e reflexiva, e cultura científica, cujo conhecimento organiza-se crescentemente.

É graças ao método que isola, separa, desune, reduz à unidade, mede, que a ciência descobriu a célula, a molécula, o átomo, a partícula, as galáxias, os quasares, os pulsares, a gravitação, o eletromagnetismo, o quantum de energia, que ela aprendeu a interpretar as pedras, os sedimentos, os fósseis, os ossos, as escrituras incógnitas, inclusive a escritura inscrita no DNA. Entretanto, as estruturas desses conhecimentos são dissociadas umas das outras. Física e biologia só se comunicam hoje por um istmo. [...] A própria tríade constitutiva do conceito de homem, indivíduo-sociedade-espécie, está totalmente dilacerada [...]. O homem se esfarela: fica uma mão-ferramenta aqui, uma língua-que-fala lá, um sexo acolá e um pouco de cérebro em algum outro lugar. Quanto mais miserável a ideia de homem, mais eliminável ela é: o homem das ciências humanas é um espectro suprafísico e suprabiológico. Como o homem, o mundo é desmembrado entre as ciências, esfarelado entre as disciplinas, pulverizado em informações (MORIN, 2008a, p. 26).

Ao reiterar que o paradigma do Ocidente permitiu, sem dúvida, os grandes progressos do conhecimento científico e da reflexão filosófica a partir do século XVII, pois impulsionou o movimento que levou à delimitação de cada campo de conhecimento, Morin dá a pista para uma ideia fundamental em sua teoria. Seu entusiasmo pela religação dos saberes pressupõe que, de fato, os saberes tenham sido, antes, separados; para que saberes, ciências e disciplinas constituam-se e

circunscrevam, cada um, seus respectivos campos de atuação, o pensamento cartesiano foi e é indispensável. Ao contrário do que pode parecer numa abordagem preliminar, o método da complexidade não é propriamente anticartesiano, nem contrário às ciências ou ao método científico, mas sustenta a importância de que se caminhe além dos princípios de disjunção, redução e abstração para a construção do conhecimento pertinente. Expõe, de fato, uma insatisfação com o paradigma do Ocidente, mas em função do que ele tem de mutilante, fragmentário e excludente quando opera as disjunções e jamais as reverte. A ênfase é na religação. Morin afirma que sua proposta se inspira justamente nos resultados que a ciência construiu nesses séculos de desenvolvimento e em formas de superar desafios colocados pela própria ciência: “[...] longe de querer abolir as disciplinas, desejo elaborar um conhecimento que se alimente de suas aquisições. Além disso, seus próprios progressos fizeram ruir os princípios que sustentavam o majestoso edifício de sua visão do mundo” (MORIN, 2010a, p. 223).

A necessidade de um pensamento complexo evidencia-se, para o autor, na medida em que se evidenciam as limitações do modelo de pensamento simplificador e se percebe a complexidade intrínseca que se encontra no cerne da ciência. É preciso reconhecer que, paralelamente ao progresso dos conhecimentos científicos nos últimos três séculos, esses conhecimentos permanecem inacessíveis à maioria das pessoas; a ciência produz, indubitavelmente, benefícios em áreas como a saúde e o desenvolvimento humano, mas, da mesma forma, não necessariamente esses benefícios têm alcance global; por outro lado, o conhecimento científico muitas vezes resulta no aparecimento de produtos e tecnologias que, em tese, deveriam ter finalidades benéficas, mas cujos efeitos são claramente prejudiciais no âmbito social. Se em sua gênese a ciência era praticada por investigadores amadores independentes, hoje, institucionalizada, ela guarda estreita relação com as esferas de poder que a mantêm e subsidiam, e por isso a controlam. Segue seus ritos institucionais e não tem tempo ou espaço para pensar sobre si mesma. Morin pondera que problematizar essas questões deve ir além de considerar um “lado mau” da ciência – visão que seria extremamente simplificadora –, mas ressalta que é preciso encontrar formas de lidar com essas ambivalências. Nesse contexto, promover a reflexão da sociedade sobre a ciência, e também da ciência sobre si mesma, são movimentos urgentes que podem ser fermentados com o olhar da complexidade. O pensamento complexo propõe um princípio de explicação mais rico que o princípio de simplificação; baseia-se também

na necessidade de distinguir e analisar, mas complementa o processo com o restabelecimento da comunicação entre o objeto em análise e seu contexto, incluindo-se aí o observador; todo e partes são compreendidos a partir da problemática da organização. “Um pensamento capaz de enfrentar a complexidade do real, permitindo ao mesmo tempo à ciência refletir sobre ela mesma” (MORIN, 2010b, p. 31).

As ciências precisam de um exercício da razão que as considere nas condições atuais de sua evolução (MORIN, 2010a). Percebendo que em meados do século XX a razão cartesiana mostrava-se insuficiente para alimentar o método científico e para balizar a compreensão das ciências, Morin elabora sua proposta de método a partir de estudos da Física, da Biologia, da Sociologia e da Teoria da Ciência, inspirando-se em trabalhos de autores como Bachelard, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Henri Atlan, von Foerster, Maturana e Varela, entre muitos outros. Os seis volumes da obra “O método” foram publicados entre 1977 e 2004, de forma intermitente, dando espaço à produção e publicação de outras obras entre eles. Os subtítulos – “A natureza da natureza”, “A vida da vida”, “O conhecimento do conhecimento”, “As ideias”, “A humanidade da humanidade: identidade humana” e “Ética” – indicam o escopo de cada um, porém o alicerce da obra é a proposta de um método multidimensional que dê conta da complexidade dos fenômenos.

No percurso – que tem muitos trechos nebulosos, esburacados e de topografia desafiadora, é preciso admitir – Morin parte, no volume 1, de um olhar sobre a desordem da natureza, que sempre gera reorganizações em um circuito tetralógico de ordem-desordem-interações-organização. No segundo volume, o sujeito é inserido no circuito da vida e o autor apresenta o conceito de auto-eco-organização. A ideia de reinserção consciente do sujeito no processo de conhecimento, por meio de sua reconciliação com o objeto observado, permeia toda a construção. O processo do conhecimento é o tema do terceiro volume, que abrange as noções de computação (no sentido cognitivo), inteligência, possibilidades e limites do conhecimento humano, além de refletir sobre as próprias dificuldades de se compreender o que é o conhecimento, dada a polissemia do termo. Em “O método 4”, Morin trabalha com a noologia, que é a área do conhecimento que estuda o mundo das ideias – o volume é um prolongamento da discussão do anterior. “As ideias” aborda as condições de surgimento da ciência no Ocidente, a separação entre cultura científica e cultura humanista, traz reflexões sobre o papel do intelectual na sociedade e apresenta uma

abordagem sobre a noção de paradigma. No volume 5, propõe a concepção de que o ser humano deve ser concebido como a trindade indivíduo-sociedade-espécie, ou seja, simultaneamente em seus aspectos que o distinguem enquanto ser individual, como integrante de uma sociedade e como parte da espécie humana em seus aspectos bioantropológicos. Já o volume 6 problematiza a ética e retorna a ideias centrais da complexidade tratadas nos volumes precedentes, além de apresentar sua proposta de ética da compreensão e de regeneração do humanismo como desafio (MORIN, 2008a, 2011a, 2011b, 2011c, 2012a, 2015; CARVALHO, 2014).

2.1.2 A recusa consciente da simplificação

O método da complexidade proposto por Edgar Morin não trata de procedimentos metodológicos compreendidos como técnicas de pesquisa. “Uma metodologia define um programa de trabalho preciso e definitivamente estabelecido. Meu método pretende ser uma ajuda para o espírito¹⁸ para que ele enfrente as complexidades e elabore suas estratégias” (MORIN, 2010a, p. 242). Na comparação com o paradigma cartesiano, o autor considera que o método de Descartes aproxima-se de uma metodologia, já que prescreve processos a serem seguidos para chegar ao conhecimento. Já o método da complexidade indica exigências a serem satisfeitas para tratar a complexidade; pressupõe a construção do conhecimento por meio da superação do pensamento simplificador, fazendo uso de estratégias cognitivas. “O objetivo do método, aqui, é ajudar a pensar por si mesmo para responder ao desafio da complexidade dos problemas” (MORIN, 2015, p. 37). O paradigma da complexidade, de maneira mais ampla, é a visão de mundo que vai mobilizar as questões do sujeito pesquisador na elaboração das suas interrogações em torno da questão estudada.

[O paradigma de complexidade] Incita a distinguir e fazer comunicar em vez de isolar e de separar, a reconhecer os traços singulares, originais, históricos do fenômeno em vez de ligá-los pura e simplesmente a determinações ou leis gerais, a conceber a unidade/multiplicidade de toda entidade em vez de a heterogeneizar em categorias separadas ou de a homogeneizar em indistinta

¹⁸ O autor usa o termo “espírito” para fazer referência ao que, em língua portuguesa, pode-se compreender como a mente humana. Como o próprio Morin reconhece, o uso da palavra francesa “*esprit*”, em sua língua materna, leva a uma dificuldade de expressão, já que ela em outras línguas pode ser traduzida no sentido da *mens* latina (*mind*, mente) e no sentido espiritual. “Quando escrevo espírito, quero dizer *mind*, com todas as diversas qualidades que surgem com ela” (MORIN, 2012a, p. 38).

totalidade. Incita a dar conta dos caracteres multidimensionais de toda realidade estudada (MORIN, 2010b, p. 334).

Se não tem ou não é propriamente uma metodologia, a complexidade pode ter um método: assim como o método de Marx envolvia perceber os antagonismos de classe dissimulados sob a aparência de uma sociedade homogênea, e o de Freud, ver o inconsciente no consciente e o conflito dentro do ego, Morin define que o método da complexidade sugere que se pense nos conceitos sem que estes sejam dados por concluídos, mas sempre como conhecimento em construção:

[...] para quebrarmos as esferas fechadas, para restabelecemos as articulações entre o que foi separado, para tentarmos compreender a multidimensionalidade, para pensarmos na singularidade com a localidade, com a temporalidade, para nunca esquecermos as totalidades integradoras. É a concentração na direção do saber total, e, ao mesmo tempo, é a consciência antagonista e, como disse Adorno, “a totalidade é a não-verdade”. A totalidade é, ao mesmo tempo, verdade e não-verdade, e a complexidade é isso: a junção de conceitos que lutam entre si (MORIN, 2010b, p. 192)

O método da complexidade parte da recusa consciente à simplificação absoluta. O pensamento simplificador oculta as ligações, articulações, solidariedades e interdependências dos fenômenos – ou seja, sua complexidade. A própria noção do que é simples acaba ressignificada nessa lógica. Inspirado em Bachelard, Morin assume a ideia de que não há o “simples”, mas apenas o “simplificado”. “O simples é apenas um momento arbitrário de abstração arrancado das complexidades, um instrumento eficaz de manipulação laminando um complexo” (MORIN, 2008a, p. 456). A originalidade do paradigma da complexidade é que ele compreende e integra a simplificação ao opor-se a ela como princípio absoluto e integrando-a como princípio relativo. Não se opõe à análise, à distinção ou ao isolamento do objeto de análise, mas os inclui deliberadamente em um processo ativo e gerador.

O paradigma de complexidade não é antianalítico, não é antidisjuntivo: a análise é um momento que volta sem parar, ou seja, que não se afunda na totalidade/síntese, mas que também não a dissolve. A análise chama a síntese que chama a análise, e isso ao infinito em um processo produtor de conhecimento (MORIN, 2008a, p. 462).

A ideia equivocada de que a complexidade seria uma substituta da simplificação pode suscitar mal-entendidos. Morin ressalta que sua “palavra-problema” deve designar o pensamento que comporta ambas as ideias em um todo.

Para pensar o complexo é preciso que se faça a operação cognitiva de distinguir o foco de observação sem, exatamente, separar, reintegrando depois esse objeto em seu conjunto. Colocando lado a lado o princípio de Descartes – dividir os problemas em tantas partes quantas forem possíveis para melhor resolvê-las – e o de Pascal – é impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, assim como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes –, Morin afirma que ambos devem integrar-se e não permanecer separados. Trata-se da união entre complexidade e simplicidade: “O conhecimento complexo comporta, certamente, a rejeição da simplificação que dissolve os complexos, mas comporta, também, a aquisição que tudo o que a análise e a distinção fornecem” (MORIN, 2010a, p. 192). A simplificação é necessária, afirma, mas ela deve ser relativizada: “[...] aceito a redução consciente de que é redução e não a redução arrogante que crê possuir a verdade simples, por detrás da aparente multiplicidade e complexidade das coisas” (MORIN, 2008b, p. 148). Para o autor, a complexidade é a união dos processos de simplificação – seleção, hierarquização, separação, redução – com os outros contraprocessos – comunicação, articulação do que está dissociado e distinto. O pensamento complexo não precisa optar entre o pensamento redutor, que só vê os elementos, e o pensamento holístico, que vê apenas o todo: ele articula ambos (MORIN, 2008b).

Foi imprescindível para o desenvolvimento do pensamento científico, incluídas aí as ciências sociais, que se estabelecesse o método da disjunção, da redução e da abstração. No entanto, Morin alerta para o fato de que esses princípios passaram a governar a mente das pessoas em todos os âmbitos, e é preciso que se percorra o caminho da complexidade para dar respostas a problemas e questões que o pensamento simplificador não dá conta.

Outro risco ao se confrontar o pensamento complexo é o de confundir complexidade com completude. O pensamento complexo aspira ao conhecimento multidimensional, mas consciente de que o conhecimento completo é impossível. “Um dos axiomas da complexidade é a impossibilidade, mesmo em teoria, de uma onisciência” (MORIN, 2008b, p. 9). O problema da complexidade não é o da completude, mas o da incompletude do conhecimento; ele luta não contra a incompletude, mas contra a mutilação. Ao observar um fenômeno na perspectiva da complexidade, o desafio consiste em manter-se consciente de articulações feitas pelos cortes entre diferentes disciplinas, categorias cognitivas e tipos de conhecimento,

assumindo, no horizonte da multidimensionalidade, os princípios inevitáveis de incompletude e incerteza (MORIN, 2010b).

2.2 A complexidade como macroconceito

Como já destaquei, inspirada pelo próprio Morin proponho a compreensão da complexidade como um macroconceito, como um termo que comporta vários subconceitos que só funcionam de forma conectada, nas relações que estabelecem entre si e com a palavra principal. A ligação entre as noções é indissolúvel e faz com que elas remetam umas às outras; a mera ausência de uma delas pode mutilar gravemente o conceito mais amplo. Nem o próprio Morin fez o exercício de dissecar termo a termo, de forma didática, todos os componentes da noção de complexidade – organizar essas ideias em uma lista ou gráfico seria, talvez, demasiado cartesiano. Por isso, é importante buscar a compreensão dessas noções, aqui apresentadas separadamente em um esforço metodológico de definição, sempre tendo em mente que cada uma guarda inter-relações com as demais e que, juntas, todas compõem um macroconceito.

Na obra moriniana, cada conceito aqui apresentado aparece de forma diluída ao longo dos textos, alguns eventualmente aprofundados em títulos únicos que condensam reflexões mais aprofundadas, outros com recorrências rápidas em vários volumes, de modo que é possível até mesmo observar uma evolução no pensamento do autor a seu respeito. Não pretendo aqui arriscar este exercício metodológico de forma a esgotar todos os subconceitos componentes da ideia mais ampla de complexidade, pois essa tarefa exigiria uma pesquisa intensiva na obra de um autor com sete décadas de produção bibliográfica. A ideia também não é incorrer no erro de simplificar a complexidade. Meu propósito é identificar esses subconceitos, que são operadores importantes para a compreensão do conceito de complexidade, a partir do meu interesse de observação, que são os estudos de jornalismo **na** Era da Informação: paradigma; organização e sistema; dialogia, recursividade e holograma; acontecimento e singularidade; crise; além dos conceitos de razão, racionalidade, racionalização, *imprinting* e normalização, complementares à noção de paradigma.

2.2.1 Paradigma

Na seção anterior, a crítica de Morin ao paradigma científico de base cartesiana aparece como sustentação para a proposta de seu método da complexidade, que, por sua vez, só faz sentido quando orientado por um princípio de organização de conhecimento que corresponda a um paradigma de complexidade, em oposição ao paradigma de simplificação. Embora seja possível inferir do termo “paradigma” um sentido que corresponde à ideia de visão de mundo dominante em determinada época ou comunidade científica, é importante que se faça uma abordagem mais aprofundada sobre esse tema, a que faz referência reiteradas vezes ao longo de sua obra – tema que é um dos componentes do macroconceito de complexidade e ao qual o autor dedica parte importante do volume 4 de “O método”, centrado no estudo do mundo das ideias. Para o autor, num sentido geral, os paradigmas são os princípios organizadores do conhecimento que governam a visão que as pessoas têm da realidade e podem agir, muitas vezes, de forma invisível, embora seus efeitos sejam nítidos (MORIN, 2008b; 2011a).

Morin (2008b; 2010b; 2011a) desenvolve sua noção de paradigma expandindo-a a partir de uma historicização do conceito. A palavra ganhou notoriedade ao ser apropriada pelo físico norte-americano Thomas Kuhn (1922-1996) para descrever o processo de desenvolvimento das ciências. Na obra “A estrutura das revoluções científicas”, Kuhn sustenta que as ciências não se desenvolvem continuamente por meio do acúmulo de conhecimentos, mas por meio de saltos qualitativos, e os elementos-chave para essa transição por saltos são os paradigmas. Nos períodos de passagem de um paradigma a outro, ocorrem debates e incertezas e discutem-se os caminhos para a solução da crise. Esses períodos são chamados por Kuhn de “períodos pré-paradigmáticos” e marcam as revoluções científicas (FONSECA *et al.*, 2018). Em sua definição, paradigmas científicos são “[...] realizações científicas universalmente reconhecidas que, durante algum tempo, fornecem problemas e soluções modulares para uma comunidade de praticantes de uma ciência” (KUHN, 1975, p. 13). Para Kuhn, portanto, os paradigmas científicos correspondem a um consenso, na comunidade científica, a respeito do conhecimento válido para a ciência.

Morin remonta a Platão e Aristóteles para resgatar sentidos ancestrais da palavra de origem grega *parádeigma*, que significa modelo ou exemplo. Para Platão, referia-se à exemplificação do modelo ou da regra; para Aristóteles, era o argumento

que deveria ser generalizado a partir de um exemplo. Na linguística estrutural, o termo é definido por oposição e complementaridade com a noção de sintagma: no eixo vertical, o paradigma designa a língua ou código; no horizontal, o sintagma corresponde à dimensão da palavra ou da mensagem. O sentido da linguística, contudo, manteve-se afastado do vocabulário do debate científico. A versão mais difundida para a noção de paradigma é aquela que se aproxima do sentido de modelo ou regra geral, “[...] seja o conjunto das representações, crenças, ideias que se ilustram de maneira exemplar ou que ilustram casos exemplares” (MORIN, 2011a, p. 259). A importância do sentido atribuído a ela por Kuhn, na análise de Morin, é que com a noção de paradigma científico consolida-se a ideia de que o desenvolvimento da ciência não ocorre por meio da acumulação de conhecimentos, mas por transformação dos princípios que organizam o conhecimento; nessa perspectiva, as grandes transformações na história da ciência são impulsionadas por processos de revolução paradigmática. “A ciência não se limita a crescer; transforma-se” (MORIN, 2010b, p. 137).

O sentido sociológico que Kuhn insere no termo também é importante, pontua Morin, pois enfatiza o papel desempenhado pelas crenças, valores reconhecidos e técnicas comuns aos membros de determinado grupo na constituição dos paradigmas. Dessa forma, o paradigma tem “[...] valor radical de orientação metodológica, de esquemas fundamentais de pensamento, de pressupostos ou de crenças desempenhando um papel central, detendo assim um poder dominador sobre as teorias” (MORIN, 2011a, p. 259). Ao mesmo tempo, há um sentido vago na noção de Kuhn, pois o próprio autor norte-americano reconhece, na obra “A estrutura das revoluções científicas”, que ao longo do texto podem-se inferir vários sentidos associados ao termo paradigma, que, em seu extremo, pode ser interpretado como a adesão coletiva dos cientistas a uma visão de mundo. Em que pese a autocrítica a respeito dessa imprecisão, o conceito mais difundido de Kuhn continua influente no pensamento científico, tendo, inclusive, inspirado o trabalho dos autores canadenses Jean Charron e Jean de Bonville (2016), que propõem uma original periodização para o jornalismo identificando quatro grandes paradigmas jornalísticos com base nos paradigmas científicos.

Para Morin, os paradigmas são os princípios organizadores do conhecimento e estão no núcleo do pensamento humano. Controlam as teorias e raciocínios, como o paradigma de Kuhn, mas também o campo cognitivo, intelectual e cultural que os

geram. Em sua proposta conceitual, sugere uma associação da ideia de paradigma não somente ao saber científico, mas a todo o sistema noológico, que trata do mundo das ideias. Essa definição inclui elementos semânticos, lógicos e ideológicos:

Um paradigma contém, para todos os discursos que se realizam sob o seu domínio, os conceitos fundamentais ou as categorias-mestras de inteligibilidade, ao mesmo tempo que o tipo de relações lógicas de atração/repulsão (conjunção, disjunção, implicação ou outras) entre esses conceitos e categorias (MORIN, 2011a, p. 261).

Ao promover os conceitos fundamentais ou categorias-mestras de inteligibilidade, o paradigma seleciona as ideias que serão integradas no discurso ou na teoria e as que serão descartadas ou recusadas. As concepções deterministas, por exemplo, elegem a ordem como categoria-mestra, assim como as concepções espiritualistas escolhem o espírito; essas duas concepções excluem, respectivamente, a desordem e a matéria. No que diz respeito às operações lógicas mestras, o paradigma privilegia aquelas que se tornam preponderantes, pertinentes e evidentes sob seu domínio. “É ele que dá validade e universalidade à lógica que elegeu. Por isso mesmo, dá aos discursos e teorias que controla as características da necessidade e da verdade” (MORIN, 2011a, p. 262). Por meio das ideologias e teorias, o paradigma determina as mentalidades e visões de mundo; ele se torna praticamente invisível e invulnerável, sendo necessário, para que um pereça e outro surja, que ocorram “[...] frestas, fissuras, erosões, corrosões no edifício das concepções e teorias subentendidas [...]” (MORIN, 2011a, p. 268). Novas teses ou hipóteses devem surgir, não mais enquadradas no paradigma dominante, com validade confirmada e verificada, enquanto as teses e hipóteses anteriores devem ser consideradas como inválidas.

Fazendo referência ao epistemólogo japonês Mogoroh Maruyama (1929-2018), Morin observa que vários paradigmas podem coexistir numa mesma cultura, de forma harmônica ou não; da mesma forma, é possível que matrizes paradigmáticas diferentes sejam englobadas por um mesmo grande paradigma dominante. A revolução copernicana é um exemplo: a teoria heliocêntrica, formulada inicialmente pelo polonês Nicolau Copérnico no século XVI e depois corroborada por outros estudiosos, derrubou o sistema geocêntrico, que acabou por revelar-se uma doutrina que escondia a visão de centralidade do homem e seu hábitat, colocando-os no centro do universo. A afirmação do heliocentrismo de que é a Terra que se move ao redor do

Sol, e não o contrário, significou um abalo no paradigma antropocêntrico/geocêntrico, atingiu as verdades religiosas e confrontou a autoridade da Igreja. Houve dificuldades e resistências religiosas e intelectuais para que o foco antropocêntrico fosse suplantado pela ideia de que a Terra é apenas um pequeno planeta integrante de um sistema que orbita em torno de uma grande estrela (MORIN, 2011a). Porém, a matriz paradigmática heliocêntrica não venceu totalmente: cinco séculos depois, todas as descobertas científicas nos ramos da astronomia e da astrofísica, além de todos os avanços cada vez mais surpreendentes na área da pesquisa espacial, são postos em questão por grupos obscurantistas antropocêntricos que nem propriamente resgatam o paradigma geocêntrico: preferem negar as evidências científicas da existência da gravidade, do sistema solar e do próprio universo em expansão, formado por corpos celestes de diferentes matérias, e disseminam a ideia de que o planeta Terra tem o formato de um disco.¹⁹

Ao paradigma de simplificação que reúne os princípios de inteligibilidade da ciência clássica, e que influenciam não só o pensamento científico, mas todos os setores da vida social, Morin opõe sua proposta de paradigma de complexidade, “[...] conjunto dos princípios de inteligibilidade que, ligados uns aos outros, poderiam determinar as condições de uma visão complexa do universo (físico, biológico, antropossocial)” (MORIN, 2010b, p. 330).

a) Razão, racionalidade e racionalização

A razão, visão coerente dos fenômenos, das coisas e do universo, tem um aspecto lógico e pode, segundo Morin, desdobrar-se em dois ramos: racionalidade e racionalização. Ela opera segundo a lógica dos princípios organizadores do conhecimento, que são os paradigmas. Aberta, a racionalidade é o diálogo entre o sujeito que pensa e o mundo real. Se o mundo não está de acordo com o sistema lógico do sujeito, este admite sua insuficiência e reconhece que encontra apenas uma parte do real. “A racionalidade, de qualquer modo, não tem nunca a pretensão de esgotar num sistema lógico a totalidade do real, mas tem a vontade de dialogar com o que lhe resiste” (MORIN, 2008b, p. 102). Já a racionalização é fechada, pois quer encerrar a realidade em um sistema coerente; tudo o que contradiz esse sistema é desviado, esquecido, visto como ilusão ou aparência. Num grau extremo, a

¹⁹ Os chamados “terraplanistas” formam grupos organizados com representações em vários países, inclusive o Brasil, e se dedicam a argumentar que o formato esférico do planeta Terra é uma conspiração internacional (ALVIM, 2017; LOPES, 2017).

racionalização pode se transformar em paranoia, que é uma racionalização delirante. Racionalidade e racionalização têm a mesma origem, mas tornam-se opositoras ao se desenvolverem. É difícil definir a fronteira entre ambas. “Temos todos uma tendência inconsciente para afastar do nosso espírito o que vai contradizê-lo [...] Vamos minimizar ou rejeitar os argumentos contrários. Vamos ter uma atenção seletiva sobre o que favorece a nossa ideia” (MORIN, 2008b, p. 102-103). Um exemplo de racionalização política é a ideia do complô judeu para dominar o mundo através do capital financeiro, no início do século XX, que “[...] é a explicação universal para que o antissemita compreenda logicamente a repulsa que sente pelo judeu” (MORIN, 1986, p. 135). Também a paranoia anticomunista disseminada por grupos ultraconservadores no Brasil, que acusam vários setores da sociedade, como as universidades, escolas e instituições culturais (por extensão, professores, estudantes e artistas), de serem propagadores do chamado “marxismo cultural” (*sic*), pode ser interpretada como um exemplo de racionalização ideológica.²⁰ O “delírio racionalista”, como define Morin, distorce o real para que ele obedeça à ideia que se quer impor como dominante (MORIN, 1986).

b) *Imprinting* e normalização

Os paradigmas estão no princípio do pensamento humano e comandam esquemas e modelos explicativos, que, por sua vez, impõem uma visão de mundo. Dessa forma, eles controlam a lógica dos pensamentos, discursos e teorias. A isso, associa-se o determinismo dos sistemas de convicção e crença que acabam por impor, inadvertidamente, o *imprinting* cultural, matriz que estrutura o conformismo, e a normalização, silenciamento de quaisquer manifestações de dúvidas ou contestações das ideias dominantes. Morin esclarece que o termo *imprinting* é oriundo da biologia e designa a marca incontornável imposta pelas primeiras experiências do animal quando filhote. “Ora, há um *imprinting* cultural que marca os humanos, desde o nascimento, com o selo da cultura, primeiro familiar e depois escolar, prosseguindo na universidade ou na profissão” (MORIN, 2011a, p. 29). Imposto pela cultura, o *imprinting* marca irreversivelmente o modo de conhecer e de agir das pessoas, reforçado pela aprendizagem, que elimina outros modos possíveis de conhecer.

²⁰ A exemplo das declarações públicas feitas por gestores do Ministério da Educação no governo brasileiro instalado a partir de 2019 (FILHO, 2019).

Mesmo quando se atenua a força do tabu, que proíbe, como nefasta e perversa, toda ideia não conforme, o *imprinting* cultural determina a desatenção seletiva, que nos faz considerar tudo aquilo que não concorde com nossas crenças, e o recalque eliminatório, que nos faz recusar toda informação inadequada às nossas convicções, ou toda objeção vinda de fonte considerada má (MORIN, 2011b, p. 30).

A normalização opera de forma complementar ao *imprinting* e se manifesta de forma a reprimir ou intimidar as iniciativas de contestação ou dúvida em relação às crenças coletivas. “[...] com seus subaspectos de conformismo, exerce uma prevenção contra o desvio e elimina-o, se ele se manifesta” (MORIN, 2011b, p. 31). Juntos, o *imprinting* e a normalização atuam na perpetuação dos modos de conhecimento e de verdades estabelecidas social e culturalmente. “As crenças que se impõem são fortalecidas pela fé que suscitaram. Assim, se reproduzem não somente os conhecimentos, mas as estruturas e os modos que determinam a invariância dos conhecimentos” (MORIN, 2011b, p. 31-32).

No entanto, mesmo com essas determinações internas e externas que perpetuam o conformismo e engessam o conhecimento, Morin observa que, ao mesmo tempo, o conhecimento também encontra brechas para evoluir, transformar-se, progredir ou mesmo regredir. Isso ocorre sempre que a pluralidade e a diversidade de pontos de vista encontram condições de expressão em sociedades que permitem o encontro, a comunicação e o debate de ideias, estimulando processos de dialógica cultural. “Basta, por vezes, uma pequena brecha no determinismo, permitindo a emergência de um desvio inovador ou provocado por um abscesso de crise, para criar as condições iniciais de uma transformação que pode, eventualmente, tornar-se profunda” (MORIN, 2011b, p. 39).

2.2.2 Organização (Sistema)

O princípio organizacional ou sistêmico é a ideia panorâmica que remete à noção de ligação indissociável entre todo e partes, partes e todo, que está presente em outros elementos da complexidade. Morin a desenvolve com o estudo de autores que elaboraram teorias sobre sistemas, todos a princípio reconhecendo neles dois traços essenciais: (1) a inter-relação entre os elementos, e (2) a unidade global constituída por esses elementos em inter-relação. O autor destaca a contribuição do linguista suíço Ferdinand de Saussure (1857-1913) para sua teorização ao acrescentar a ideia de totalidade **organizada** formada por elementos solidários. “Com efeito, não basta

associar inter-relação e totalidade, é preciso ligar totalidade à inter-relação pela ideia de organização” (MORIN, 2008a, p. 131). Nessa lógica, conceitua sistema como “[...] unidade global organizada de inter-relações entre elementos, ações ou indivíduos” (MORIN, 2008a, p. 132). Em suas primeiras obras nas quais trata da complexidade, Morin adota com mais frequência a ideia de sistemas como unidades organizadas; nas mais recentes, o autor assume a preferência por falar em organização, pondo ênfase na noção de ligação entre todo e partes e nas emergências que surgem dessa relação. Por questão de fidelidade às obras citadas, uso ambos os termos neste trabalho, considerando que são indissociáveis e buscando sempre manter a coerência com o contexto original.

O desenvolvimento da noção de sistema feito por Morin, portanto, parte fundamentalmente da teoria geral dos sistemas do biólogo austríaco Ludwig von Bertalanffy (1901-1972). Até meados do século XX a palavra era usada em diferentes áreas do conhecimento – designava, por exemplo, tanto o sistema solar quanto os sistemas sociais, que têm princípios de organização distintos; no entanto, a ideia de sistema não havia sido autonomizada e atentamente estudada até então. A proposta de Bertalanffy, embora pioneira por introduzir a discussão focada na problemática sistêmica, não refletia efetivamente, segundo Morin, o conceito de sistema. Essa teoria partia do fato de que a maior parte dos objetos de estudo das ciências – como átomos, moléculas, células, organismos, sociedades, galáxias, astros – formam sistemas, ou seja, são conjuntos de partes diversas que constituem um todo. Com essa premissa, a ideia sistêmica começa a pôr em questão a validade de um conhecimento reducionista e levanta a percepção de que um todo é mais do que o conjunto das partes que o compõem (MORIN, 2006). No entanto, essa noção era trabalhada de forma generalista, o que não bastava, na visão de Morin, para que a noção de sistema assumisse um lugar epistemológico. A principal crítica do autor à teoria geral dos sistemas é seu caráter holístico, que procura explicar os fenômenos olhando para a totalidade (o todo), sem observar os elementos de base (as partes). Para Morin, essa perspectiva depende do mesmo princípio simplificador do reducionismo.

[...] a teoria dos sistemas não escavou seus próprios alicerces, não elucidou o conceito de sistema. Assim, o sistema como paradigma permanece larvar, atrofiado, não esclarecido; a teoria dos sistemas sofre, portanto, de carência fundamental: tende incessantemente a cair nos trilhos reducionistas, simplificadores, mutilantes, manipuladores de que se devia libertar e libertar-nos (MORIN, 2010b, p. 257).

Visando reagir ao reducionismo extremo da ciência clássica em meados do século XX, a teoria dos sistemas atingiu um holismo que operou uma redução ao todo, desprezando as partes enquanto tal e míope à complexidade no interior da unidade global. Tanto a visão reducionista, que considera apenas as partes, quanto a holista, que só vê o todo, simplificam o problema da unidade complexa e estão inscritas em um mesmo paradigma (MORIN, 2008a). Morin sustenta a necessidade de se pensar o sistema a partir de um princípio de conhecimento que não seja holístico, mas complexo, o que significa elevar a noção de sistema do nível teórico para o nível paradigmático. Restrita ao nível teórico, a ideia de sistema mantém-se filiada ao paradigma de simplificação, pois permanece reducionista (restringe a observação ao todo e despreza as partes). “Só no nível paradigmático, em que desabrocha verdadeiramente sua complexidade virtual, a sistêmica poderia abrir-se para uma nova organização (complexa) do pensamento e da ação” (MORIN, 2010b, p. 274-275).

Uma característica importante do sistema é sua apresentação como *unitas multiplex*: sob o ângulo do todo, ele é um e homogêneo, mas, do ponto de vista dos constituintes, é diverso e heterogêneo. Olhar para o sistema complexo implica associar as ideias de unidade e de diversidade ou multiplicidade, que, à primeira vista, poderiam se repelir e se excluir.

O que é preciso compreender são as características da unidade complexa: um sistema é uma unidade global, não elementar, já que ele é formado por partes diversas e inter-relacionadas. É uma unidade original, não original: ele dispõe de qualidades próprias e irreduzíveis, mas ele deve ser produzido, construído, organizado. É uma unidade individual, não indivisível: pode-se decompô-lo em elementos separados, mas então sua existência se decompõe. É uma unidade hegemônica, não homogênea: é constituído de elementos diversos, dotados de características próprias que ele tem em seu poder (MORIN, 2008a, p. 135).

As partes do sistema interagem entre si, mas é a **organização** que permite que os elementos sejam dispostos de modo a estabelecer um equilíbrio. Inter-relações, organização e sistema compõem uma tríade indissociável no paradigma sistêmico de Morin. A organização opera o encadeamento das inter-relações entre componentes ou indivíduos na unidade complexa e assegura solidariedade e solidez a essas ligações, dando ao sistema uma possibilidade de duração, mesmo com possíveis perturbações. A organização transforma, produz, religa e mantém as ligações entre os componentes do sistema. Nessas relações surgem as **emergências**, que são as “[...]”

qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam um caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades de componentes considerados isolados ou dispostos diferentemente em um outro tipo de sistema” (MORIN, 2008a, p. 137). As emergências só se manifestam a partir da organização dos elementos diversos no todo e não poderiam ser deduzidas pelas qualidades ou propriedades de cada um, isoladamente. “As emergências não são epifenômenos nem superestruturas, mas qualidades superiores originárias da complexidade organizadora” (MORIN, 2011b, p. 209). Ao mesmo tempo em que podem acrescentar qualidades ao sistema (fazendo com que o todo torne-se mais do que a soma de suas partes), as emergências também podem ocorrer de forma negativa, por meio de imposições ou inibições, e, dessa forma, o todo torna-se menos que a soma das partes. “Devemos então considerar em todo sistema, não apenas o ganho em emergências, mas também a perda por imposições, escravidões, repressões” (MORIN, 2008a, p. 146).

2.2.3 Operadores cognitivos: dialogia, recursividade e holograma

Os princípios dialógico, recursivo e hologramático são estratégias que ajudam a pensar a complexidade dos fenômenos. O **princípio dialógico**, “herdeiro” da dialética na construção proposta por Morin, diz respeito ao enfrentamento das contradições, sempre rejeitadas pelo pensamento científico clássico. Morin desenvolve sua noção de dialógica a partir do pensamento de Hegel (1770-1831), em cuja dialética percebia um esforço de superação das contradições: “[...] um pensamento que se desenvolve no antagonismo permanente das ideias e que sempre se defronta com um novo antagonismo quando o próprio pensamento acredita ter superado o antagonismo que o sustenta” (MORIN, 2014b, p. 79). Após um período de engajamento no Partido Comunista francês durante a Segunda Guerra, o autor passou por um processo de revisão de suas convicções ideológicas em função da dificuldade de aceitar as extremas contradições que enxergava no regime stalinista, o que fez sua ideia de dialética hegeliano-marxista inspirar a de dialógica, “[...] uma herdeira da dialética hegeliana sem seus riscos de intemperança” (MORIN, 2014b, p. 85). Se em Hegel as contradições encontram uma solução e suprimem-se em uma unidade superior, na dialógica elas mantêm os antagonismos e conflitos como elementos complementares, e essa persistência é constitutiva da complexidade. A palavra “dialógica” remete à ideia de uma unidade complexa entre duas lógicas,

entidades ou instâncias complementares, concorrentes e antagônicas que se retroalimentam, se completam, se opõem e se combatem (MORIN, 2012a).

O antagonismo interno também é ingrediente do princípio da **recursão organizacional**, segundo o qual produtos e efeitos são ao mesmo tempo causas e produtores daquilo que os produzem, o que rompe com a ideia linear de causa-efeito, produto-produtor. O filósofo clássico francês Blaise Pascal (1623-1662) é o inspirador dessa noção, com a formulação que Morin define como a introdução da causalidade “interativa, retroativa e em circuito”: “E como todas as coisas são causadas e causantes, ajudadas e ajudantes, mediatas e imediatas [...] considero impossível conhecer as partes sem conhecer o todo, bem como conhecer o todo sem conhecer particularmente as partes” (PASCAL *apud* MORIN, 2014b, p. 60). A ideia de um circuito (ou, em algumas traduções, anel) retroativo ou recursivo sintetiza a percepção de que um produto torna-se necessário à produção e à causa daquilo que o produz.

Trata-se de um processo em que os efeitos ou produtos são, ao mesmo tempo, causadores e produtores no próprio processo, sendo os estados finais necessários à geração dos estados iniciais. Assim, o processo retroativo se produz/reproduz, sob a condição, claro, de ser alimentado por uma fonte, uma reserva ou um fluxo exterior (MORIN, 2011a, p. 113).

O processo de conhecimento pode ser observado sob o princípio da recursão organizacional: o conhecimento não é apenas um produto, mas dispõe de potencialidades geradoras e organizacionais em nível paradigmático e também a partir de axiomas, postulados, crenças, concepções ou mesmo informações. Está ativo e presente na autoprodução permanente da sociedade, que em seu desenvolvimento comporta uma dimensão cognitiva. Os resultados do processo de conhecimento produzem a sociedade, que, por sua vez, retroage no processo de conhecimento (MORIN, 2011a).

O **princípio hologramático** também parte da rejeição à disjunção simplificadora todo/partes e enfatiza a observação das emergências decorrentes da relação contínua entre o todo e as partes, ou seja, qualidades, elementos ou características acrescentadas ao sistema organizado a partir da relação entre as suas diversas partes. Um holograma é uma imagem cujas qualidades de relevo, cor e presença devem-se ao fato de cada um de seus pontos incluírem quase toda a informação do conjunto que ele representa. Nesse princípio, o raciocínio é que o todo

é alguma coisa a mais que a soma das partes, na medida em que produz qualidades que não existiam nas coisas separadas. Ao mesmo tempo, o todo também é menos que a soma das suas partes, já que estas podem ter qualidades ou propriedades inibidas por contingências na organização do todo (MORIN, 2010a; 2010b). Para o autor, é preciso superar as abordagens reducionistas que focam só na observação das partes separadamente – tendência do pensamento científico clássico – assim como rejeitar as visões holísticas que valorizam o todo e desprezam as singularidades das partes – como a teoria geral dos sistemas, já abordada na parte 2.2. O princípio hologramático implica, portanto, o reconhecimento do que Morin chama de emergências, que são as “[...] qualidades ou propriedades de um sistema que apresentam caráter de novidade com relação às qualidades ou propriedades de componentes considerados isolados ou dispostos diferentemente em um outro tipo de sistema” (MORIN, 2008a, p. 137).

Nessa ótica, é possível considerar, por exemplo, que um indivíduo faz parte da sociedade, mas a sociedade também constitui o indivíduo por meio da linguagem, da cultura e das normas sociais que ele deve seguir. Ou, ainda, perceber que, nos seres vivos, a informação do DNA contém a totalidade da informação genética de cada organismo, mas essa informação só gera emergências a partir da interação entre as combinações de bases. “Isso significa que abandonamos um tipo de explicação linear por um tipo de explicação em movimento, circular, onde vamos das partes para o todo, do todo para as partes, para tentar compreender um fenômeno” (MORIN, 2010b, p. 182).

2.2.4 Acontecimento e singularidade

O interesse sociológico de Morin pelo estudo do acontecimento e pela observação dos fenômenos em sua singularidade resultou em sua aproximação da atividade jornalística, nos anos 1960, como já abordei na Introdução. Foi nesse período que o autor desenvolveu os estudos da chamada “Sociologia do Presente”, nos quais sugeriu um caminho desviante em relação à Sociologia tradicional da época. Enquanto esta se ocupava de observar a realidade social em busca de regularidades nos fenômenos, desprezando o que fosse exceção, a Sociologia do Presente prestava atenção nos fatos únicos, singulares, a partir de abordagens transdisciplinares. Tratava-se de uma sociologia “[...] mais centrada no fenômeno que na disciplina, mais centrada no acontecimento que na variável, mais na crise que na

regularidade estatística” (MORIN, 1984, p. 128). Acontecimento, nessa lógica, é “[...] a irrupção ao mesmo tempo do vivido, do acidente, da irreversibilidade, do singular concreto no tecido da vida social” (MORIN, 1984, p. 221-222).

No início dos anos 1970, Morin lançou a discussão sobre a pertinência da constituição de uma ciência do acontecimento, organizando inclusive o lançamento de uma edição da revista “Communications” inteiramente dedicada ao tema, em 1972.²¹ Em 17 artigos, Morin e autores como Henri Atlan, Abraham Moles, Stéphane Lupasco, Henri Laborit e Pierre Nora propõem abordagens do acontecimento como objeto de estudo sob diferentes perspectivas teóricas e disciplinas. Na introdução do volume, Morin salienta que, mais do que problematizar o acontecimento, propor definições ou explorar possíveis tipologias, o objetivo dos autores era reconhecer a possibilidade ou impossibilidade de elaborar uma ciência do acontecimento, “[...] ou seja, transformar em objeto da ciência aquilo que foi deixado até agora como resíduo irracional da pesquisa objetiva” (MORIN, 1972a, p. 4).²²

No artigo de sua autoria publicado na ocasião e anos depois atualizado no livro “Ciência com consciência”, Morin parte da análise do acontecimento nas ciências físicas e biológicas para construir sua abordagem sociológica. Identificado com a singularidade, a contingência, o acidente e a irreducibilidade, o acontecimento, “monstro da sociologia”, deve ser compreendido não no contexto de cascatas e sequências de acontecimentos diacrônicos, mas em relação a um sistema de referência. A noção de acontecimento é complexa, pois remete a outras noções e, simultaneamente, as contém; também é uma noção relativa, pois o acontecimento não existe em forma “pura”, estando sempre inscrito em um sistema. “A natureza acidental, aleatória, improvável, singular, concreta, histórica do acontecimento depende do sistema segundo o qual o consideramos” (MORIN, 2010b, p. 251).

O autor aponta também dois polos extremos na noção de acontecimento: de um lado, ele representa tudo que acontece no tempo, ou seja, tudo o que tem nascimento e fim; de outro, aquilo que é improvável, singular, acidental. O imenso

²¹ A revista “Communications” era publicada pelo então Centro de Estudos em Comunicação de Massa (CECMAS), hoje Centro Nacional de Pesquisa Científica (CNRS, sigla em francês para Centre National de Recherche Scientifique). O título mantém publicações regulares, hoje sob responsabilidade do Centro Edgar Morin, que integra o Instituto Interdisciplinar de Estudos do Contemporâneo (IIAC). As edições recentes da Communications não são de acesso gratuito, mas as antigas estão sob licença Creative Commons. A edição dedicada ao estudo do acontecimento pode ser acessada integralmente on-line: https://www.persee.fr/issue/comm_0588-8018_1972_num_18_1. Acesso em: 23 abr. 2018.

²² No original: “[...] c’est-à-dire de transformer en objet de science ce qui était demeuré jusqu’alors le résidu irrationnel de la recherche objective.”

espaço entre esses dois polos permanece obscuro. No primeiro sentido, tudo pode ser considerado acontecimento, a começar pelo mundo fenomenal assim como é constituído – pode-se imaginar sua origem, prever seu fim e testemunhar ao menos parte de seu desenvolvimento. O nascer do sol não é um acontecimento no segundo sentido, mas um amanhecer ensolarado após um longo período de chuvas e enchentes pode sê-lo. O sistema de referência sempre deve ser considerado. Morin não tenta criar uma taxonomia do acontecimento, mas sugere referências para sua identificação: (1) o tempo; (2) a distância em relação à norma, e (3) a relação com os objetos ou sistemas afetados. No mundo fenomenal, tudo é acontecimento em relação ao tempo; porém, considerando que o mundo fenomenal dispõe de certa estabilidade e tende a perdurar, então o acontecimento torna-se aquilo que aparece e desaparece no âmbito dessa estabilidade. No que diz respeito à relação com a norma, o acontecimento define-se como tal quando ele é excepcional ou desviante. Quanto aos sistemas, num sentido amplo, o acontecimento será toda modificação que venha a afetá-los; num sentido forte, será o efeito profundo ou durável resultante de um encontro. O acontecimento aparece, portanto, como algo multifatorial, multi-relacionado, dotado de uma taxa de imprevisibilidade ou de improbabilidade (MORIN, 1972b).

Interrogar o acontecimento imprevisível e constatar seu potencial inovador, modificador ou revelador era o primeiro imperativo da Sociologia do Presente. O segundo era buscar conhecer a realidade concreta revelada na singularidade dos fenômenos (MORIN, 2010a). Na observação dos acontecimentos factuais – que passou a desenvolver não só na pesquisa sociológica, mas também por meio de frequentes colaborações para os jornais diários franceses, com o que chamou de “articles à chaud”, escritos no calor dos acontecimentos – Morin passa a enfatizar também a surpresa que eles provocam. “A surpresa nos obriga a revisar nossos sistemas de explicação que não a haviam previsto, de pensar no que ela significa de novo, e eventualmente no que ela anuncia para o futuro. A surpresa é, então, vitalizante para o pensamento” (MORIN, 2014a, p. 8).²³ A pesquisa social realizada na comuna de Plozévet, na região administrativa da Bretanha, noroeste da França, foi o expoente da experiência da Sociologia do Presente e dos estudos do acontecimento

²³ No original: « La surprise nous oblige à réviser nos systèmes d'explication qui ne l'avaient pas prévue, de penser à ce qu'elle signifie de nouveau, et éventuellement ce qu'elle annonce pour le futur. La surprise est donc vitalisante pour la pensée. »

e do singular. O trabalho transdisciplinar buscou observar, sob diferentes ângulos, o processo de modernização da pequena localidade de menos de 3 mil habitantes.

O problema não era apenas respeitar o singular e o concreto (vidas, destinos e problemas), era também situar este singular concreto na grande corrente de transformação que, na época, atravessava a França e, mais amplamente, a Europa. O problema era, então, poder ao mesmo tempo fechar e abrir o objeto da pesquisa: tê-lo suficientemente fechado para guardar sua singularidade, mas abri-lo para a história passada e sobretudo para as correntes nacionais e transnacionais da modernização generalizada (MORIN, 2010c, p. 175-176).

Morin identificou seis princípios gerais da Sociologia do Presente, nos quais estão inseridos a ênfase no olhar para o acontecimento e o singular. Em primeiro lugar, os fenômenos singulares analisados não deveriam ser isolados do ponto de vista disciplinar, e sim a partir de uma emergência empírica, como um acontecimento ou uma série de acontecimentos em cadeia.

O fenômeno adere à realidade empírica e, ao mesmo tempo, evoca o pensamento teórico. A necessidade constante de multidimensionalidade e de interdisciplinaridade traduz timidamente a necessidade de uma abordagem adaptada ao fenômeno, e já não de uma adaptação do real à disciplina (MORIN, 1986, p. 221).

O segundo princípio considera o acontecimento como o “[...] singular concreto no tecido da vida social [...]” e assume que ele pode levar à elaboração de teorias gerais válidas. “Uma teoria pode ser elaborada não só a partir de regularidades estatísticas mas também a partir de fenômenos e situações extremas, paroxísticas, ‘patológicas’, que têm um papel revelador” (MORIN, 1986, p. 221-222). Disso decorre o terceiro princípio, que afirma o caráter factual e excepcional do acontecimento, do ponto de vista sociológico: ele é “[...] tudo o que não se inscreve nas regularidades estatísticas”. O acontecimento representa um elemento novo dentro da realidade social, um princípio desestruturante que “[...] dá origem a uma ou mais questões, e ao mesmo tempo abala a estrutura racionalizadora. O caráter questionador do acontecimento põe em movimento o ceticismo crítico”. O quarto princípio enxerga o acontecimento como acidente, como algo perturbador e modificador que põe em movimento uma dialética de involução ou de evolução. A visão das crises como fontes de extrema riqueza para uma sociologia que não tem foco principal na descrição das regularidades constitui o quinto princípio: os momentos de crise são “[...] concentrados explosivos, instáveis [...]” que revelam realidades latentes invisíveis em

condições de estabilidade. Por fim, o autor define como sexto princípio a ênfase ao envolvimento direto do observador com o fenômeno observado, no que diz respeito às metodologias de trabalho do sociólogo. Para Morin, métodos como o uso de questionários só permitem uma verificação superficial da realidade, enquanto a investigação participante e presencial potencializa outros achados por meio da observação direta e mesmo da intervenção (MORIN, 1984, p. 221-223).

2.2.5 Crise

A noção de crise está diretamente relacionada com a de sistema no que ela diz respeito à sua estabilidade: Morin a define como “[...] o aumento da desordem e da incerteza no seio de um sistema (individual ou coletivo)” (MORIN, 2016, p. 17).²⁴ Essa desordem é provocada pelo bloqueio dos dispositivos de organização que atuam como reguladores do sistema. Ao mesmo tempo em que esse bloqueio provoca entraves, pode haver também o desbloqueio de potencialidades que se encontravam adormecidas e que contribuem para o enfrentamento da crise. Uma crise, portanto, é sempre um momento com potencialidades destrutivas e regeneradoras. A reflexão sobre a necessidade de se pensar teoricamente sobre essa noção e os sentidos a ela atribuídos, que, para Morin, também pode ser tomada como um macroconceito, surgiu também durante os estudos da Sociologia do Presente desenvolvidos pelo autor. Sua proposta de uma “crisologia”, ou de uma teoria da crise, justifica-se com a ideia de que as ciências humanas, ao observar as crises como objeto de estudo, devem superar uma visão ingênua ou redutora, problematizando essa noção e tomando-a como um

[...] conceito cientificamente utilizável e epistemologicamente controlável. Trata-se de fazer passar a palavra “crise” do nível primeiro de linguagem-objeto para o nível segundo de metalinguagem epistemológica e teórica. Isto só poderia contribuir para esclarecer um vastíssimo e muito diversificado campo de pesquisas, sobrepondo-se às múltiplas disciplinas das ciências sociais e humanas (MORIN, 1984, p. 115-116).

O estudo de Morin sobre a noção de crise tem início com a análise do sentido etimológico da palavra, na qual observa um paradoxo: para os gregos, *krisis* correspondia ao momento que permite o diagnóstico de uma doença; porém, no sentido em que a entendemos hoje, significa o contrário: “[...] ela traduz a dificuldade

²⁴ No original: “[...] l’accroissement du désordre et de l’incertitude au sein d’un système (individuel ou collectif).”

de fazer um diagnóstico. A crise, em suma, traz uma incerteza” (MORIN, 2016, p. 6).²⁵ Nos sistemas humanos e sociais, segundo Morin, os desvios de percurso provocados pelas crises podem permitir uma nova organização.

Uma crise tem nela potencialidades negativas de regressão e de destruição, e potencialidades positivas que, graças à imaginação criadora, permitem encontrar novas soluções. Ou ainda, o que ocorre com frequência, de simplesmente restaurar um *statu quo ante*. Assim definida, a noção de crise me parece operacional (MORIN, 2016, p. 6-7).²⁶

Na noção de crise estão interligadas as ideias de perturbação (interna ou externa, em ambos os casos desencadeadoras de processos críticos), o aumento das desordens e incertezas, o bloqueio dos processos de reorganização permanente, o acionamento de atividades de busca de soluções, o surgimento de soluções “míticas” e “imaginárias” e a dialetização de todos esses componentes. Para Morin, a crise tem potencial revelador, pois evidencia aspectos que em situações não-críticas permaneciam ocultos, e também potencial efetor, ao movimentar tudo o que pode trazer mudança.

A noção de crise desenvolve sua plena riqueza, indica Morin, nos estudos sociohistóricos, embora inicialmente tenha sido aplicada aos organismos biológicos. Porém, o autor considera que uma teoria das crises sociais só pode ser estabelecida perante uma teoria social que também seja sistemática, cibernética e bio-neguentrópica – ou seja, que ocorra em um conjunto organizado pela inter-relação de seus constituintes, em equilíbrio constante e que, em caso de desequilíbrio, tenda para a reorganização permanente. Para Morin, superar a ideia de perturbação ou de ruptura do equilíbrio na compreensão da crise é o primeiro princípio da crisologia, e para esse movimento a sociedade deve ser compreendida como um sistema capaz de ter crises, considerada a partir dos princípios sistemático, cibernético e neguentrópico (MORIN, 2016). Ao afirmar a possibilidade e a utilidade de uma crisologia, Morin sustenta que esta deve comportar um método de observação e de intervenção ligados a uma teoria, embora, costumeiramente, a palavra crise seja empregada de forma “[...] grosseira e oca; que em vez de despertar, contribua para

²⁵ No original: “[...] il traduit la difficulté de faire un diagnostic. La crise en somme apporte une incertitude.”

²⁶ No original: “Une crise a donc en elle des potentialités négatives de régression et de destruction, et des potentialités positives qui, grâce à l’imagination créatrice, permettent de trouver de nouvelles solutions. Ou bien, ce quise produit souvent, de simplement restaurer un *statu quo ante*. Ainsi définie, la notion de crise me paraît être opérationnelle.”

adormecer. [...] A crise do conceito de crise é o início da teoria da crise” (MORIN, 2016, p. 62).²⁷

2.3 A centralidade do conhecimento

O conhecimento é um elemento basilar na teoria da complexidade. No percurso de seu método, Morin sustenta a importância de que essa noção torne-se também objeto de estudo – o que ele refere reiteradamente como “conhecimento do conhecimento”, título do volume 3 de “O método”. Nessa obra, o autor trata da **bioantropologia do conhecimento**, o processo em que analisa os mecanismos biológicos e psíquicos que permitem o funcionamento da “máquina de conhecer” que é o cérebro humano. Na sequência, em “O método 4: as ideias”, o autor dá continuidade ao estudo do conhecimento com a **noologia** (estudo do mundo das ideias), a **lógica** e a **paradigmatologia**, transitando pelas esferas de ideias que operacionalizam o pensamento e organizam o sentido do mundo, abordando questões como as fronteiras entre cultura científica e cultura das humanidades, os paradigmas de disjunção e de conjunção e o tronco comum existente entre conhecimento, cultura e sociedade. A articulação desses quatro modos de estudo de conhecimento constitui aquilo que ora chama de “epistemologia complexa”, ora de “conhecimento do conhecimento” (MORIN, 2011a; 2015). Não é o propósito deste trabalho resumir os dois volumes de “O método” dedicados ao estudo do conhecimento, mas, em coerência com o objetivo de identificar no pensamento de Morin conceitos que contribuam para o estudo do jornalismo, apresento uma leitura dos aspectos apresentados pelo autor que julgo relevantes para pensar a relação entre jornalismo e conhecimento, discussão central nesta tese. Nesse sentido, o esforço de conceituação inicial é alinhado com as relações entre conhecimento, cultura e sociedade.

Embora a noção de conhecimento possa parecer “una e evidente”, é desafiador pensar a seu respeito em busca de um conceito que escape à simplificação. Refletir sobre o que é o conhecimento, na análise de Morin, gera novas interrogações e desdobra-se em outras noções: pode remeter a saber, informação, percepção, representação, razão, cogitação, ciência, filosofia, senso comum e muitas outras referências. “Desde o início, estamos situados diante do paradoxo de um

²⁷ No original: “[...] grossier et creux ; qu’au lieu d’éveiller, il contribue à endormir. [...] La crise du concept de crise est le début de la théorie de la crise.”

conhecimento que não somente se despedaça desde a primeira interrogação, mas que também descobre o desconhecido em si mesmo e ignora até mesmo o que significa conhecer” (MORIN, 2015, p. 17). É, portanto, uma noção que pode ser diversa e múltipla e que não se pode reduzir a uma única ideia. Deve, também, ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que comporta necessariamente: (a) competências, ou seja, aptidões para produzir conhecimentos; (b) atividades cognitivas, ou seja, processos de conhecimento; e (c) saberes resultantes dessas atividades. Dessa forma, o conhecimento deve ser considerado sob a perspectiva das condições de produção dos instrumentos que o produzem, que são o aparelho cognitivo, a cultura e os meios culturais.

As competências e atividades cognitivas humanas necessitam de um aparelho cognitivo, o cérebro, que é uma formidável máquina bio-físico-química; esta necessita da experiência biológica de um indivíduo; as aptidões cognitivas humanas só podem desenvolver-se no seio de uma cultura que produziu, conservou, transmitiu uma linguagem, uma lógica, um capital de saberes, critérios de verdade. É nesse quadro que o espírito humano elabora e organiza o seu conhecimento utilizando os meios culturais disponíveis (MORIN, 2015, p. 18).

Saber e informação são noções associadas à de conhecimento: o saber é reflexivo, a informação é constituída de unidades designáveis e objetiváveis da realidade e o conhecimento é organizador (MORIN, 2008b). Porém, o conhecimento não se reduz à organização de informações, pois precisa de estruturas teóricas para dar sentido a elas. “[...] Percebemos, então, que, se tivermos muitas informações e estruturas mentais insuficientes, o excesso de informação mergulha-nos numa ‘nuvem de desconhecimento’” (MORIN, 2010b, p. 98). Em relação à realidade, o conhecimento não pode refleti-la diretamente: pode apenas traduzi-la e reconstruí-la. “Não há conhecimento ‘espelho’ do mundo objetivo. O conhecimento é sempre tradução e construção” (MORIN, 2010c, p. 201). Se todo conhecimento implica tradução e reconstrução, envolve, também, interpretação, o que pode levar ao erro. Reconhecer essa possibilidade é imprescindível para o estudo do conhecimento, na visão do autor, assim como a necessidade de inclusão do sujeito no processo de conhecimento. “Necessitamos, portanto, reintegrar e conceber o grande esquecido das ciências e da maioria das epistemologias; e enfrentar, sobretudo aqui, o problema incontornável da relação sujeito/objeto” (MORIN, 2015, p. 30).

Mesmo se tratando o conhecimento de um fenômeno multidimensional, sua organização no interior da cultura provocou uma cisão, ainda muito evidente, entre

ciência e filosofia. Tal separação resultou em diversas outras polarizações e especializações, despedaçando o conhecimento em múltiplas partes. O fechamento disciplinar e o crescimento dos saberes separadamente leva cada um a ignorar cada vez mais o saber global existente (MORIN, 2015). Cultura humanista e cultura científica, oriundas da mesma fonte grega e tendo emergido no Renascimento, dissociam-se ao longo dos séculos XVIII e XIX e assumem modos de organização distintos. Antropocentrada, a cultura humanista estuda a condição e a conduta humanas, a situação das pessoas no mundo, a sociedade. Já a cultura científica estabeleceu-se a partir de uma separação inicial entre juízos de valor e apreciações da realidade, o que proporcionou um crescimento exponencial de seus conhecimentos, aos poucos fechados em disciplinas e restritos aos especialistas de cada área. Limitam-se, assim, as possibilidades de comunicação tanto entre as duas culturas, que têm estruturas de comunicação diferentes, quanto entre as disciplinas, fechadas em suas especializações. Também decorre disso a rarefação nas possibilidades de reflexão: “Enquanto a reflexão liga um objeto particular ao conjunto do qual faz parte, e esse conjunto ao sujeito que reflete, torna-se impossível refletir sobre saberes despedaçados” (MORIN, 2011a, p. 85). Separadas, cultura humanista e cultura científica são, para o autor, duas “subculturas”, e o restabelecimento do diálogo entre ambas implicaria a construção do conhecimento em sua forma mais relevante, aquele no qual as informações e saberes são situados no **contexto** que esclarece seu sentido (MORIN, 2010c).

2.3.1 Conhecimento pertinente, conhecimento em contexto

Como vimos, saberes separados, fragmentados e compartimentados entre disciplinas são resultado de um modelo de pensamento que se desenvolveu mediante os princípios de disjunção e redução, a partir do século XVII. Sem a consolidação desse modelo, provavelmente não haveria muitos dos desenvolvimentos científicos disponíveis hoje e seus decorrentes avanços socioculturais. No entanto, como observei na primeira parte deste capítulo, com apoio em Morin, esse processo não trouxe somente benefícios: ampliado ao modelo de pensamento da sociedade em geral, o que o autor chama de Paradigma do Ocidente, sedimenta uma visão de mundo em que as disjunções predominam, como sujeito/objeto, corpo/alma, ciência/filosofia, ser humano/natureza. Em contraste, as realidades e problemas são de natureza polidisciplinar, transversal, multidimensional, global. Os

desenvolvimentos disciplinares das ciências trouxeram vantagens, mas também a superespecialização, o confinamento e o despedaçamento do saber. “Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira” (MORIN, 2006, p. 15). É frente a essa observação que, para Morin, o conhecimento complexo deve operar no sentido de contextualizar: alocar em contexto as informações, saberes, agentes integrantes da realidade observada, para que o fenômeno em questão adquira sentido e o conhecimento torne-se relevante. Para o autor,

[...] o conhecimento pertinente é o que é capaz de situar qualquer informação em seu contexto e, se possível, no conjunto em que está inscrita. Podemos dizer até que o conhecimento progride não tanto por sofisticação, formalização e abstração, mas, principalmente, pela capacidade de contextualizar e englobar. [...] Devemos, pois, pensar o problema do ensino, considerando, por um lado, os efeitos cada vez mais graves da compartimentação dos saberes e da incapacidade de articulá-los, uns aos outros; por outro lado, considerando que a aptidão para contextualizar e integrar é uma qualidade fundamental da mente humana, que precisa ser desenvolvida, e não atrofiada (MORIN, 2006, p. 15-16).

Embora na citação o autor faça menção especificamente ao problema da educação formal, a necessidade de organizar o conhecimento por meio da contextualização se estende a outras formas de organização social. Contextualizar, na lógica complexa, implica religar os saberes de maneira pertinente lançando mão de princípios de organização que não são propostos por Morin como “receita”, mas como estratégias de pensamento que mobilizam a inteligência do observador. Situar um acontecimento em seu contexto não significa apenas inscrevê-lo em um cenário ou perspectiva; trata-se de procurar relações e inter-retroações entre o fenômeno e o contexto, assim como reconhecer a unidade dentro do diverso e o diverso dentro da unidade; compreender como uma mudança local gera repercussões no todo e vice-versa; reconhecer a unidade e a singularidade humanas em meio a diversidades culturais. Essa forma de pensar, para o autor, é uma aptidão natural que é desarticulada tanto no sistema de educação tradicional quanto nos sistemas sociais de maneira geral (MORIN, 2003; 2006; 2010a).

Na lógica do pensamento complexo, o conhecimento das informações ou dados isolados não é suficiente nem pertinente; as informações ou dados devem ser situadas em seu contexto para que adquiram significado para o sujeito observador. O conhecimento complexo, dessa forma, é organizador. Em seu processo de produção, contudo, estão implicados os passos de distinção, objetivação e análise, para a

posterior reinserção do objeto no contexto. “Conhecer é ser capaz de distinguir e, depois, relacionar o que foi distinguido” (MORIN, 1986, p. 112). O desafio é realizar as operações cognitivas de distinção-religação com a vigilância que evite o caminho fácil e mais familiar da simplificação. Conhecimento, contexto e complexidade, portanto, são noções indissociáveis.

O conhecimento complexo procura situar seu objeto na rede à qual ele se encontra conectado. De maneira inversa, o conhecimento simplificador visa a conhecer isolando seu objeto, ignorando, portanto, o que o liga a seu contexto e, mais amplamente, a um processo ou a uma organização global. O conhecimento complexo objetiva reconhecer o que liga ou religa o objeto a seu contexto, o processo ou organização em que ele se inscreve. Na verdade, um conhecimento é mais rico, mais pertinente a partir do momento em que o religamos a um fato, um elemento, uma informação, um dado, de seu contexto. [...] Isso significa que o desafio da complexidade exige a comunicação entre conhecimentos separados; exige, ao mesmo tempo, princípios de organização do conhecimento que permitam religar os saberes de maneira pertinente” (MORIN, 2010a, p. 190-191).

O princípio da religação é um exercício cognitivo permanente para a complexidade: a religação do objeto, informação ou elemento com seu contexto, a religação dos saberes separados pelo paradigma cartesiano, a religação entre sujeito e objeto e o restabelecimento do diálogo entre cultura científica e cultura humanista – o que, para Morin, constituiria uma “policultura”, ou seja, a concretização do diálogo entre os saberes especializados, de modo a situá-los no contexto que esclarece seu sentido. Essa “nova cultura” seria capaz de exercer um pensamento que é “[...] capaz de antecipar, certamente não de predizer, mas de encarar as possibilidades, os riscos e as chances. A cultura é, em suma, o que ajuda o espírito a contextualizar, globalizar e antecipar”. Auto-organizadora, ela capta as informações principais, seleciona os problemas e opera os princípios de inteligibilidade necessários para “desatar os nós estratégicos do saber” (MORIN, 2010c, p. 45).

Religar os saberes, reconhecer os contextos e o complexo, buscar um conhecimento polidisciplinar ou transdisciplinar, comportar um método para tratar o complexo, enfrentar incertezas e contradições, diagnosticar levando os contextos em consideração e perceber a solidariedade entre os elementos de um todo são alguns dos elementos que Morin identifica como integrantes do “bom pensamento”, um pensamento guiado pela ética do conhecimento. O “mau pensamento”, por sua vez, fragmenta e compartimenta os conhecimentos, tende a ignorar os conceitos, obedece ao paradigma de simplificação, mutila a compreensão e limita os diagnósticos,

dificulta a compreensão. “Assim, o pensar mal rói a ética nas suas fontes: solidariedade/responsabilidade. A incapacidade de ver o todo, de religar-se ao todo, gera irresponsabilidade e falta de solidariedade” (MORIN, 2011b, p. 62). Já o “pensar bem” reconhece a complexidade humana e conduz à compreensão.

Operando em relação dialógica, compreensão e explicação são elementos constituintes do processo que leva ao conhecimento. Embora possam, numa primeira análise, parecer justapostas, sua relação é ao mesmo tempo complementar e de oposição. A compreensão evoca a ideia de síntese e está relacionada àquilo de que se pode fazer uma representação concreta, ou que se pode captar de maneira imediata por analogia. Pode ter, também, o sentido de um modo fundamental de conhecimento que implica subjetividade, afetividade e empatia – mais ligada, nessa direção, ao que Morin nomina “ética da compreensão”. Já a explicação “[...] é um processo abstrato de demonstrações logicamente realizadas, a partir de dados objetivos, em virtude de necessidades causais materiais ou formais e/ou em virtude de uma adequação a estruturas ou modelos” (MORIN, 2015, p. 164). É, portanto, o passo lógico e analítico anterior e necessário à compreensão que envolve a mobilização de determinismos, causalidades e finalidades. Para a explicação, utilizam-se recursos lógicos e empíricos com o objetivo de reconhecer um objeto enquanto tal, procedendo por indução ou dedução. Ela é caracterizada por seu objetivismo e é englobada e integrada pela compreensão (MORIN, 2001).

A relação entre compreensão e explicação é dialógica e necessariamente complexa, ou seja, trata-se de uma relação ao mesmo tempo complementar, concorrente e antagônica. Para Morin, essa dialógica nunca encontrou um equilíbrio, pois há uma disjunção entre a cultura técnico-científica, que é subcompreensiva, e a cultura humanista, subexplicativa.

Seria fecundo desenvolver simultaneamente os campos da compreensão e da explicação; a progressão de um dos termos da dialógica não deveria realizar-se na regressão do outro; mesmo no coração das verdades compreensivas, há algo que pode e deve ser explicado; mesmo no conhecimento explicativo das coisas físicas, o espírito de sofisticação, a sutileza psicológica, a intuição, como diria Einstein, dependentes de certa forma, da compreensão, são vanguardas da explicação... (MORIN, 2015, p. 167).

Explicação e compreensão dialogicamente relacionadas são passos fecundos do processo de construção do conhecimento pertinente, que é o conhecimento que contextualiza a informação, situa o objeto no conjunto do qual ele faz parte e que

estabelece relações e conexões entre os assuntos. Explicar, o passo ligado ao abstrato, ao lógico, às apropriações analíticas, à disjunção, às demonstrações, à objetividade e à dessubjetivação, não é suficiente para essa construção. O processo só se completa quando há a compreensão, que produz a dimensão subjetiva no conhecimento e na explicação, ou seja, traz os elementos concretos, analógicos; as apropriações globais, as conjunções, projeções e identificações; a implicação do sujeito e o pleno emprego da subjetividade. Estabelece-se assim um círculo construtivo de conhecimento, de apreensão e apropriação subjetiva da realidade.

A discussão sobre a noção de conhecimento, contudo, não se esgota aqui. O próximo capítulo é dedicado a uma continuação desse estudo, ampliado a outros autores cujas ideias são colocadas em diálogo com as de Morin e na direção de abordagens sociológicas que focam no jornalismo como forma de conhecimento social. A perspectiva é orientar minha proposta de ressignificação dessa noção, na qual proponho pensar o conhecimento do jornalismo como aquele que contextualiza e organiza as informações.

3 CONHECIMENTO, JORNALISMO E CONTEXTO

Atribui-se ao sociólogo e jornalista norte-americano Robert Park (1864-1944) o pioneirismo na asserção de que o jornalismo é uma forma de conhecimento, perspectiva de estudo difundida no Brasil a partir da teoria proposta por Adelmo Genro Filho (1951-1988) na década de 1980. Tanto Park (1940) quanto Genro Filho (2012) ressaltam em suas argumentações as peculiaridades do conhecimento produzido pelo jornalismo, que se situa, para o primeiro, em algum ponto entre os tipos de conhecimento definidos como “*acquaintance with*” e “*knowledge about*”;²⁸ e, para o segundo, é distinto do conhecimento particular, produzido pela arte, e do universal, almejado pela ciência, pois tem a singularidade como matéria-prima. Instigada pelas interrogações iniciais de Morin (2015) no volume de “O método” dedicado ao conhecimento, porém, proponho neste capítulo dar um passo anterior na reflexão sobre o conhecimento produzido pelo jornalismo, investigando de forma mais aprofundada, inicialmente, a **compreensão sobre o conhecimento** na perspectiva de alguns teóricos relevantes. Como bem observam Lisboa e Benetti (2015), a associação jornalismo/conhecimento já se tornou praticamente consensuada por um conjunto de pesquisadores, porém é raro encontrar reflexões a respeito de como esse conhecimento se constitui, ou sobre os modos pelos quais o jornalismo se torna um conhecimento, ou ainda sobre o funcionamento desse processo. Para além disso, é importante ter claro que essa palavra pode evocar uma verdadeira miríade de significados, a depender dos alicerces epistêmicos do pesquisador, da sua base teórica e do objeto abordado. No intuito de buscar uma sintonia mais clara entre a ideia de conhecimento e o jornalismo contemporâneo é que proponho então refletir sobre a compreensão que se tem do primeiro, para em seguida abordar as conexões entre ambos no escopo desta tese.

Faço esse percurso a partir de uma perspectiva da filosofia da ciência, com o francês Gaston Bachelard e o austríaco Karl Popper, importantes pensadores do início do século 20, cujas obras têm em comum o reconhecimento da incompletude do conhecimento, a valorização do método e a percepção de que o conhecimento é sempre resultado da superação de um conhecimento anterior. Na sequência,

²⁸ Em geral essas expressões são traduzidas para a língua portuguesa como “conhecimento de” e “conhecimento acerca de”, como no caso das traduções do texto de Park incluídas nas coletâneas de Steinberg (1970) e Berger e Marocco (2008). Porém, como observo na segunda parte deste capítulo, tais traduções não permitem uma compreensão precisa de algumas das ideias do autor, razão pela qual mantenho as expressões, aqui, no idioma original e busco interpretá-las mais adiante.

apresento uma entrada pela via da sociologia do conhecimento, buscando trabalhos de autores que investigaram as maneiras como o conhecimento pode ser construído socialmente, especificamente Berger e Luckmann, Robert Merton, Serge Moscovici e Walter Lippmann, retomando na sequência aspectos relevantes da teoria do conhecimento complexo que dialogam com esses autores. Com essas leituras, abro caminho para a retomada de teóricos fundamentais no estudo das relações entre jornalismo e conhecimento: Tobias Peucer, Otto Groth, Robert Park, Adelmo Genro Filho e Eduardo Meditsch, este último o único contemporâneo entre todos. Por fim, introduzo a discussão das relações entre conhecimento e contexto no jornalismo, a partir de uma revisão dos trabalhos de alguns autores que abordam essa perspectiva, porém com enfoque ainda apartado do cenário da Era da Informação.

3.1 Conhecimento, noção basilar

Pensar teoricamente sobre o conhecimento e refletir acerca de significados que possam ser atribuídos a essa palavra é uma tarefa que em geral conduz a uma tipificação: a elaboração do conceito pode ser difícil sem o recurso de uma exemplificação, e a questão “o que é conhecimento?” quase automaticamente converte-se em “quais são os tipos de conhecimento?” Isso é bastante notável na literatura que envolve conhecimento e jornalismo, na qual, em geral, o conhecimento do jornalismo é apresentado como um tipo peculiar de conhecimento social, ou seja, um conhecimento produzido e processado coletivamente, que tem aproximações com o conhecimento científico e com o senso comum (PARK, 1940; MEDITSCH, 1999; 2008; FONSECA, 2000; SPONHOLZ, 2009). Ressalte-se aqui a exceção de Adelmo Genro Filho, que em sua proposta teórica afirma que o jornalismo historicamente “[...] se constituiu como uma nova modalidade social de conhecimento cuja categoria central é o singular”. A escolha do autor implica uma recusa à noção de conhecimento segundo o que considera uma “acepção vulgar do positivismo”. Para ele, o conhecimento é “[...] como momento da práxis, vale dizer, como dimensão simbólica da apropriação social do homem sobre a realidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 23-24).

A acepção refutada por Genro Filho corresponde à formulação da filosofia tradicional, de que conhecimento é uma “crença verdadeira e justificada” (SPONHOLZ, 2009, p. 96). Essa concepção ainda encontra adesão em muitos autores contemporâneos, mesmo que em alguns casos seja problematizada ou ampliada, como fazem, por exemplo, Lisboa e Benetti (2015). Nesse caso, as autoras articulam

as noções de crença, verdade e justificação com a questão da credibilidade do discurso jornalístico. Da mesma forma Tambosi (2005), que explora criticamente essa concepção ao discutir as possibilidades de produção de conhecimento autônomo pelo jornalismo informativo; e Sponholz (2009), que critica o que considera uma noção unívoca de verdade subentendida na definição, acrescentando alguns condicionantes para que os elementos crença, verdade e justificação componham o conceito de conhecimento.

3.1.1 Bachelard e Popper: o conhecimento como aproximação

Entre os autores que se preocuparam com a compreensão do conhecimento e desafiaram a noção tradicional da filosofia, o francês **Gaston Bachelard** (1884-1962) tem uma série de contribuições para nossa reflexão, em especial com a parte de sua obra dedicada à **epistemologia histórica**. Embora o foco de sua produção seja mais detidamente o conhecimento científico, muitas de suas ideias ajudam a pensar o conhecimento em termos mais ampliados. Se hoje a tipificação dos diferentes “conhecimentos” parece mais clara, com ciência, senso comum, filosofia, religião e ideologia em territórios delimitados (FONSECA, 2000), até o fim do século XIX, segundo Bachelard (2002), acreditava-se que o conhecimento do real era algo empiricamente unificado. Na visão do autor, no início do século XX o pensamento científico encontrava-se em situação de estagnação, e o conhecimento era então entendido como algo uniforme, homogêneo, resultante da sensação em relação ao real; era “[...] a ciência do nosso próprio mundo, no contato com a experiência cotidiana, organizado por uma razão universal e estável, com a sanção final de nosso interesse comum” (BACHELARD, 2002, p. 11).²⁹ Essencialmente empírica, a ciência focava na observação imediata, pesos, medidas, contagens; “[...] desconfiem da regra, apliquem os jovens espíritos ao concreto, ao fato. Ver para compreender, esse é o ideal dessa estranha pedagogia” (BACHELARD, 2002, p. 12).³⁰ Bachelard identifica três períodos do pensamento científico: um “estado pré-científico”, da antiguidade clássica até o Renascimento e abrangendo os séculos XVI a XVIII; o “estado científico”, que inicia no final do século XVIII, se estende por todo o XIX e atinge o princípio do século XX; e a era do “novo espírito científico”, a partir de 1905, quando

²⁹ No original: “[...] la science de notre propre monde, au contact de l’expérience quotidienne, organisée par une raison universelle et stable, avec la sanction finale de notre intérêt commun. »

³⁰ No original: “[...] pesez, mesurez, comptez ; méfiez-vous de l’abstrait, de la règle ; attachez les jeunes esprits au concret, au fait. Voir pour comprendre, tel est l’idéal de cette étrange pédagogie. »

a relatividade einsteiniana “[...] deformará os conceitos primordiais que acreditávamos estar consolidados” (BACHELARD, 2011, p. 9).³¹

O rompimento entre o conhecimento comum e o conhecimento científico, ou entre a experiência comum e a técnica científica, é precisamente o que caracteriza esse “novo espírito científico”, fundamentado em um “racionalismo aplicado” – um tipo de racionalismo integral³² e dialético³³ que não se dissocia do empirismo, mas pressupõe a aplicação das teorias e experiências na realidade (BACHELARD, 1986; 2004a). Recorrendo a sua formação inicial em estudos de ciências, o filósofo usa exemplos da Física e os avanços teóricos observados nessa disciplina, na época, para desenvolver um pensamento que confronta a validade da epistemologia cartesiana, questionando se esta, “[...] toda apoiada na referência às ideias simples, pode bastar para caracterizar o pensamento científico atual” (BACHELARD, 1986, p. 19). Embora seja um método eficaz de explicação do mundo, o pensamento cartesiano, para Bachelard, é ineficaz no trabalho de “[...] complicar a experiência, o que é a verdadeira função da investigação objetiva” (BACHELARD, 1986, p. 99). A explicação da realidade por meio da lei simples não tinha, para o autor, valor descritivo, pois, em sua análise, a descrição por meio da simplificação representava apenas um ponto de referência. A simplificação é o inverso da explicação e implica a exclusão de elementos importantes para a compreensão do todo. Sucintamente, “simplificar é sacrificar” (BACHELARD, 2004b, p. 97). Ou seja, o autor considera válida a ação de isolar um objeto de observação, desde que isso seja feito de forma consciente, sob vigilância epistemológica, e sem perder de vista o todo.

Com que direito se supõe a separação inicial das naturezas simples? [...] De uma maneira geral, o simples é sempre o simplificado; só poderá ser pensado corretamente na medida em que se apresentar como o produto de um processo de simplificação. Se não se quiser fazer esta difícil transposição epistemológica, menosprezar-se-á a direção exata da matematização da experiência.³⁴ [...] Ao falar de uma epistemologia não cartesiana, não é na

³¹ No original: “[...] va déformer des concepts primordiaux que l’on croyait à jamais immobiles”.

³² O racionalismo integral ou integrante pode ser compreendido como uma cultura científica comum a todos os domínios disciplinares, estes chamados de “racionalismos regionais” (BACHELARD, 2004a).

³³ A concepção de dialética de Bachelard é distinta das tradicionais, tais como a hegeliana ou a marxista. Na obra do autor, o termo está relacionado à ideia de retificação dos conceitos, representando o movimento indutivo que reorganiza o saber. A revisão de antigos axiomas, reformulação das hipóteses, depuração das experiências e controle dos instrumentos metodológicos ocorrem sempre por meio de processos dialéticos. A dialética, para Bachelard, “[...] é o processo de ajustamento recíproco da Teoria e da Experiência, não enquanto adequação formal, mas enquanto *démarche* [movimento] progressiva de retificação das teorias pela integração das críticas que tendem a destruir os obstáculos” (JAPIASSÚ, 1976, p. 169).

³⁴ Bachelard refere-se à figura do “matemático” para definir genericamente o que chamaríamos de “teórico”, ou seja, um racionalista que procura a organização lógica dos fenômenos. A ele se opõe o

condenação das teses da física cartesiana, ou mesmo na condenação do mecanismo cujo espírito se mantinha cartesiano, que pretendemos insistir, mas sim numa condenação da doutrina das naturezas simples e absolutas (BACHELARD, 1986, p. 99-101).

Na perspectiva da epistemologia histórica, o objeto de estudo é o conhecimento em seu movimento, sempre em construção; ele nunca é acabado e investiga todo um domínio de problemas reais. **Aproximação** e **retificação** são duas palavras centrais na epistemologia bachelardiana, que lança a ideia de **conhecimento aproximado** em oposição à possibilidade de um conhecimento acabado, verdadeiro, absoluto. A finalidade da ciência, para o autor, é a descrição sistemática e exaustiva do objeto de estudo, como sintetiza na primeira frase de sua tese de doutoramento, “Ensaio sobre o conhecimento aproximado”, publicada em 1928: “Conhecer é descrever para re-conhecer” (BACHELARD, 2004b, p. 14). O processo de conhecimento ocorre em ciclos, pois sempre se parte da descrição e se volta a ela, em um duplo sentido de construção do real, que vai da generalização à verificação, sendo que ambas não são completas. “Assim que ocorre a verificação, que de fato nunca é total, ela segmenta a generalização e traz novos problemas. O progresso científico segue portanto uma via dupla” (BACHELARD, 2004b, p. 14). O conhecimento nunca pode ser inteiro e fechado a acréscimos, como supõem os idealistas, já que a ciência postula uma realidade que comporte a possibilidade de uma pesquisa sem fim. “A essência da realidade reside na resistência ao conhecimento. Vamos pois adotar como postulado da epistemologia o caráter sempre inacabado do conhecimento” (BACHELARD, 2004b, p. 17). Além de inacabado, o conhecimento deve ser considerado também em fluxo, mesclado intimamente ao processo de reflexão e longe de sua origem sensível: “Só então ele tem um sentido pleno. A fonte é um mero ponto geográfico e não contém a força viva do rio” (BACHELARD, 2004b, p. 18).

O conhecimento aproximado que se mantém sempre em movimento evolui por meio de constantes retificações do pensamento: o que se conhece hoje é a sequência de algo que já era conhecido, com correções, ampliações e superações. “O conhecimento em movimento é um modo de criação contínua; o antigo explica o novo e o assimila; e, vice-versa, o novo reforça o antigo e o reorganiza” (BACHELARD, 2004b, p. 19). Um elemento essencial na construção do

“experimentador”, que seria o empirista que trabalha com experiências aplicáveis e construídas (JAPIASSÚ, 1976).

conhecimento científico é o **conceito**, que Bachelard define como um “decreto pelo qual se enumeram as características que são dadas como suficientes para reconhecer um objeto” (BACHELARD, 2004b, p. 27). Para o conhecimento científico, o conceito deve ser explicitado de forma adequada para as circunstâncias do objeto estudado, segundo a finalidade e de acordo com o juízo do pesquisador. Além disso, o conceito só tem sentido pleno, para Bachelard, como integrante de uma proposição, ou seja, dentro de uma construção de pensamento. A conceituação é um esforço de objetividade que exige que os conceitos sejam colocados em movimento, combinados, ressignificados e analisados, no que o autor considera “um verdadeiro movimento epistemológico” (BACHELARD, 2004b, p. 24).

Outra noção importante no pensamento de Bachelard quando se considera o conhecimento é a de **obstáculo epistemológico**, que pode ser compreendida como todo tipo de entrave, retardo ou perturbação no ato de conhecer que interfere negativamente na relação entre o sujeito observador e o processo de conhecimento. Trata-se, por assim dizer, de uma resistência do pensamento ao próprio pensamento. Os obstáculos, para o autor, são causas de estagnação do conhecimento científico, interferências que podem comprometer a objetividade do pesquisador na observação da realidade: entre eles, podem estar a opinião, o senso comum e a experiência imediata. A opinião, especificamente, é vista por Bachelard como o oposto do conhecimento:

O espírito científico nos proíbe de ter opinião sobre questões que não compreendemos, sobre questões que não sabemos formular claramente. O que quer que se diga, na vida científica, os problemas não se colocam por eles mesmos. É precisamente esse *sentido de problema* que dá a marca do verdadeiro espírito científico. Para um espírito científico, todo conhecimento é resposta a uma pergunta. Se não houve pergunta, não pode haver conhecimento científico. Nada é evidente. Nada é dado. Tudo é construído (BACHELARD, 2011, p. 14, grifo do autor).³⁵

A experiência imediata, por sua vez, constitui-se obstáculo epistemológico por antecipar-se à crítica, elemento que necessariamente deve integrar o espírito científico. Ao observar a realidade, o cientista deve afastar-se de seu objeto e

³⁵ No original: “L’esprit scientifique nous interdit d’avoir une opinion sur des questions que nous ne comprenons pas, sur des questions que nous ne savons pas formuler clairement. Avant tout, il faut savoir poser des problèmes. Et quoi qu’on dise, dans la vie scientifique, les problèmes ne se posent pas d’eux-mêmes. C’est précisément ce *sens du problème* qui donne la marque du véritable esprit scientifique. Pour un esprit scientifique, toute connaissance est une réponse à une question. S’il n’y a pas eu de question, il ne peut y avoir connaissance scientifique. Rien ne va de soi. Rien n’est donné. Tout est construit. »

construí-lo teoricamente, pensando-o em função de uma problemática teórica e submetendo-o a interrogações relacionadas à realidade da qual faz parte. Da mesma forma, a vigilância em relação ao senso comum como obstáculo epistemológico deve evitar a contaminação do pesquisador por ideias generalizantes e ultrapassadas durante o trabalho de construção do conhecimento (BACHELARD, 2011). A vigilância epistemológica é a atitude de atenção crítica que o pesquisador deve manter em relação ao processo de construção da ciência e delimitação do objeto de estudo necessários ao pensamento preciso; trata-se da “[...] clara consciência da aplicação rigorosa de um método” (BACHELARD, 2004a, p. 79).³⁶

Considerado polêmico em sua época, o pensamento de Bachelard com sua crítica ao empirismo e às sínteses simplificadoras representa uma proposição original e influente na história do pensamento científico que encontrou aspectos paralelos em autores como o austríaco **Karl Popper** (1902-1994) e o norte-americano Thomas Kuhn, este último autor da noção de paradigma já abordada no Capítulo 2. Popper, antiempirista e racionalista como Bachelard, também considera que o conhecimento é sempre o aprimoramento de algum conhecimento existente ou a modificação de algum conhecimento anterior, e que essa construção tem o objetivo de chegar sempre mais perto da verdade. No entanto, sua visão a respeito do senso comum é distinta da de Bachelard: enquanto este afirma que o pensamento científico precisa romper com o senso comum para desenvolver-se, em Popper o ponto de partida para o conhecimento é justamente o senso comum. O autor considera recomendável que a ciência parta de ideias do senso comum, por mais que estas possam parecer vagas, pois o conhecimento progride por meio do pensamento crítico operacionalizado no método científico. “A ciência, a filosofia, o pensamento racional, todos devem partir do senso comum. [...] Toda ciência e toda filosofia são senso comum esclarecido” (POPPER, 1999, p. 42). Popper entende o senso comum como o conjunto de opiniões ou saberes instintivos compartilhados por muitas pessoas, que podem ou não ser adequados ou verdadeiros, e que, se se revelam inadequados ou falsos, são colocados de lado, fazendo progredir o conhecimento. O autor afirma a irrefutabilidade do realismo em oposição ao idealismo e defende que a principal preocupação da filosofia e da ciência deve ser a busca da verdade. A verdade, aqui, é entendida como a correspondência com os fatos (ou com a realidade), mas na prática o conhecimento nunca chega a atingi-la de modo absoluto: está sempre perseguindo um aumento em

³⁶ No original: “[...] la nette conscience de l’application rigoureuse d’une méthode.”

seu conteúdo de verdade. Um novo conhecimento é sempre a superação crítica de um conhecimento anterior e uma nova teoria é sempre uma maior aproximação da verdade em relação à teoria que ela complementa ou substitui (POPPER, 1999).

Embora o senso comum deva ser sempre o ponto de partida para o conhecimento, isso não quer dizer, para Popper, que ele não deva ser visto criticamente. Nesse sentido, o autor problematiza a ideia de que o conhecimento é adquirido por meio do acúmulo de informações e experiências processadas por meio dos sentidos – que ele chama de “teoria do balde mental” ou “teoria de senso comum do conhecimento”. Segundo essa teoria, a existência de um sujeito conhecedor é imprescindível para que haja conhecimento, portanto o único tipo de conhecimento possível seria o que Popper nomina como conhecimento subjetivo, cuja teorização foi explicitada por Descartes: a atividade de conhecer pressupõe a existência de um sujeito conhecedor, e é o ser subjetivo quem conhece. Popper afirma que a visão do conhecimento subjetivo, que condiciona o conhecimento à existência de um sujeito, ignora a possibilidade do conhecimento em seu sentido objetivo, ou seja, do conhecimento objetivado no conteúdo lógico de teorias, conjecturas e suposições, como em livros, publicações científicas, materiais técnicos e bancos de dados, ou em discussões dessas teorias das mais variadas maneiras. Esse acervo do conhecimento objetivo, que Popper define como integrante do “mundo 3”, guarda certa autonomia em relação aos sujeitos produtores do conhecimento. Sua “teoria dos três mundos” define como “mundo 1” o mundo físico e como “mundo 2”, o mundo de nossas experiências conscientes (POPPER, 1999).

3.1.2 Abordagens sociológicas: construção da realidade, representações sociais e estereótipos

Numa perspectiva sociológica, **Peter Berger** (1929-2017) e **Thomas Luckmann** (1927-2016) dedicam o clássico “A construção social da realidade”, de 1966, à investigação sobre a forma como a realidade é construída socialmente, trabalhando de forma articulada as noções de realidade e de conhecimento. Carregados de significado e já tendo um percurso de investigação filosófica, como os autores ressaltam, os termos podem ser entendidos de formas diferentes a depender da origem, referências e estrato social do interlocutor, como o “homem da rua”, o filósofo e o “homem de negócios” que Berger e Luckmann usam como exemplos. Os autores propõem então definições que, em sua acepção, possam dar conta dos mais

variados perfis: realidade é entendida como “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição”; já conhecimento é “a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 11). Embora qualifiquem tais definições como “simplistas”, os autores as utilizam em seu trabalho por considerar que, assim formuladas, elas têm importância tanto para as pessoas comuns, que habitam um mundo “real” conhecido com variáveis graus de certeza, quanto para o filósofo, que poderia levantar questões relativas ao status da realidade e do conhecimento de forma mais crítica e reflexiva. Berger e Luckmann trabalham, portanto, com um conceito de conhecimento mais abrangente, não restrito ao saber científico e articulado às noções de real e realidade, observação, certeza, fenômeno e sociedade. Sua abordagem trata do conhecimento em um ponto de vista social, mas não no que diz respeito a sua mera distribuição, e sim à observação da construção desse conhecimento na vida diária.

Os autores salientam também sua perspectiva em relação à disciplina da sociologia do conhecimento como estudo das formas como a realidade é construída socialmente, em contraste com outras possíveis visões. Em sua origem, na primeira metade do século XX, a sociologia do conhecimento era compreendida como uma vertente da sociologia que tratava das relações entre o pensamento humano e o contexto social no qual ele surge. Berger e Luckmann atribuem ao sociólogo norte-americano **Robert Merton** (1910-2003) a construção de um paradigma para a disciplina, integrando-a com a teoria funcional estrutural. Situando a sociologia do conhecimento em uma vertente de pesquisa consolidada no continente europeu, Merton (1970) desenvolve seu estudo em dois capítulos da obra “Sociologia: teoria e estrutura”, de 1949, nos quais investiga as formas pelas quais o conhecimento e o pensamento são afetados pela estrutura social ambiente. Na sua perspectiva, a palavra “conhecimento” pode ser interpretada de forma muito ampla, pois, afirma o autor, os estudos da área tratam de todo um leque de produtos culturais, como ideias, ideologias, crenças jurídicas e éticas, filosofia, ciência e tecnologia.

Basta um rápido exame para mostrar que a palavra “conhecimento” foi concebida de maneira tão ampla, que pode referir-se a todos os tipos de ideias e a todos os modos de pensamento, que vão desde a crença popular até a ciência positiva. Às vezes, tem-se chegado a assimilar a palavra “conhecimento” à palavra “cultura”, de modo que não somente as ciências exatas, como também as convicções éticas, os postulados epistemológicos, as predicções materiais, os juízos sintéticos, as crenças políticas, as categorias

de pensamento, as opiniões escatológicas, as normas morais, as suposições ontológicas e as observações de fatos empíricos se consideram mais ou menos sem discriminação como “existencialmente condicionados” (MERTON, 1970, p. 564).

Para Merton, a sociologia do conhecimento deveria investigar como o conhecimento e o pensamento são afetados pela estrutura social ambiente. Embora considere relevantes todas as ideias e crenças presentes no pensamento, o interesse maior da disciplina vislumbrada pelo autor está nos contextos sociais do conhecimento que estão certificados por provas sistemáticas, ou seja, pelo produto intelectual dos peritos, como a ciência, a filosofia e áreas especializadas como a economia. No capítulo subsequente aos dois dedicados à sociologia do conhecimento, Merton trata do que ele chama de “sociologia da opinião e das comunicações de massa”. Produzido em parceria com o também sociólogo Paul Lazarsfeld (1901-1976), o texto “Estudos sobre a propaganda pelo rádio e o cinema” aborda, na descrição do autor, o “nível de informação” do público dos meios de comunicação e a opinião formada nas mentes desse público a partir das informações recebidas. Trata-se também de um estudo sobre o conhecimento enquanto “crença popular”, na definição dos autores, para quem opinião e conhecimento são elementos distintos, embora a fronteira entre eles não seja nítida; enquanto de alguma forma o conhecimento poderia ser considerado uma “opinião socialmente aprovada”, também a opinião poderia converter-se em conhecimento. No entanto, Merton e Lazarsfeld deixam claro que o foco do estudo desenvolvido é a informação “utilizável pelas massas”, em contraste com o interesse direto da sociologia do conhecimento (MERTON, 1970, p. 535-537). Para os autores, pioneiros da chamada *Mass Communication Research*, a total distinção entre conhecimento e informação foi um elemento fundamental para a condução das pesquisas funcionalistas que marcaram os anos 1940 e 1950 nos Estados Unidos.

Berger e Luckmann destacam o trabalho de Merton em sua revisão sobre a sociologia do conhecimento justamente em função de sua junção com a abordagem da teoria estrutural funcional, que reconhecem como pioneira para a área, mas consideram insuficiente para a compreensão dos fundamentos do conhecimento no cotidiano. Os autores fazem uma breve retomada sobre a constituição dessa subárea da sociologia no intuito de marcar sua perspectiva de trabalho que enfatiza a observação do conhecimento para além da ciência ou da filosofia. Para Berger e Luckmann, não apenas o conhecimento considerado “teórico” ou erudito deve ser

objeto de interesse da sociologia do conhecimento, mas tudo o que pode ser considerado como algo “conhecido” como “realidade” pelas pessoas em seu cotidiano, que é um lugar onde o conhecimento também é construído e por onde os saberes são transmitidos. “É precisamente este ‘conhecimento’ que constitui o tecido de significados sem o qual nenhuma sociedade poderia existir” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 29). A realidade da vida cotidiana é “[...] interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles na medida em que forma um mundo coerente” (BERGER; LUCKMANN, 2014, p. 35); trata-se da “realidade por excelência”, já que é a realidade predominante entre as múltiplas realidades existentes e que já se apresenta objetivada para as pessoas no momento do nascimento. Quem entra para um grupo social e passa a compartilhar da vida cotidiana recebe, desde a infância, sobretudo por meio da linguagem, acesso a um acervo social de conhecimento transmitido de geração em geração.

Outra perspectiva teórica que se interessa pelos processos sociais de produção social do conhecimento é a que trata das **representações sociais**, elaborada pelo psicólogo social romeno (radicado na França) **Serge Moscovici** (1925-2014). Para o autor, há outras ciências que estudam a maneira como as pessoas tratam, distribuem e representam o conhecimento, mas o estudo dos modos e dos motivos pelos quais as pessoas partilham o conhecimento, constituindo assim uma realidade comum, deve ser um problema da disciplina que ele chamou de **psicologia social**. As representações sociais constituem uma forma característica de conhecimento e estão relacionadas à maneira como as pessoas compreendem e se comunicam. Tratam-se de “teorias” que ordenam, ao redor de um tema, uma série de proposições que permitem que coisas ou pessoas sejam classificadas, características descritas, sentimentos e ações explicados, e assim por diante. Essas “teorias” têm uma série de exemplos que ilustram concretamente os valores e que introduzem uma hierarquia e seus correspondentes modelos de ação. As teorias são evocadas, muitas vezes, por meio de fórmulas e clichês e assimiladas até que sejam naturalizadas como representações sociais. Elas se apresentam como uma rede de ideias, metáforas e imagens mais ou menos ligadas e, por isso, mais móveis e fluidas que teorias. Um exemplo de representação social usado por Moscovici é o dinheiro: 100 reais podem ter seu valor representado em uma única cédula, cujo suporte físico de papel é o mesmo das cédulas de valores inferiores, com as diferenças de impressão e tamanho; podem ser representados também em um cheque, que precisa ser um documento

oficial que cumpra todas as formalidades necessárias; podem ainda estar em um número no extrato da conta bancária ou em uma transação com cartão de crédito, pela qual o dinheiro palpável não aparece. O valor de 100 reais só encontra seus correspondentes concretos em função do consenso social em torno do que ele representa (MOSCOVICI, 2013).

Para Moscovici, as representações sociais têm como finalidade principal facilitar a comunicação entre as pessoas dentro de um grupo, reduzindo o grau de ambiguidade de ideias e as incompreensões por meio de certo consenso entre seus membros. Através desse repertório comum de interpretações e explicações, criado não de maneira deliberada, mas com uso de influências recíprocas e negociações implícitas na comunicação cotidiana, as pessoas criam conhecimento. Logo, o conhecimento nunca é uma mera descrição ou reflexo do estado das coisas, mas é sempre produzido por meio da interação e da comunicação entre as pessoas, que não se dá de forma acrítica. Embora as representações sociais tenham finalidades prescritivas, categorizadoras, modeladoras, isso não significa que elas sejam assimiladas de forma automática e sem reflexão. Para Moscovici, deve-se considerar a sociedade como uma entidade pensante, estudando as circunstâncias com que os grupos se comunicam, tomam decisões e agem, bem como suas crenças e ideologias. “Pessoas e grupos, longe de serem receptores passivos, pensam por si mesmos, produzem e comunicam incessantemente suas próprias e específicas representações e soluções às questões que eles mesmos colocam” (MOSCOVICI, 2013, p. 45).

No estudo das representações sociais, Moscovici declara especial interesse na observação do processo pelo qual o conhecimento científico se transforma em senso comum, curiosidade que teve início nos anos do pós-guerra, quando o conhecimento comum era visto como “contaminado, deficiente e errado” (MOSCOVICI, 2013, p. 311). O autor procurou em seus estudos reabilitar esse tipo de conhecimento, fundamentado na experiência do dia a dia, na linguagem e nas práticas cotidianas, buscando também outra visão em torno da ideia de que as pessoas comuns são incapazes de um pensamento racional. O autor enxerga entre conhecimento científico e senso comum um processo contínuo de criação, recriação e renovação, com a assimilação das ideias e referências pelas pessoas de forma quase que inadvertida, por meio das representações sociais metamorfoseadas.

O senso comum está continuamente sendo criado e recriado em nossas sociedades, especialmente onde o conhecimento científico e tecnológico está popularizado. Seu conteúdo, as imagens simbólicas derivadas da ciência em que ele está baseado e que, enraizadas no olho da mente, conformam a linguagem e o comportamento usual, estão constantemente sendo retocadas. No processo, a estocagem de representações sociais, sem a qual a sociedade não pode se comunicar ou se relacionar e definir a realidade, é alimentada. [...] O senso comum não circula mais de baixo para cima, mas de cima para baixo; ele não é mais o ponto de partida, mas o ponto de chegada. A continuidade, que os filósofos estipulam entre senso comum e ciência, ainda existe, mas não é o que costumava ser (MOSCOVICI, 2013, p. 95).

Assim como diferentes formas de conhecimento existem na sociedade, diferentes formas de pensamento e diferentes representações podem coexistir na mente das pessoas. A ideia aparentemente óbvia é explicitada por Moscovici no que ele denomina “hipótese da polifasia cognitiva”: assim como a linguagem é polissêmica, também o conhecimento é polifásico. Isso quer dizer que os indivíduos são capazes de usar diferentes modos de pensamento e representações de acordo com o grupo específico de que participam, com o contexto em que se inserem em dada situação. Nem mesmo cientistas profissionais, observa o autor, estão 100% de seu tempo interessados no pensamento científico: muitos possuem religião, cultivam preconceitos diversos, guiam-se pela astrologia e creem em superstições. As pessoas não são, portanto, monofásicas em termos de pensamento. Outro aspecto da polifasia cognitiva, e mais importante, é a percepção de que a ideia de uma única forma prevalente de pensamento – a ciência, a lei do progresso e da racionalização – não é mais válida. “[...] Em toda cultura conhecida, várias formas de pensamento coexistem. Em síntese, a polifasia cognitiva, a diversidade de formas de pensamento, é a regra, não a exceção” (MOSCOVICI, 2013, p. 329). Embora reconheça que a hipótese careça de aprofundamento, o autor considera que a ideia de polifasia cognitiva ajuda a entender muitas contradições observadas hoje na sociedade, onde coexistem maneiras aparentemente incompatíveis de pensamento e representações.

Em certa medida, a noção de representação social pode ser associada com a de **estereótipo**, que, em um sentido geral, remete a uma ideia ou imagem negativa preconcebida e na qual se acredita de forma acrítica e irrefletida. No sentido etimológico, a palavra vem do francês *stéréotype*, sinônimo de *cliché*, termos que no trabalho das gráficas antigas designavam as placas sobre as quais se realizavam as impressões tipográficas.³⁷ Na clássica obra “Opinião pública”, contudo, o jornalista

³⁷ Conforme as definições do Oxford Dictionary on-line. Disponível em: <https://www.lexico.com/en/definition/stereotype>. Acesso em: 12 ago. 2019.

Walter Lippmann (1889-1974) vislumbra nos estereótipos mais do que meros lugares-comuns ou imagens simplificadas expressas no discurso cotidiano das pessoas. Para o autor, os estereótipos são formados por meio de influências sutis que conduzem o nosso processo de percepção nas interações sociais. “Na maior parte dos casos nós não vemos em primeiro lugar, para então definir, nós definimos primeiro e então vemos. [...] Pegamos o que nossa cultura já definiu para nós, e tendemos a perceber aquilo que captamos na forma estereotipada para nós por nossa cultura” (LIPPMANN, 2010, p. 85). Essas influências formam repertórios de estereótipos, que são preconceções que guiam o processo de percepção da realidade.

Para Lippmann, os sistemas de estereótipos podem constituir o centro das tradições pessoais e as defesas das posições das pessoas na sociedade. As imagens relacionadas a hábitos, gostos, capacidades, confortos, certo e errado, padrões de comportamento aceitável, tudo o que compõe uma imagem de mundo ordenado, consistente, seguro, previsível e familiar envolve o repertório comum de estereótipos, e qualquer ataque a esse distúrbio “[...] parece ser um ataque aos fundamentos do universo” (LIPPMANN, 2010, p. 96). Um padrão de estereótipos, portanto, não é neutro; ao contrário, carrega valores, posicionamentos e crenças bem definidos, além de sentimentos presos a tudo isso. Lippmann reconhece, porém, que é importante perceber o grau de credulidade com que se utilizam os estereótipos: pode-se tanto tomá-los de forma acrítica quanto ter consciência de que se tratam de ideias pré-concebidas, que têm uma origem, uma história, por que são aceitas de determinada maneira, refletindo criticamente a seu respeito e, eventualmente, vindo a modificar seu sentido (LIPPMANN, 2010).

3.1.3 O conhecimento complexo

As interrogações lançadas por Morin (2015) em torno do caráter polissêmico da noção de conhecimento e as múltiplas possibilidades de abordagem para seu estudo já foram introduzidas no Capítulo 2. Vale retomar brevemente algumas ideias principais: na perspectiva complexa, o conhecimento é entendido como um fenômeno multidimensional, que comporta aptidões para produzir conhecimentos (competências), processos de conhecimento (atividades cognitivas) e saberes resultantes desses processos; as competências e atividades cognitivas humanas se expressam pela ação de indivíduos por meio da cultura, na qual se cultivam uma linguagem, uma lógica, um capital de saberes e critérios de verdade; e nesse cenário o

conhecimento é elaborado e organizado pelas pessoas com uso dos meios culturais (entre os quais pode-se incluir o jornalismo). Historicamente, a organização do conhecimento no interior da cultura provocou a divisão entre ciência e filosofia e outras polarizações, o que resultou no enfraquecimento do diálogo entre as culturas humanista e científica. Perante um cenário de saberes compartimentados, Morin (2006; 2008b; 2011a; 2015) é entusiasta da religação dos saberes e da retomada de um pensamento que coloque as informações em contexto, condições para o conhecimento pertinente, ideia que será desenvolvida de forma mais aprofundada ao longo deste capítulo.

Neste ponto, é conveniente retomar, também, algumas questões norteadoras em tensionamento com a perspectiva complexa: o que é conhecimento? O que significa conhecer? Como se conhece? De maneira ampla, para Morin, “conhecer é produzir uma tradução das realidades do mundo exterior” (MORIN, 2008b, p. 161). Organizador, o conhecimento é um nível de realidade diferente da informação, formada por parcelas dispersas de saber. “O conhecimento só é conhecimento enquanto organização, relacionado com as informações e inserido no contexto destas” (MORIN, 2006, p. 16). A aptidão para contextualizar, segundo o autor, é uma qualidade fundamental da mente humana que precisa ser desenvolvida e que é fundamental para sua proposta de paradigma da complexidade. Nessa direção, Morin elabora um estudo bastante extenso em torno do conhecimento do conhecimento, que ele não define propriamente como uma epistemologia, mas como uma investigação sobre os modos de conhecimento relativos ao conhecimento. Embora essas reflexões se revelem instigantes e suscitem muitas pontes com o estudo do jornalismo, procuro me concentrar aqui em alguns elementos relevantes para as discussões desta tese e que dialogam com os autores apresentados nos itens precedentes. As respostas para as interrogações em torno da natureza e do processo de conhecimento são buscadas, portanto, nos trabalhos identificados como antropologia e ecologia do conhecimento, nos quais o conhecimento é estudado a partir de suas condições psicocerebrais e socioculturais-históricas de formação, respectivamente; e também em parte dos estudos de noologia, que trata do estudo da organização das ideias.

3.1.3.1 Computação e cogitação; programa e estratégia - Do ponto de vista das suas condições psicocerebrais, Morin procura abordar o conhecimento sob um

ângulo que compara a “máquina viva” que conhece – o ser humano entendido em sua dimensão biológica – e a “máquina artificial”, explorando, nessa lógica, o processo cognitivo individual pelo qual se processa o ato de conhecer, que é, antes de tudo, computar. Não se reduz à computação, mas sempre comporta a computação, esta entendida como uma operação que envolve: (a) a tradução de informações em signos, símbolos, representações, ideias ou teorias; (b) a construção de princípios e regras que permitem constituir sistemas cognitivos articuladores; (c) a solução de problemas, principalmente no que diz respeito à adequação das traduções e construções resultantes das operações computantes à realidade que se trata de conhecer. “Isso significa que o conhecimento não saberia refletir diretamente o real, só podendo traduzi-lo e reconstruí-lo em outra realidade” (MORIN, 2015, p. 58). Em retroação às atividades de computação está a cogitação,³⁸ ou pensamento, que se formula pela linguagem.

A cogitação traz e desenvolve, em simbiose com a computação, o repertório das palavras, a organização do discurso, a possibilidade de considerar palavras e discursos como objetos que podem ser reflexivamente considerados (quanto a sentido, adequação, coerência) e tratados (com outras palavras e discursos). Dito de outra forma, a cogitação produz uma nova esfera, um novo modo de organização do conhecimento, ao qual a computação fornece seu modo de organização próprio. Há portanto um circuito reflexivo indissociável: computação \leftrightarrow cogitação (MORIN, 2015, p. 130).

O processo de conhecimento envolve o uso combinado das operações de simplificação e complexificação, exigência, segundo o autor, contraditória e complementar que faz parte do que define como estratégia. **Programa e estratégia** são termos que o autor apresenta para enfatizar aspectos de sua epistemologia que tratam da relação entre o sujeito e o conhecimento. Entendido como “aquilo que está inscrito previamente”, o programa é um conjunto de instruções que levam ao desencadeamento de operações definidas e coordenadas, com vistas ao atingimento de um resultado específico. A estratégia envolve processo semelhante, porém comporta a possibilidade de que, em seu andamento, tomem-se decisões que provoquem modificações no curso das operações previstas, em função da evolução da situação. Ou seja, a estratégia também parte de um conjunto de instruções, mas pode ser construída, desconstruída ou reconstruída em função dos acontecimentos, riscos

³⁸ Morin (2011c, 2015) resgata a formulação do “cogito” cartesiano, decisiva no pensamento ocidental por representar a formulação do sujeito enquanto tal e o afastamento do “ego” da concretude do mundo, que opera de forma complementar à sua proposta de “computo”.

ou reações que modificam o curso esperado da ação iniciada. “A estratégia supõe a aptidão para empreender uma ação na incerteza e para integrar a incerteza na conduta da ação. Significa que a estratégia necessita de competência e iniciativa” (MORIN, 2011c, p. 250). Predeterminado nas suas operações, o programa age quando não há risco, novidade ou necessidade de escolha. A estratégia, por sua vez, produz-se durante a ação e modifica sua conduta de acordo com o surgimento dos acontecimentos ou informações. Ela supõe, portanto, que o sujeito tenha a aptidão de administrar as incertezas, determinismos e acidentes encontrados no percurso da ação, o que leva Morin a defini-la como método próprio das situações de jogo – entendido como atividade submetida a regras e que suporta eventualidades, comportando riscos e probabilidades e visando a um resultado incerto (MORIN, 2011c; 2015).

As estratégias cognitivas têm “missões” a cumprir para que o processo de conhecimento se desenvolva: extrair informações pertinentes em um “oceano de ruído”, elaborar a representação correta de uma situação, avaliar as eventualidades e elaborar cenários de ação. A seleção das informações envolve a interrogação dos acontecimentos, a resolução de incertezas e a busca de possibilidades estratégicas de conhecimentos e ação. O desenvolvimento da aptidão para a estratégia comporta o desenvolvimento da capacidade para tomar decisões e para conceber alternativas, ou seja, imaginar diferentes cenários. E onde há multiplicidade de acontecimentos, fenômenos, risco ou incerteza, as estratégias cognitivas devem combinar as operações de simplificação e complexificação do conhecimento. Na etapa da simplificação ocorrem os seguintes passos: (a) seleção do que é pertinente e eliminação do que não interessa; (b) computação do estável, do determinado e do certo, evitando-se o incerto e o ambíguo; (c) produção de um conhecimento que pode ser facilmente tratado para e pela ação. Na complexificação, deve-se buscar: (a) considerar o máximo de dados e informações concretas, estabelecendo conexões; (b) reconhecer e computar o variado, o variável, o ambíguo, o aleatório e o incerto. “A missão vital do conhecimento comporta assim a dupla, contraditória e complementar exigência: simplificar e complexificar; as estratégias devem combinar, alternar, escolher a via da simplificação e da complexificação” (MORIN, 2015, p. 73).

3.1.3.2 Cultura e sociedade – Para Morin, todo conhecimento, inclusive o científico, está enraizado em um contexto cultural, social e histórico, cabendo à

sociologia do conhecimento investigar esse enraizamento, a interação conhecimento/sociedade e a relação recursiva conhecimento/realidade sociocultural. Há uma relação geradora mútua entre conhecimento, cultura e sociedade. A cultura se organiza por meio de um capital cognitivo coletivo formado com conhecimentos, competências, experiências, memórias históricas e crenças coletivas formados socialmente; além disso, o capital cognitivo serve também para organizar a sociedade e orientar os comportamentos individuais. Essas regras e normas geram processos sociais e regeneram a complexidade social. Assim pode-se sintetizar a relação recursiva e hologramática entre conhecimento, cultura e sociedade: conhece-se por meio da cultura e esse processo forma a sociedade; a sociedade produz o conhecimento e este passa a constituir o acervo cultural compartilhado; a cultura gera conhecimentos que regeneram a cultura, que depende de múltiplas condições socioculturais; os três elementos constituem uns aos outros e são constituídos uns pelos outros (MORIN, 2011a).

As instâncias produtoras de conhecimento se coproduzem umas às outras; há uma unidade recursiva complexa entre produtores e produtos do conhecimento, ao mesmo tempo que há relação hologramática entre cada uma das instâncias produtoras e produzidas, cada uma contendo as outras e, nesse sentido, cada uma contendo o todo enquanto todo. Significa dizer não apenas que o menor conhecimento comporta elementos biológicos, cerebrais, culturais, sociais, históricos. Quer dizer, sobretudo, que a ideia mais simples necessita conjuntamente de uma formidável complexidade bioantropológica e de uma hipercomplexidade sociocultural. Falar em complexidade é, como vimos, falar em relação simultaneamente complementar, concorrente, antagônica, recursiva e hologramática entre essas instâncias cogeradoras do conhecimento (MORIN, 2011a, p. 22-23).

O conhecimento pode se consolidar e perpetuar socialmente por meio de determinismos que impõem o que, como e por que meios se deve conhecer. Os princípios organizadores do conhecimento por excelência são o que Morin chama de paradigmas,³⁹ operadores de esquemas e modelos explicativos que estão no princípio da cogitação/computação, ou seja, do pensamento. Aos paradigmas associam-se sistemas de convicção e crença que geram representações como poder, hierarquia, divisão em classes, especialização, burocratização do trabalho, comportamento adequado em relação a gênero, entre outros. Essas determinações podem “aprisionar” o conhecimento em imperativos, normas, rigidez, bloqueios, manifestadas tanto no *imprinting* cultural, matriz que estrutura o conformismo

³⁹ O conceito de paradigma em Morin foi abordado na página 41.

cognitivo, quanto na normalização, que impõe o conformismo e corresponde ao silenciamento repressivo de manifestações de discordância, ideias alternativas ou pluralidade.⁴⁰ Dessa forma, o *imprinting* e a normalização asseguram a invariância das estruturas que governam e organizam o conhecimento, e, da mesma forma, o conhecimento estabelecido perpetua o *imprinting* e a normalização. “Assim, a perpetuação dos modos de conhecimento e verdades estabelecidas obedece a processos culturais de reprodução” (MORIN, 2011a, p. 31).

Há, porém, brechas que permitem que as ideias se movam, mudem e criem novos conhecimentos, apesar das determinações sociais que forçam a estagnação pelo *imprinting* e o silenciamento pela normalização. “O conhecimento evolui, transforma-se, progride, regride. Crenças e novas teorias nascem enquanto outras, antigas, morrem” (MORIN, 2011a, p. 32). Isso se explica, na visão de Morin, pela existência de vida cultural e intelectual dialógica e pelas possibilidades de expressão de desvios. A primeira condição para a dialógica cultural é a existência de uma pluralidade de pontos de vista. Em sociedades que permitem o encontro, a comunicação e o debate de ideias há espaço para a dialógica cultural e, com esse intercâmbio de ideias, enfraquecem-se os dogmatismos e intolerâncias, abre-se a possibilidade para o questionamento dos estereótipos e do poder oculto dos paradigmas, minorias desviantes antes silenciadas podem passar a ter lugar de expressão. “É nas condições de dialógica aberta [...] que os desvios podem enraizar-se e transformar-se, depois, em tendências” (MORIN, 2011a, p. 38).

3.1.3.3 Incertezas e contradições – A razão e a ciência clássica, segundo Morin (2011a), absolutizaram os princípios que ele define como “coração da lógica dedutivo-identitária”: o princípio da identidade, que afirma que um mesmo elemento não pode, ao mesmo tempo, existir e não existir; o princípio de não contradição, que afirma a impossibilidade de um mesmo atributo pertencer e não pertencer a um dado elemento; e o princípio do terceiro excluído, que diz que toda proposição com determinado significado pode ser ou verdadeira, ou falsa, não podendo ser as duas coisas simultaneamente. Solidários, esses princípios remontam à Grécia antiga, referem-se a conceitos, proposições, inferências, juízos e raciocínios e ainda exercem influência sobre nossa maneira de pensar sobre a validade formal das teorias e discursos, ou seja, sobre a legitimidade do conhecimento. O princípio de identidade

⁴⁰ Abordei os conceitos de *imprinting* e normalização na página 45.

torna-se o alicerce ontológico/metafísico para a razão e a ciência no Ocidente ao constituir a identidade das coisas com elas mesmas. “Os três axiomas estruturaram a visão de um mundo coerente, inteiramente acessível ao pensamento, tornando ao mesmo tempo fora da lógica, fora do mundo e fora da realidade tudo o que excedia essa coerência” (MORIN, 2011a, p. 213). Dedução e indução são as operações do pensamento pelos quais se efetuam o raciocínio e a construção teórica: a primeira, ao tirar as conclusões necessárias de premissas ou proposições, e a segunda, partindo de fatos particulares para chegar a princípios gerais. Com a dialógica indutiva/dedutiva, o pensamento científico observa, estabelece correlações e busca coerência teórica com vistas ao conhecimento.

Enquanto o pensamento científico sempre foi guiado pela razão, a filosofia encarregava-se do problema da contradição, que, no entanto, foi transposto para a racional disciplina da Física quando Niels Bohr (1885-1962) declarou a complementaridade das noções de onda e de corpúsculo,⁴¹ antes consideradas contrárias. Isso significou a aceitação de uma contradição pela racionalidade científica e, na visão de Morin, o primeiro passo de uma revolução epistêmica. A contradição surgiu da ligação racionalmente necessária entre duas proposições contrárias e foi uma exigência racional mais forte do que aquela que exigiria sua eliminação. Isso, para Morin, demonstra que alguns aspectos fundamentais da realidade não obedecem à lógica dedutivo-identitária, sendo, portanto, imperativo que o pensamento complexo seja capaz de perceber e enfrentar essas contradições.

Niels Bohr compreendeu genialmente que a contradição entre os termos complementares onda e corpúsculo era apenas uma das contradições ou antinomias do mesmo tipo já encontrado em outros lugares na aventura do conhecimento, mas desconsideradas em benefício de um dos dois termos opostos: contínuo/descontínuo; espécie/indivíduo; sociedade/indivíduo.

⁴¹ Evidentemente, esta breve menção à oposição onda-corpúsculo está absolutamente simplificada, como nem Morin nem Bachelard recomendariam. Porém, reconheço que não tenho segurança em introduzir uma discussão da área de mecânica quântica para contextualizar melhor o raciocínio de Morin neste trecho da tese. Encontro conforto em texto de Bachelard publicado em 1951, no qual ele comenta as dificuldades que pessoas de fora da área da física podem enfrentar na compreensão da noção de corpúsculo, que, esclarece, “não é um pequeno corpo carregado de eletricidade”. “Um filósofo que enfoque o estudo da ciência física contemporânea sofre, primeiro, como todos, a peso dos conhecimentos vulgares; depois, como toda pessoa instruída, sofre às lembranças de sua própria cultura. Assim, ele imagina, acompanhando as intuições da vida quotidiana, que um corpúsculo é certo corpo minúsculo e pensa, em homenagem à filosofia tradicional de Demócrito, que o átomo é um indivisível, derradeiro elemento da divisão da matéria” (BACHELARD, 1977, p. 51). Para esta tese e para a compreensão do raciocínio de Morin neste ponto apresentado, o importante é assimilar que, em dado momento da história da ciência, a descoberta de que certos entes físicos têm a capacidade de comportar-se ora como partículas, ora como ondas, revolucionou a área da mecânica e levou a novos paradigmas.

Uma nova antinomia surgiu depois, saída da própria física quântica: coisas separadas/realidade inseparável. É preciso, portanto, chegar à ideia complexa *contraria sunt complementa*: duas proposições contrárias podem assim ser complementares (MORIN, 2011a, p. 222).

Na lógica do pensamento simplificador, o surgimento de uma contradição que não pode ser superada representa a ocorrência de um erro. O pensamento complexo, por sua vez, aceita o desafio da contradição, expondo-a, evidenciando-a e enfrentando-a. Nessa perspectiva, o surgimento de uma contradição pode representar tanto o surgimento de uma dimensão oculta da realidade, com a possibilidade de um progresso do conhecimento, quanto a evidência de que a complexidade do real excede as possibilidades do nosso entendimento.

O surgimento das contradições significa, simultaneamente, o surgimento de um não resolvido – portanto, a abertura para um novo conhecimento – e o surgimento de um insolúvel. Mas, a detecção do insolúvel traz-nos o conhecimento novo dos limites do nosso conhecimento, que se converte num progresso de conhecimento. [...] Para o conhecimento complexo, a contradição não é somente o sinal de um absurdo de pensamento. Pode tornar-se o detector de camadas profundas do real. Constitui então já não o detector do erro e do falso mas o indício e o anúncio do verdadeiro (MORIN, 2011c, p. 428-429).

O problema da contradição está associado ao da incerteza do conhecimento, que, para Morin, obedece a três princípios: (a) dado que o conhecimento é sempre tradução e construção do real, e nunca seu reflexo, o risco de erro e incerteza é inerente a esse processo de tradução e construção; (b) o conhecimento dos fatos é sempre tributário da interpretação; (c) há uma crise dos fundamentos da certeza de ordem epistemológica, que na filosofia pode ser identificada a partir de Nietzsche e na ciência com Bachelard e Popper. Para Morin, portanto, o conhecimento e o pensamento são incapazes de chegar a uma verdade absolutamente certa: eles estão sempre sujeitos ao diálogo com a incerteza (MORIN, 2006). O pensamento complexo que busque uma visão não mutilante ou manipulatória do real deve enfrentar as incertezas, ambiguidades, paradoxos e contradições, inerentes à realidade e imprescindíveis para a construção de novos conhecimentos. A contradição e a incerteza incitam ao pensamento complexo. “Não se trata de tolerar molemente a contradição ou mesmo de esperar que um novo progresso cognitivo a faça desaparecer, mas de nos servirmos dela para reativar e complexificar o pensamento” (MORIN, 2011a, p. 242).

3.2 Jornalismo e conhecimento: enfoques sociológicos

Vêm da Alemanha, terra natal tanto da prensa de tipos móveis quanto do primeiro jornal impresso diário,⁴² os esforços pioneiros para a compreensão teórica da atividade jornalística. É notória a originalidade do médico e teólogo **Tobias Peucer**,⁴³ aluno da prestigiada Universidade de Leipzig, que em 1690 apresentou a tese intitulada “Os relatos jornalísticos”. Numa época de intensas mudanças políticas e sociais, na qual a sociedade ainda se adaptava às transformações nos âmbitos político e privado provocadas pela Reforma Protestante, o estudo de Peucer identifica como causas do aparecimento dos periódicos tanto a curiosidade das pessoas em relação aos acontecimentos a seu redor quanto o interesse comercial dos produtores e vendedores dos jornais. Como observa Sousa (2004b), o período era de ebulição social e isso refletia na receptividade do público à publicação de notícias sobre os acontecimentos relevantes, em uma esfera pública que se constituía.

Peucer, dessa forma, foi um observador perspicaz da heterogênea imprensa informativa em sua época, quando ainda nem se falava, propriamente, em jornalismo. Sousa (2004b) sugere inclusive que é com Peucer que o campo jornalístico começa a se consolidar, já que temas pertinentes à teoria contemporânea já estão presentes em sua tese, como a questão da verdade, critérios de noticiabilidade, agendamento e credibilidade. É possível também inferir do trabalho de Peucer um conceito de jornalismo: o autor associa os relatos jornalísticos a uma “forma confusa” da história, ou seja, a uma forma de relatar os acontecimentos que não obedece a uma linha do tempo com a sucessão precisa dos fatos. O relato jornalístico preocupa-se em notificar “[...] coisas diversas acontecidas recentemente em qualquer lugar que seja”, dando importância à sucessão dos fatos inter-relacionados e suas causas, destacando tanto os fatos históricos mais importantes quanto questões da vida cotidiana que despertem a atenção das pessoas (PEUCER, 2004, p. 15-16). Mesmo não tratando de forma elaborada de uma relação entre

⁴² Sousa (2004a) ressalta que a originalidade da invenção do tipógrafo germânico Johannes Gutenberg (1400-1468) foi a utilização de tipos móveis fundidos em metal, o que permitiu a criação de múltiplos caracteres e com isso a agilização do processo de impressão, favorecendo a multiplicação das tipografias, a explosão da produção de folhas volantes e de gazetas, que podem ser consideradas as antepassadas dos jornais do século XX. Sousa nomina também o jornal *Leipziger Zeitung*, da cidade de Leipzig, atual estado da Saxônia, na Alemanha, como o primeiro jornal diário generalista e noticioso de que se tem notícia, lançado em 1660 – embora o próprio Sousa pondere que o *Leipziger* não circulava rigorosamente todos os dias.

⁴³ Os textos sobre Tobias Peucer em geral não mencionam dados biográficos mais detalhados sobre o autor; a Wikipédia alemã (https://de.wikipedia.org/wiki/Tobias_Peucer) informa que tenha vivido provavelmente entre os anos de 1660 e 1696.

jornalismo e conhecimento, Peucer já tem uma percepção sobre o papel que aquilo que ainda viria a ser chamado de jornalismo desempenhava na orientação da vida cotidiana, no final do século XVII.

Se Peucer detém o mérito da autoria de um estudo teórico sobre o jornalismo ainda na Europa pós-renascentista, é ao também alemão **Otto Groth** (1875-1965) que se credita o primeiro esforço teórico de compreensão do jornalismo moderno como uma ciência independente. Em obra da década de 1940, Groth (1948 *apud* RÜDIGER, 2017) observa duas fases nos estudos alemães sobre a imprensa periódica: a primeira, do final do século XVII até o início do século XX, quando os estudos sobre o jornalismo eram desenvolvidos por sociólogos, historiadores e intelectuais que atuavam nos periódicos, no âmbito de disciplinas conexas; e a segunda, que inicia com sua própria obra, focada na proposição de uma ciência especializada e autônoma. No que diz respeito especificamente à relação entre jornalismo e conhecimento, é possível identificar uma interpretação do jornalismo como prática social que gera conhecimento em Karl Philipp Moritz (1756-1793), que, no contexto do Iluminismo, defendia que a imprensa se transformasse em agente de transformação social para além do relato noticioso, convertendo-se em “[...] ‘veículo de conhecimento popular’ e ‘voz da verdade para toda a humanidade’. O *ethos* vocacional alemão, segundo o qual a tarefa da imprensa consistiria em unir a informação com um pensamento esclarecido, deu seu primeiro sinal” (GROTH, 1948 *apud* RÜDIGER, 2017, p. 50).⁴⁴ Nessa primeira fase dos estudos dos periódicos na Alemanha, o foco predominante nas reflexões eram as polêmicas levantadas pela imprensa e sua utilidade na condução dos assuntos de governo; gradualmente, a formação da opinião pública e a questão da liberdade de imprensa vão, também, chamando a atenção dos estudiosos (RÜDIGER, 2017).

No período entreguerras, Groth publica o tratado intitulado “O jornal – um sistema de estudo”, em quatro volumes, no qual lançava as bases da chamada “jornalística”, abordava a história e o significado dos periódicos, o público e sua relação com a imprensa, além dos meios e organizações jornalísticos; propunha, na definição de Rüdiger (2017, p. 73), “[...] um sistema de conhecimento do jornal e do jornalismo”.⁴⁵ Em “O poder cultural desconhecido”, obra ainda mais extensa

⁴⁴ Essa menção aparece na revisão apresentada por Rüdiger (2017) sobre o pensamento acadêmico em jornalismo a partir do século XVII, que toma como referência tanto Groth quanto outros autores.

⁴⁵ Não era consenso entre os estudiosos, contudo, a ideia de que a “jornalística” se sustentasse como disciplina autônoma: autores como Karl Büchler e Karl d’Ester defendiam que os periódicos deveriam

publicada em sete volumes nos anos 1960, sendo o último póstumo, Groth retoma e amplia suas principais ideias, abrangendo no objeto de análise as revistas impressas e mantendo como proposta a fundamentação da ciência do jornal, agora chamada de “periodística”. A relação entre jornalismo e conhecimento nos diversos setores da vida é apontada como justificativa para a constituição da disciplina autônoma logo nas páginas iniciais da primeira parte do livro:

Não foi sem razão que nossa época foi chamada de “jornalística”. A mente do homem de hoje é comodelada e preenchida em boa parte pelo jornalismo. O jornalismo determina principalmente a direção do pensar e do querer de amplas camadas sociais. E não somente destas: dele depende em grande parte o saber e com isso a capacidade de discernimento do povo como um todo. A influência jornalística se espalha por todas as áreas da vida. Sobretudo a imprensa periódica é um fator econômico importante para diversos grupos, apesar da concorrência crescente, e ela ainda é dominante na vida pública (GROTH, 2011, p. 31).

O empenho de Groth em delimitar a ciência jornalística envolve a diferenciação entre esta e a chamada “publicística”, além da descrição exaustiva das quatro características estruturais do jornalismo – periodicidade, universalidade, atualidade e difusão. O autor dedica-se também à argumentação em torno dos motivos pelos quais a ciência dos jornais e das revistas deve possuir objeto próprio e autônomo, não podendo ser incorporada a áreas de estudo como a sociologia, a psicologia social ou a literatura; no entanto, reconhece que sua diversidade e “perplexidade de relações com o todo sociocultural e todas as suas partes e membros” resultam na dependência do auxílio de outras ciências para seu desenvolvimento. Dado que “jornais e revistas são obras culturais” (GROTH, 2011, p. 33), o que faz com que a ciência dos jornais seja considerada uma “ciência da cultura”, entendida como processo dinâmico coletivo de criações mentais humanas, Groth admite o diálogo da periodística com a sociologia da cultura, a filosofia, a psicologia e outras áreas, inclusive das ciências naturais. “Pode-se dizer que por causa do caráter universal do jornal (da revista), não há nenhuma ciência humana cujos serviços a Ciência dos Jornais não teria que solicitar” (GROTH, 2011, p. 125).

Nos Estados Unidos, também na primeira metade do século XX, a relação entre jornalismo e conhecimento foi estudada de forma aprofundada no célebre ensaio “A notícia como forma de conhecimento”, publicado pelo jornalista e sociólogo

ser estudados a partir do ponto de vista de várias disciplinas. Já Emil Dovifat e outros autores seguiam uma perspectiva que priorizava os estudos de jornalismo associados à formação da opinião pública (RÜDIGER, 2017).

Robert Ezra Park no *American Journal of Sociology*, em 1940. Com apoio em ideias do filósofo William James (1842-1910), Park (1940) distingue dois tipos de conhecimento que considera fundamentais: o primeiro, que no texto original em inglês designa como “*acquaintance with*”, pode ser compreendido como familiaridade com as coisas; o segundo, que no original é chamado de “*knowledge about*”, refere-se ao conhecimento sistemático e formal.⁴⁶ O tipo de conhecimento que se restringe à familiaridade com as coisas é adquirido na vida cotidiana, em encontros pessoais e no contato direto com experiências corriqueiras; trata-se de um conhecimento nutrido por meio do uso e do hábito, e não por meio de investigação formal e sistemática. Senso comum, habilidade e conhecimentos técnicos, conhecimentos adquiridos por meio de treinamentos práticos e conhecimento clínico podem, para Park, ser compreendidos como formas de familiaridade com as coisas. Já o conhecimento “sobre as coisas” (“*knowledge about*”) caracteriza-se por ser formal, racional e sistemático. “É baseado em observação e fato, mas em fato que foi checado, classificado, sistematizado e finalmente organizado nesta e naquela perspectiva, de acordo com o objetivo e o ponto de vista do pesquisador” (PARK, 1940, p. 672).⁴⁷ Pela descrição, “*knowledge about*” é, precisamente, o conhecimento obtido por meio de um método científico.

O conhecimento formal resulta da investigação sistemática da natureza, feita por meio de perguntas elaboradas sobre o mundo à nossa volta. Park associa o conhecimento científico a esse tipo de conhecimento formal, que atinge precisão e exatidão ao substituir a realidade concreta por ideias e as coisas por palavras. Distingue o conhecimento científico em três tipos fundamentais: filosofia e lógica, que se interessam por ideias; história, que se interessa por acontecimentos; e ciências naturais ou de classificação, que se interessam por coisas. Uma característica importante desse tipo de conhecimento é o fato de ser comunicável, ou seja, seus problemas e soluções podem ser apresentados de forma lógica e inteligível e verificados por meio de novas experiências, uma vez que tenham sido

⁴⁶ As traduções do texto de Park para a língua portuguesa disponíveis no Brasil são, no meu entendimento, pouco precisas na transposição das expressões “*acquaintance with*” e “*knowledge about*” para o contexto apresentado pelo autor. Em função disso e de outras inconsistências que serão abordadas mais adiante, optei por utilizar nesta tese o texto original de Park, de 1940, traduzindo eu mesma os trechos em citação direta e apresentando minha própria compreensão para “*acquaintance with*” e “*knowledge about*”.

⁴⁷ No original: “It is based on observation and fact but on fact that has been checked, tagged, regimented, and finally ranged in this and that perspective, according to the purpose and point of view of the investigator.”

minuciosamente descritas a fonte e a maneira pelas quais os fatos e descobertas foram obtidos. O conhecimento científico, ou “*knowledge about*”, torna-se assim parte da herança social, “[...] um corpo de fatos e teorias testadas e reconhecidas”, enquanto o conhecimento associado à familiaridade com as coisas, ou “*acquaintance with*”, identifica-se com o instinto e a intuição, na medida em que se baseia “[...] na lenta acumulação da experiência e na acomodação gradual do indivíduo a seu mundo individual e pessoal” (PARK, 1940, p. 674).⁴⁸

Situados em extremos, os dois tipos de conhecimento são ligados, contudo, por um contínuo no qual se encontram todos os outros tipos de conhecimento. Nesse contínuo, a notícia ocupa um lugar próprio, na concepção de Park – ou seja, é um tipo característico de conhecimento. Não chega a ser sistemático como as ciências físicas, mas guarda semelhança com a história, já que também se interessa pelo acontecimento. Mas Park pondera que o acontecimento que interessa à notícia é de natureza distinta daquele da história: “A notícia não é história porque, entre outras coisas, lida, de maneira geral, com acontecimentos isolados e não busca relacioná-los uns com os outros, seja como sequências causais ou teleológicas” (PARK, 1940, p. 675).⁴⁹ O interesse do jornalismo pelo passado e pelo futuro é restrito à medida que estes servem para esclarecer algum ponto da realidade e do momento presente registrados no acontecimento noticiado. Por sua vez, a história descreve os acontecimentos situando-os em seus próprios lugares na “linha do tempo”, buscando descobrir tendências e forças que se relacionam entre eles, estabelecendo conexões e vislumbrando diferentes perspectivas, em um escopo mais amplo (PARK, 1940).

Para Park, portanto, a essência da notícia enquanto forma de conhecimento é estar atenta ao tempo presente: ela não cuida essencialmente nem do passado e nem do futuro. O autor recorre mais uma vez a uma ideia de James para referir esse atributo da notícia, o tempo presente, qualificando-o como “presente especioso”,⁵⁰ ou

⁴⁸ No original: “[...] a body of tested and accredited fact and theory [...] on the slow accumulation of experience and the gradual accommodation of the individual to his individual and personal world”.

⁴⁹ No original: “News is not history because, for one thing among others, it deals, on the whole, with isolated events and does not seek to relate them to one another either in the form of causal or in the form of teleological sequences”.

⁵⁰ A noção de “presente especioso”, ou “*specious present*” no original em inglês, parece ter tido seu significado despercebido nas traduções do texto de Park feitas para a língua portuguesa em edições brasileiras, possivelmente pelo fato de o autor não remeter a expressão diretamente a James, restringindo sua origem genericamente a “psicólogos”. Na tradução integrante da coletânea “Meios de Comunicação de Massa”, de Charles Steinberg, publicada em 1970 no Brasil, a expressão é traduzida literalmente como “presente especioso”, o que pode gerar dúvidas quanto a seu sentido preciso se o leitor deparar-se com o significado da palavra “especioso” no dicionário como sendo “falso, enganador, ilusório” (PARK *apud* STEINBERG, 1970). Já no texto publicado no segundo volume da coletânea “A

seja, um presente que na verdade é um passado muito recente fixado na memória. Para James (1950 *apud* FIELD, 1983), as pessoas possuem uma “memória primária” ou “elementar” que assegura a permanência do passado imediato no momento da experiência presente; já uma “memória secundária” seria aquela que evoca um passado mais distante do presente. “O presente especioso é um produto dessa memória primária que retém por algum tempo as imagens da consciência passada em uma imediaticidade sensível” (FIELD, 1983, on-line).⁵¹ Park sugere que a notícia existe apenas no presente especioso – ou seja, nesse presente volátil que é um “[...] passado imediato no momento presente da experiência” (CÉSAR, 2016, p. 81). Por extensão, compreende que no presente especioso a notícia tem certo grau de efemeridade, pois só pode ser considerada como tal até o momento em que chega ao público interessado. “Uma vez publicada e reconhecida sua importância, o que era notícia torna-se história” (PARK, 1940, p. 676).⁵²

No âmbito da sociologia e de seu interesse pelas condições de surgimento dos diferentes tipos de conhecimento e suas respectivas funções, Park observa que as formas racionais de conhecimento eram relativamente recentes na época em que publicava o texto, há 80 anos. Por longo período na história da humanidade houve predominantemente mito, lenda e magia, com as ciências exatas começando a se desenvolver na Renascença e as sociais, em fins do século XIX. A notícia, para o autor, pode ser considerada uma das primeiras e mais elementares formas de conhecimento, pois sempre esteve presente na existência comum ou coletiva das sociedades, ainda que em formas mais rudimentares de comunicação. “A função da notícia é orientar o homem e a sociedade em um mundo real. Na medida em que o consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade” (PARK, 1940, p. 685).⁵³

No Brasil, tem-se no jornalista, político e professor **Adelmo Genro Filho** referência importante no estudo do jornalismo enquanto tipo específico de conhecimento. O autor assinala sua compreensão de conhecimento como “[...] a

Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa”, organizado por Christa Berger e Beatriz Marocco em 2008, “*specious present*” aparece como “presente precioso”, o que se afasta ainda mais da ideia de James acerca de um presente que guarda a memória do passado recente (PARK *apud* BERGER; MAROCCO, 2008).

⁵¹ No original: “The specious present is a product of this primary memory which holds for a time the images of passing consciousness in a felt immediacy”.

⁵² No original: “Once published and its significance recognized, what was news becomes history”.

⁵³ No original: “The function of news is to orient man and society in an actual world. In so far as it succeeds it tends to preserve the sanity of the individual and the permanence of society”.

dimensão simbólica do processo global de apropriação coletiva da realidade [...]” (GENRO FILHO, 2012, p. 55), concebendo o jornalismo como uma das modalidades que participam desse processo. Genro Filho desenvolve sua teoria por meio da crítica às ideias de vários estudiosos do jornalismo, dedicando a Park parte considerável do terceiro capítulo do livro “O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo”. Embora se equivoque ao definir o sociólogo como funcionalista,⁵⁴ o autor reconhece a originalidade da proposição de Park, partindo de limitações observadas nas ideias desse autor para estruturar sua própria visão do jornalismo como forma peculiar de conhecimento, que se diferenciaria das demais em função de seu compromisso prioritário com a singularidade. Para Adelmo, Park demonstra uma visão pouco crítica ao incorporar a classificação de William James sobre o conhecimento, e isso comprometeria suas conclusões sobre o jornalismo, resultando, em especial, em uma teoria redutora que supõe a existência de uma realidade sem contradições ou tensões internas. Em contraste com o jornalismo potencialmente transformador de Genro Filho, o conhecimento produzido pelo jornalismo vislumbrado por Park pode ser interpretado como “[...] mero reflexo empírico e necessariamente acrítico, cuja função é somente integrar os indivíduos no *status quo*, situá-lo e adaptá-lo na organicidade social vigente” (GENRO FILHO, 2012, p. 54).

Genro Filho afirma que o surgimento do jornalismo no âmbito da complexificação das sociedades modernas urbanas e do próprio mundo capitalista foi resultado de uma espécie de “ampliação espacial da atualidade”; ou seja, a atualidade, que sempre foi objeto de interesse das pessoas, tornou-se algo mais amplo e global com o desenvolvimento da modernidade, das tecnologias, dos meios de produção e do modo de vida decorrente desses processos. O mundo inteiro torna-se, assim, um sistema integrado e interdependente inacessível à experiência direta da maioria das pessoas, o que favorece o surgimento de uma indústria da informação, na qual o jornalismo é um dos produtos. Para o autor, em que pese ter sido condicionado pelo advento do capitalismo, o jornalismo surge como “[...] uma nova modalidade de apreensão do real, condicionada [...] pela universalização das relações humanas que ele produziu, na qual os fatos são percebidos e analisados subjetivamente [...] e, logo

⁵⁴ Pontes (2015, p. 329) pontua que Genro Filho comete um equívoco quando situa Robert Park na escola funcionalista. “Trata-se de um autor que deu origem, posteriormente ao que ficou conhecido como Interacionismo Simbólico e fez parte da corrente ‘culturalista’ dos estudos da Comunicação, que, como indica Carey (1989), reuniu autores como John Dewey, George Herbert Mead e Charles Cooley. Park foi um dos principais docentes da Escola de Sociologia de Chicago, a primeira dessa natureza nos Estados Unidos”.

após, reconstruídos no seu aspecto fenomênico” (GENRO FILHO, 2012, p. 41). Essa nova forma de apreensão do real trouxe consequências profundas para as formas de conhecimento e comunicação até então existentes, na visão do autor. Com sua proposta teórica, Genro Filho busca fornecer elementos para enxergar o jornalismo como “nova possibilidade epistemológica”, abordado a partir de uma conexão com categorias filosóficas, histórico-sociais e ontológicas (GENRO FILHO, 2012, p. 162).

Nessa perspectiva, Genro Filho inspira-se na teoria da arte do filósofo húngaro György Lukács (1885-1971) e transpõe as categorias filosóficas hegelianas singular, particular e universal para o jornalismo. Essas categorias expressam dimensões reais da objetividade e, segundo o autor, podem servir para representar as modalidades históricas do conhecimento, de acordo com as mediações que estabelecem entre si. As três dimensões coexistem nos fenômenos e relacionam-se dialeticamente, embora se permitam evidenciar em maior ou menor grau – processo que Genro Filho designa com a metáfora “cristalização” – a depender do fenômeno em que se manifestam. O conhecimento científico aspira sempre ao universal, ou seja, busca encontrar leis e regularidades nos fenômenos que tenham validade universal; é nessa dimensão, portanto, seu ponto de cristalização, embora na ciência também haja relações com a particularidade e a singularidade. Para a ciência, o singular – um desvio, irregularidade, acontecimento imprevisto, resultado não confirmado, exceção à regra – em geral tem valor menor na amplitude do conhecimento científico. Nas especificidades da comunicação cotidiana, porém, as informações que circulam entre as pessoas apresentam um ponto de cristalização que oscila entre a singularidade e a particularidade, na análise de Genro Filho.

A singularidade se manifesta na atmosfera cultural de uma imediatez compartilhada, uma experiência vivida de modo mais ou menos direto. A particularidade se propõe no contexto de uma atmosfera subjetiva mais abstrata no interior da cultura, a partir de pressupostos universais geralmente implícitos, mas de qualquer modo naturalmente constituídos na atividade social. Somente o aparecimento histórico do jornalismo implica uma modalidade de conhecimento social que, a partir de um movimento lógico oposto ao movimento que anima a ciência, constrói-se deliberada e conscientemente na direção do singular. Como ponto de cristalização que recolhe os movimentos, para si convergentes, da particularidade e da universalidade. No caso da arte, trata-se de uma singularidade arbitrária, um ponto de partida no caminho da criação estética, cujo termo conclusivo coincide com a superação da singularidade pela instauração do típico – o particular estético. Para o jornalismo, a singularidade, além de não ser arbitrária é um ponto de chegada que coincide com a superação do particular e do universal, que sobrevivem enquanto significados no corpo da notícia e sob a égide do singular (GENRO FILHO, 2012, p. 168).

Para compreender a ideia de cristalização da informação jornalística no singular, é preciso ter claro que não se trata de isolar o singular das demais dimensões do acontecimento: o particular e o universal estão indissoluvelmente ligados a ele. Segundo Genro Filho, o universal contém e dissolve os fenômenos singulares e particulares; o particular é uma realidade dinâmica e efetiva intermediária entre os dois extremos; no singular, estão dissolvidos o particular e o universal. Isso quer dizer, para o autor, que o critério jornalístico para a publicação de um texto noticioso está ligado à reprodução de um acontecimento por seu ângulo singular, aquilo que ele tem de único, inédito. O conteúdo da informação estará associado à particularidade, que remete à contextualização do acontecimento, e à universalidade, pela qual se evocam os valores e a visão de mundo que orientaram a produção do texto jornalístico. O singular é a estrutura interna que dita a forma do jornalismo. Superados perante a soberania do singular, “o particular e o universal são negados em sua preponderância ou autonomia e mantidos como horizonte de conteúdo” (GENRO FILHO, 2012, p. 172).

Ao problematizar a pertinência de se considerar o jornalismo como forma de conhecimento, o jornalista e pesquisador contemporâneo **Eduardo Meditsch** (nascido em Porto Alegre, RS, em 1956) amplia a discussão para a perspectiva das maneiras pelas quais o jornalismo pode tanto produzir quanto reproduzir conhecimentos. Para Meditsch (2008), o papel do jornalismo no processo de cognição social pode ser mais bem compreendido quando são consideradas não só as possibilidades do conhecimento que este produz diretamente, mas também seu atributo de reproduzir conhecimentos originários de outras instituições sociais. Na comparação entre jornalismo e ciência, ambos, segundo o autor, formas sociais de conhecimento desenvolvidas e condicionadas historicamente pela complexificação da sociedade industrial capitalista, é possível afirmar que o jornalismo tem como diferenciais o objetivo de comunicabilidade clara, por meio de linguagem não especializada; não trabalha com hipóteses, e sim a partir de uma pauta obtida por meio de um recorte da realidade; não procura estabelecer leis universais, mas tem sua força na revelação do fato singular, incluindo aqueles que são desprezados pela ciência. “Desta forma, enquanto a ciência se torna um modo de conhecimento do mundo explicável, o Jornalismo se torna um modo de conhecimento do mundo sensível” (MEDITSCH, 2012, p. 84).

Para Meditsch (2012, p. 21), é característica do jornalismo enquanto meio de conhecimento social a atribuição de divulgar informação da atualidade, “[...] através da descrição da singularidade dos acontecimentos que a constituem e a sua exposição ao público em tempo hábil para sua utilização”. Enquanto modo de conhecimento, tem potencialidade maior que a ciência para revelar o novo. Trata-se, contudo, de uma prática atravessada por contradições, já que sofre condicionamentos como o status de mercadoria, valores ideológicos, o autoritarismo das formas, arbitrariedade de escolhas.

A contradição principal do Jornalismo, tal como é praticado em situações como a brasileira, é ser, por um lado, produção social de conhecimento – portanto, atividade intrinsecamente criadora – e, por outro, uma mercadoria produzida industrialmente para gerar lucros às empresas privadas que controlam esta produção – portanto, atividade submetida. Por não poderem produzir eles próprios o produto que vendem, as empresas se veem obrigadas a contratar produtores de conhecimento – jornalistas – que precisam ter um determinado senso crítico para exercer com competência suas funções, mas ao mesmo tempo esperam que esse senso crítico não se volte contra elas – seus interesses privados – e suas formas de dominação (MEDITSCH, 2012, p. 96).

Portanto, o jornalismo enquanto conhecimento pode ser uma perspectiva problemática, segundo o autor, quando se levam em conta as inúmeras mediações e interferências que se colocam no processamento da informação e na produção jornalística em seu sentido amplo. Ainda que o público tenha ciência de que a realidade apresentada pelo jornalismo é sempre uma versão, os critérios de decisão e processos de produção dificilmente são transparentes. A espetacularização e a necessidade de velocidade nas rotinas são outros aspectos concretos do trabalho jornalístico apontados por Meditsch (2008; 2012) que contribuem para que se coloque em questão a efetividade do jornalismo como processo de conhecimento.

Mesmo fazendo essas ponderações, Meditsch (2008) reitera a afirmação do jornalismo como “forma de conhecimento de direito próprio”, negando que este possa ser resumido a apenas instrumento para transmissão de conhecimentos produzidos por outras instâncias e degradação de saberes. Assumir essa postura teórica, afirma, contribui para que se aumentem as exigências de qualidade tanto sobre o próprio jornalismo quanto para a formação dos jornalistas. Compreender a especificidade do jornalismo como forma social de conhecimento e da prática jornalística como atividade cognitiva é importante para que, nas universidades, as

escolas de jornalismo façam as relações apropriadas entre a área de estudo e a realidade, salienta o autor (MEDITSCH, 1999).

3.3 Jornalismo, conhecimento e contexto: abordagens iniciais

Retomando a ideia central desta tese de que conhecimento e contexto são noções indissociáveis, e tendo apresentado as principais teorias que relacionam jornalismo e conhecimento, parto agora para uma primeira aproximação entre jornalismo e conhecimento contextualizado. Como já antecipei na Introdução, as especificidades do conhecimento do jornalismo da Era da Informação, no âmbito da realidade midiática da Sociedade em Rede (CASTELLS, 2015), serão exploradas e detalhadas mais adiante. Na presente seção, dou sequência à revisão teórica de estudos epistemológicos desenvolvidos no século XX, época em que as teorias do conhecimento e do jornalismo têm suas bases, e busco em estudos de jornalismo desenvolvidos ainda nesse período reflexões que evoquem a questão do contexto, ainda que de forma sutil ou secundária.

Em trabalho anterior, propusemos um primeiro esforço de conceituação para o contexto no jornalismo, ocasião em que foi possível perceber certa escassez de pesquisas que tenham essa relação como protagonista. O tema em geral aparece de forma secundária, considerado tanto no sentido de condições de produção do trabalho jornalístico quanto no que diz respeito à contextualização dos fatos noticiados, sendo raros, contudo, textos que delimem uma definição. Para a abordagem aqui proposta, são mais relevantes os trabalhos com foco na contextualização do acontecimento jornalístico, e não no contexto de produção, na medida em que aqueles podem ser relacionados à incorporação de uma atitude de complexidade por parte do jornalista no momento da construção da notícia (LÜCKMAN; FONSECA, 2017). O percurso da revisão teórica aqui apresentada aproveita vários elementos dessa primeira aproximação, buscando avançar no estabelecimento de relações entre os pensamentos dos autores então estudados e ampliando a base teórica.

Em obra voltada a estudantes e pesquisadores, na qual reúnem conceitos-chave para os estudos de jornalismo, Franklin *et al.* (2005) apresentam “contexto” e “jornalismo contextualizado” como verbetes distintos. “Jornalismo contextualizado”, para os autores, é um gênero de jornalismo on-line voltado para reportagens na *web* e com cinco características básicas: foco em multimídia, hipertextualidade,

interatividade, conteúdo dinâmico e customizado. Seria, portanto, um modelo de jornalismo típico da Era da Informação conforme a definição de Castells (2015), descrito a partir de critérios técnico-operacionais, cuja definição será abordada e problematizada mais adiante. Já o verbete “contexto” como conceito-chave para o jornalismo é apresentado, nessa obra, a partir de três perspectivas: (1) como o contexto de produção; (2) como *background* da notícia; e (3) como antecedentes históricos e/ou sociais. Na primeira perspectiva, há vários fatores que podem interferir nos textos jornalísticos eventualmente produzidos, como, por exemplo, o fato de o jornalista ter testemunhado o acontecimento relatado ou ter recebido informações de segunda mão; ou, ainda, as condições materiais disponíveis para o trabalho de reportagem. O *background*, segunda perspectiva, está relacionado à referência a episódios anteriores relativos ao mesmo assunto, com o fornecimento de informações adicionais às questões básicas do *lead*. Já a contextualização mais ampla por meio de antecedentes históricos ou sociais permite que o texto jornalístico ajude a compreensão do leitor sobre o significado do acontecimento noticiado (FRANKLIN *et al.*, 2005). Fornecimento de *background* e de antecedentes históricos e sociais são perspectivas bastante próximas, embora o primeiro possa ser mais associado à prática conhecida no jornalismo brasileiro como “suíte”, e o segundo remeta a um trabalho de pesquisa mais intensivo e aprofundado.

Traquina (2002) é um dos autores tradicionais que fazem referência a contexto na mesma linha adotada por Franklin *et al.* (2005). Ao enumerar os valores-notícia do jornalismo e em referência a Wolf, afirma que estes estão presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística, desde a seleção dos acontecimentos (valores-notícia de seleção) até a elaboração do texto noticioso (valores-notícia de construção). O contexto de produção da notícia é um dos valores-notícia de seleção; a ele estão relacionados aspectos como a disponibilidade (viabilidade para se fazer a cobertura do acontecimento), equilíbrio (frequência com que o mesmo assunto já foi abordado), visualidade (disponibilidade ou não de imagens do evento reportado), concorrência (possibilidade de “furo”; evitar o risco de não noticiar o que os concorrentes vão noticiar) e dia noticioso (o destaque dado às notícias varia de acordo com o conjunto de temas disponível em cada dia). Traquina também destaca, no entanto, a importância da contextualização entre os valores-notícia de construção ao abordar o valor-notícia da consonância, segundo o qual a notícia atrai mais interesse do público na medida em que o acontecimento de que trata é inserido em

uma narrativa já conhecida. Para o autor, interpretar a notícia em um contexto conhecido corresponde às expectativas do receptor. “Implica a inserção da novidade num contexto já conhecido, com a mobilização de estórias que os leitores já conhecem” (TRAQUINA, 2002, p. 200).

Para Hall *et al.* (2016), a inserção dos acontecimentos em um contexto social, ou seja, em um quadro de significados familiares ao público, é um dos processos mais importantes do jornalismo. Segundo os autores, os acontecimentos não são transformados em notícias de forma “natural”. Aquilo que chamamos de “as notícias” são o produto final de um processo complexo que começa na seleção sistemática de acontecimentos de acordo com um conjunto de categorias socialmente construídas. Três aspectos orientam essa produção: (1) a existência de uma organização burocrática de mídia que produz as notícias em tipos específicos ou categorias; (2) estruturas de valores-notícia que ordenam a seleção e a colocação de determinadas histórias dentro dessas categorias; e (3) o momento da construção da notícia, que envolve a apresentação da história a seu presumível público. Para construir a notícia, os jornalistas devem dispor de “mapas culturais” do mundo social que lhes permitem dar sentido aos acontecimentos. O mundo não deve ser representado como uma sequência de ocorrências caóticas, desordenadas e não relacionadas, e sim com acontecimentos identificados e inseridos em um contexto social. Isso implica que os acontecimentos transformados em notícia sejam relacionados com outros acontecimentos conhecidos pelo público e que também sejam colocados em um quadro de significados familiares a ele.

A identificação social, classificação e contextualização de acontecimentos noticiosos em termos destes quadros de referência de fundo constitui o processo fundamental através do qual os media tornam o mundo a que eles fazem referência inteligível a leitores e espectadores. Este processo de “tornar um acontecimento inteligível” é um processo social – constituído por um número de práticas jornalísticas específicas, que compreendem (frequentemente só de modo implícito) suposições cruciais sobre o que é a sociedade e como ela funciona (HALL *et al.*, 2016, p. 311).

No já abordado ensaio “A notícia como forma de conhecimento”, Park (1940) desenvolve reflexões que apenas sugerem uma relação do jornalismo com a noção de contexto. Como já vimos, para Park, a verdadeira essência da notícia é sua qualidade transitória e efêmera manifestada no “presente especioso”, pois ela não se interessa, a priori, pelo passado ou pelo futuro; uma vez publicada e reconhecida sua significação, o que era notícia começa a transformar-se em história. Tal presente especioso pode

ser entendido como um passado muito recente – ele não é e nunca poderia ser o presente instantâneo – e é apenas em função desse passado recente que o passado anterior e um futuro especulativo interessam. O sociólogo sustenta que o tipo de conhecimento produzido pela notícia é diferente daquele produzido pela ciência ou pela história, pois a notícia trata de acontecimentos isolados sem necessariamente procurar relacioná-los uns aos outros. Já a história também se interessa por acontecimentos, mas procura colocá-los em seu próprio lugar na sucessão histórica. “[...] diferentemente do historiador, o repórter procura apenas registrar cada acontecimento isolado na medida em que ocorre, e se preocupa com o passado e o futuro na medida em que estes projetam luz sobre o real e o presente” (PARK, 1940, p. 675).⁵⁵ O relato de uma notícia anuncia a ocorrência de um acontecimento relevante e, na análise de Park, se esse acontecimento for de fato importante, o interesse que ele desperta acarretará “[...] mais informações e uma familiaridade mais completa com as circunstâncias relacionadas” (PARK, 1940, p. 676).⁵⁶ Para o sociólogo norte-americano, portanto, a preocupação com a contextualização do acontecimento transformada em notícia está relacionada com o interesse despertado por ele.

A comparação dos trabalhos do jornalista e do historiador também é o ponto de partida da análise de Cornu (1999), que identifica uma aproximação entre a investigação jornalística e a investigação histórica na medida em que ambas tratam de informações que relatam fatos, embora o jornalismo não se restrinja a eles. Para o autor, a investigação jornalística propõe uma interpretação dos fatos atuais, de forma implícita ou explícita. “Observador do notável, o jornalista assume-se como intérprete da atualidade, entendida como o momento presente da realidade” (CORNU, 1999, p. 332). O jornalista interpreta essa atualidade em um mundo em perpétua mudança e tenta compreender e explicar esse mundo no calor dos acontecimentos, enquanto a tarefa do historiador é registrar um passado que não vai incorporar novos fatos, mas é sempre suscetível a novas perspectivas de interpretação.

Cornu discute as questões da verdade e da objetividade no jornalismo sobre as três ordens da informação: a observação, a interpretação e a narração. Destas, são

⁵⁵ No original: “A reporter, as distinguished from a historian, seeks merely to record each single event as it occurs and is concerned with the past and future only in so far as these throw light on what is actual and present.”

⁵⁶ No original: “[...] further inquiry and to a more complete acquaintance with the attendant circumstances”.

evidentes elementos relacionados ao contexto na ordem da interpretação, a qual, segundo o autor, domina e condiciona o conjunto do processo jornalístico e ocupa um espaço central entre as três ordens que estruturam a informação nessa arquitetura, invadindo, sempre, as duas outras ordens. No sentido formal, a interpretação jornalística oscila entre três posições principais: a explicação, que é a “clarificação dos fatos pelos fatos”, o comentário, a contextualização do acontecimento; a opinião, pela qual se exprime o ponto de vista do sujeito e o lugar de onde ele fala; e a linguagem, por meio da qual se expressam as impressões, sentimentos e experiências vividas (CORNU, 1999).

Com apoio na tipologia da interpretação de Max Weber, que se baseia na constatação de que “[...] os fatos não têm sentido em si mesmos” (CORNU, 1999, p. 355) – ou seja, que os fatos só adquirem sentido a partir do momento em que significam algo para as pessoas e despertam interesse –, Cornu aprofunda a análise das três categorias de interpretação jornalística. A *interpretação causal* seria aquela que “corresponde à procura das causas, dos encadeamentos, da contextualização do objeto observado” (CORNU, 1999, p. 355). Entre as seis perguntas clássicas do *lead* jornalístico, o apelo à interpretação causal, à explicação, encontrar-se-ia nas questões “como?” e “por quê?”. Do ponto de vista jornalístico, a interpretação causal abrangeria a contextualização dos fatos da atualidade por meio da resposta aprofundada e exaustiva a essas duas questões básicas. “A modesta exigência de uma informação capaz de assegurar o ‘acompanhamento’ de acontecimentos – mas tão raramente satisfeita pela maior parte dos *media* – releva dessa necessária e elementar procura da causalidade da interpretação da actualidade” (CORNU, 1999, p. 356). Outra característica da interpretação causal seria que ela pode contribuir para a formulação de hipóteses sobre os possíveis desenvolvimentos dos acontecimentos, a partir dos comportamentos e das escolhas possíveis dos homens e das sociedades. Não em um sentido determinista, pondera, mas “[...] no sentido de uma avaliação, empiricamente fundada, que procurasse situar as relações entre o fim de uma acção humana ou de um grupo social e seus meios” (CORNU, 1999, p. 356).

A segunda categoria da interpretação jornalística seria a *interpretação axiológica*, que situa o exame da realidade numa relação com os valores. Segundo o autor, o jornalista sempre seleciona os acontecimentos em função de certos valores que possui ou que partilha com sua comunidade profissional, e essa seleção se dá entre uma grande diversidade de opções. É a partir de seus valores, e dos valores

partilhados, que o jornalista define o que parece essencial e o que parece secundário. Essa categoria também envolveria o fato de que o jornalista nunca está indiferente: está sempre implicado na realidade que observa, seja física, moral ou afetivamente. Já a terceira categoria, a *interpretação compreensiva*, seria a que torna plenamente visível a subjetividade do jornalista. Essa categoria extravasa para a ordem da narração e é por meio dela que o jornalista desempenha, de um lado, sua qualidade de testemunha do acontecimento e, de outro, a revivescência ao relatar esse mesmo acontecimento com um distanciamento temporal (CORNU, 1999).

Alsina (2009, p. 264) compara o trabalho do jornalista ao do cientista social ao afirmar que ambos são “intérpretes do acontecer social”. Ao abordar as fases do trabalho informativo em seu estudo sobre a produção da notícia, o autor destaca a contextualização como a etapa final desse processo, que envolve o estabelecimento de relações com outros acontecimentos, explicações e mesmo interpretações. Para Rodrigo Alsina, o ato de contextualizar, na construção da notícia, é uma forma de conferir sentido ao acontecimento transformado em fato jornalístico.

Adelmo Genro Filho (2012) tem em sua proposta teórica para o jornalismo informativo aspectos que podem ser relacionados à valorização do contexto no trabalho jornalístico. O autor propõe que se trate da singularidade dos fatos a partir de um ponto de vista teórico, considerando-a num sentido filosófico. Como já mencionado na seção anterior, com a transposição das categorias filosóficas singular, particular e universal à teoria do jornalismo, Genro Filho vê nelas conexões lógicas fundamentais do pensamento que produzem conhecimento a partir das relações que estabelecem entre si. Cada categoria lógica representa aspectos objetivos da realidade; elas atuam em relação dialética e expressam, cada uma, diferentes dimensões do real. O fenômeno noticioso, para o autor, está relacionado diretamente à reprodução de um evento pelo ângulo da singularidade, embora as três dimensões da realidade coexistam nos fatos jornalísticos como em qualquer outro fenômeno. Dessa forma, o fato em si relaciona-se com o singular; o conteúdo mais amplo da informação, por sua vez, associa-se à particularidade e à universalidade. “Qualquer fenômeno singular não existe isoladamente, sem um conteúdo de particularidade e universalidade que precisa ser exposto, para que possa ser compreendido e ampliado seu significado aparente” (GENRO FILHO, 2004, p. 165).

Se o valor-notícia que leva à definição de que um fato é notícia está relacionado à sua reprodução pelo ângulo singular, o conteúdo da informação estará associado à

particularidade e à universalidade. O autor ilustra essa concepção com a ideia de “recolocar de pé” a pirâmide invertida, representação gráfica da estrutura do *lead* jornalístico, que organiza as informações de maneira decrescente de importância em um texto de notícia. Há legitimidade nesse tipo de hierarquização, afirma, pois, sob o ponto de vista descritivo, o *lead* constitui-se no núcleo singular da informação e “[...] encarna realmente o momento jornalístico mais importante” (GENRO FILHO, 2012, p. 201). Do ponto de vista epistemológico, no entanto, o autor defende que a pirâmide seja posicionada em pé, de modo que a notícia caminhe não do mais importante para o menos importante, e sim do singular (cume da pirâmide) para o particular (base que sustenta a pirâmide) e o universal (projeção ideológica e ontológica da notícia). Ao inaugurar essa nova possibilidade epistemológica, o jornalismo corresponde à “[...] cristalização de uma nova modalidade de percepção e conhecimento social da realidade através de sua reprodução pelo ângulo da singularidade” (GENRO FILHO, 2012, p. 216).

Quando o jornalismo reconstrói os eventos singulares ampliando sua significação em um contexto particular, evidencia-se sua potencialidade para que a notícia se realize como forma de conhecimento e, ao contextualizar a informação, construa uma leitura crítica da realidade e ofereça essa leitura crítica ao público. Se a dimensão universal pode ser relacionada à visão de mundo do jornalista, por meio dos pressupostos ontológicos e ideológicos que o orientaram na produção da notícia, é a dimensão do particular que remete à contextualização. Genro Filho ressalta também que no gênero jornalístico da reportagem a particularidade, enquanto categoria epistemológica, torna-se autônoma em relação ao singular. “Ela própria busca sua significação na totalidade da matéria jornalística, concorrendo com a singularidade do fenômeno que aborda e dos fatos que o configuram” (GENRO FILHO, 2012, p. 208).

Outro aspecto a ressaltar na teoria de Genro Filho é a noção de que o singular é uma percepção objetiva da realidade e contém, também, o particular e o universal. Nesse sentido, um desdobramento prático na produção jornalística é a compreensão de que o particular pode não necessariamente estar expresso no texto de cada notícia individualmente – considerando-se o tipo de mídia que era o foco principal de observação do autor na época de seu estudo, o jornal impresso –, mas também nas diversas matérias de uma mesma edição do periódico, na linha editorial do veículo ou mesmo nos veículos de mídia em seu conjunto, que compõem, segundo define, um

“sistema jornalístico” (GENRO FILHO, 2012, p. 214). O relacionamento entre as três categorias “[...] é real e efetivo e subjaz à forma autônoma em que são apresentadas as notícias e reportagens” (GENRO FILHO, 2012, p. 217). A experiência de significação das informações, cujo princípio se deu nas escolhas dos jornalistas, prossegue com a recepção do público, que também contextualiza as notícias de acordo com suas próprias referências. Essa análise dialoga com a perspectiva de Quéré (2005, p. 73), para quem o acontecimento jornalístico é sempre apropriado pelo público de forma ativa e crítica em um “[...] contexto social de apropriação e de discussão, e traduz-se pelo sentimento de pertença a um público”.

Com Traquina (2002), Hall *et al.* (2016), Park (1970), Cornu (1990), Alsina (2009) e Genro Filho (2004; 2014), faço uma breve revisão de abordagens importantes a respeito do contexto no jornalismo que dialogam com a proposta conceitual apresentada por Franklin *et al.* (2005), pela qual o termo “contexto” pode ser compreendido no sentido das condições de produção, do *background* e em um sentido mais amplo que compreende os antecedentes históricos e o cenário social do acontecimento. Embora o primeiro sentido seja importante na discussão sobre as implicações das transformações técnicas e tecnológicas sobre o trabalho dos jornalistas, para esta tese são mais relevantes os sentidos relacionados ao caráter de interpretação e explicação, mais claramente relacionados ao trabalho intelectual do jornalista e à produção de conhecimento social.

Cabe ressaltar que, embora as contribuições dos autores citados formulem elementos-chave iniciais importantes para a compreensão do contexto, todas elas miram o jornalismo antes da emergência das mídias digitais e das transformações decorrentes de sua disseminação. Em que medida o novo ecossistema midiático provocou alterações no jornalismo a ponto de alterar o tipo de conhecimento que ele produz? Trata-se, de fato, de uma questão muito grande para uma única pesquisa. Por isso mesmo, partir do próximo capítulo, procuro apresentar algumas diretrizes em busca de respostas.

4 O JORNALISMO NA ERA DA INFORMAÇÃO

Na sala de redação onde 1.500 repórteres relatam aos assinantes, por telefone, os acontecimentos importantes do dia anterior, com o acréscimo de imagens enviadas a eles por “fototelegramas”, o proprietário do jornal “Earth-Herald” comemora os bons resultados que a incorporação das tecnologias mais modernas trouxe ao seu negócio. O ano é 2889. Na manhã de trabalho do jornalista americano Francis Bennett, vislumbrada pelo escritor de ficção científica Jules Verne (1828-1925), um repórter da editoria de assuntos intergalácticos comunica ao chefe a recepção de fototelegramas de Mercúrio, Vênus e Marte – onde, em particular, as novidades dão conta da disputa pelo poder entre democratas e republicanos, com vantagem para os primeiros. A alegoria descrita por Verne (1910) no conto “*La journée d’un journaliste américain em 2889*” (“O dia de um jornalista americano em 2889”, em tradução livre) traz o olhar excêntrico e encantado pela tecnologia que marcam a obra desse pioneiro da ficção científica, que em suas obras anteviu conquistas notáveis como as viagens ao espaço, a caminhada humana sobre território lunar e a exploração das profundezas dos oceanos.

Não é de estranhar que ele se maravilhasse com as tecnologias de comunicação em ascensão de sua época – o telefone e a fotografia – e imaginasse possibilidades do uso dessas inovações em uma redação de jornal no futuro distante, quando o papel impresso já seria tecnologia superada. E seu otimismo é notável: a empresa de Francis Bennet, no conto, tem lucros crescentes, o que faz do jornalista da ficção um empresário riquíssimo; e o ofício de jornalista no fim do século 29, conclui o autor, pode ser definido como “*un bon métier*” (“uma boa profissão”, em tradução livre).

Esta antiga obra de ficção soa delirante nos dias de hoje, pois em geral os prognósticos atuais sobre o futuro do jornalismo estão longe de remeter a uma calmaria. Resolver se o jornalismo ainda é uma boa profissão pode ser apenas uma das questões sem resposta que circulam entre os próprios trabalhadores da área, além de intrigar também pesquisadores, estudantes e professores dos cursos de jornalismo e de comunicação nesta época que muitos chegam a definir, sem ressalvas, como um período de crise sem precedentes.⁵⁷

⁵⁷ Vários pesquisadores problematizam a naturalização dessa ideia e consideram que o discurso da “crise do jornalismo” como algo dado pode limitar a compreensão dos desafios enfrentados pelo jornalismo na atualidade, tais como Van Der Haak, Parks e Castells (2012), Zelizer (2015), Sandano (2015), Le Cam, Pereira e Ruellan (2015) e Bauman e Bordoni (2016). Abordei o assunto em trabalho

Não é difícil encontrar, entre profissionais veteranos, falas saudosistas em torno do jornalismo impresso,⁵⁸ que recordam jornais diários e revistas como um jornalismo mais genuíno. Nas redações informatizadas e de linguagens convergentes, onde muitas vezes o mesmo profissional produz texto, vídeo, *podcast*, fotografia e também edita seu próprio material, o tempo acelerado mudou a referência de *deadline*, que não é mais definido por dia, turno ou hora: tornou-se contínuo. Os papéis outrora bem definidos no trabalho da redação – repórter, editor, pauteiro, coordenador de produção, chefe de reportagem, repórter-fotográfico, e o que dizer do velho copidesque? – fundem-se no mesmo profissional multitarefa. A emergência das mídias sociais digitais como distribuidoras de conteúdo noticioso⁵⁹ obrigam também adaptações, reinvenções e renovações planejadas e executadas no mesmo ritmo em que surgem as novidades nesse novo “ecossistema midiático”, como nominam Anderson, Bell e Shirky (2013). Tudo isso em um cenário marcado também por demissões em massa⁶⁰, fechamento e aglutinação de títulos e de empresas, extinção de marcas (especialmente da mídia impressa), precarização do trabalho com a chamada “pejotização”⁶¹, credibilidade abalada e legitimidade questionada enquanto

anterior (LÜCKMAN, 2018) e, com apoio na noção de crise de Morin (2016), sustento a importância de que, na pesquisa em jornalismo, o fenômeno crítico seja abordado de forma teoricamente consistente e metodologicamente vigilante, evitando sentidos simplificadores ou generalizantes que não contribuam efetivamente para sua compreensão.

⁵⁸ A tiragem média dos 11 principais jornais impressos no Brasil teve queda na ordem de 41% entre 2014 e 2017, o que equivale a 520 mil exemplares, segundo dados do Instituto Verificador de Comunicação (IVC) publicados pelo Portal Imprensa (BRANDÃO, 2018). Em Santa Catarina, o grupo NSC Comunicação deixou de publicar edições diárias impressas dos jornais “Diário Catarinense”, “A Notícia” e “Jornal de Santa Catarina”, títulos tradicionais no estado, para lançar em 26 de outubro de 2019 edições semanais, em formato de revista, de cada publicação (SAIBA, 2019).

⁵⁹ Dados de 2019 do *Reuters Institute for the Study of Journalism* indicam que, em 2013, 47% dos brasileiros com acesso à internet utilizavam mídias sociais como fonte de informação noticiosa no Brasil. Esse índice apresentou um pico em 2016, com 72%, caindo depois para 66% em 2017 e 2018 e chegando a 64% em 2019. O Facebook é a mídia social mais utilizada para consumo de informação jornalística, mas vem perdendo terreno para o Whatsapp, segundo o mesmo relatório, que é o aplicativo de mensagens mais utilizado por 53% dos respondentes para compartilhamento de notícias – o maior índice entre os 38 países pesquisados (NEWMAN *et al.*, 2019).

⁶⁰ A agência independente de jornalismo de dados Volt Data Lab mantém um hotsite no qual reúne informações sobre demissões de jornalistas no Brasil. Desde 2012, segundo a agência, ocorreram 2.327 demissões de jornalistas em redações e, mais amplamente, 7.817 demissões em empresas de mídia (dados atualizados até agosto de 2018). Os dados mais detalhados podem ser consultados no portal da entidade: <http://passaralhos.voltdata.info/links.html> (acesso em: 05 out. 2019). Na Argentina, a demissão em massa de jornalistas da agência de notícias estatal motivou uma manifestação pública em julho de 2018; segundo matéria da agência France Press publicada no portal Gaúcha ZH, mais de 3 mil trabalhadores da imprensa perderam o emprego naquele país desde 2015 (JORNALISTAS, 2018).

⁶¹ “Pejotização” é o neologismo criado para designar a situação em que o jornalista cria uma empresa – pessoa jurídica de direito próprio, ou “PJ” – para manter o vínculo contratual de prestação de serviço com uma empresa jornalística. Essa modalidade de vínculo, praticada não só nas empresas de comunicação, é encarada como precarização porque o trabalhador perde direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), tais como férias, décimo terceiro salário, previdência, pagamento de horas extras e jornada de trabalho regular, além de outros benefícios sociais. As grandes

discurso público. Assim descrito, assistematicamente, o cenário atual do jornalismo parece, de fato, caótico, e seu futuro, nada promissor. Em terreno tão movediço, chega-se mesmo a questionar se ainda há espaço para o jornalismo profissional na sociedade.

A esse quadro se acrescenta um ingrediente crucial que sempre esteve presente, mas ganha força com o advento das mídias digitais: a autonomia comunicativa das audiências. Curiosamente, o impacto social das tecnologias e seus possíveis efeitos na relação entre mídia e público foram antevistos pelo pesquisador norte-americano Michael Schudson quando a *world wide web*⁶² havia sido recentemente lançada em âmbito global e ainda estava em seu estágio inicial de expansão. Na introdução do livro “*The power of news*”, lançado em 1995, Schudson sugeria a visão hipotética de uma sociedade sem jornalismo, com as potencialidades da internet permitindo que o público tivesse acesso às informações de seu interesse diretamente nas fontes – governos, empresas, órgãos públicos, candidatos, igrejas, movimentos sociais, entre outros, que seriam capazes de entregar informação diretamente para os cidadãos em seus computadores pessoais. Os cidadãos, por sua vez, poderiam “[...] enviar sua própria informação e seus próprios comentários; com a mesma facilidade, são tanto disseminadores quanto receptores de notícias. [...] Cada um de nós, nosso próprio jornalista” (SCHUDSON, 1995, p. 1).⁶³

Em tal cenário, sugeria Schudson, possivelmente os cidadãos tenderiam a depender dos órgãos oficiais mais legítimos para ter acesso a notícias, além de fontes locais cuja credibilidade na informação pudesse ser validada por sua acessibilidade direta. Na época, o autor imaginava que, em tal cenário hipotético, as pessoas logo começariam a sentir falta de um agente que promovesse um diálogo público e classificasse a imensa quantidade de informação disponível; iriam querer ajuda para interpretar e explicar os acontecimentos. E quem cumpriria esse papel, para o autor,

empresas que contratam os jornalistas “pejotizados” têm menos despesas com a manutenção de pessoal, uma vez que o vínculo passa a ser com pessoas jurídicas e não mais com trabalhadores em regime CLT.

⁶² Embora a internet, enquanto rede de compartilhamento de informações descentralizadas então chamada de Arpanet, tenha sido desenvolvida pelo governo dos Estados Unidos e por empresas privadas nos anos 1970, foi a *world wide web* que possibilitou que a rede mundial pudesse ser acessada por computadores domésticos a ela conectados, com o usuário sendo habilitado a entrar em sites da web por meio de softwares específicos (*browsers* ou navegadores). A série de ferramentas necessárias para o funcionamento da rede – *Uniform Resource Locators* (URL), *Hypertext Markup Language* (HTML), *Hypertext Transfer Protocol* (HTTP) e a própria WWW foram criadas pelo britânico Tim Berners-Lee. O ano de 1991 é considerado o marco da criação da internet como a conhecemos hoje (ISAACSON, 2014).

⁶³ No original: “[...] send their own information and their own commentary; they are as easily disseminators as recipients of news. [...] Each of us our own journalist.”

seria o jornalismo – não exatamente aquele praticado nos últimos anos do século XX, mas um jornalismo de outro tipo, reinventado, do qual faria parte um contingente de jornalistas profissionais também adaptados ao novo cenário. “É difícil visualizar o mundo contemporâneo, mesmo frente a uma tecnologia que torna cada um de nós, potencialmente, tanto emissor quanto receptor de informação, sem uma instituição especializada de jornalismo” (SCHUDSON, 1995, p. 2).⁶⁴ Para Schudson, mesmo que as tecnologias digitais então emergentes na virada do século viessem a encurtar a distância entre os cidadãos e a informação, algum tipo de jornalismo ainda teria que existir, já que, em sua visão, as notícias que o jornalismo produz são uma forma de cultura que o autor define como “conhecimento público”, ou seja, como uma forma compartilhada, moderna e onipresente de conhecimento (SCHUDSON, 1995).

Schudson foi certo, 25 anos atrás, na previsão de que a internet mudaria radicalmente a relação emissor-receptor e que isso forçaria uma espécie de “reinvenção” compulsória do jornalismo. Porém, os efeitos que se sucederam à disseminação da internet superaram em muitos aspectos a expectativa do autor. Passadas três décadas de experiência on-line, não só o jornalismo, mas a sociedade de forma mais ampla, ainda está se adaptando e aprendendo a lidar com as radicais transformações trazidas pelas novas formas de comunicação, que mudaram não só as maneiras pelas quais as pessoas se informam e interagem, mas também os mais variados aspectos de seu cotidiano. No caso específico do jornalismo, a “reinvenção” compulsória é constante e precisa ocorrer necessariamente no mesmo passo em que as novidades tecnológicas vão surgindo, sendo incorporadas pelas empresas de mídia e assimiladas ou demandadas pelo público.

Além de evidenciar a constante necessidade de “adaptação aos novos tempos”, como anunciam Anderson, Bell e Shirky (2013), e levantar questões sobre o futuro do jornalismo profissional, a Era da Informação e seus reflexos na sociedade causam transformações tão profundas que é possível ressignificar a compreensão em torno do que é o jornalismo ou do papel do jornalista (KUCINSKI, 2012; SOUSA, 2004a). Ao descrever os efeitos da “revolução digital”, Kucinski (2012) afirma que as tecnologias não só reconfiguram de forma radical a mídia e o conjunto da comunicação, mas também revolucionam as formas de socialização do ser humano, as práticas políticas e o modo como as pessoas se relacionam com o saber. No jornalismo, salienta o

⁶⁴ No original: “It is hard to picture the contemporary world, even in the face of a technology that makes each of us potentially equal senders and receivers of information, without a specialized institution of journalism”.

autor, a mudança é tão profunda e ampla que sugere uma “[...] ruptura epistêmica. Uma situação na qual o referencial teórico clássico pouco serve para explicar o que se passa” (KUCINSKI, 2012, p. 6).

Neste capítulo, faço uma necessária pausa na discussão teórica sobre conhecimento e contexto, iniciada no Capítulo 2, para descrever as características mais relevantes da Era da Informação que podem impactar o conhecimento produzido pelo jornalismo. Não é foco deste trabalho uma abordagem por demais detalhada das mudanças estruturais do jornalismo e seus efeitos sobre organizações, empresas e mercado profissional. A intenção é uma observação abrangente de possíveis formas como as tecnologias digitais e sua inserção na Sociedade em Rede podem contribuir para a ressignificação do jornalismo como tipo específico de conhecimento.

Partindo de uma breve descrição do período histórico da Era da Informação e da forma social nela emergente, a Sociedade em Rede, abordo com apoio em Castells e Thompson as formas de comunicação características dessa sociedade, com maior ênfase para a autocomunicação de massa. Na sequência, apresento alguns dos principais aspectos reconhecidos como desafios para o jornalismo na Era da Informação, em especial em função dos impactos provocados pela maior autonomia da audiência no processo comunicativo: *fake news*, desinformação, má-informação e outras manifestações associadas à chamada “desordem informacional”.

4.1 A comunicação onipresente na Sociedade em Rede

“Era da Informação” é a expressão usada pelo sociólogo catalão Manuel Castells (2001; 2003; 2015) para designar o atual período histórico de transição dos séculos XX para XXI, marcado pela emergência de uma nova forma social, a “Sociedade em Rede”, organizada em torno de redes digitais de comunicação. Redes são conjuntos de nós interconectados e, na vida social, funcionam como estruturas comunicativas que processam fluxos de informação. Esses fluxos de informação, por sua vez, são correntes de informação que circulam por meio dos canais de conexão entre os nós. A organização em redes é encontrada em toda forma de vida⁶⁵ e não é específica das sociedades do século XXI, mas é percebida por Castells como a forma organizacional mais eficiente a partir das transformações das tecnologias de

⁶⁵ Castells faz menção a Capra, que afirma que o funcionamento em rede é comum a todo tipo de vida: “Onde quer que exista vida, existem redes” (CAPRA, 2002 *apud* CASTELLS, 2015, p. 67).

informação e comunicação (TIC), dos anos 1970 em diante. Tais mudanças, que ocorreram inicialmente nos Estados Unidos e depois foram se difundindo para o restante do mundo, desencadearam o poder das redes e possibilitaram a constituição do que o autor define como um novo paradigma tecnológico (CASTELLS, 2015).

Para além da informatização em si, ou do processo de aplicação dos recursos da informática a processos industriais, organizacionais, laborais, educacionais e mesmo domésticos/cotidianos, o grande motor do novo paradigma da sociedade em rede é aquilo que tece os fios entre os diversos nós e possibilita as conexões entre eles – a internet. Base tecnológica para a forma organizacional das redes, a internet, para Castells (2003, p. 7), é

“[...] o tecido de nossas vidas. Se a tecnologia da informação é hoje o que a eletricidade foi na Era Industrial, em nossa época a internet poderia ser equiparada tanto a uma rede elétrica quanto ao motor elétrico, em razão de sua capacidade de distribuir a força da informação por todo o domínio da atividade humana. Ademais, à medida que novas tecnologias de geração e distribuição de energia tornaram possível a fábrica e a grande corporação como os fundamentos organizacionais da sociedade industrial, a internet passou a ser a base tecnológica para a forma organizacional da Era da Informação: a rede”.

O autor compara, também, o impacto da internet nos dias atuais ao que representou a prensa de tipos móveis no século XV, quando a nova tecnologia fez emergir o que hoje conhecemos por “público”, popularizou a primeira “máquina de ensinar” – o livro – e fez da palavra impressa um instrumento civilizacional. As transformações designadas por MacLuhan (1977) como “Galáxia de Gutenberg” encontram impacto equivalente no século XXI com as tecnologias digitais de informação e comunicação, trazendo um novo mundo de comunicação que, para Castells (2003), poderia ser chamado de “Galáxia da Internet”.

A comparação faz sentido porque, embora seja difícil avaliar efeitos de transformações em curso, sem a distância histórica, perceber a abrangência das áreas atingidas pela expansão da internet e das tecnologias digitais de fato sugere uma transição de era. O crescimento de um novo sistema de comunicação baseado nas redes fez com que atividades econômicas, sociais, políticas e culturais em todo o mundo passassem a se estruturar em torno delas de tal modo que, hoje, não participar desse sistema “[...] é sofrer uma das formas mais danosas de exclusão em nossa economia e nossa cultura” (CASTELLS, 2003, p. 8).

O acesso à internet, que em 1995, segundo Castells (2003), restringia-se a 16 milhões de usuários em todo o mundo, chega hoje a 4,57 bilhões de pessoas – 58,7% da população mundial – segundo dados da *Internet World Stats* atualizados em 31 de dezembro de 2019.⁶⁶ No entanto, estudo da União Internacional de Telecomunicações (ITU), órgão das Nações Unidas dedicado às tecnologias de informação e comunicação, indica que 96% da população vivem em locais onde há, pelo menos, possibilidade de conexão por rede de celular 2G, sendo que a esmagadora maioria (90%) pode potencialmente se conectar, no mínimo, a uma rede 3G ou de qualidade superior (ITU, 2018). A exclusão de grande percentual da população frente à possibilidade técnica de conexão evidencia, segundo a Unesco (2017), a existência de um significativo potencial não aproveitado das redes digitais para ações que maximizem o impacto e a eficiência de intervenções educacionais, sobretudo nos países mais pobres, que são aqueles que têm índices menores de cidadãos conectados. A promoção do acesso universal à internet e o incentivo a políticas que favoreçam o acesso a tecnologias de comunicação e informação estão ao lado da garantia de direitos fundamentais relacionados a educação, saúde e cidadania nas metas estipuladas pela Organização das Nações Unidas para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável a serem atingidos até 2030 (ONU, on-line).

A rede que hoje é acessada por quase 60% da população mundial não é um projeto recente: Castells (2015) enfatiza que a internet é uma tecnologia originalmente implementada em 1969 e que levou duas décadas para efetiva difusão em larga escala, em função de uma série de fatores de ordem não só tecnológica, mas também social. Além da rede em si, é determinante para a revolução digital a explosão da conexão sem fio por meio, principalmente, dos telefones celulares, que compõem a tecnologia de comunicação que experimentou a popularização mais rápida da história e cuja característica revolucionária não é propriamente a mobilidade, mas a conectividade contínua.⁶⁷

Entre o advento dos aparelhos pesados e analógicos dos anos 1990 e o imensurável cardápio de dispositivos Android e iOS dos dias de hoje, tudo mudou no propósito de uso do telefone celular: se antes ele representava o conforto da

⁶⁶ *Internet World Stats* é um website internacional que reúne estatísticas atualizadas sobre o uso de internet no mundo, com dados detalhados por país, continente e globais, além de estatísticas sobre mídias sociais, números populacionais, dados de pesquisa de mercado e outras informações. Acesso em: <https://www.internetworldstats.com/>.

⁶⁷ Segundo a União Internacional de Comunicações (ITU, 2018), existem 107 aparelhos celulares habilitados para cada 100 pessoas no mundo.

mobilidade para a prosaica comunicação interpessoal a distância com a mediação de um canal de voz, hoje ele serve como um assistente pessoal multifuncional sem o qual a maioria das pessoas não consegue se organizar no dia a dia. O *smartphone* até mantém, ainda, a função de telefone móvel, mas assumiu também múltiplas atribuições por meio de uma diversidade de aplicativos que, mantidos permanentemente on-line, transformaram o dispositivo em um prolongamento dos sentidos do usuário como nem Jules Verne, na ficção, ou Marshall MacLuhan, em sua teoria de vanguarda, conseguiram vislumbrar.

Pelo celular as pessoas hoje controlam agendas pessoais e compartilhadas, realizam operações financeiras, registram sua rotina em fotos e vídeos, fazem transmissões ao vivo em seus canais pessoais, interagem em sites de redes sociais, comunicam-se com contatos pessoais por meio de aplicativos de bate-papo, acionam serviços privados de transporte individual, ouvem e compartilham música, fazem backup de documentos e conectam-se a satélites para se orientar por aplicativos de localização – não há fim para a lista de funcionalidades que as tecnologias digitais disponibilizam ao usuário. Funcionalidades que, é fato, também podem ser acessadas no computador pessoal ou no *tablet*, mas se realizam em seu momento mais extremo ao estarem acessíveis na palma da mão.

É também com a mediação desses pequenos notáveis da era digital que, cada vez mais, o cidadão conectado vem acessando informação jornalística, seja por meio de aplicativos dos veículos de mídia, das redes sociais ou do compartilhamento por mensagens privadas. Dados do *Reuters Institute for the Study of Journalism* em parceria com a *Oxford University* levantados em 38 países indicam que a popularização dos *smartphones* para o consumo de notícias vem aumentando ano a ano de forma acelerada. Em 2019, 66% das pessoas ouvidas na amostra restrita a Espanha, Reino Unido, Estados Unidos, França e Alemanha afirmaram que usam o celular como principal dispositivo para consumo de conteúdo noticioso. No Reino Unido, particularmente, *smartphones* e *tablets* são os principais aparelhos usados para acessar notícias de maneira geral – mais do que o computador ou os suportes tradicionais. No que diz respeito ao Brasil, onde a internet atinge 71% da população, a pesquisa indicou que os *smartphones* são o dispositivo preferido para consumo de notícias de 77% das pessoas consultadas,⁶⁸ e os computadores aparecem com 55%

⁶⁸ A pesquisa coletou as informações por meio de questionário on-line junto a grupos cujas amostragens foram definidas por meio de critérios que garantissem representatividade de idade,

dessa prioridade. Embora a TV ainda seja a mídia mais poderosa em termos de audiência, constituindo fonte de informação para 73% das pessoas, o relatório mostra que os brasileiros estão entre os mais assíduos usuários de mídias sociais no mundo, com 64% dos entrevistados indicando-as como fonte de notícias. Os três sites de redes sociais mais consultados para acessar notícias no Brasil são o Facebook, o Whatsapp e o YouTube, com 54%, 53% e 42% das respostas, respectivamente (NEWMAN *et al.*, 2019).

A pesquisa do *Reuters Institute* é possivelmente o mais abrangente estudo sobre consumo de notícias em andamento no mundo e as tendências apontadas em sua série histórica indicam, desde 2013, uma forte ascensão do Facebook como fonte de informação jornalística no Brasil, com um súbito declínio de 2017 para 2018, compensado pela ascensão do Whatsapp – originalmente um aplicativo de mensagens privadas que adquiriu a influência de mídia social ao permitir o envio de mensagens massivas em grupos. O Brasil figura como o país que mais usa o Whatsapp como fonte de informação noticiosa, com 53% dos respondentes, seguido por Malásia (50%), África do Sul (49%) e Hong Kong (41%). Em termos globais, contudo, o uso das mídias sociais como fonte de informação já entra em um quadro de estagnação, enquanto aplicativos de notícias, newsletters por e-mail e notificações por dispositivos móveis vêm ganhando importância em países como Reino Unido, Estados Unidos, França, Espanha e Finlândia. Enquanto a redução sensível na audiência da TV faz emergir questões sobre o futuro papel das emissoras abertas e sua habilidade de atrair a próxima geração de espectadores, a mídia tradicionalmente conhecida como “jornal” parece ter-se tornado sinônimo de suas marcas tradicionais, mantendo-se com formatos on-line e reduzindo vertiginosamente, quando não extinguindo, suas materializações em papel (NEWMAN *et al.*, 2019). Como observa Castells (2015), o jornal continua a ser um “meio de comunicação de massa”, mas em outra plataforma.

4.2 Autocomunicação de massa, interação mediada on-line e audiências ativas

A internet e os dispositivos móveis favoreceram a ampliação do acesso a um maior volume de informação e vêm revolucionando continuamente a maneira como

gênero, região e educação em cada país. Foram excluídas as pessoas que disseram não ter consumido notícias no último mês. No Brasil, a amostra teve 2.013 respondentes (NEWMAN *et al.*, 2019).

as pessoas consomem a informação jornalística. No entanto, a mudança mais radical está na forma como as pessoas passaram a interagir a partir da emergência das tecnologias digitais, que constitui aquilo que Thompson (2018) chama de interação mediada on-line. Em sua proposta de teoria social da mídia, Thompson (2014; 2018) observa que as transformações no âmbito da comunicação mudam, também, as interações entre os indivíduos, para além dos efeitos econômicos, técnicos ou tecnológicos que acarretem. Para o autor, “[...] quando os novos meios de comunicação são desenvolvidos e introduzidos, eles mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam uns com os outros e com eles próprios” (THOMPSON, 2014, p. 9).

Em uma abordagem centrada na ideia de que os meios de comunicação são apenas um entre os vários fatores importantes que moldam a formação das sociedades modernas, e que, portanto, só podem ser entendidos em termos sociológicos, o autor sugere em sua teoria interacional da mídia que os meios e seu impacto devem ser observados em relação aos tipos de interação que o seu uso provoca. Nessa perspectiva, identifica quatro tipos de interação: (a) a **interação face a face**, que ocorre em um contexto de copresença e cenário espaço-temporal comum; uma conversa cotidiana pessoal entre dois indivíduos seria o melhor exemplo desse tipo de interação; (b) a **interação mediada**, na qual as informações ou conteúdos simbólicos são transmitidos para indivíduos que estão distantes no espaço ou no tempo (ou em ambos); uma conversa telefônica ou troca de e-mails seriam exemplos desse tipo de interação; (c) a **quase-interação mediada**, que, ao contrário das duas anteriores, que são dialógicas, é monológica e voltada para um público formado por receptores potenciais indefinidos; esse seria o tipo de interação típico dos meios de comunicação tradicionais (rádio, TV, jornais, livros); e (d) a **interação mediada on-line**, também de caráter dialógico, mas orientada de muitos para muitos, surgida a partir das novas formas de ação e interação criadas pelas mídias digitais (THOMPSON, 2014; 2018).

Assim como Castells (2003), Thompson (2014; 2018) ressalta que o surgimento da prensa de tipos móveis, no século XV, e o decorrente desenvolvimento da indústria gráfica impulsionaram as novas formas de interação por meio da comunicação. Antes da imprensa, a maioria das pessoas só trocava informação e conteúdo simbólico pela interação face a face; os livros e documentos escritos ficavam guardados em bibliotecas acessíveis apenas à igreja, à nobreza e a uma restrita elite

intelectual. A partir da expansão da tipografia, nos séculos XV e XVI, e do desenvolvimento de vários tipos de mídia eletrônica a partir dos séculos XIX e XX, as possibilidades de interação na vida social mudaram significativamente, e essa é, para Thompson, a chave para compreender o impacto social de longo prazo da mídia. Embora não tenha desaparecido, a interação face a face foi complementada por outras formas de interação que assumiram um papel cada vez maior – a interação mediada, quase-interação mediada e a interação mediada on-line. “A interação face a face permaneceu muito importante, é claro, mas o mix de interações da vida social alterou-se de maneira fundamental, à medida que essas três outras formas se tornaram cada vez mais importantes e disseminadas” (THOMPSON, 2018, p. 34).

A ênfase no estudo dos processos comunicativos com foco nas interações que os meios proporcionam, como propõe Thompson, é uma perspectiva original e bastante pertinente para a época em que a comunicação ocorre de muitos para muitos e os papéis de emissores e receptores, em muitas situações, se misturam. A compreensão da ideia de interação envolve o grau de compartilhamento do ambiente espaço-temporal entre os participantes do processo de comunicação: com a utilização dos meios de comunicação, foram-se ampliando as possibilidades de tipos de interação que se estendessem no espaço e também no tempo, para além das interações face a face. Mesmo no caso da quase-interação mediada, que é aquela que envolve a audiência aos conteúdos dos meios de comunicação como rádio, TV, jornais ou livros, é importante perceber o estabelecimento de uma interação nesse processo: “[...] não se está apenas recebendo ou consumindo um produto de mídia, mas penetra-se em um tipo distinto de interação social com outras pessoas que estão distantes no espaço e talvez também no tempo” (THOMPSON, 2018, p. 20).

A tipologia das interações proposta por Thompson tem semelhanças com as três diferentes formas de comunicação descritas por Castells (2015): comunicação interpessoal, comunicação de massa e autocomunicação de massa. Enquanto a primeira e a segunda seriam equivalentes à interação face a face e à quase-interação mediada, a autocomunicação de massa combinaria as formas que Thompson distingue como interação mediada e interação mediada on-line (THOMPSON, 2018).

A autocomunicação de massa descrita por Castells (2015) é a forma de comunicação interativa característica da Sociedade em Rede. Nela, as mensagens são enviadas de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido. Com a autocomunicação de massa, todos podem ser produtores e consumidores de conteúdo

informativo. Ela constitui um tipo de comunicação de massa porque potencialmente atinge um público global e é “auto” porque a produção, a definição dos potenciais receptores e a seleção das redes utilizadas são decididas pelos próprios produtores dos conteúdos. Castells salienta que a autocomunicação de massa coexiste com a comunicação interpessoal e a comunicação de massa, formas anteriores de comunicação. Portanto, essa nova forma de comunicação, que traz consequências para a organização social e a comunicação cultural, “[...] é a articulação de todas as formas de comunicação em um hipertexto digital composto e interativo que inclui, mistura e recombina em sua diversidade toda a variedade de expressões culturais transmitidas pela interação humana” (CASTELLS, 2015, p. 102).

Seja designada como autocomunicação de massa ou como interação mediada on-line, pode-se afirmar que essa comunicação interativa, intensiva, hiperconectada e dialógica estimulada pela internet cada vez mais disponível por meio dos dispositivos móveis é uma das características mais marcantes da Sociedade em Rede. A pulverização do papel de emissão de mensagens – que deixam de ser enviadas de um para muitos e passam a circular de muitos para muitos – destitui dos meios de comunicação tradicionais o protagonismo que tiveram no passado. Tomando a comunicação, de maneira ampla, como “[...] o compartilhamento de significado por meio da troca de informação”, Castells (2015, p. 101) ressalta que, no que diz respeito à abrangência do processo, a comunicação interpessoal deve ser diferenciada da comunicação da sociedade; no que designa como “comunicação de massa” tradicional, assim como na quase-interação mediada de Thompson, as mensagens são enviadas de um para muitos, com pequenas possibilidades de que, nesse processo, haja alguma forma de interatividade (como a participação de ouvintes em programas de rádio, por exemplo) – embora, como salienta Thompson, o processo deva ser compreendido como um tipo de interação. Porém, a difusão da internet alterou radicalmente a possibilidade de comunicação interativa, com o envio de mensagens de muitos para muitos, em tempo real ou no tempo escolhido. Além disso, os sites de redes sociais criaram um tipo distinto de interação social on-line, marcado não apenas por contatos interpessoais, mas também possibilitando ações voltadas ao compartilhamento de conteúdos, distribuição de marketing, e-commerce, ativismo sociopolítico, educação, engajamento cultural, mídia e entretenimento, entre outros usos diversos (CASTELLS, 2015; THOMPSON, 2018). Castells (2015) chega a afirmar que a atividade mais importante na internet acontece por meio dos sites de redes

sociais. O Facebook é a rede social com maior número de contas ativas, engajando cerca de 2,37 bilhões de pessoas em todo o mundo (KEMP, 2019).⁶⁹ Porém, com os recentes fenômenos de disseminação de desinformação e de discurso de ódio atribuídos a essa rede, tem havido uma estagnação e mesmo recrudescimento em seu uso, conforme a pesquisa seriada do *Reuters Institute* – não só na interação para qualquer finalidade como também para consumo de notícias (NEWMAN *et al.*, 2019).⁷⁰

4.3 Um jornalismo em rede para a sociedade em rede

A internet trouxe, portanto, novos tipos de mídia e possibilidades diferentes de interação, o que faz emergir uma nova ambiência comunicacional em rede à qual vêm se adaptando todas as esferas da vida em sociedade, entre elas o jornalismo. Em estudo publicado originalmente em 2012 sobre as características desse jornalismo “pós-industrial”, no qual fazem recomendações e sugerem como poderia ser o jornalismo no corrente ano de 2020, Anderson, Bell e Shirky (2013) sustentam que a internet não configura um novo ator no cenário comunicacional. Não se trata de um novo tipo de mídia, assim como se sucederam, ao longo dos séculos XIX e XX, o jornal impresso, o rádio e a televisão, os mais antigos adaptando-se à medida que os novos surgiam. “A chegada da internet não trouxe um novo ator para o ecossistema jornalístico. Trouxe um novo ecossistema” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 73).

Os autores não exploram em profundidade as possibilidades conceituais de um “ecossistema jornalístico”, mas permitem perceber nessa ideia a visão do jornalismo como parte integrante de um todo que envolve não apenas a tríade notícias, jornalistas e instituições, mantidos com o subsídio da publicidade – partes do

⁶⁹ Youtube, Whatsapp e Facebook Messenger aparecem na sequência do ranking, com, respectivamente, 2 bilhões, 1,6 bilhão e 1,3 bilhão de usuários. O Instagram, mídia social também popular no Brasil, é o sexto no ranking com 1 bilhão de contas ativas. Segundo o levantamento do HootSuite, sistema especializado em gestão de marcas nas mídias sociais, 3,534 bilhões de pessoas são usuárias de mídias sociais no mundo e cada usuário tem entre cinco e nove contas diferentes, a depender da faixa etária (KEMP, 2019).

⁷⁰ Desde 2014 os pesquisadores vêm acompanhando a taxa de utilização das mídias sociais nos Estados Unidos, Reino Unido, Alemanha, França, Espanha, Itália, Irlanda, Dinamarca, Finlândia, Japão, Austrália e Brasil. Em 2019, o percentual de pessoas que afirmaram usar redes sociais para qualquer propósito foi de 64% para o Facebook, 45% para o Whatsapp, 37% para o Facebook Messenger, 32% para o Instagram, 21% para o Twitter e 12% para o Snapchat. Na série histórica apenas o Facebook se mantém com percentual estável, enquanto as demais mídias sociais apresentam adesão ascendente. Quando a questão envolve o consumo de notícias, o uso do Facebook e do Twitter vem caindo nesses países desde 2016 (NEWMAN *et al.*, 2019).

ecossistema do jornalismo industrial – mas compõe um sistema mais amplo com novos componentes interligados, como a maior interação com a audiência, a própria participação da audiência como protagonista e fonte de notícias, as tecnologias de informação e comunicação, as novas formas de trocas possibilitadas por elas e a quantidade infinitamente maior de meios disponíveis, o que acarreta, também, um volume imenso de informação em intensa circulação multidirecional. A mudança na natureza do financiamento dos meios e os novos princípios organizadores possibilitados pela internet – como, por exemplo, a distribuição universal on-line e a obsolescência dos suportes analógicos – são outros parâmetros que caracterizam esse novo ecossistema (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

É possível estabelecer um paralelo entre a descrição do ecossistema jornalístico feita pelos pesquisadores da Universidade Columbia e a visão sistêmica complexa: ao vislumbrar o jornalismo da Era da Informação como um ecossistema, admite-se a relação de interdependência entre todas as partes que compõem um todo dinâmico, numa lógica recursiva. Da mesma forma que das interações internas surge o ganho das emergências, que são qualidades que não existiriam se os elementos fossem dispostos de forma diferente ou não interagissem, os sistemas também comportam perdas de potencialidades, motivadas por imposições ou repressões. “Um sistema não é somente enriquecimento, ele é também empobrecimento” (MORIN, 2008a, p. 146). Ou seja, no processo de enriquecimento e perda, os elementos do todo se transformam continuamente, modificando e reformando o sistema em processo de renovação constante. A detalhada análise de Anderson, Bell e Shirky (2013) sobre a adaptação de jornalistas e de instituições jornalísticas às alterações decorrentes, principalmente, da disseminação da internet na sociedade pode ser lida como uma descrição complexa do ecossistema jornalístico em transformação, mediante processos de desafios, enriquecimentos e empobrecimentos.

Falar de um ‘ecossistema jornalístico’ é admitir que nenhuma organização de imprensa, hoje ou no passado, foi senhora absoluta do próprio destino. Relações em outras partes do ecossistema definem o contexto de toda e qualquer organização; mudanças no ecossistema alteram esse contexto (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 72).

O jornalismo é parte integrante da sociedade e, para um jornalismo inserido no sistema da Sociedade em Rede nos termos descritos por Castells (2001; 2003; 2015), Heinrich (2011) descreve a emergência de um “jornalismo em rede”,

caracterizado por dois aspectos principais: (1) a descentralização da produção e distribuição das notícias e (2) os fluxos não-lineares pelos quais elas transitam. Novos atores, além dos jornalistas profissionais e das instituições jornalísticas, passam a ter espaço nessa estrutura permeável, que permite a passagem de fluxos de informação por múltiplas direções, favorecendo as trocas não só entre veículos e audiência, mas também inserindo no processo a mídia alternativa, partidos políticos, organizações do governo e não-governamentais, produtores independentes de conteúdo e opinião, sejam jornalistas ou não. O controle dos fluxos de notícias de forma relativamente estável e centralizada que caracterizou a produção dos veículos jornalísticos em seus diversos suportes a partir do século XIX e que perdurou ao longo do século XX deu lugar a outra forma de organização, influenciada principalmente pela conectividade em rede. Nessa nova organização, cada veículo pode ser visto como nó integrante de uma rede informacional global em desenvolvimento, na qual as instituições jornalísticas deixam de ser os canais exclusivos de produção e circulação da informação de interesse público.

Nesse cenário, o “jornalismo em rede”, para o autor, faz referência a uma esfera na qual, de um lado, os papéis dos jornalistas sofrem mudanças, e, de outro, delinea-se um novo quadro organizacional no qual os produtos jornalísticos operam. “Jornalismo em rede é o conceito estrutural que se refere à organização estrutural e às conexões não apenas dentro de uma forma de jornalismo (como impresso ou on-line), mas a modos emergentes de conexão dentro de toda a esfera do trabalho jornalístico como tal” (HEINRICH, 2011, p. 61).⁷¹ A tecnologia digital afeta todos os tipos de produtos jornalísticos, em quaisquer plataformas, não somente aquelas on-line, pois possibilita, por exemplo, novos recursos de apuração, modernização no modo de produção e ampliação da distribuição dos conteúdos. Isso vale tanto para os veículos ainda mantidos em suportes tradicionais e que passam por processo de adaptação (com edições impressas em papel, “impressas on-line” e digitais com atualização contínua)⁷² quanto para os nativos digitais (veículos já lançados

⁷¹ No original: “*Network journalism* is the underlying *structural concept* that refers to the structural organization and the connections not just within one form of journalism (e.g., print or online), but to the emerging connection modes within the whole sphere of journalistic work as such.”

⁷² Por exemplo, um jornal brasileiro de circulação nacional como a “Folha de S. Paulo” mantém, no início de 2020, publicação diária da edição de papel, com tiragem média de 86.196 exemplares/dia em outubro de 2019 (dados do Instituto Verificador de Comunicação). O conteúdo da edição diária é publicado integralmente na edição digital, datada e restrita a assinantes, em duas versões: no formato on-line, no qual o leitor percorre o conteúdo diretamente no navegador, e no formato digital, que reproduz a versão de papel diagramada. Além disso, o portal do jornal mantém atualização contínua, tendo registrado 193 milhões de visualizações de páginas em dezembro de 2019, segundo o Google

exclusivamente em ambiente on-line). “O jornalismo em rede, portanto, pode ser entendido como o paradigma para uma estrutura dinâmica da esfera jornalística global que suplantou o sistema midiático tradicional” (HEINRICH, 2011, p. 61).⁷³

Também marcante no jornalismo em rede é a reconfiguração do papel do jornalista como *gatekeeper* – ou seja, como o agente que define quais são os assuntos mais relevantes a serem incluídos no noticiário e, conseqüentemente, no debate público. Dado que a informação passa a circular de maneira descentralizada e em fluxos não-lineares, os veículos jornalísticos tradicionais deixam de ser os espaços exclusivos onde se seleciona o que passa pelo “portão” dos critérios de noticiabilidade e o que fica de fora. Autores como Heinrich (2011), Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) e Anderson, Downie Jr. e Schudson (2016) concordam que a perda da exclusividade nesse papel não significa que o *gatekeeper* desapareça ou que o jornalismo deixe de ser relevante na seleção dos assuntos considerados importantes. Porém, esse papel passa a ser dividido com o próprio público e com novos agentes produtores que não necessariamente atuam nos veículos tradicionais.

Originário da psicologia social,⁷⁴ o termo *gatekeeper* passou a ser aplicado no jornalismo após a publicação, em 1950, do artigo de David Manning White que analisou os critérios pelos quais um jornalista experiente selecionava ou rejeitava os assuntos a serem publicados em seu jornal de atuação. O *gate*, ou portão, é o espaço de decisão do profissional, pelo qual ele deixa passar, ou não, os temas que considera ter relevância suficiente para serem incluídos na pauta do dia. Além da questão do limite de espaço para a publicação das matérias no jornal impresso, White conclui que é preponderante nas decisões do *gatekeeper* a análise subjetiva dos assuntos, embasada nas experiências, atitudes e expectativas do profissional (WHITE, 2016). No entanto, estudos posteriores deram continuidade às observações de White e constataram que também a estrutura burocrática da organização, normas profissionais e constrangimentos institucionais são fatores que influenciam nas decisões do *gatekeeper* (TRAQUINA, 2016).

Analytics. A transposição de conteúdo integral entre a publicação impressa e o meio digital é chamada por Pavlik (2001 *apud* ZAMITH, 2011) de *shovelware* e foi característica da primeira fase do jornalismo para internet.

⁷³ No original: “Network journalism then can be understood as the paradigm for a dynamic structure of the global news sphere that has superseded the traditional media system.”

⁷⁴ Traquina (2016) salienta que o termo foi introduzido pelo psicólogo social Kurt Lewin em artigo de 1947, designando a pessoa que toma as decisões domésticas relativas à aquisição de alimentos para a casa.

Embora a figura do jornalista como *gatekeeper* tenha sido considerada preponderante durante um longo período, o processo de decisão sobre o que pode ou não ser considerado notícia é bastante complexo e envolve outros atores além do jornalista. Anderson, Downie Jr. e Schudson (2016) observam que essa tarefa nunca foi exclusiva desse profissional dentro das organizações de mídia, com assessores de imprensa, representantes de órgãos do governo e até publicitários figurando entre os atores que, de uma forma ou de outra, interferem na definição do que passa pelo portão da organização noticiosa. Porém, o processo hoje tornou-se mais complicado na medida em que envolve um número maior de atores e novas tecnologias. “Editores e produtores de emissoras, que há até pouco tempo eram os primeiros *gatekeepers* do que o público via e ouvia como notícia, foram substituídos em parte pelos diretores de tráfego e consumidores de mídias digitais” (ANDERSON; DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2016, p. 100).⁷⁵ A metáfora do guardião solitário do portão, ou ainda a compreensão dos jornalistas como “sentinelas no portão do conhecimento público”, são hoje imagens problemáticas e até mesmo obsoletas, já que a imprensa noticiosa é apenas um dos canais existentes entre os produtores de notícias e o público (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010). Nesse cenário, o público ganha autonomia ao tornar-se potencial produtor das próprias notícias, receber notícias recomendadas por pessoas que não são jornalistas – mas que têm status de influenciadores nas redes sociais – e acompanhar diretamente as publicações dos canais e perfis de seu interesse em redes sociais diversas, sem a mediação obrigatória do jornalismo. A redação, como observam os autores, deixa de ser o único intermediário entre o cidadão e o produtor de notícias, e a imprensa profissional não é mais caminho obrigatório para quaisquer fontes que queiram atingir o público com informações. Com a diversificação das possibilidades de interação direta entre público e informação, “[...] os jornalistas ficam de sentinela em um portão sem cerca” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 171).⁷⁶

Bruns (2011) ressalta que, historicamente, a prática do *gatekeeping* pode ser considerada um processo decorrente do apogeu da mídia tradicional de massa, período no qual o jornalismo centralizava a produção, a distribuição e o consumo das notícias. Esse processo resultava de uma necessidade prática, já que os veículos

⁷⁵ No original: “Editors and broadcast news producers who not long ago were the primary ‘gatekeepers’ of what the public saw and heard as news have been replaced in part by the traffic directors and consumers of digital media.”

⁷⁶ No original: “[...] journalists stand sentinel at a gate with no fence surrounding it”.

tradicionais dispunham de espaço restrito para a publicação e distribuição de conteúdo, sendo, portanto, compulsória a hierarquização daquilo que passava portão adentro e a inevitável exclusão do que era menos importante. Em contrapartida, conforme se ampliam as possibilidades de circulação de informações por meio da internet, que favorece modelos colaborativos de participação dos usuários e o surgimento de novos tipos de veículos para além do mercado tradicional, desatrelados de suportes físicos, o *gatekeeping* perde seu monopólio e passa a ser desafiado pelo que o autor nomina *gatewatching*. Assumida pelo novo público participativo, autônomo e protagonista, essa prática não necessariamente se responsabiliza pela produção das notícias de forma profissional, mas corresponde a uma espécie de curadoria que valida os assuntos relevantes para o debate público.

Naturalmente, os usuários envolvidos em organizar e fazer a *curation* da torrente das matérias noticiosas disponíveis e das informações que têm valor como notícias que estão atualmente disponíveis em uma multidão de canais, não têm condições de guardar – de controlar – o portão de quaisquer destes canais; entretanto, o que eles têm condições de fazer é de participar em um esforço distribuído e folgadoamente organizado de observar – de acompanhar – quais as informações que passam por estes canais; quais são os comunicados para imprensa que são feitos pelos atores públicos, quais são os relatórios que são publicados pelos pesquisadores acadêmicos ou pelas organizações da indústria, quais são as intervenções que são feitas pelos lobistas e políticos (BRUNS, 2011, p. 124).

O autor observa que os jornalistas profissionais também têm em suas rotinas atividades que correspondem a *gatewatching* – como, por exemplo, a seleção de matérias fornecidas por agências de notícias. No entanto, o que Bruns indica no atual cenário é que a prática deixa de se restringir aos jornalistas em contextos profissionais específicos e passa a englobar uma multidão de usuários, com diferentes interesses, o que possibilita uma quantidade mais ampla de temas com potencial valor-notícia.

Uma distinção fundamental entre o *gatekeeping* em processo de obsolescência e o emergente *gatewatching* é que o segundo não se preocupa com a seleção dos temas a serem publicados em primeira mão, mas faz o trabalho de curadoria, numa espécie de validação do trabalho do *gatekeeper*; por meio de seus canais próprios, que podem ser veículos alternativos ou perfis de mídias sociais, pessoais ou institucionais, os *gatewatchers* republicam, divulgam e contextualizam esse material já existente na mídia convencional, sem desenvolver necessariamente conteúdo novo. Bruns (2011) menciona que em muitos sites de jornalismo alternativo o foco é abrir

uma discussão, a partir de informações publicadas em veículos convencionais, e não “fechar” a discussão – o que amplia a repercussão dos assuntos e favorece a agregação de informações adicionais e ampliação do debate público por meio da participação da audiência.

Convém, contudo, retomar a ideia de que, nos sistemas complexos, nem sempre as interações entre os elementos significam enriquecimento e potencialidades; elas podem trazer também desafios, empobrecimentos e perdas. A explosão dos sites de redes sociais que se observou nos últimos anos, que possibilitou as múltiplas maneiras de participação da audiência, o *gatewatching*, novas e criativas formas de interação on-line e, em primeira análise, a democratização da informação, trouxe também uma conjuntura problemática cujas consequências o jornalismo profissional e a sociedade, de forma mais ampla, ainda estão aprendendo a equacionar.

Para Bell e Owen (2017), o impacto da operação de plataformas digitais e empresas de tecnologia, como Google, Twitter e Facebook, sobre o jornalismo é maior do que aquele sofrido quando houve a migração do suporte impresso para o digital, o que constitui uma “terceira onda de transformação tecnológica”. Nesse estágio, as plataformas não apenas atuam como distribuidoras de conteúdo, mas determinam, por meio dos algoritmos, o que vai ser visto, quem será remunerado por essa audiência e que tipo de conteúdo será priorizado. “Os princípios da rede aberta, que tanto foram alardeados para cidadãos e jornalistas, deram lugar a um ecossistema dominado por um pequeno número de plataformas que exercem tremenda influência sobre o que vemos e sabemos” (BELL; OWEN, 2017, p. 52). Se a promessa de uma rede aberta poderia significar informação mais acessível, democrática e transparente, com a dominância das plataformas a realidade é uma informação controlada e monetizada, o que fez emergir problemáticas como as “bolhas”, a desordem informacional e o desprestígio do jornalismo informativo.

4.4 Mais engajamento do público, desafios para o jornalismo

Sob o enfraquecimento da relevância do papel do jornalista como *gatekeeper* no novo ecossistema jornalístico estão subjacentes questões levantadas por Kovach e Rosenstiel (2010) na sua análise do que chamam de “era da sobrecarga de informação”: se os jornalistas perderam seu lugar de autoridade como voz qualificada para decidir quais são os assuntos importantes para os cidadãos, como saber que

informações são confiáveis? Como dar sentido às informações que circulam a partir de uma quantidade imensa de diferentes veículos e fontes? Como compreender os acontecimentos diários que se sucedem e como decidir em que informação acreditar, dado que a filtragem feita pelo jornalismo passa a ser apenas uma entre tantas outras? Para os autores, é preciso considerar que, com as mudanças tecnológicas, os indivíduos passam a dividir com o jornalismo a responsabilidade por saber o que é verdade no meio da profusão de informações. Não há mais uma rede de “*gatekeepers* sociais” dizendo o que é informação confiável, tampouco deve ocorrer o total extermínio de uma mídia tradicional e o advento de outra totalmente nova: Kovach e Rosenstiel enxergam na nova realidade midiática “[...] uma fusão que tende ao sentido de uma nova forma de conhecer”⁷⁷ e que funciona como um diálogo ou uma parceria entre os consumidores de informação e os antigos *gatekeepers*, entre antigas e novas mídias.

Trata-se de uma grande mudança em andamento e que implica uma nova forma de engajamento do público, assim como uma reconfiguração do fazer jornalístico de maneira muito ampla. “Nós [a audiência] estamos nos tornando nossos próprios editores, nossos próprios *gatekeepers*, nossos próprios agregadores” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 7).⁷⁸ Torna-se importante, portanto, discutir os papéis dos cidadãos, as novas atribuições dos jornalistas e da imprensa e as formas como ambos podem atuar juntos, em um jornalismo mais crítico e colaborativo. O termo “jornalista”, inclusive, já não precisaria designar necessariamente um profissional de comunicação graduado nessa área de habilitação específica, registrado em órgão de classe ou contratado por uma empresa jornalística, integrante de um grupo profissional formalmente organizado, mas, para os autores, “[...] agora descreve qualquer um que se encontre produzindo notícias e aspire fazê-lo de forma ética e responsável” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 8).⁷⁹

Mais do que enquadrar o profissional “jornalista” dentro de parâmetros associados classicamente ao modelo empresarial do jornalismo industrial (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013), é importante, para Kovach e Rosenstiel (2014), ter claro que o resultado do trabalho produzido tem as características do que se deve considerar jornalismo – ou seja, possuir os elementos que proporcionem aos

⁷⁷ No original: “[...] a blending that is tending toward a new way of knowing”.

⁷⁸ No original: “We are becoming our own editors, our own gatekeepers, our own aggregators.”

⁷⁹ No original: “[...] now it describes anyone who find him or herself producing news and who aspires to do is ethically and responsibly”.

cidadãos as informações de que eles necessitam para ajustar as demandas da vida cotidiana em um mundo cada vez mais complexo, tornando-se capazes de se autogovernarem e de exercerem sua liberdade. Esses elementos foram enumerados pelos autores na primeira edição do livro “Os elementos do jornalismo”, lançado em 2001, e se mantiveram inalterados nas duas revisões subsequentes do trabalho, em 2007 e 2014 – ou seja, embora o jornalismo tenha mudado com as tecnologias e novas demandas sociais, para Kovach e Rosenstiel os princípios que o norteiam permanecem. São eles: obrigação prioritária com a verdade; lealdade prioritária com os cidadãos; disciplina da verificação como essência; independência entre seus praticantes e os objetos de cobertura; monitoria de poder; servir como fórum para crítica e compromisso público; abordagem dos assuntos importantes de forma interessante e relevante; apresentação das notícias de forma abrangente e proporcional; exercício da consciência pessoal pelos praticantes; e ampliação aos cidadãos dos direitos e responsabilidades em relação às notícias (KOVACH; ROSENSTIEL, 2001; 2014).

Nem todos os estudiosos, contudo, veem essa possibilidade de parceria entre jornalistas e audiência com otimismo. Um exemplo é Neveu (2010), que enumera cinco maneiras de praticar o jornalismo que representam marcos definidores da profissão e que seriam vantagens em relação aos novos participantes ativos do ambiente informacional. Em primeiro lugar, o jornalismo é uma “ordem de discurso”,⁸⁰ ou seja, uma maneira codificada de expressão por meio da escrita e da fala, com uma retórica específica que diferencia a linguagem jornalística de outras linguagens, tais como as da política, da publicidade ou da literatura. Em qualquer idioma, um texto jornalístico terá a mesma lógica de organização e de apresentação – tanto que em livros didáticos de cursos de línguas estrangeiras, os extratos de textos de jornais e revistas são amplamente utilizados como recursos de aprendizagem. Um segundo aspecto distintivo é que, antes de produzir o discurso, o jornalismo é uma prática que colhe, seleciona e processa os fatos que transforma em notícias, não de forma a reproduzir automaticamente o que as fontes afirmam (em tese), mas de forma crítica. O jornalismo também reivindica um tipo especial de autoridade em nome do interesse público, busca uma especialização e elabora seus próprios mitos – entre os quais o autor destaca a ideia de servir ao público, de relatar os eventos com objetividade e de guardar a democracia. No ambiente midiático onde disputa espaço

⁸⁰ O autor remete à noção proposta por Michel Foucault.

com outros narradores, o jornalista ainda tem a vantagem das competências técnicas que lhe possibilitam agilidade na verificação de fatos, processamento de informações e interpretações em profundidade das notícias (NEVEU, 2010).

Porém, esses marcos definidores não têm sido suficientes para afirmar a autoridade dos jornalistas enquanto voz qualificada na seleção, tratamento e processamento das informações de interesse público dentro do “mar de narradores” favorecido pela nova realidade da era digital. Para Neveu, além da precarização das redações profissionais, da piora nas condições de trabalho dos jornalistas e da crescente desilusão dos profissionais em relação à prática tradicional da atividade, a informatização da mídia noticiosa tem resultado na perda de nitidez das fronteiras entre jornalismo amador e profissional, dado que o espaço virtual, agora, está aberto a qualquer cidadão que queira publicar conteúdos dos mais variados teores.

Neste novo “mar de narradores”, nem sempre é fácil conseguir a resposta para perguntas muito simples tais como Quem fala (uma mídia, uma empresa, um lobby?), Quem escreve (um jornalista, um relações públicas ou um torcedor ou um ativista?) e Para que (informar, pleitear, criticar?) Pode se interpretar estas mudanças que estamos presenciando como o triunfo do jornalismo? O uso da ordem jornalística de discurso, seu molde e suas aptidões é definitivamente a condição para falar na nova esfera pública. Todos os jornalistas: eis o triunfo da profissão! Tal interpretação não combina com muitos fatos. Muitos dos princípios básicos e regulamentos da profissão estão esquecidos. A simples regra de verificar os fatos não é mais central; o funcionamento básico de muitos sites se baseia em recortar e colar notícias produzidas por outros; o sequestro do trabalho dos verdadeiros jornalistas, ou lavando e passando como “notícias” o comunicado de fontes institucionais ou interesses organizados são alguns exemplos (NEVEU, 2010, p. 40).

Ao contrário de um potencial diálogo em que todos ganham na troca de informações de interesse público e na decorrente construção de conhecimento, na nova realidade midiática Neveu vislumbra, portanto, uma perda de espaço e de prestígio do jornalista enquanto profissional da informação, que, nos veículos de mídia remanescentes, poderá ser gradualmente substituído, em sua visão, pelo que ele nomina genericamente de “trabalhador da informação” – agente que atuaria no retratamento ou reciclagem das notícias provenientes de agências de notícias, declarações das instituições, empresas e agências governamentais.

Sandano (2015) também problematiza a ideia de uma comunicação multidirecional necessariamente democrática e dialógica, que amplie a voz das audiências e possibilite um compartilhamento do protagonismo do jornalista na responsabilidade pela informação de interesse público. “A multidirecionalidade é

condição necessária, mas não suficiente para o dialogismo” (SANDANO, 2015, p. 129). A promessa de uma comunicação mais livre, aberta e democrática a partir da emergência da internet, movida pela crença no progresso dos seres humanos por meio da tecnologia acessível a todos, logo enfrentou a contradição da dependência de estruturas empresariais que se configuram, na prática, como novos centros de poder. Além disso, essas grandes empresas associadas ao mundo digital passaram também a assumir os papéis de *gatekeepers* – controlando o fluxo informativo em escala global – e de vigilantes plenos – com acesso a um imensurável banco de informações pessoais sobre os usuários da rede, cujos usos nunca são plenamente admitidos. As ações cotidianas que o usuário comum da internet opera em seus dispositivos conectados, como acessar e-mails e mídias sociais, fazer compras on-line ou pesquisar assuntos de interesse pessoal em sites de busca, são monitoradas por agentes inteligentes e entregues como informações personalizadas a corporações com interesses comerciais ou políticos. À primeira vista isso poderia parecer teoria da conspiração ou enredo de ficção, mas o que Sandano chama de “distopia da vigilância” – usando o termo adotado pelo jornalista australiano Julian Assange – pode direcionar tanto o bombardeio dos anúncios de produtos específicos para cada usuário da rede, definidos pelos algoritmos, quanto casos reais de espionagem internacional. No mundo hiperconectado, a quimera da informação mais aberta, transparente e democrática acaba por comprometer a privacidade e a segurança não só dos usuários, mas também das informações (SANDANO, 2015).

A possibilidade de comunicação democrática e dialógica é latente, na visão de Sandano (2015, p. 129), mas para que se concretize é necessário que paulatinamente “[...] se superem os limites da tecnologia e dos valores ciberculturais”. Entre esses limites está a crise de valores estruturantes do jornalismo e a precarização de sua prática. Nesse cenário, o debate sobre o futuro do jornalismo tende a ser condicionado pelo foco na instabilidade dos modelos de negócios, o que limita a discussão e dificulta que se vislumbrem possibilidades criativas. Na visão do autor, a discussão só deve prosperar na medida em que forem pensadas estratégias que permitam ao jornalismo se apropriar das tecnologias a partir de valores epistemológicos próprios. “Se há mudanças na lógica de produção e distribuição da notícia, pode-se aceitar a ideia de que a nova estrutura comunicacional em rede molda a natureza do Jornalismo ou, como se propõe aqui, discutir seu papel e o sentido de sua prática na contemporaneidade” (SANDANO, 2015, p. 137). A ideia,

portanto, seria pensar o jornalismo em suas características definidoras, considerando a realidade da Era da Informação e suas implicações, o que inclui as múltiplas interações com os sujeitos – jornalistas e audiência, esta agora envolvida em novos papéis para além da recepção da informação.

Repensar e superar os limites da tecnologia não significa abdicar de seus recursos e potencialidades, tampouco advogar pela manutenção de técnicas e suportes típicos do jornalismo industrial que representariam um jornalismo mais genuíno – mas que, no saudosismo que escondem, se revelam anacrônicos em relação ao modo de vida da Sociedade em Rede. As discussões sobre o futuro do jornalismo são mais promissoras quando focadas nas formas pelas quais as diversas tecnologias e formatos de mídia vão-se adaptando e transformando ao longo do tempo, conforme novas linguagens e formatos surgem e sobrepõem-se umas às outras, e com o advento da internet enquanto impulsionadora de um novo ecossistema midiático esse cenário é mais amplo, porém não diferente. No horizonte dessa discussão deve estar sempre a reflexão epistemológica sobre o jornalismo, sua natureza e importância social. Na análise de Anderson, Downey Jr. e Schudson (2016), mesmo que as mudanças trazidas pela tecnologia tenham sido muitas, assim como as decorrentes adaptações, o jornalismo ainda desempenha importante papel na vida dos cidadãos, e a distinção entre bom jornalismo e mau jornalismo precisa ser clara. O bom jornalismo, para os autores, é aquele que apresenta informação útil para o dia a dia e um senso de participação social; possibilita a cooperação entre cidadãos; testemunha, engaja, informa, verifica, explica, analisa, interpreta, gera compreensão e empatia, investiga, revela e busca a verdade. Já o mau jornalismo é aquele que não se preocupa com a precisão dos fatos, seja por descuido ou má-fé; ele sempre existiu, mas o longo alcance da mídia digital tende a ampliar seu impacto.

Qualquer que seja sua forma e como quer que seja produzido na era digital, o bom jornalismo não mudou nessas formas fundamentais. [...] Logo, valores-notícia ainda importam. No mar turbulento da muitas vezes não confiável informação digital, valores jornalísticos são a guia do jornalismo credível. *Nós acreditamos que os valores jornalísticos vitais* incluem precisão, justiça, mente aberta, independência do poder ou ideologia, transparência em relação a fontes e métodos sempre que possível e dedicação ao interesse público. Toda organização noticiosa e todas as pessoas que produzem notícias por conta própria deveriam incorporar esses valores, mesmo quando as notícias assumem o formato de análise, comentário ou opinião (ANDERSON, DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2016, p. 67, grifo dos autores).⁸¹

⁸¹ No original: “Whatever form it takes and however it is produced in the digital age, good journalism has not changed in these fundamental ways. [...] So news values still matter. In a turbulent sea of too

Nesse cenário, os autores destacam que as mídias sociais se tornaram a maneira mais rápida de compartilhar conversas, mensagens, imagens e notícias online, e os usuários diariamente têm acesso a conteúdos de forma aleatória. Isso implica que as pessoas cada vez mais estão expostas a conteúdos que não necessariamente estavam buscando via mídias sociais: bom jornalismo ou mau jornalismo, mas também notícias falsas, desinformação e outros tipos de manifestações da chamada desordem informacional.

4.5 A desordem da informação: *fake news*, desinformação, má-informação e seus impactos

Já não é possível, contudo, observar de forma neutra ou ingênua os efeitos negativos de um chamado “mau jornalismo”, dada a emergência recente de um fenômeno muito mais profundo que se impregnou no ecossistema midiático e que tem chamado a atenção, principalmente, desde as eleições presidenciais de 2016 nos Estados Unidos – mesmo ano em que, de acordo com Wardle e Derakhshan (2019), a expressão “*fake news*” começou a ter alto e crescente índice de pesquisas no buscador do Google.⁸² Pode-se afirmar que um dos subprodutos da Era da Informação é a “desordem da informação”,⁸³ expressão proposta pela pesquisadora britânica Claire Wardle para designar a problemática que envolve a produção e publicação de conteúdos supostamente jornalísticos, mas cujo teor não corresponde estritamente à verdade, o que gera danos sociais extremamente graves. A autora problematiza o uso do termo *fake news* – bastante recorrente inclusive nos textos em língua portuguesa, utilizado sem tradução –, argumentando que a expressão é insuficiente para descrever o complexo fenômeno da “poluição informacional”; além disso, tem sido apropriada de forma genérica por políticos em todo o mundo, como forma de atacar instituições jornalísticas e jornalistas que produzem notícias que lhes são desfavoráveis ou com as quais simplesmente não concordam. Ireton e Possetti (2019) corroboram essa leitura ao afirmar que se trata de uma expressão que adquiriu carga

often untrustworthy digital information, news values are the beacons for credible journalism. *We believe that vital news values* include accuracy, fairness, open-mindedness, independence of power and ideology, transparency about sources and methods whenever possible, and dedication to accountability and the public interest. Every news organization and everyone producing news on their own should embody these news values, even when news takes the form of analysis, commentary, or advocacy.”

⁸² O gráfico atualizado do Google Trends pode ser consultado no link: bit.ly/39TOzDo

⁸³ Em inglês, *information disorder*.

emocional e que significa mais do que um rótulo para informações falsas e enganosas, pois tem sido amplamente utilizado em relação ao jornalismo profissional de forma depreciativa, na intenção deliberada de enfraquecê-lo e desautorizá-lo enquanto discurso público autorizado e comprometido com a verdade. Lazer *et al.* (2018), porém, ponderam que o termo *fake news* tem valor enquanto construto científico e optam por utilizá-lo em relação a outras formas (como “*false news*”) para enfatizar a importância do tema. Para os autores, o caráter distintivo da expressão está no fato de as *fake news* serem deliberadamente “disfarçadas” com pastiches da linguagem e do formato jornalísticos, gerando confusão na audiência, como veremos mais adiante.

Superando o que consideram uma vulnerabilidade da expressão *fake news*, Wardle e Derakhshan conseguem atribuir rigor conceitual e sofisticação à discussão ao identificar três diferentes manifestações da desordem informacional: (1) **desinformação**, que seria uma informação falsa divulgada deliberadamente e que pode envolver conteúdo impostor, manipulado ou fabricado, ou ainda informação verdadeira situada em um contexto falso (casos do “kit gay” e da “mamadeira de piroca” [sic], informações falsas difundidas durante as eleições presidenciais do Brasil em 2018, ou o uso de imagens de arquivo como se fossem registros de acontecimentos factuais, como manifestações, comícios, desastres naturais); (2) **informação incorreta**, que consistiria naquela divulgada de forma equivocada pelo agente, que acreditava estar lidando com informação verdadeira (erros de informação conhecidos como “barriga” no jornalismo tradicional, passíveis de correção por vias editoriais, são exemplo dessa tipologia); (3) **má-informação**, definida como aquela que tem base na realidade, mas é utilizada deliberadamente para causar algum tipo de dano, como vazamento de dados sigilosos, discursos de ódio ou assédio (como o vazamento de conversas pessoais entre chefes de estado ou outras pessoas públicas).⁸⁴ A desinformação seria a manifestação de maior envergadura e com maior potencial destrutivo, já que se encontra na interseção entre os outros dois tipos: combina tanto os danos do conteúdo falso (que compartilha com a informação incorreta) como aqueles associados à má-fé subjacente à má-informação (WARDLE; DERAKHSHAN, 2017; 2019).

Por seu turno, Lazer *et al.* (2018) enfatizam na definição que propõem para *fake news* o caráter de “camuflagem” assumido tanto pelos textos quanto pelos

⁸⁴ Em inglês, os três tipos correspondem às palavras *disinformation*, *misinformation* e *malinformation*.

veículos que disseminam a desinformação, que simulam os formatos e a linguagem do jornalismo. Nessa simulação, os autores mal-intencionados tentam pegar emprestado o prestígio e a autoridade social do jornalismo, dando à informação maliciosa uma aparência de jornalismo profissional:

Nós definimos “*fake news*” como sendo informação fabricada que imita o conteúdo da mídia noticiosa na forma, mas não no processo organizacional ou intenção. Veículos de *fake news*, por sua vez, não têm as normas e processos editoriais da mídia noticiosa que assegurem a precisão e credibilidade da informação. As *fake news* coincidem com outras desordens de informação, tais como a informação falsa ou equivocada e a desinformação (informação falsa que é propositadamente espalhada para enganar as pessoas). As *fake news* atraíram atenção primeiramente no contexto político, mas também foram documentadas em informações difundidas sobre assuntos como vacinação, nutrição e valores tradicionais. É particularmente pernicioso, pois elas parasitam veículos tradicionais, ao mesmo tempo se beneficiando e também destruindo sua credibilidade (LAZER *et al.*, 2018, p. 1094).⁸⁵

Wardle e Derakhshan (2019) observam que mentiras, boatos e erros de informação na mídia noticiosa não são novidade, e Ireton e Possetti (2019) chegam a situar na Roma antiga um exemplo de uso político de *fake news* plantadas por Otaviano contra Marco Antônio, companheiro da rainha egípcia Cleópatra, estratégia que teria contribuído para a derrocada do Egito frente ao Império Romano, em 30 a.C. Mas somente no século XXI, com a internet, as mídias digitais e as audiências ativas, a informação tornou-se uma potencial arma de muito longo alcance. “Novas e poderosas tecnologias simplificam a manipulação e a fabricação de conteúdo, e as redes sociais ampliam dramaticamente falsidades propagadas por Estados, políticos populistas e entidades corporativas desonestas, pois são compartilhadas por públicos não críticos” (IRETON; POSSETTI, 2019, p. 16). A disseminação das formas definidas como *fake news*, desinformação, má-informação e informação incorreta atingiram escala sem precedentes com o impulso das conexões digitais e o empoderamento das pessoas como autoras, transmissoras e retransmissoras de conteúdos. Muitas das preocupações se dirigem à questão da polarização política e do reaparecimento de

⁸⁵ No original: “We define ‘fake news’ to be fabricated information that mimics news media content in form but not in organizational process or intent. Fake-news outlets, in turn, lack the news media’s editorial norms and processes for ensuring the accuracy and credibility of information. Fake news overlaps with other information disorders, such as misinformation (false or misleading information) and disinformation (false information that is purposely spread to deceive people). Fake news has primarily drawn recent attention in a political context but it also has been documented in information promulgated about topics such as vaccination, nutrition, and stock values. It is particularly pernicious in that it is parasitic on standard news outlets, simultaneously benefiting from and undermining their credibility.”

movimentos ultraconservadores em todo o mundo, além da contaminação do discurso público numa gama de temas relacionados a direitos civis, ciência e saúde (WARDLE; DERAKHSHAN, 2019).

Abordar as manifestações da desordem informacional é um movimento que exige esforço multidisciplinar, dado que o aumento do uso político dessa tendência de manipulação da informação tem suscitado muitas questões em diferentes campos. Na visão de Lazer *et al.* (2018), é surpreendente que haja tão poucas respostas científicas a questões como a abrangência do impacto da desordem informacional nos diversos âmbitos da sociedade, bem como sobre os indivíduos. Os autores indicam, por exemplo, a necessidade de estudos que investiguem não apenas o alcance das *fake news* em termos numéricos, mas também procurem identificar que mecanismos mobilizam as pessoas a compartilharem esses conteúdos, ou ainda desvendem qual o percentual de efetiva leitura e compreensão entre aquelas que receberam e passaram adiante os conteúdos maliciosos. Não há, também, avaliações do impacto de médio a longo prazo no comportamento político das pessoas expostas a notícias falsas. Os autores consideram que o compartilhamento⁸⁶ de *fake news* via mídias sociais merece atenção em função do endossamento do conteúdo publicado que se subentende com essa ação. “O que sabemos sobre os efeitos da mídia sugere de maneira geral muitas possibilidades de influência, desde o cinismo e apatia crescentes até o encorajamento do extremismo. Há pouca avaliação dos impactos das *fake news* a esse respeito” (LAZER *et al.*, 2018, p. 1095).⁸⁷

Lazer *et al.* apontam possibilidades de intervenções em duas frentes para estancar o fluxo da desinformação e prevenir suas influências negativas. Numa primeira frente, seria preciso investir em políticas de literacia, capacitando os indivíduos a identificarem as notícias falsas e a discernirem entre fontes idôneas e

⁸⁶ Harcup e O'Neill (2016) propõem uma atualização da lista de valores-notícia a partir de uma primeira revisitação, já feita em 2001, ao clássico estudo dos noruegueses Johan Galtung e Mari Holmboe Ruge ([1965] 2016). Considerando as especificidades do jornalismo na era digital, a partir da análise de conteúdo de dez jornais britânicos, os autores concluem que o potencial de compartilhamento das notícias (em inglês, *shareability*) são um dos novos valores-notícia, ou seja, passam a ter preferência de publicação assuntos que podem gerar maior quantidade de comentários nas mídias sociais ou compartilhamentos. Dentro desses critérios, segundo os autores, podem estar tanto assuntos que fazem a audiência rir quanto que despertem a ira ou indignação, motivando o compartilhamento. Os demais valores-notícia identificados no estudo mais recente de Harcup e O'Neill (2016) são: exclusividade, más notícias, conflito, surpresa, imagens, entretenimento, drama, suíte (continuidade da cobertura de assuntos anteriores), relevância, magnitude, celebridades, boas notícias e interesses da organização noticiosa.

⁸⁷ No original: “What we know about the effects of media more generally suggests many potential pathways of influence, from increasing cynicism and apathy to encouraging extremism. There exists little evaluations of the impacts of fake news in these regards.”

não idôneas, além de ampliar a compreensão sobre a nocividade e os potenciais danos sociais da disseminação de desinformação. Na segunda frente, os autores vislumbram mudanças estruturais focadas na prevenção da exposição das pessoas às manifestações da desordem informacional, por meio da intervenção direta junto a empresas e plataformas que hoje dominam algoritmos, acessam dados privados e possibilitam a distribuição de conteúdos em massa para receptores desavisados por meio de aplicativos controlados por robôs. Embora a ideia de intervenções estruturais levante preocupações sobre a liberdade das empresas de mídia nos modelos atuais, os autores observam que essas mesmas empresas já modelaram os padrões de informação recebidos pelo público ao longo do século XX, e no século XXI “[...] os oligopólios imensamente mais vastos da internet já estão configurando a experiência humana em escala global. As questões perante nós são como esses imensos poderes estão – e deveriam estar – sendo exercidos e como responsabilizar essas enormes empresas” (LAZER *et al.*, 2018, p. 1096).⁸⁸

Referência no estudo da Era da Informação e da Sociedade em Rede e observador atento das manifestações e impactos das mudanças tecnológicas sobre a vida social, o catalão Manuel Castells enxerga no jornalismo profissional uma das forças para o combate da desinformação, que, reconhece, é uma das decorrências do acesso às redes de comunicação. Em entrevista ao jornal brasileiro “Valor Econômico” em dezembro de 2017, o autor valida o questionamento de que a autocomunicação de massa possibilitou a emergência das *fake news*, a ampliação do espaço virtual para os *haters*, o uso de robôs para a multiplicação de postagens com interesses obscuros e a difusão de mensagens baseada em algoritmos com critérios não transparentes. Contudo, refuta que a autocomunicação de massa tenha “criado um monstro”, como sugere a entrevistadora:

Criamos um anjo e um diabo, ao mesmo tempo, exatamente como o que somos. Internet e redes sociais são uma expressão muito potente da sociedade, com muito poucos controles. No período anterior, o sistema de comunicação de massa estava controlado por empresas e pelo Estado. Facebook não controla o conteúdo, o que lhes interessa é tráfico [sic] e publicidade. Toda a sociedade se expressa nas redes sociais. Mentimos? Sim, todos mentimos. Inventamos notícias falsas? Sim. Mas também inventamos abusos e escândalos que estão ocultos, difundimos corrupção, falamos sobre coisas que antes não podíamos falar porque não havia instrumentos: a sociedade se liberou nas redes sociais. A liberdade tem custos: podemos usá-

⁸⁸ No original: “[...] the far-more-vast internet oligopolies are already shaping human experience on a global scale. The questions before us are how those immense powers are being – and should be – exercised and how to hold these massive companies to account”.

la para caluniar, ofender ou podemos participar de um debate civilizado – mas, para isso, precisamos estar civilizados. Se somos não civilizados, a internet reflete o que somos, o problema é que, por vezes, não aceitamos o que somos (CASTELLS *apud* CELESTINO, 2017, p. 4).

Quando afirma que o jornalismo profissional é uma das armas de combate à desinformação, Castells ressalva que está falando especificamente dos jornalistas e de suas competências profissionais, e não das “empresas de comunicação que buscam o lucro”. “Quando dizem que há *fake news* sobre os conflitos internacionais, é bom lembrar que o New York Times publicou que havia armas de destruição no Iraque quando a jornalista sabia que não havia” (CASTELLS *apud* CELESTINO, 2017, p. 7). Além dessa possibilidade, o sociólogo exalta nas redes a possibilidade “ilimitada, livre e horizontal” de expressão que também funciona como antídoto contra a desinformação, abrindo espaço para vozes que antes não tinham lugares de expressão, como movimentos de combate ao machismo, ao racismo ou outras manifestações sociais.

Da resposta de Castells infere-se um sentimento otimista em relação tanto ao contexto digital quanto ao papel que o jornalismo pode desempenhar nesse novo cenário – o que envolve adequações em diversos âmbitos, o enfrentamento da desinformação, a consolidação de novos papéis, o compartilhamento pacífico das atribuições de *gatekeeping* e de *gatewatching* e o resgate da especificidade epistemológica do jornalismo. Como destaca Sandano (2015), em uma época em que se chega a questionar a necessidade de jornalistas, dado que vivemos em uma “sociedade informacional”, é preciso resgatar o significado de ser jornalista nesse cenário de trocas informacionais constantes e de novas práticas, pensando o jornalismo como um conjunto de saberes especializados que atuam na efetivação do diálogo democrático entre as diferentes comunidades humanas, mediando práticas cotidianas de forma qualificada, contextualizando as informações e contribuindo para a construção de conhecimento social. “Se há uma mudança nas estruturas sociais, cognitivas, econômicas, políticas, econômicas e culturais aceleradas pelas tecnologias, o Jornalismo terá que conviver com elas e entender melhor seu papel no complexo sistema de comunicação que se consolida” (SANDANO, 2015, p. 165). A resposta para aprimorar a compreensão desse papel, aponta o autor, está na qualificação cognitiva, que envolve operações para além de mediar ou realizar curadoria do ambiente informativo: trata-se do desenvolvimento de competências necessárias para fomentar

o diálogo, tomar decisões no cenário de conflitos e – o que é interesse central nesta tese – contextualizar as informações.

Mas o que significa contextualizar para o jornalismo? Que operações estão envolvidas no processo de contextualização de um acontecimento jornalístico? No ambiente comunicacional atual, que peculiaridades pode haver no jornalismo contextualizado? Busco respostas a essas e outras questões no próximo capítulo, dando sequência à discussão teórica da tese.

5 JORNALISMO E CONTEXTO NO MUNDO HIPERCONECTADO

Depois de uma necessária pausa para um panorama sobre as características mais relevantes da Era da Informação e seus impactos sobre o jornalismo, retomo a análise das relações entre contexto e conhecimento, com foco agora na reflexão epistemológica direcionada à proposta de conceituação. Convém, contudo, considerar logo de início algumas concepções para essa noção em outras áreas do conhecimento que contribuem para a discussão no jornalismo. Leal, Sacramento e Gomes (2017) observam que em primeira análise a compreensão em torno do termo “contexto” parece pacificada como sinônimo de pano de fundo ou cenário – uma metáfora que faz alusão às artes cênicas, portanto, e evoca uma imagem estática. Esse pano de fundo pode ser interpretado como um passado imediato do texto, do fenômeno, do acontecimento, da situação sobre a qual se reflete; porém, sua operacionalização na construção de um texto é um desafio (LEAL; CARVALHO, 2017). No Dicionário Houaiss, o sentido atribuído a esse verbete remete diretamente à ideia de complexidade proposta por Morin (2010a): originado etimologicamente da palavra latina *contextus*, derivada do verbo *contexere*, significa “entrelaçar, reunir tecendo”; a primeira definição para esse substantivo é “inter-relação de circunstâncias que acompanham um fato ou uma situação”; em segundo lugar, consta “conjunto de palavras, frases, ou o texto que precede ou se segue a determinada palavra, frase ou texto, e que contribuem para o seu significado; encadeamento do discurso”; remetendo aos campos da linguística e da sociolinguística, a definição é “conjunto de condições de uso da língua, que envolve, simultaneamente, o comportamento linguístico e o social, e é constituído de dados comuns ao emissor e ao receptor” (HOUAISS; VILLAR, 2009, p. 535).

Além da ideia de cenário ou pano de fundo – que pode suscitar a alusão a uma mera paisagem coadjuvante e estática em relação a uma ação pontual principal –, infere-se também no termo uma perspectiva temporal, já que as circunstâncias que acompanham um fato ou situação podem ter conexão com outros fatos, sejam eles simultâneos, passados ou mesmo futuros. Leal e Carvalho (2017) observam que essa instabilidade temporal é uma característica do contexto ao afirmar que, para além da visão “imobilizadora”, como um retrato estático, deve-se admitir a perspectiva do futuro nessa construção, “[...] como desejo, como imaginação, como projeção e como projeto antecipador” (LEAL; CARVALHO, 2017, p. 10). Essa visão em geral é relegada

a segundo plano, mas comporta, para os autores, uma maior proximidade com as narrativas dos acontecimentos jornalísticos, nas quais o contexto estaria, “[...] simultaneamente, antes e depois do texto, dentro e fora dele” (LEAL; CARVALHO, 2017, p. 15).

Ao analisar a dinâmica textual dos trabalhos etnográficos, no âmbito da antropologia, Bauman e Briggs (2006) chamam a atenção para dois problemas observados na maioria das definições de contexto: em primeiro lugar, passam uma ideia de excessiva inclusividade, como se o contexto pudesse comportar um conjunto infinito de fatores. Em segundo lugar, os autores salientam a falsa objetividade que emerge dessas definições, o que exige do agente contextualizador – o antropólogo, o pesquisador ou, no nosso caso, o jornalista – que ele seja o “juiz” que estabelece o que merece ser incluído no processo de contextualização, dado que não é possível incluir todos os aspectos interligados. Para Bauman e Briggs, a visão do contexto como condições externas ao texto, que existem *a priori*, é uma ideia positivista que implica na sua reificação e reduz as possibilidades de que o observador defina que aspectos da interação social em questão são relevantes.

Quéré (2005) discute a dualidade do acontecimento e recorre a Hannah Arendt e G. H. Mead para refletir sobre seu caráter hermenêutico. A depender da forma como é contextualizado, o acontecimento pode ser apreendido como um fim ou ponto de chegada, ou também como um início, projetando um sentido novo do qual ele será a origem. No primeiro caso, é explicado pela trama causal que o provocou e é significado em função do contexto prévio que o torna compreensível. Já no segundo, sua significação não deriva de um anterior, mas constitui o seu próprio contexto de sentido e projeta luz sobre o que poderá se seguir. Outro aspecto ressaltado por Quéré diz respeito à temporalidade do contexto em sua relação com o acontecimento. Dado que os acontecimentos têm a intempestividade como característica, eles ocorrem de forma descontínua, e o observador (sociólogo, historiador ou jornalista) faz o esforço de ressitua-los dentro das condições que permitiram sua ocorrência. Esse passado e esse contexto, porém, não preexistiam ao próprio acontecimento, salienta o autor, com apoio em Mead; o acontecimento teve que se produzir para que o “passado” fosse percebido e associado a ele, e o contexto, delimitado. “Em suma, é preciso que o acontecimento ocorra, que ele se manifeste na sua descontinuidade e que tenha sido identificado de acordo com uma certa descrição e em função de um contexto de sentido, para que se lhe possa associar um passado e um futuro assim como uma

explicação causal” (QUÉRÉ, 2005,p. 61-62). Da mesma forma como é preciso que se produza o acontecimento para que haja um passado em relação a ele, também a existência de um contexto relacionado ao acontecimento sofre esse condicionamento.

Essas contribuições preliminares, com visões a partir da linguística, da antropologia e da sociologia, nos dão preciosas pistas para ampliar a visão sobre o contexto no jornalismo, que pode, portanto, envolver muito mais aspectos do que o fornecimento de *background* e de antecedentes históricos e sociais dos acontecimentos, como sugerem os autores analisados no capítulo anterior. Neste, apresento as ideias de alguns teóricos que destacam a importância da contextualização dos acontecimentos pelo jornalismo na Era da Informação, em especial perante a emergência da autocomunicação de massa e suas implicações para o jornalismo profissional. Retomo brevemente, na sequência, a discussão sobre conhecimento para aprofundar a questão do jornalismo como forma de conhecimento contextualizado, destacando as vertentes que consideram a contextualização em sentido teórico-metodológico, e aquelas que associam diretamente a contextualização ao uso das potencialidades do ambiente digital. Por fim, apresento uma proposta conceitual para as noções de **contexto** e de **contextualização** no jornalismo como contribuição para o estudo do jornalismo sob a ótica da complexidade.

5.1 A contextualização como diferencial no jornalismo profissional

Na Era da Informação, mensagens de todo tipo circulam de forma mais rápida e aberta, e isso inclui a informação de interesse público que é o foco do jornalismo. Sandano (2015) observa que nesse cenário global de trocas informacionais constantes e novos recursos de comunicação, os paradigmas que orientam a prática jornalística são repensados e a própria necessidade social dos jornalistas chega a ser questionada. Para o autor, o momento exige que se pense o significado do jornalismo na contemporaneidade, atualizando a compreensão acerca dessa forma social de conhecimento em sua especificidade epistemológica, levando-se em conta as particularidades do contexto social do mundo interconectado. Trata-se de pensar o jornalismo como “[...] uma forma de conhecimento que insere redescrições da realidade no mundo contemporâneo” e que “[...] articula o caos informativo em um conjunto organizado de vozes e sentidos”; mais especificamente, o jornalista surge como o profissional que “[...] tem uma função importante a desempenhar no mundo

contemporâneo vis-à-vis novos mediadores comunicacionais”, caracterizando-se como o mediador qualificado que estabelece o diálogo dentro do caos informativo (SANDANO, 2015, p. 18 e 29). A marca autoral do jornalista, para Sandano, pode ser um dos caminhos para que o jornalismo encontre e entenda seu papel no ecossistema comunicacional que se consolida em meio às estruturas sociais, cognitivas, políticas, econômicas e culturais que vêm sendo transformadas pelas tecnologias digitais. É uma das maneiras para que o jornalista (e o jornalismo) assuma essa marca autoral e se firme no papel de mediador qualificado, para o autor, está na capacidade de contextualizar as informações e fomentar o diálogo entre diferentes âmbitos sociais, indo além de um papel de curadoria de informação. Trata-se de um processo de qualificação cognitiva que é uma especificidade do jornalismo. “O diferencial que o jornalismo pode oferecer, tanto social quanto como um produto economicamente sustentável, está onde os algoritmos não alcançam” (SANDANO, 2015, p. 164).

Eis uma questão relevante que vários outros autores vêm buscando responder: quais os diferenciais do jornalismo profissional, hoje, em meio a uma avalanche de informação em livre circulação? Trata-se de uma boa pergunta condutora de nossa reflexão direcionada ao contexto. Um dos trabalhos recentes mais relevantes e abrangentes em relação ao futuro do jornalismo, já abordado no capítulo anterior, e que reitera a função de contextualização dos acontecimentos como especificidade que pode ser assumida pelo jornalismo profissional melhor do que por qualquer outra área, é o dossiê lançado em 2012⁸⁹ por pesquisadores da Universidade Columbia. Para Anderson, Bell e Shirky (2013), um dos diferenciais da atividade jornalística está no que ela envolve de trabalho intelectual, portanto deve ser encarada como um empreendimento que é um serviço público e que mobiliza competências e habilidades específicas. O trabalho de apuração é o âmago da atividade jornalística; “[...] é a função que serve de forma mais direta o interesse público” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 43). Os autores destacam que o trabalho jornalístico tende a ser mal compreendido pelas pessoas que não têm familiaridade com a área e com suas rotinas e procedimentos ou que desconhecem as peculiaridades do meio; o trabalho de reportagem pode até mesmo ser considerado “[...] simplista ou metodologicamente ingênuo [...]”, mas, ressaltam os autores, trata-se de “[...] uma empreitada intelectual nada banal [...]” (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 43).

⁸⁹ O dossiê foi traduzido para o português e publicado no Brasil em 2013, com o título “Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos”.

Obter informações, elaborar perguntas, localizar documentos cruciais, decifrar rotinas de organizações, interpretar discursos e dados brutos, entrevistar de forma assertiva, observar em primeira mão, estabelecer conexões entre acontecimentos, entre outras operações cognitivas, são práticas de apuração características do trabalho jornalístico profissional, e é o jornalista quem melhor desempenha esse papel. Ressaltem-se ainda as habilidades de produção textual específicas, que, para muito além do “escrever bem”, envolvem o domínio das técnicas de redação para cada gênero informativo, veículo, público e mídia. Em áreas particulares como economia e ciência, vale acrescentar, torna-se salutar que o jornalista alcance determinado grau de especialização para ser capaz de disponibilizar a informação técnica de interesse público em linguagem acessível para o maior número de pessoas.

Na análise dos desafios enfrentados na época que identificam como sendo a de um “jornalismo pós-industrial”, Anderson, Bell e Shirky (2013) partem de cinco pressupostos para apresentar suas proposições com vistas à sobrevivência do jornalismo profissional: (a) o jornalismo é essencial; (b) o bom jornalismo sempre foi subsidiado; (c) a internet acaba com o subsídio da publicidade; (d) uma reestruturação é obrigatória; e (e) há muitas oportunidades para fazer um bom trabalho de novas maneiras. No que diz respeito ao primeiro pressuposto, afirmam que a explicação de temas complexos a um público geral é uma das atribuições que justificam a existência do jornalismo na sociedade atual. Os jornalistas têm simultaneamente os papéis de porta-vozes da verdade, formadores de opinião e intérpretes da realidade, não se restringindo, dessa forma, a narradores de fatos. Ao contextualizar a informação, que hoje se encontra em quantidade abundante e de forma desorganizada, o jornalista contribui para que ela repercuta e adquira significado relevante junto ao público. Para os autores, esta é uma das atribuições que o jornalista pode desempenhar melhor do que ninguém:

Em muitos acontecimentos de relevância jornalística, é cada vez mais provável que a primeira descrição dos fatos seja feita por um cidadão conectado, não por um jornalista profissional. Em certas situações – desastres naturais, chacinas – a transição já foi concluída. Nesse caso, como no de tantas outras mudanças no jornalismo, a erosão de velhas formas de agir é acompanhada da expansão de novas oportunidades e de novas necessidades de um trabalho jornalisticamente importante. O jornalista não foi substituído – foi deslocado para um ponto mais acima na cadeia editorial. Já não produz observações iniciais, mas exerce uma função cuja ênfase é verificar, interpretar e dar sentido à enxurrada de texto, áudio, fotos e vídeos produzida pelo público (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013, p. 43).

É fato que hoje em dia muitos assuntos relevantes são divulgados em primeira mão por pessoas que não são jornalistas profissionais, por meio de mídias sociais cada vez mais interativas. Anderson, Bell e Shirky ponderam que isso não significa que os jornalistas tenham se tornado dispensáveis: nessa nova realidade, o papel do jornalista tende a se transformar. E, na medida em que o jornalismo é essencial e passa por mudanças profundas no campo profissional, é preciso, segundo os autores, explorar novas possibilidades para garantir a sobrevivência da atividade. Compreender as reviravoltas pelas quais a área está passando é essencial e, nesse cenário, uma das questões a responder é: que papel o jornalista pode desempenhar melhor do que ninguém? Dar sentido ao imenso volume de acontecimentos noticiados todos os dias é um dos papéis destacados pelos pesquisadores de Columbia, que defendem a visão do jornalismo como bem público essencial para as sociedades democráticas (ANDERSON; BELL; SHIRKY, 2013).

Para Kovach e Rosenstiel (2010), as noções de jornalismo, de comunidade e de democracia são inseparáveis, e nessa tríade o jornalismo deve ser visto como um meio de promoção de conexão social e forma de conhecimento, associado mais a um serviço do que a um produto no qual são veiculados anúncios ou notícias como mercadorias. Nesse cenário, o fato de o público conquistar proatividade no consumo e produção das notícias sugere a emergência de uma nova forma de cidadania, que, no entanto, não chega a invalidar o papel de *gatekeeper* do jornalista – ele apenas passa a desempenhar essa função em uma esfera mais restrita. Na visão dos autores, o jornalista não deixa de ser mediador entre o público e a informação, mas perde esse monopólio. Kovach e Rosenstiel veem nessa mudança uma oportunidade para que o jornalismo ganhe qualidade, desde que haja uma compreensão das necessidades do público em relação às notícias, das potencialidades das tecnologias e das tarefas que os jornalistas devem desempenhar para atender a essas demandas. Dessa forma, o jornalista não necessariamente decide o que o público deve saber, mas trabalha para organizar a informação e torná-la útil – o que não significa apenas adicionar interpretação ou análise ao trabalho de reportagem, mas envolve o cumprimento de uma série de procedimentos diferentes e mais sutis. Um desses procedimentos é agir como “produtor de sentido”,⁹⁰ situando os acontecimentos em contexto de modo a construir conhecimento. Uma ideia importante, para Kovach e Rosenstiel, é a de que a abundância de informações disponíveis contribui para a dispersão e dificulta que

⁹⁰ No original, “*sense maker*”.

elas sejam organizadas em forma de conhecimento. Ao organizar e colocar a informação em contexto, o jornalista busca conexões e possibilita que o público tenha elementos para decidir o que a notícia significa. Dar sentido, afirmam, implica:

[...] procurar informações que expliquem por que ou como as coisas aconteceram. Envolve olhar para as implicações da notícia e identificar que questões ficaram sem resposta [...] e nos ajudar a entender que questões se tornarão importantes depois. O papel de produtor de sentido, em outras palavras, não é necessariamente um papel de comentarista. É jornalístico. Envolve encontrar fatos e informações que, quando bem contextualizados, fazem a ficha cair" (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 176-177).⁹¹

Um dos desafios enfrentados pelas pessoas que consomem notícias no mundo hiperconectado e de informação abundante, para Kovach e Rosenstiel, é decidir que fonte é confiável; em outras palavras, como saber se as informações são verdadeiras. Para esse público mais autônomo, que muitas vezes assume por si mesmo o papel de editor de seu próprio conteúdo, os autores propõem seguir passo a passo o “caminho do conhecimento cético”⁹² – uma metodologia bastante prática que corresponde a responder uma sequência de questões e que auxilia o leitor ou espectador na reflexão em torno do grau de confiabilidade das notícias. Além de ser um instrumento passível de aprofundamento e maior exploração em experiências e pesquisas que envolvam alfabetização midiática, a proposta de Kovach e Rosenstiel também contribui com pistas metodológicas promissoras para um possível “caminho da contextualização jornalística” ou um “percurso do conhecimento contextualizado”. De acordo com os autores, o “caminho do conhecimento cético” equivale a elaborar uma série de perguntas sistemáticas e a saber executar as operações em busca das respostas. Essas questões e o conhecimento de como resolvê-las fazem parte do que chamam de “disciplina da verificação”. “Em algum sentido, embora nem sempre de forma tão consciente e raramente numa lista tão detalhada, essas são as perguntas que os profissionais fazem não só no jornalismo, mas em todos os domínios do empirismo” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 31). As perguntas são as seguintes: (a) A informação está completa? Se não está, o que falta? (b) Quem ou quais são as fontes dessa informação? Por que eu deveria acreditar nelas? (c) Que provas são

⁹¹ No original: “[...] looking for information that explains why or how things happened. It implies looking at the implications of the news and identifying what questions were left unanswered [...] and helping us know which questions will be important next. The sense-maker role, in other words, is not a commentator role necessarily. It is reportorial. It involves finding facts and information that, as good sense making does, makes the tumblers click.”

⁹² No original, “*the way of skeptical knowing*”.

apresentadas? Como elas foram testadas ou examinadas? (d) Quais podem ser as alternativas para explicação ou compreensão? e (e) Eu estou aprendendo o que preciso aprender? (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010)

A “disciplina da verificação” consiste em qualquer processo que o jornalista adote para chegar o mais próximo possível da verdade no acontecimento de que trata; esse processo pode envolver diferentes métodos, como a busca de várias testemunhas dos fatos relacionados e a abordagem do maior número possível de pontos de vista. Para os autores, a verificação, seja institucionalizada ou adotada de forma pessoal pelos jornalistas, é aquilo que separa o jornalismo do entretenimento (e de seu “primo” infotenimento), da propaganda, da ficção e da arte. “Apenas o jornalismo tem foco no processo empregado para captar exatamente o que aconteceu” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 99).⁹³ Em outras palavras, é a busca prioritária pela verdade que diferencia o jornalismo das outras formas de comunicação.

Para o conhecimento cético, também é importante reconhecer os tipos de informação a que se está tendo acesso – como, por exemplo, saber discernir entre jornalismo, publicidade, entretenimento e informação bruta. No que diz respeito ao jornalismo, Kovach e Rosenstiel identificam quatro modelos de conteúdo: (a) o **jornalismo de verificação**, mais tradicional, que tem precisão e contexto como valores maiores; (b) o **jornalismo de asserção**, que tem foco na imediatividade e no volume de informações; (c) o **jornalismo de afirmação**, que consiste em corroborar as crenças de seu público, e portanto tende a priorizar informação que sirva a esse propósito e não se preocupa com precisão, contexto ou verificação; e (d) o **jornalismo de grupos de interesse**, que inclui determinados websites ou matérias, em geral investigativas, e é geralmente financiado por interesses específicos e não por grupos de mídia tradicional. Nesses modelos podem se manifestar diversas formas midiáticas como agregação, blogs, redes sociais e outras manifestações pelas quais a informação se dissemina. E é possível que uma mesma matéria ou produto jornalístico apresente características de mais de um modelo: dentro de um programa de rádio tradicional, pode-se encontrar espaço para comentários característicos de um jornalismo de afirmação, assim como boletins de “últimas notícias”, típicos do jornalismo de asserção. Kovach e Rosenstiel ponderam que não há “leis” que obriguem essa categorização, porém sustentam a importância de que um consumidor

⁹³ No original: “Journalism alone is focused on the process employed to get what happened down right.”

ativo identifique as diferenças entre os tipos de conteúdo, e em especial do conteúdo noticioso – ou seja, reconhecer entre o oceano de informação quais delas vêm trazidas por correntes opinativas, ou são filiadas a tendências políticas, ou representam determinados grupos sociais que produzem jornalismo independente voltado a suas causas de luta política, ou ainda mantêm uma proposta de jornalismo *hard news*, de pauta abrangente e preocupado com o aprofundamento dos acontecimentos numa perspectiva plural. Com o fluxo livre de informação e a grande disponibilidade de notícias que chegam por cabo, on-line, e-mail e outras vias, cada consumidor seleciona o que lhe interessa e cria seus próprios pacotes de informação; porém, todos os conteúdos – os escolhidos e os não escolhidos – se apresentam como verdadeiros. Nesse sentido, é importante ter clareza dos tipos de conteúdo jornalístico, para os autores:

Alguns podem argumentar que identificar o tipo de notícia que se recebe é irrelevante. Informação útil pode vir de qualquer lugar, a qualquer tempo. A noção de categorias e rótulos é peculiar, mas fora de moda. Quem se importa com o lugar de onde as notícias vêm ou como elas são reportadas? Se é útil, tem valor. Esse argumento parece atraente à primeira vista. Redefina os parâmetros de discussão, e voilà, o problema desaparece. Mas, no mundo real, o contexto importa. Se a informação é apresentada como factual e desinteressada, você terá um conjunto de expectativas. Se é apresentada como uma análise ou discussão, você terá outro. Quando encontrar uma matéria factual, você vai esperar uma descrição independente do que aconteceu, com os fatos básicos oferecidos de uma maneira com a qual todos poderiam concordar. Ao encontrar uma análise ou discussão, você na verdade poderia ter expectativas mais baixas sobre quão completa será a descrição. Mas provavelmente você irá esperar que o argumento seja mais integralmente destacado, com mais evidências na retaguarda e talvez alguma antecipação e resposta a qualquer objeção que possa ocorrer à audiência (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 35)⁹⁴.

Quando instigam o jornalista ou o leitor a refletir sobre a completude da informação em um texto, Kovach e Rosenstiel remetem ao procedimento metodológico de responder às seis questões básicas do *lead* jornalístico – quem, o

⁹⁴ No original: “Some might argue that identifying the kind of news one gets is irrelevant. Useful information can come from anywhere anytime. The notion of categories and labels is quaint but out-of-date. Who cares where news comes from or how it is reported? If it is useful, it has value. That argument seems appealing at first blush. Redefine the parameters of the discussion, and voilà, the problem vanishes. But in the real world, context matters. If information is presented as factual and disinterested, you will have one set of expectations. If it is presented as an analysis or argument, you will have another. When encountering a news story, you will expect an independent description of what has happened, with the basic facts offered in a way that everyone could agree with. If there are controversies, you expect to hear a basic outline of the different viewpoints. When encountering an analysis or argument, you might actually have lower expectations for how complete the description will be. But you likely will expect the argument to be outlined more fully, with more evidence behind it and perhaps some anticipation and response to any objections that might occur to the audience.”

quê, quando, como, onde, por quê – e sugerem que, embora essas perguntas sejam úteis apenas até o ponto em que conseguem ir, ainda é possível acrescentar uma formulação: que questões essa matéria deixa em aberto? Historicamente os jornalistas foram ensinados a aparentar uma onisciência em suas produções, ou seja, a supostamente saberem tudo a respeito do assunto coberto e não deixarem perguntas em aberto. Para os autores, a ideia de que o jornalista nunca deve levantar questões que não têm respostas é um conselho equivocado. “Vão surgir questões na cabeça do público. Os fatos fazem surgir perguntas por eles mesmos, e o leitor ou telespectador pensante inevitavelmente vai levantar questões” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 62).⁹⁵ Esse método de pensamento por meio do levantamento de questões a serem respondidas, para os autores, faz parte do processo de contextualizar.

Entre os quatro modelos de jornalismo descritos por Kovach e Rosenstiel, o **jornalismo de verificação** é o que mais dá ênfase à importância do contexto. No *ethos* desse modelo encontra-se a precisão dos fatos – “*facts over opinion*”, ou os fatos acima da opinião, salientam os autores –, numa busca constante pela máxima aproximação com a verdade por meio da verificação das informações.⁹⁶ Num sentido estrito, esse seria o modelo tradicional de jornalismo noticioso. Os autores ressaltam que com a atual crise de confiança impulsionada pela tecnologia, precisão e verificação estão no âmago do esforço dos jornalistas para recuperar a razão de ser da atividade: apenas publicar os fatos não é suficiente, mas também seu contexto, a apresentação jornalística e a impressão que eles causam devem ser bem apurados e precisos. “O jornalismo de verificação dá um grande valor à completude: respondendo questões que os fatos de um acontecimento podem sugerir e tentando colocar esses fatos em um contexto completo de modo que eles possam ser compreendidos da maneira como ocorreram” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p.

⁹⁵ No original: “Questions will arise in the audience’s mind. The facts raise the questions by themselves, and the thinking reader or viewer will inevitably wonder.”

⁹⁶ Kovach e Rosenstiel (2014) usam literalmente a expressão “*journalism of verification*”, que numa tradução direta para a língua portuguesa corresponde a “jornalismo de verificação”. Não se trata rigorosamente do mesmo sentido atribuído por Seibt (2018) ao tipo ideal “jornalismo de verificação”, proposto como uma forma desviante do jornalismo de comunicação (nos termos descritos por Charron e De Bonville) e que teria na forma textual do *fact-checking* sua principal manifestação empírica. O “jornalismo de verificação” descrito por Kovach e Rosenstiel corresponde ao jornalismo informativo, portanto sua concepção é mais ampla e não está relacionada com a recente emergência do *fact-checking*; já o tipo ideal de Seibt incorpora elementos da disciplina da verificação (nos termos de Kovach e Rosenstiel) na prática de *fact-checking*.

37).⁹⁷ Nesse modelo, a busca é por um relato confiável, abrangente e inteligente dos acontecimentos, dentro de um contexto que lhes dê significado, sem perder de vista a precisão, a inteligibilidade e a preocupação com a verdade.

Ante os desafios impostos pelas tecnologias digitais no século XXI ao jornalismo, Kovach e Rosenstiel discutem também os valores que os jornalistas profissionais devem cultivar ao seguir os princípios norteadores da profissão. A lista de dez elementos essenciais – elaborada originalmente na primeira edição da obra “Os elementos do jornalismo”, lançada em 2001, e mantida nas edições subsequentes até a mais recente, de 2014 – tem entre esses princípios-chave ao menos três que podem ser relacionados diretamente a um processo de contextualização do acontecimento: o primeiro princípio, que amarra a obrigação primeira do jornalismo com a verdade; o terceiro, que trata da disciplina da verificação; e o oitavo, que marca a importância de que as notícias sejam apresentadas de forma abrangente e proporcional.⁹⁸

Assim como ocorre na metodologia do conhecimento cético, os autores afirmam que os elementos do jornalismo – que guiaram o jornalismo ao longo do século XX e ainda se aplicam no século XXI, em que pesem todas as mudanças pelas quais a sociedade atravessa – surgem da necessidade do público e sempre pertenceram a ele. Coube aos jornalistas desenvolver uma série de conceitos e métodos para encontrar as soluções que atendessem a essas necessidades. “Os elementos do jornalismo são os ingredientes que permitem ao público conhecer os fatos e o contexto dos acontecimentos, entender como eles devem reagir àquela informação e trabalhar em compromissos e soluções que melhorem suas comunidades” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. X-XI).⁹⁹ Esses elementos resistem às mudanças do jornalismo, segundo os autores, porque também se mantém a principal finalidade do jornalismo, que é “[...] fornecer aos cidadãos a informação de

⁹⁷ No original: “The journalism of verification thus puts a high value on completeness: answering questions that the facts of an events may suggest and attempting to put these facts in a complete context so that they can be understood as they happened.”

⁹⁸ Os dez elementos do jornalismo, conforme já enumerados no capítulo anterior, são: obrigação prioritária com a verdade; lealdade prioritária com os cidadãos; disciplina da verificação como essência; independência entre seus praticantes e os objetos de cobertura; monitoria de poder; servir como fórum para crítica e compromisso público; abordagem dos assuntos importantes de forma interessante e relevante; apresentação das notícias de forma abrangente e proporcional; exercício da consciência pessoal pelos praticantes; e ampliação aos cidadãos dos direitos e responsabilidades em relação às notícias (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

⁹⁹ No original: “The elements of journalism are the ingredients that allow people to know the facts and context of events, to understand how they should react to that information, and to work on compromises and solutions that make their communities better.”

que eles precisam para serem livres e autônomos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 17).¹⁰⁰

O propósito do jornalismo não seria, assim, definido pelos jornalistas, pelas técnicas empregadas ou pela tecnologia disponível, mas pela função que as notícias desempenham na vida das pessoas. Elas ajudam na construção do senso de comunidade, na criação de linguagens comuns, no compartilhamento de conhecimento social e na identificação de objetivos, heróis ou vilões numa sociedade. “A mídia noticiosa serve como cão de guarda, tira as pessoas da complacência e oferece uma voz aos esquecidos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 17).¹⁰¹ Os autores citam o pesquisador James Carey, que definiu o jornalismo como a continuação e amplificação das conversas cotidianas – visão ainda mais contemporânea com o advento da internet, blogs, mídias sociais e dispositivos móveis conectados.

Quando se encara o jornalismo como um processo de diálogo público, isso significa que é algo mais do que um discurso que diz aos cidadãos o que eles devem saber. Ao se tornar um agente facilitador de discussões públicas, presta um serviço à sociedade. O novo tipo de consumidor requer um jornalismo que deixe de ser um mero produto e assuma essa função de serviço, respondendo a questões relevantes, oferecendo recursos e providenciando ferramentas.

Nessa perspectiva, Kovach e Rosenstiel enumeram oito dimensões ou funções essenciais que o consumidor de notícias requer do jornalismo, que definem essa ideia de serviço ou diálogo. Dentre essas, encontramos relação com o processo de contextualização em quatro: autenticação, investigação, agregação inteligente e produção de sentido.¹⁰²

Ao **autenticar** os fatos verdadeiros e confiáveis na esfera informacional onde há, cada vez mais, diferentes fontes, o jornalista surge como especialista que cumpre esse importante papel de selecionar, entre os diferentes relatos, quais são verdadeiros e de quais se deve desconfiar. Geralmente associada à figura de “cão de guarda”, a dimensão da **investigação** está ligada à exposição de assuntos escondidos cuja revelação tem impacto sobre o interesse público. Por **agregação inteligente**, os autores designam uma dimensão marcante da era digital: trata-se do trabalho de “patrulhar” a *web* a favor do leitor, para além da lógica dos algoritmos ou dos

¹⁰⁰ No original: “[...] to provide citizens with the information they need to be free and self-governing.”

¹⁰¹ No original: “The news media serve as a watchdog, push people beyond complacency, and offer a voice to the forgotten.”

¹⁰² As demais dimensões são testemunho, empoderamento, organização de fóruns públicos e modelo de jornalismo.

agregadores automáticos, fornecendo-lhe uma seleção do que há de informação relevante para ler, ouvir ou assistir em determinado período, ou ainda apresentando um resumo do que é importante saber antes de começar o dia. “Da mesma maneira que a imprensa é um autenticador e um produtor de sentido, a agregação que ela mobiliza deveria poupar o tempo das pessoas e levá-las a fontes confiáveis” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 179).¹⁰³ Já a função de **produção de sentido**, afirmam os autores, está se tornando mais importante porque a informação é mais abundante. “Quando a informação é fornecida em quantidade maior, torna-se mais difícil criar conhecimento, porque temos que peneirar mais dados para chegar a ele. Confusão e incerteza são mais prováveis” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2010, p. 176).¹⁰⁴ Para Kovach e Rosenstiel (2014), ao desempenhar o papel de produção de sentido o jornalismo contextualiza os acontecimentos e, assim, transforma informação em conhecimento.

O primeiro elemento do jornalismo – a obrigação com a verdade – leva a uma problematização em torno das possíveis compreensões dessa palavra polissêmica e faz lembrar que as discussões sobre as relações entre verdade e jornalismo são ancestrais. Remetem ao início do século XX, quando Walter Lippmann chegou a usar os termos notícia e verdade como sinônimos, na obra “*Liberty and the news*”; porém, mais tarde, em “Opinião pública”, o autor distingue as duas noções, sendo a notícia destinada a sinalizar um acontecimento e fazer com que as pessoas tomem ciência dele, enquanto a verdade teria a função de trazer luz aos fatos ocultos, “[...] pô-los em relação um com o outro e fazer uma imagem da realidade com base na qual os homens possam atuar” (LIPPMANN, 2010, p. 304).

Kovach e Rosenstiel observam que fatalmente as discussões sobre verdade e jornalismo acabam trazendo também os temas da objetividade e da neutralidade, que costumam ser confundidos. Propõem, então, uma abordagem que considere a “verdade jornalística” como “[...] um processo de classificação que se situa entre a história inicial e a interação entre o público, *newsmakers* e jornalistas [...]” em uma “[...] perseguição desinteressada da verdade [...]” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 55-56).¹⁰⁵

¹⁰³ No original: “In the same way that the press is an authenticator and a sense maker, the aggregation it engages in should save people time and steer them to trusted sources.”

¹⁰⁴ No original: “When information is in greater supply, knowledge becomes harder to create, because we have to sift through more data to arrive at it. Confusion and uncertainty are more likely.”

¹⁰⁵ No original: “[...] a sorting-out process that takes place between the initial story and the interaction among the public, newsmakers, and journalists [...] disinterested pursuit of truth.”

O jornalismo existe em um contexto social no qual as pessoas precisam de relatos precisos e confiáveis dos acontecimentos para organizar sua vida cotidiana. Nesse sentido, elas desenvolvem procedimentos e processos para chegar ao que Kovach e Rosenstiel chamam de “verdade funcional”, uma forma de verdade prática ou funcional que não é “a verdade” no sentido absoluto ou filosófico. “O jornalismo pode – e deve – perseguir as verdades por meio das quais nós podemos operar em uma base diária” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 56).¹⁰⁶ A precisão das informações é um ingrediente indispensável nesse processo e constitui o alicerce para a construção do contexto, da interpretação e do debate público. E essa construção não necessariamente é feita em uma única matéria jornalística, mas vai sendo elaborada de acordo com a cobertura dos assuntos de interesse público.

É mais útil, e mais realista, compreender a verdade que buscamos ou que podemos esperar do jornalismo como um processo – ou uma jornada contínua em direção à compreensão – que começa com a primeira matéria sobre um acontecimento e é construída ao longo do tempo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 57).¹⁰⁷

Essa compreensão dos autores de que a contextualização pode ser um processo amplia a visão de que um jornalismo contextualizado deveria estar associado necessariamente ao gênero reportagem, a textos de maior fôlego e a mais investimento em tempo de apuração e produção. Já ressaltai a compreensão de Genro Filho (2012) de que a expressão da particularidade dos fenômenos pode estar subjacente ao conjunto de matérias de um mesmo veículo, em sua linha editorial ou no âmbito da cobertura de um determinado tema. Da mesma forma, Kovach e Rosenstiel percebem que o contexto em torno de um determinado acontecimento pode ir sendo construído até mesmo por meio da atuação de diferentes jornalistas em distintos veículos e meios, conforme a cobertura se desenrola. Uma primeira matéria sobre um fato relevante pode fornecer elementos iniciais menos aprofundados, mas ela conduz a uma segunda, à qual vão sendo somadas, subsequentemente, fontes e novos elementos, acrescentando mais precisão às informações iniciais e elementos novos. A contextualização vai sendo ampliada, inclusive, não apenas em textos informativos, mas também em diferentes gêneros e linguagens jornalísticas:

¹⁰⁶ No original: “Journalism can – and must – pursue the truths by which we can operate on a day-to-day basis.”

¹⁰⁷ No original: “It is more helpful, and more realistic, to understand the truth we seek or can expect from journalism to be a process – or a continuing journey toward understanding – that begins with the first account of an event and builds over time.”

Contexto é adicionado em cada camada sucessiva. Em matérias mais importantes e complexas, há ainda contribuições subsequentes nas páginas de editoriais, blogs, mídias sociais, respostas oficiais – todo o raio de conversação pública e privada. A verdade prática é algo mutante que, assim como a aprendizagem, cresce como uma estalactite numa caverna, gota por gota, ao longo do tempo (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 58).¹⁰⁸

Essa “verdade prática” a ser atingida pelo jornalismo é algo que na visão dos autores precisa ser compreendida para além do sentido filosófico de uma verdade absoluta – discussões nessa linha geralmente terminam em confusão, “afundam” em semântica e dificilmente atingem um consenso sobre uma verdade unívoca. Além disso, falta compreensão comum entre os próprios jornalistas sobre o que é veracidade. “Por natureza, o jornalismo é reativo e prático, ao invés de filosófico e introspectivo” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 54).¹⁰⁹ A verdade prática – também nominada pelos autores como “verdade jornalística” ou “verdade funcional” – é resultado de um processo de classificação que se preocupa com a precisão das informações e está situado entre a história inicial e a interação entre o público, veículos e jornalistas.

A precisão é a base a partir da qual se constrói o contexto, a interpretação e as possibilidades de debate público; também é a diretriz para que se persiga a verdade funcional por meio da eliminação de qualquer informação equivocada, desinformação ou viés de autopromoção da informação de interesse público. Na medida em que o assunto repercute, com a reação da audiência, o processo de classificação das informações relevantes prossegue e a busca pela verdade funcional torna-se uma conversação. “Nós compreendemos a verdade como um objetivo – na melhor das hipóteses, ilusório – e ainda a acolhemos. Nós a acolhemos da mesma forma que Albert Einstein, quando ele disse que a ciência não tinha a ver com a verdade, mas sim com tornar menos falso aquilo que conhecemos” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 58-59).¹¹⁰

¹⁰⁸ No original: “Context is added in each successive layer. In more important and complex stories, there are subsequent contributions on the editorial pages, in blogs, social media discourse, in official responses – the full range of public and private conversation. The practical truth is a protean thing that, like learning, grows like a stalactite in a cave, drop by drop, over time.”

¹⁰⁹ No original: “Journalism by nature is reactive and practical rather than philosophical and introspective.”

¹¹⁰ No original: “We understand truth as a goal – at best elusive – and still embrace it. We embrace it the same way as Albert Einstein did when he said of science that it was not about truth but about making what we know less false.”

Embora reconheçam a importância da contextualização na perseguição da verdade prática ou funcional pelo jornalismo, Kovach e Rosenstiel veem com restrição a ideia de que o papel de atribuir contexto aos acontecimentos seja uma tarefa de maior envergadura, quando não a principal tarefa, do jornalismo na Era da Informação. Os autores criticam as argumentações¹¹¹ alinhadas ao que eles nominam “Teoria do Deslocamento”, que, em sua interpretação, superestimam a importância do papel contextualizador do jornalista profissional e se equivocam ao supostamente eximi-lo da tarefa de primariamente informar. Criticam, também, outro extremo, que vê com suspeição as potencialidades da tecnologia, desconfia da legitimidade da “abertura” da possibilidade de produção de informação a cidadãos-jornalistas e tende a romantizar velhas técnicas, valorizando uma quimérica “era de ouro” do jornalismo. Ambas as visões, para os autores, vão longe demais:

Precisamos de jornalistas para fazer mais do que trazer sentido aos fluxos produzidos pelo público. Essa ideia de deslocamento ou de uma sugerida obsolescência ou afastamento da busca por notícias essenciais não apreende a realidade de como instituições poderosas funcionam ou como cobri-las. No fim, a noção de que o papel dos jornalistas como caçadores de notícias foi deslocado é muito teórica e até mesmo perigosa. Dá espaço a muito poder para o governo, corporações e outras instituições para controlar a divulgação de fatos públicos. O fato de que a Casa Branca agora tem um canal de YouTube, perfil no Twitter e conta no Tumblr não deveria ser confundido com uma administração aberta ou transparente. Nem o jornalismo é aprimorado se os jornalistas começam a se limitar a materiais divulgados oficialmente ao invés de sair e investigar uma versão mais completa da verdade. A internet pode ter dado ferramentas de publicação a todos, mas não realiza a distribuição de todos os fatos importantes nem os estrutura de uma maneira que os cidadãos possam usar” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 30).¹¹²

Os autores ressaltam ainda que a disponibilidade de tecnologia não é uma solução automática para que se revelem todos os fatos importantes relacionados aos acontecimentos: é preciso que haja apuração, observação, perguntas, “[...] um

¹¹¹ Entre as argumentações mencionadas pelos autores estão as de Anderson, Bell e Shirky (2013) e Stray (2013).

¹¹² No original: “We need journalists to do more than bring sense to the streams produced by the public. This idea of displacement or implied obsolescence or movement away from essential fact finding does not grasp the reality of how powerful institutions work or how to cover them. In the end, the notion that journalists as fact finders have been displaced is too theoretical, even dangerous. It leaves far too much power to the government, corporations, and other institutions to control the supply of public facts. The fact that the White House now has a YouTube channel, Twitter feed, and tumblr account should not be mistaken for an administration being open or transparent. Nor is journalism enhanced, if journalists begin to limit themselves largely to material officially released rather than going out and digging for a more complete version of the truth. The Web may have given everyone publishing tools, but it does not enforce distribution of all facts that matter or structure them in a way that citizens can use.”

processo multidimensional de descoberta” que envolve competências cognitivas específicas até que se chegue numa matéria factual. “Não podemos aceitar que os fatos da vida civil se tornem uma mercadoria de cuja coleta e submissão a rede tome conta” (KOVACH; ROSENSTIEL, 2014, p. 31).¹¹³ O futuro das notícias, para os autores, está numa linha intermediária, entre os céticos saudosistas das velhas mídias e o que eles consideram os “utópicos” da Teoria do Deslocamento. Ao invés de deslocar os jornalistas para esse novo papel exclusivo de contextualizar, Kovach e Rosenstiel argumentam a favor de um tipo de jornalismo no qual cidadãos, tecnologia e jornalistas profissionais trabalhariam em conjunto para criar uma inteligência pública mais ampla e profunda.

Há dois aspectos importantes na crítica de Kovach e Rosenstiel ao que eles chamam de Teoria do Deslocamento: em primeiro lugar, os autores parecem interpretar de forma extrema os trabalhos que enfatizam a maior importância da função de contextualização do jornalismo, como se a sugestão desses autores fosse de que o jornalismo passaria a ter essa responsabilidade social exclusiva, eximindo-se da sua finalidade primordial de informar. Além disso, os próprios Kovach e Rosenstiel reiteram em vários momentos a importância de que o jornalismo assuma os papéis de produtor de sentido e autenticador, organizando as informações para a audiência, o que significaria, segundo eles, mais do que apenas adicionar interpretação ou análise – ao contextualizar os acontecimentos, o jornalismo produziria conhecimento. A sugestão de que a ênfase na contextualização anula o trabalho de informar, portanto, parece equivocada. Minha percepção é que se pode argumentar por um compartilhamento de importância e mesmo de significado, uma vez que – como já vimos com apoio em Morin – contexto e conhecimento são indissociáveis, e, portanto, o conhecimento contextualizado contém, também, informação.

5.2 Propostas para um novo estilo jornalístico

Se Kovach e Rosenstiel (2010; 2014) reconhecem a importância da contextualização no jornalismo, mas veem com ressalva uma eventual supervalorização dessa ênfase em relação à função informativa, há autores que defendem a contextualização como característica definidora de um estilo ou gênero jornalístico. Fink e Schudson (2014) observam que desde os anos 1950 já se pratica

¹¹³ No original: “We cannot assume the facts of civic life to be a commodity, the gathering and submission of which are taken care of by the network.”

crescentemente no jornalismo dos Estados Unidos o que eles chamam de “jornalismo contextual”.¹¹⁴ Os autores percebem que, ao longo de toda a segunda metade do século XX, o jornalismo passou gradualmente a se preocupar mais com a contextualização dos acontecimentos, dando menos espaço a notícias que tratam apenas de documentar assuntos importantes de determinados dias e ampliando a cobertura com matérias contextuais. Em análise do conteúdo de três grandes jornais impressos daquele país, observaram um significativo aumento nas matérias identificadas como jornalismo contextual no extenso *corpus* de 1.891 textos, entre os anos de 1955 e 2003 – com os objetos de análise coletados em intervalos de 12 anos. As matérias do estudo foram divididas em cinco categorias: convencionais, contextuais, investigativas, de “interesse humano” e “outras”; do total, as classificadas como contextuais representaram 45% no ano de 2003, enquanto em 1955 elas correspondiam a 8%.

Os autores recorrem principalmente à comparação com as matérias convencionais para tipificar o que percebem como jornalismo contextual. A matéria contextual, definem Fink e Schudson, tem foco mais amplo e fornece contexto para outras histórias subsequentes.

Se a matéria convencional é uma foto bem cortada e focada com precisão, a matéria contextual usa uma lente grande-angular. Com frequência é de natureza explicativa, algumas vezes aparecendo ao lado de matérias convencionais para complementar as versões secas e estritamente factuais dos acontecimentos do dia. [...] Matérias contextuais são frequentemente escritas no tempo presente, já que descrevem processos e atividades em andamento, e não eventos que já começaram e terminaram nas horas ou dias precedentes. Alternativamente, podem ser escritas no tempo passado, se seu propósito é fornecer contexto histórico. [...] Há diferentes maneiras de oferecer contexto; o que todas as matérias contextuais têm em comum é um esforço em fornecer análise ou contexto que vá além do “quem-o quê-quando-onde” de um acontecimento recente (FINK; SCHUDSON, 2014, p. 10-11).¹¹⁵

¹¹⁴ No original, *contextual journalism*. Os autores também usam ao longo do texto a expressão *contextual reporting*, que numa tradução literal para o português seria “reportagem contextual”; porém, por questão de clareza, opto por traduzir *contextual reporting* também como “jornalismo contextual”.

¹¹⁵ No original: “If the contextual story is a well-cropped, tightly focused shot, the contextual story uses a wide-angle lens. It is often explanatory in nature, sometimes appearing beside conventional stories to complement the dry, ‘just the facts’ versions of that day’s events. [...] Contextual stories are often written in the present tense, since they describe processes and activities that are ongoing rather than events that have been both initiated and completed in the preceding hours or days. Alternatively, they may be written in the past tense, if their purpose is to give historical context. [...] There are different ways to offer context; what all contextual stories share is an effort at offering analysis or context that goes beyond the ‘who-what-when-where’ of a recent event”.

O jornalismo contextual, conforme observado por Fink e Schudson, se distingue pela abordagem mais ampla e aprofundada em relação ao estritamente informativo. As matérias convencionais têm três características básicas destacadas pelos autores: (a) os assuntos de que tratam são identificados de forma clara e imediata, e os textos são construídos com a fórmula clássica “quem-o quê-quando-como-onde” no *lead*, respondendo de forma vaga ou parcial à questão “por quê”; também utilizam a pirâmide invertida, hierarquizando as informações em forma decrescente de importância; (b) restringem-se a assuntos acontecidos num passado muito recente e geralmente remetem a “ontem” ou mesmo a “hoje”; (c) têm foco em acontecimentos ou ações únicos. Esse tipo de cobertura estritamente informativa predominou nos jornais dos Estados Unidos até os anos 1950, quando, na análise dos autores, a cobertura tendia a ser mais “cooperativa” com o poder instituído. A partir do final dos anos 1950 e início dos anos 1960, porém, a imprensa começa a investir numa cobertura mais crítica dos fatos políticos, investigando escândalos e dando visibilidade a outras esferas da sociedade para além do governo, e esse cenário mais aberto, para Fink e Schudson, foram favoráveis à emergência do jornalismo contextual e de uma nova cultura jornalística: “Os jornalistas passaram a se apresentar publicamente de forma mais agressiva; as matérias ficaram maiores (e presumivelmente mais aprofundadas); as matérias se tornaram menos centradas no governo e na política eleitoral; e as notícias tornaram-se mais contextuais” (FINK; SCHUDSON, 2014, p. 5).¹¹⁶

Anderson, Downie Jr. e Schudson (2016) validam essa análise e afirmam que a tendência de crescimento do jornalismo contextual, tal como o observado por Fink e Schudson (2014), representa mais do que investimento em jornalismo investigativo: as notícias tornaram-se mais críticas em relação às lideranças políticas, as perguntas dirigidas às fontes tornaram-se mais assertivas e desafiadoras e as matérias tornaram-se mais longas a partir dos anos 1960 e 1970 não apenas nos Estados Unidos, mas também em jornais de países europeus. As matérias passaram a fazer mais referências ao passado e ao futuro dos acontecimentos, enfatizando também o “porquê”, para além das demais questões do *lead* tradicional. As motivações para essa transição, sugerem os pesquisadores, não são facilmente identificadas, para podem

¹¹⁶ No original: “Journalists have come to present themselves publicly as more aggressive; news stories have grown longer (and presumably deeper); news stories have grown less government and electoral politics centered; and news has grown more contextual.”

estar relacionadas à formação superior dos jornalistas e à crescente insistência na profissionalização do jornalismo (ANDERSON; DOWNIE JR.; SCHUDSON, 2016).

Na categorização que elaboram para organizar o material analisado na pesquisa, Fink e Schudson colocam em grupos separados as matérias contextuais e as investigativas – estas, tradicionalmente associadas ao papel de “cão de guarda” do jornalismo, exigem maior tempo de produção e pesquisa e em seu processo de elaboração podem encontrar percalços como dificuldades no levantamento de informações sigilosas, por exemplo, além de envolver fontes não reveladas. Embora tivessem uma expectativa de encontrar aumento na quantidade de reportagens investigativas na amostra pesquisada, em função do cenário inicialmente observado de maior independência para a cobertura de assuntos sensíveis e críticos a partir da guerra do Vietnã e do escândalo Watergate, os autores observaram ao longo das cinco décadas analisadas uma regularidade na produção desse tipo de material. Além da ocorrência de matérias investigativas não ter aumentado, é relevante o fato de que elas são raras, de acordo com o estudo. Isso pode ser explicado, consideram os autores, pelo fato de que tempo e esforço investidos na apuração de uma matéria investigativa nem sempre resultam em uma matéria de fato, a depender das dificuldades encontradas pelo repórter. Além disso, muitas vezes uma matéria contextual desempenha papel similar ao geralmente atribuído ao jornalismo investigativo, trazendo para o debate público assuntos que merecem atenção ou desvelando informações que podem até estar disponíveis, mas não foram examinadas com a profundidade devida (FINK; SCHUDSON, 2014).

Fink e Schudson são assertivos quanto à emergência nada recente, porém crescente, do que consideram um gênero ou estilo jornalístico. Observam que o jornalismo contextual ainda não é reconhecido de forma abrangente pelos pesquisadores da área, merecendo ser estudado com mais atenção – em especial, no sentido de entender como ele impacta a compreensão das pessoas sobre o mundo onde vivem. Trata-se, para os autores, de um jornalismo que vem compartilhando cada vez mais espaço com o jornalismo convencional e se apresenta como uma tendência poderosa: pode ser considerado, em termos quantitativos, como a “[...] mudança mais importante no jornalismo no último meio século” (FINK; SCHUDSON, 2014, p. 5),¹¹⁷ e mesmo assim permanece sem uma denominação consensuada entre os pesquisadores – também é chamado de jornalismo

¹¹⁷ No original: “[...] the most important change in reporting in the past half century”.

interpretativo, de profundidade, explanatório/explicativo ou analítico – e sem o estabelecimento de um lugar teórico reconhecido.

Pontualmente, contudo, vêm surgindo pesquisas interessadas em aprofundar a observação sobre esse modelo de jornalismo. Destaco particularmente a iniciativa de três pesquisadores de universidades norte-americanas que investiram recentemente em estudos empíricos a respeito do ponto de vista dos jornalistas acerca da produção de matérias contextuais, que têm como referência a categorização de Fink e Schudson. São eles McIntyre, Dahmen e Abdenour (2018).

Nos dois estudos – o primeiro realizado com profissionais de jornais impressos e on-line, e o segundo com jornalistas de televisão –, eles procuraram saber o quanto o estilo contextual é identificado e valorizado na prática das redações. Em ambos os casos, perceberam que embora não exista, de fato, uma identificação do jornalismo contextual como gênero ou estilo, as respostas sugeriram uma tendência de valorização das matérias contextuais pelos profissionais, que as associam a uma função de responsabilidade social e a uma maneira mais precisa de retratar o mundo para a audiência (MCINTYRE; DAHMEN; ABDENOUR, 2018; ABDENOUR; MCINTYRE; DAHMEN, 2018).

Os autores associam a emergência do jornalismo contextual a um resgate dos laços entre jornalismo e democracia: esse estilo evoca um compromisso do jornalismo com os interesses da sociedade, tomando-se como pressuposto que uma democracia depende da existência de uma população engajada e bem informada. O jornalismo contextual informa para além da imediaticidade do fato singular, tendo, no horizonte, o bem-estar social e o conhecimento público. Ao concordar com Fink e Schudson (2014) sobre a necessidade de mais estudos sobre esse estilo de produção, os autores desenvolveram as duas pesquisas em redações de mídia impressa/on-line e de televisão, nas quais buscaram perceber a compreensão dos profissionais acerca do jornalismo contextual e de três subcategorias consideradas como “gêneros contextuais”: jornalismo construtivo, jornalismo de soluções e narrativa de restauração. Nas duas pesquisas, perceberam que os jornalistas não tinham familiaridade com os termos, mas ao serem apresentados aos sentidos de cada um, conseguiam identificar a prática de cada tipo no cotidiano de trabalho.

O jornalismo construtivo faz uso de recursos da psicologia e de outras ciências comportamentais para produzir matérias que visam melhorar o bem-estar individual e social; trata-se de uma forma de jornalismo que retrata o mundo de maneira

abrangente, preocupando-se em enfatizar elementos positivos de forma engajada e empoderadora. O jornalismo de soluções,¹¹⁸ também com foco numa maior positividade de abordagem, explora exemplos de pessoas e instituições que trabalham em busca de soluções para as questões sociais e mobiliza a conscientização em torno de responsabilidades coletivas. Já a narrativa de restauração visa auxiliar na recuperação de comunidades atingidas por acontecimentos de grande impacto, contando histórias que inspirem esperança e mostrando exemplos de recuperação e resiliência para audiências mais amplas que as próprias pessoas atingidas. Para os autores, essas três formas de jornalismo se encaixam no modelo mais amplo de jornalismo contextual, pois cobrem os acontecimentos para além do “*breaking news*” e da abordagem restrita à imediaticidade dos fatos, além de serem consistentes com os valores estruturantes do jornalismo, tais como os definidos por Kovach e Rosenstiel (2014) como seus elementos.

De fato, a lente “grande angular” do jornalismo contextual naturalmente se presta aos valores jornalísticos da obrigação com a verdade e lealdade aos cidadãos. A matéria, e a necessidade dos cidadãos por informação verificada, não termina no “quem, o quê, quando, onde” (MCINTYRE; DAHMEN; ABDENOUR, 2018, p. 1661).¹¹⁹

Os pesquisadores também procuraram identificar entre os dois grupos pesquisados – jornalistas de mídia impressa/on-line e jornalistas de televisão – a percepção dos profissionais em relação às responsabilidades do jornalismo produzido no trabalho diário da redação que podem ser relacionadas ao jornalismo contextual. Os autores definiram uma lista de 20 responsabilidades e, no resultado final de ambos os grupos, os mesmos nove itens aparecem no topo da lista das funções estruturantes do jornalismo – embora em ordens diferentes entre um grupo e outro. Mesmo que os percentuais de resposta de cada item sejam distintos, é significativo que os grupos profissionais das duas mídias tenham hierarquizado como mais importantes os mesmos valores, que foram: retratar o mundo de forma precisa; investigar afirmações do governo; fornecer análise sobre problemas complexos; alertar o público sobre potenciais ameaças; atuar de maneira socialmente responsável; evitar matérias com conteúdo não verificado; informar o público de

¹¹⁸ Os autores remetem no texto à organização *Solutions Journalism Network* (<https://www.solutionsjournalism.org/>).

¹¹⁹ No original: “Indeed, the ‘wide-angle’ lens of contextual reporting naturally lends itself to the journalistic values of obligation to the truth and loyalty to citizens. The story, and the need of citizens for verified information, does not end at the ‘who, what, when, where’.”

forma ágil; contribuir para o bem-estar da sociedade; e alertar o público sobre potenciais oportunidades. Um achado marcante da segunda pesquisa foi a importância dada pelos jornalistas de TV para a rapidez na veiculação das informações, o que limita as possibilidades de contextualização; para os autores, isso se deve à concorrência da internet e se trata de uma limitação assumida pelos profissionais, que têm consciência de que as informações incompletas ou mesmo incorretas poderão ser complementadas ou aprimoradas depois, com o desenrolar dos fatos (ABDENOUR; MCINTYRE; DAHMEN, 2018).

5.2.1 Jornalismo contextualizado e ciberjornalismo

O jornalismo contextual observado por Fink e Schudson (2014) e investigado como tendência nas pesquisas abordadas no item anterior é uma proposta elaborada a partir da observação inicial de jornais impressos e desenvolvida em estudos posteriores feitos junto a profissionais de mídia impressa e on-line, simultaneamente, e de mídia eletrônica; não se trata, portanto, de uma proposição teórica vinculada ao suporte no qual as mensagens jornalísticas são veiculadas, tampouco que considere o meio digital um ambiente por excelência.

Essa é a diferença em relação à ideia de **jornalismo contextualizado** lançada por Pavlik em 2001 (*apud* ZAMITH, 2011), para quem a contextualização no jornalismo está necessariamente ligada às potencialidades trazidas pelo ambiente hipermidiático. Para Pavlik, o jornalismo contextualizado, que em sua visão surge com a internet, tem cinco dimensões básicas: (a) **alcance de modalidades comunicacionais**, ou seja, da utilização simultânea e complementar de diferentes linguagens midiáticas como texto, áudio, vídeo, fotografia, animações, infográficos e outras; (b) **hipermídia**, que abrange os elementos da linguagem multimídia e a possibilidade de ligações hipertextuais, seja entre textos ou entre diferentes formatos de mídia; (c) **potencialização do envolvimento da audiência**, o que evoca a interatividade e participação do público; (d) **conteúdo dinâmico**, ou seja, possibilidade de recuperação e atualização das informações a qualquer tempo, de modo instantâneo e ubíquo; e (e) **personalização**, que corresponde à possibilidade dada aos usuários de configurar suas preferências de acesso aos conteúdos, segundo critérios pessoais. Tal jornalismo contextualizado, cujas características seriam, para Pavlik, suficientes para justificar a configuração de um novo estilo de jornalismo, segue a direção de pleno aproveitamento das potencialidades da internet:

hipertextualidade, multimídia, interatividade, instantaneidade, ubiquidade, memória e personalização (ZAMITH, 2011).

Zamith (2011) adota a formulação de Pavlik em estudo no qual busca observar níveis de contextualização presentes no ciberjornalismo e o que determina esses processos de contextualização em redações on-line de países altamente conectados, como Estados Unidos, Reino Unido, Espanha e Coréia do Sul, além de Portugal. É marcante em seu trabalho a oposição clara em que coloca o jornalismo e o ciberjornalismo,¹²⁰ condicionada por uma determinante de espaço e tempo no suporte material: para Zamith, o ciberjornalismo supera o jornalismo dito tradicional em termos de possibilidade de apresentação de conteúdo contextualizado porque o ciberespaço não tem barreiras físicas ou temporais que restrinjam a quantidade de texto, vídeo ou áudio disponibilizado para a audiência. No jornalismo tradicional, para o autor, contextualizar sempre foi uma “tarefa ingrata [...] por ter de incluir na notícia informações que não são novas, ‘gastando’ espaço (imprensa) ou tempo (rádio e televisão) que poderiam ser enriquecidos com outros conteúdos” (ZAMITH, 2011, p. 61). O autor defende o ciberjornalismo como um tipo de jornalismo potencialmente mais contextualizado e que mantém as finalidades intrínsecas atribuídas ao jornalismo tradicional, em referência aos elementos do jornalismo listados por Kovach e Rosenstiel (2014). Zamith destaca o compromisso com a verdade, a lealdade com os cidadãos, a disciplina da verificação e a abrangência e proporcionalidade como itens que ganham relevo com o jornalismo on-line, potencialmente mais contextualizado.

Para o autor, o contexto pode ter tanta ou mais importância que o texto – ou seja, que a informação inicial.

¹²⁰ Utilizo aqui o termo ciberjornalismo em coerência com o trabalho de Zamith (2011), que o compreende como especialidade do jornalismo que investiga, produz e difunde conteúdos jornalísticos por meio do ciberespaço. O autor pondera que o jornalismo produzido e publicado na internet também pode ser designado como jornalismo eletrônico, em rede, online, digital ou webjornalismo, entre outras nomenclaturas. Numa delimitação conceitual mais precisa, Mielniczuk (2003) define o ciberjornalismo como aquele que envolve tecnologias que utilizam o ciberespaço, enquanto o webjornalismo, mais restritamente, utiliza uma parte específica da internet, que é a web. O jornalismo on-line, na acepção da autora, tem a peculiaridade de utilizar, em seu desenvolvimento, tecnologias de transmissão de dados em rede e em tempo real. Outras duas tipologias identificadas por Mielniczuk são o jornalismo eletrônico, que utiliza equipamentos e recursos eletrônicos (como um computador, por exemplo, ainda que desconectado da internet); e o jornalismo digital ou jornalismo multimídia, que emprega qualquer tipo de tecnologia digital, ou seja, procedimentos que envolvem tratamento de dados em forma de bits (como o desenvolvimento de conteúdo informativo em CD-ROM). Embora não esteja no escopo desta tese o aprofundamento da discussão em torno dessa tipologia, é importante a percepção de que, dentro do sentido de cada termo, há uma compreensão diferente do objeto observado.

De nada adianta relatar um facto com esmerada minúcia se o recetor¹²¹ não tiver condições de perceber em que contexto se deu esse facto. Se os constrangimentos de tempo e espaço dos media tradicionais limita(v)am a ação do jornalista no esforço de fornecer ou possibilitar uma adequada, correta e profunda contextualização dos factos, as características únicas da Internet impedem que aquelas limitações funcionem como “desculpa” para o ciberjornalista. Seria de esperar, por isso, que o ciberjornalismo fosse bem mais contextualizado do que o jornalismo tradicional (ZAMITH, 2011, p. 14).

Zamith assevera não existir jornalismo sem contextualização, definindo esta como “[...] uma operação da construção noticiosa que tem em vista dar ao recetor da mensagem o contexto em que o acontecimento se verificou” (ZAMITH, 2011, p. 58). Trata-se, para o autor, de “[...] elemento fundamental no jornalismo de qualidade, pelo que não deve, de modo nenhum, ser desprezada ou esquecida” (ZAMITH, 2011, p. 60). Faz referência a Mar de Fontcuberta (1999), para quem pode haver dois tipos de contextualização dos acontecimentos no jornalismo: a diacrônica, que descreve a evolução cronológica dos fatos relacionados ao tema tratado, e a sincrônica, de caráter simultâneo ao acontecimento em questão, que aborda as circunstâncias geográficas, políticas, sociais, ambientais e de outras diversas ordens relacionadas à notícia. Para Zamith, a contextualização pode ser feita por meio de recursos de hipertexto ou hipermedia, com as informações necessárias à compreensão contextual remetidas a outras páginas do próprio veículo, sites externos, fontes originais ou recursos multimídia, entre outras incontáveis possibilidades.

No estudo empírico que conduziu com veículos on-line, Zamith buscou identificar, nos conteúdos selecionados, graus objetivos de contextualização por meio da aplicação de um sistema de pontuação cujos parâmetros são as sete potencialidades da internet definidas por Pavlik (hipertextualidade, multimidialidade, interatividade, instantaneidade, ubiquidade, memória e personalização), acrescidos de um oitavo parâmetro, que é a criatividade. Numa primeira etapa do estudo, aplicada com dez títulos internacionais, o autor constatou que, de maneira geral, os “cibermeios” não aproveitam plenamente as potencialidades da internet; os sites nativos digitais, numa aparente contradição, exploravam menos tais potencialidades do que aqueles que tinham correspondentes em outros suportes; e que, portanto, os sites noticiosos originários de mídias tradicionais apresentavam maior índice de contextualização de acordo com os critérios analisados. Entre 31 veículos on-line portugueses de diferentes perfis, foi

¹²¹ Nas citações diretas extraídas do trabalho de Zamith, optei por manter a grafia do português de Portugal.

verificada tendência à contextualização dentro dos parâmetros definidos na pesquisa, porém com pouco aproveitamento da hipertextualidade, da interatividade e da multimidialidade, o que, para Zamith, indica grande índice de potencial da internet ainda não aproveitado, à época do levantamento dos dados. O autor também buscou informações junto aos jornalistas que atuavam nos veículos pesquisados, para identificar o grau de importância atribuído pelos profissionais à contextualização dos assuntos abordados. Concluiu que, embora a grande maioria considere importante o uso das possibilidades trazidas pela internet para uma melhor contextualização das matérias, a pouca disponibilidade de pessoal nas redações e o reduzido tempo de produção são fatores que dificultam a adoção mais frequente dessa prática (ZAMITH, 2011).

Necessariamente atrelada às potencialidades da internet, a ideia de jornalismo contextualizado lançada por Pavlik não é vista como consenso por pesquisadores da área, como o próprio Zamith preocupa-se em salientar. Autores entrevistados na pesquisa ressaltam que, mesmo no suporte on-line, o jornalismo continua dando ênfase a notícias factuais e *breaking news*, e nesse cenário a contextualização definida por Pavlik não encontra espaço. No entanto, Zamith observa que os pesquisadores vislumbram na internet o potencial para a prática de um jornalismo mais contextualizado e têm compreensões sobre esse tipo de jornalismo.

Para uma melhor visualização dessas propostas, sistematizei-as no Quadro 1:

Quadro 1 – Conceitos de contexto e contextualização relacionados ao jornalismo

Autores	Conceitos de contexto/contextualização/jornalismo contextualizado
Alejandro Rost	Contextualizar é fornecer todos os elementos adicionais necessários para uma compreensão completa da notícia: antecedentes, comparações, outros fatos contemporâneos relacionados, quem são as pessoas envolvidas com os fatos, etc. É tirar o texto do seu limite, indo além do aqui e agora. É fornecer todas as ligações do enquadramento da notícia que sejam necessárias para entendê-la. É colocar o fato na sua teia de relações.
Amy Schmitz-Weiss	Contextualização é a possibilidade que o jornalismo tem de fornecer uma história que oferece uma variedade de recursos com contexto e background que incorpora as potencialidades do meio onde é publicado para tornar a história interativa e dinâmica com o público.
Concha Edo	Contextualizar é situar uma notícia no seu ambiente real, ou seja, em seu ambiente completo. A notícia de que se sabe apenas um aspecto não está contextualizada. Para contextualizar é preciso incluir informações como o ambiente em que o acontecimento ocorreu, em que condições; responder às questões básicas do <i>lead</i> jornalístico, que são o ponto de partida para a contextualização.
David Domingo	Jornalismo contextualizado é aquele que explica o contexto; é plural nas fontes; aprofunda a análise dos problemas sociais.
Elias Machado	Não considera que o jornalismo contextualizado deva ser definido como tipo específico de jornalismo. Considera o jornalismo como forma de compreensão do mundo, forma de conhecimento. Refere-se à noção de Adelmo Genro Filho de que o jornalismo é uma forma de conhecimento com foco no singular e afirma que o contexto encontra-se na categoria universal. Para o autor, toda peça jornalística sempre pressupõe contextualização, por definição.
Elvira García de Torres	Jornalismo contextualizado é um jornalismo em que se fornece a maior possibilidade possível de pontos de vista sobre um tema, com aprofundamento dos antecedentes das questões e previsão das consequências da informação; a autora ressalta a importância do uso de recursos multimídia e de ligações com fontes originais.
Helder Bastos	Contextualização é a possibilidade que se dá à audiência de construir significado rigoroso e de qualidade a partir de um elemento introdutório que o jornalista lhe fornece, seja uma notícia curta, seja uma reportagem ou um vídeo. Essa possibilidade pode ser dada por meio do uso criterioso de recursos como o hipertexto ou hipermídia.
Javier Díaz Noci	Atribui uma dimensão ética ao ato de contextualizar: remeter à fonte quando necessário e a matérias anteriores que sirvam de contexto ao acontecimento noticiado.
João Canavilhas	Jornalismo contextualizado é aquele que explica e integra eficazmente o acontecimento num espaço virtual identificável pelo leitor no momento e local em que recebe a informação.
John Pavlik	Jornalismo contextualizado é o jornalismo que aproveita as potencialidades da internet – hipertextualidade, multimídia, interatividade, instantaneidade, ubiquidade, memória e precisão; suas dimensões básicas são o alcance das modalidades comunicacionais, hipermídia, potenciação do envolvimento da audiência, conteúdo dinâmico e personalização. Questionado por Zamith sobre a validade do conceito dez anos após sua formulação, o autor afirma a necessidade de uma maior abrangência que incorpore formas emergentes de jornalismo e possibilidades tecnológicas, como o

	jornalismo hiperlocal, a realidade aumentada e a mobilidade dos novos dispositivos.
Koldo Medo	Fazer jornalismo contextualizado é conhecer o modo apropriado de utilizar as múltiplas modalidades comunicativas simultaneamente; adaptar o discurso jornalístico às possibilidades do hipertexto; aproveitar a possibilidade de criar conteúdos dinâmicos e personalizados; conseguir canalizar de maneira efetiva a participação da audiência.
Luís Santos	Para o autor, a contextualização é o próprio jornalismo, em termos genéricos, e hoje cabe aproveitar as potencialidades da internet para que o jornalismo cumpra suas finalidades junto à sociedade.
Marcos Palacios	Contextualizar é abordar um acontecimento a partir de múltiplas vozes. O autor destaca também a importância dos recursos de hipermídia, a partir dos quais potencialmente também se multiplicam pontos de vista em torno do acontecimento.
Mario Tascón	Contextualizar é fazer com que em qualquer conceito se crie um nó a partir do qual se possa obter mais informações sobre essa ideia.
Paul Bradshaw	Jornalismo contextualizado é um jornalismo maleável, “linkável”, partilhável, comentável, personalizável e misturável.
Xosé Pereira	Contextualização é valor acrescentado à informação jornalística por meio de referências a documentos, fotografias, infografias, vídeos, áudios.

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Zamith (2011).

É possível perceber que entre as formulações há esforços de conceituação elaborados a partir de diferentes perspectivas – tanto visões mais abrangentes, aplicáveis ao jornalismo de forma geral, quanto olhares bastante convergentes com a visão de Pavlik, que conduziu a pesquisa de Zamith, na qual a contextualização surge como decorrência da utilização de recursos tecnológicos oferecidos pela internet – recursos que, de fato, implicam uma ampliação das possibilidades de leitura e exigem competências específicas da audiência para a fruição dos conteúdos ofertados de forma não-linear.

Nessa visão, a perspectiva que associa a contextualização às potencialidades da internet também é tida como promissora por Canavilhas (2006; 2013; 2014), para quem a *web* possibilita ao jornalismo a construção das mensagens a partir de uma nova arquitetura textual. Se no jornalismo tradicional o *lead* jornalístico e a pirâmide invertida são considerados elementos fulcrais para a organização das principais ideias do texto, com sua hierarquização em ordem decrescente de importância, para Canavilhas essa lógica não se aplica ao webjornalismo – embora haja, segundo o autor, pesquisadores que defendam essa técnica tradicional de redação também para as notícias on-line. A argumentação de Canavilhas para contestar essa hipótese segue a mesma linha daquela apresentada por Zamith (2011): no ambiente on-line não há limitação de tempo ou de espaço para a informação a ser organizada; além disso,

Canavilhas sustenta que o público do jornalismo on-line é, potencialmente, mais heterogêneo, o que torna mais difícil a definição da importância dos fatos a serem hierarquizados. “A possibilidade de separar a informação em blocos informativos unidos através de hiperligações abre uma diversidade de itinerários de leitura tão vasta quanto o número de arranjos e combinações possíveis” (CANAVILHAS, 2014, p. 9). A “saída” do texto por hiperlinks é uma forma possível de levar o leitor a recursos de contextualização; porém, para Canavilhas, o contexto deve estar prioritariamente em links internos da publicação. Num contraponto à metáfora clássica da pirâmide invertida, o autor propõe, para o webjornalismo, que as informações sejam organizadas numa estrutura que remete a uma pirâmide posicionada de lado – que ele prefere chamar de “pirâmide deitada” – na qual as informações partiriam de um nível essencial, passariam pelos níveis de explicação e de contextualização para, por fim, atingir o nível de exploração. “No webjornalismo, a quantidade (e variedade) de informação disponibilizada é a variável de referência, com a notícia a desenvolver-se de um nível com menos informação para sucessivos níveis de informação mais aprofundados e variados sobre o tema em análise” (CANAVILHAS, 2006, p. 13).

Para Canavilhas, portanto, a estruturação do texto jornalístico para *web* deve priorizar uma estrutura aberta e interativa, em que a informação esteja organizada de modo a valorizar, também, as perguntas essenciais do *lead* clássico e elementos importantes para que o acontecimento tratado seja colocado em contexto. No primeiro nível de leitura apresenta-se a síntese do acontecimento, respondendo às questões mais essenciais relacionadas a ele: o quê?, quem?, quando? e onde?; no segundo, que é o nível da explicação, ampliam-se as informações para complementos que respondam às questões como? e por quê?, em um único hiperlink interno; já no nível de contextualização, múltiplos hiperlinks abordam outras informações adicionais sobre cada um dos aspectos fundamentais da notícia, seja em formato de texto, vídeo, som, infografia; e no nível de exploração, links externos são fornecidos para que a audiência acesse fontes originais, bancos de dados ou outros tipos de informações complementares. Canavilhas sustenta que nesse modelo os níveis de informação são definidos com clareza e que não há uma organização dos textos em função de uma hierarquia informativa, e sim um esforço da parte do jornalista de indicar pistas de leitura. A fruição da matéria, com o percurso por todos os links indicados e a leitura ou não dos respectivos textos que possibilitam a contextualização e a exploração, dependem exclusivamente do interesse da audiência

(CANAVILHAS, 2006; 2014). Para além dos textos em si, o autor também aponta o potencial de recursos como a realidade aumentada (CANAVILHAS, 2013) e a reportagem hipermídia (CANAVILHAS; BACCIN, 2015) para a contextualização das informações no webjornalismo, em especial nos dispositivos móveis, que, além de terem na portabilidade a característica ideal para as notificações de informações factuais, também configuram espaço promissor para o webjornalismo atuar com narrativas criativas, inovadoras e envolventes. “A reportagem hipermídia é um gênero que permite a construção desses modelos narrativos hipertextuais e pode motivar o leitor a interpretar o que está acontecendo nas sociedades complexas contemporâneas, interagindo com a narrativa e ‘experimentando’ acontecimentos” (CANAVILHAS; BACCIN, 2015, p. 23).

5.3 Contexto e contextualização no jornalismo: proposta conceitual

Seja como parte da atribuição de organizar o fluxo excessivo de informações desordenadas, seja como forma de auxiliar o leitor a compreender as notícias estabelecendo o que seria um método rumo a um “conhecimento cético”, seja como característica definidora de um estilo jornalístico já estabelecido há décadas ou, ao contrário, traço constituinte de um gênero jornalístico emergente típico da era digital e em fase de consolidação, as visões sobre contexto e contextualização abordadas até aqui, neste capítulo, são consensuais na ideia de que, na Era da Informação, contextualizar as informações é um trabalho que ganha relevância no jornalismo profissional.

Tensionadas com as abordagens apresentadas no Capítulo 2, também convergem para uma perspectiva que associa a contextualização ao esforço metodológico de incluir no texto jornalístico o máximo de informações relacionadas ao acontecimento noticiado, para além das respostas às questões básicas do *lead*, numa esfera de interpretação e explicação que ajude a audiência a atingir uma compreensão mais ampla do acontecimento. Essa leitura que faço, contudo, é apenas depreendida dos textos dos autores, que em geral tratam contexto e contextualização como termos de sentido naturalizado, sem se dedicar a defini-los ou operacionalizá-los. Mesmo assim, é possível observar que em épocas e contextos tecnológicos diferentes, a ideia global que se tem sobre contexto e contextualização é relativamente estável.

A emergência do ambiente digital, porém, parece ser a motivação para uma virada de chave na **valorização** da contextualização. Ao passo que Traquina (2002), Hall *et al.* (2016), Park (1970), Cornu (1990), Alsina (2009) e Genro Filho (2004; 2014), com suas análises sobre o jornalismo focadas na mídia impressa, em especial o jornal, tomam a contextualização como uma entre as muitas atribuições do jornalismo, Sandano (2015), Kovach e Rosenstiel (2010; 2014), Anderson, Bell e Shirky (2013) Fink e Schudson (2014), os dois trabalhos de Abdenour, McIntyre e Dahmen (2018) e todos os autores que estudam o webjornalismo como campo específico aqui abordados trabalham na perspectiva de que contextualizar é muito importante no atual cenário de grande circulação de informações que se configura com a emergência da internet.

Nesse panorama, nota-se uma divergência importante na compreensão sobre contextualização. A perspectiva inaugurada por John Pavlik (2001), trazida à discussão por meio do trabalho de Zamith (2011), lança a expressão “jornalismo contextualizado” como um tipo específico de jornalismo inerente à era digital; trata-se, portanto, de um jornalismo que só existe em função da internet e, nele, a contextualização consiste no aproveitamento técnico dos recursos de hipermídia para acrescentar informação ao material do conteúdo jornalístico inicial.

Ao investigar o grau em que as potencialidades da internet estariam sendo utilizadas em alguns grandes portais de notícias, Zamith (2011) considera o uso ou não dessas potencialidades – chamadas genericamente pelo autor de “hiperligações de contextualização” e que podem ser links para fontes originais, sites externos, matérias do veículo sobre o mesmo tema, vídeos, áudios, entre outros – como critérios para medir a concretização de um “ciberjornalismo contextualizado”.

O esforço metodológico de Zamith é notável. Porém, não há em sua pesquisa nenhuma análise que remeta ao conteúdo dos materiais analisados para identificar uma possível contextualização relacionada com o texto jornalístico ou com os processos cognitivos pelos quais essa contextualização opera. No trabalho de Zamith, a contextualização restringe-se ao uso dos recursos de hipermídia. Da mesma forma, Canavilhas (2006; 2014) insere a contextualização como um dos estágios da representação da “pirâmide deitada”, em sua pertinente proposta de organização das informações para o texto webjornalístico – embora talvez a metáfora da pirâmide não seja a mais adequada para o ambiente on-line, que remete mais à ideia de uma rede de nós interconectados. Sua proposta, todavia, também é restrita à contextualização

por meio da inserção de links para mais conteúdos acerca do assunto abordado, sejam externos ou internos, para outros textos, vídeos ou outros recursos. Canavilhas também não se atém ao conteúdo dos textos primários ou complementares, tampouco a explorar os processos cognitivos de construção desses conteúdos.

Entre os autores entrevistados por Zamith (2011) para seu trabalho, as definições de contexto, contextualização e jornalismo contextualizado remetem tanto a uma dimensão relacionada à responsabilidade do jornalismo com a ampliação das possibilidades de compreensão da audiência sobre os acontecimentos, acrescentando explicação, interpretação, situando historicamente ou fornecendo *background*, quanto a uma dimensão mais pragmática que considera o uso das potencialidades tecnológicas da internet para, por meio dos recursos de hipermídia, possibilitar ao leitor a navegação por outras páginas de informação que complementem a matéria original com outros textos, vídeos, áudios, fontes originais, etc.

É incontestável que as possibilidades da *web* são promissoras e que, como já afirmaram em 2012 Anderson, Bell e Shirky, as empresas jornalísticas (e os jornalistas) que não se adaptarem criativamente às mudanças provocadas pelo novo ecossistema midiático tendem a perecer. Nessa perspectiva, são não só pertinentes, mas imprescindíveis os estudos e experimentos que vislumbrem novas formas de operacionalizar de forma eficaz a contextualização no webjornalismo no sentido proposto por Pavlik, Zamith e Canavilhas, considerando as peculiaridades e as constantes mutações do ambiente on-line.

Porém, é preciso ressaltar que a compreensão do significado de contextualização, a percepção do que é o contexto no qual o jornalista insere o acontecimento e a clareza da relação entre a contextualização e o processo de construção do conhecimento são passos que devem ser anteriores ao exercício das técnicas de utilização dos recursos de hipermídia. Ou seja, de nada adiantará o jornalista dominar com precisão todas as possibilidades tecnológicas disponíveis para a elaboração de uma matéria em meio digital se ele não tiver a real dimensão da importância do acontecimento que vai reportar, das perguntas que emergem desse acontecimento para além daquelas mais básicas, do que esse acontecimento pode impactar socialmente e de que questões ainda poderão permanecer para serem respondidas em matérias futuras.

Tendo o mínimo domínio dessas questões ele poderá fazer um melhor planejamento dos recursos de hipermídia adequados às peculiaridades do assunto –

vídeos de arquivo, matérias anteriores já publicadas sobre o assunto, links externos confiáveis para biografias de pessoas envolvidas, por exemplo – e assim elaborar uma matéria bem contextualizada, considerando, é claro, que o texto produzido também mobilize informações que insiram o fato em contexto. Em outras palavras, o processo cognitivo de observação e interpretação da realidade pelo jornalismo deve ser anterior às decisões sobre os recursos tecnológicos a serem utilizados para materializar sua representação.

Em trabalho anterior, elaboramos uma proposta conceitual preliminar para a ação de contextualizar no jornalismo, reconhecendo, àquela altura, que se tratava de uma abordagem ainda em construção: o jornalismo contextualiza o acontecimento quando fornece um *background* o mais detalhado possível dos acontecimentos já noticiados, dentro dos limites de espaço ou tecnologias disponíveis; ou quando oferece ao leitor/espectador o máximo de informações relevantes relacionadas aos antecedentes históricos e sociais do acontecimento transformado em notícia, que o ajude a compreender esse acontecimento (LÜCKMAN; FONSECA, 2017). Desde essa primeira formulação, que já tinha em Morin um autor de referência com a teoria da complexidade e sua aproximação com o pensamento de Adélmo Genro Filho, também abordadas em trabalho anterior (LÜCKMAN, 2013), a inserção da discussão sobre conhecimento representou o salto teórico que impulsiona uma nova proposição conceitual.

Veio com Morin (2006) a ideia central desta tese de que o conhecimento só é pertinente quando colocado em contexto; tomando como pressuposto a noção de que o jornalismo é uma forma social de conhecimento, infere-se que também o jornalismo assim compreendido só é pertinente – ou seja, relevante, válido, apropriado à sua finalidade – quando contextualizado. Conhecimento aqui, de maneira geral, é compreendido como o processo de apreensão crítica da realidade pelas pessoas, como define Genro Filho (2012).

O jornalismo tem importante atuação nesse processo de apropriação crítica, importância que ganha relevância no cenário comunicacional da Era da Informação. Ao mesmo tempo, a noção de conhecimento é extremamente ampla e polissêmica, e muitas de suas dimensões podem ser relacionadas ao conhecimento produzido pelo jornalismo, contribuindo para nossa reflexão. Um desses aspectos de maior relevo é a ideia de que o conhecimento, inclusive aquele produzido pelo jornalismo, nunca é acabado: ele está continuamente em construção e é sempre resultante da superação

de um conhecimento anterior; além disso, está sempre em fluxo, não tem princípio nem fim objetiváveis. O processo de conhecimento implica que se respondam perguntas; portanto, o passo anterior exige que se formulem questões.

A investigação visa, portanto, “complicar” a experiência. O simples não é bem-vindo no processo de conhecimento – a não ser como procedimento metodológico que envolve, depois da simplificação, a complexificação. Já a verdade, categoria tão cara ao jornalismo, é inatingível, pois escorregadia. Entendida como a correspondência com os fatos ou a realidade, ela deve, porém, ser perseguida pelo conhecimento, que sempre busca um aumento em seu conteúdo de verdade. O jornalismo trabalha na busca constante de uma verdade prática ou funcional, um processo contínuo que pode ser visto como uma jornada permanente em busca do conhecimento (BACHELARD, 1986; 2011; 2004a; 2004b; POPPER, 1999; KOVACH; ROSENSTIEL, 2014).

Para Morin, o conhecimento traduz as realidades do mundo exterior, organiza e relaciona as informações, inserindo-as em contexto. Contexto e complexidade são noções associadas. Situadas sob o mesmo paradigma, elas envolvem a compreensão de uma série de conceitos que, operacionalizados, constituem o chamado método da complexidade, que tem como premissa básica reconhecer as ligações intrínsecas entre os elementos de um sistema. Essa epistemologia, articulada aos elementos dos demais referenciais teóricos aqui trabalhados, conduz à proposição dos seguintes conceitos:

- **Contexto** é o recorte da realidade relacionado ao acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia. Esse recorte pode ser de maior ou menor amplitude, a depender das escolhas do jornalista, de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, das peculiaridades do meio onde a notícia será publicada ou das possibilidades empíricas de alcance do fragmento a ser recortado.
- **Contextualização** é o processo de articulação complexa de elementos que, na construção da notícia, busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, com o estabelecimento do maior número possível de conexões entre esse acontecimento e os elementos relevantes a ele relacionados, partindo dos aspectos singulares e identificando informações

conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica sobre o tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento.

Contexto e contextualização são complementares e indissociáveis: enquanto o contexto pode ser comparado a uma paisagem ou a um cenário, a contextualização é a estratégia de delimitação dessa imagem. Se o contexto for visto como uma rede, a contextualização é a estratégia que identifica e estabelece as conexões entre os nós que formam a rede. Tanto no contexto quanto na contextualização, a presença do sujeito pensante que observa e define os elementos a serem conectados no cenário é indispensável. “Não há conhecimento ‘espelho’ do mundo objetivo. O conhecimento é sempre tradução e construção. Daí resulta que toda observação e toda concepção devem incluir o conhecimento do observador que concebe” (MORIN, 2010c, p. 200-201).

Para além dessa indissociabilidade entre os dois termos, é possível considerar cada um dos conceitos propostos como macroconceitos – ou seja, como constelação de conceitos associados e interdependentes, sob a ótica da complexidade (MORIN, 2010b). Dessa forma, é importante também apresentar alguns elementos norteadores para a compreensão das noções que compõem cada um deles, tomando como horizonte de referência o paradigma da complexidade, os conceitos que compõem esse paradigma apresentados nos capítulos precedentes e os demais referenciais abordados.

a) Realidade: construída socialmente, a realidade é aqui entendida como qualidade pertencente a fenômenos que existem independentemente da vontade dos sujeitos, como consideram Berger e Luckmann (2014). Embora se possa afirmar que existem múltiplas dimensões da realidade, a vida cotidiana, que é a matéria-prima do jornalismo, pode ser vista como a realidade por excelência, uma vez que a existência nela é “natural e inevitável”. Na vida cotidiana, o conhecimento vai sendo acumulado por meio das interações entre os indivíduos e da formação de um acervo social. O jornalismo é um dos atores que participam da construção social da realidade, tomada tanto no sentido objetivo – ou seja, como realidade exterior ao sujeito, produzida pela atividade humana –, quanto no sentido subjetivo – que se refere aos processos de interiorização e formação da identidade (BERGER; LUCKMANN, 2014; MEDITSCH,

2010). A realidade para a qual o jornalismo olha no processo de contextualização – na escolha do recorte a fazer na delimitação do contexto relacionado ao acontecimento – pode ser física e social, abrangendo desde fenômenos naturais que independem da ação humana até fatos relacionados às atividades das pessoas, como processos eleitorais, guerras, atividades políticas, emprego e renda, educação, mobilidade urbana. Na perspectiva da complexidade, o pensamento deve sempre buscar a integração do maior número possível de dimensões de uma mesma realidade para sua compreensão, e isso envolve o reconhecimento das contradições e das incertezas. É pelo uso da razão complexa que se faz essa leitura da realidade e, embora seja *a priori* associada a um esforço de coerência e lógica do pensamento, a razão pode desdobrar-se em racionalidade e racionalização: no primeiro caso, a realidade é encarada numa perspectiva aberta e dialógica, admitindo a possibilidade de comportar e incorporar aspectos e ideias novos que inicialmente lhe resistiam; no segundo, busca-se encerrar a realidade num sistema coerente, fechado e engessado, mediante a rejeição sumária de qualquer ideia que não esteja de acordo com esse sistema (MORIN, 2008b; 2014b).

b) Acontecimento jornalístico: a noção de acontecimento está associada com as de singularidade e de sistema. Na perspectiva da Sociologia do Presente, significa tudo o que não está inscrito nas regularidades estatísticas. É aquilo associado ao acidental, ao novo, ao irreversível ou ao singular na vida social. Socialmente, o acontecimento pode ter características variáveis que condicionam seu enquadramento como tal – por exemplo, as mortes no trânsito em um fim de semana podem representar apenas estatísticas para as autoridades da área e uma matéria jornalística corriqueira no noticiário local, mas cada uma das mortes é um acontecimento pessoal catastrófico para os membros das famílias das vítimas. O acontecimento deve sempre ser considerado em relação a seu sistema levando em consideração as referências temporais, a distância em relação à norma e seu impacto sobre os objetos e outros sistemas que atinge. Multifatorial e multirrelacionado, o acontecimento pode ser dotado de uma taxa de imprevisibilidade ou de improbabilidade de tamanho variável. O acontecimento jornalístico, especificamente, na visão complexa, guarda mais similaridade com a definição em função da distância que mantém em relação a uma normalidade estabelecida: se a norma é determinação ou probabilidade, o acontecimento é o aleatório ou improvável. O jornalismo

seleciona como acontecimento aquilo que é diferente, desviante ou excepcional em relação ao que é regular ou normal (MORIN, 1972a; 1972b; 1984). A informação veiculada pelo jornalismo tem a finalidade de relatar o que ocorre no espaço público, e em função disso a seleção e relato dos acontecimentos a serem transformados em notícia têm como critérios sua atualidade (distância entre o fato e a publicação), socialidade (relevância para a comunidade na qual o fato se insere) e imprevisibilidade (perturbação da tranquilidade, quebra de expectativas, fato inusitado) (CHARAUDEAU, 2013). Plural, o acontecimento pode alterar em maior ou menor grau as experiências individuais ou coletivas, uma vez que há diversas categorias de acontecimento: os totalmente inesperados, que ocorrem independentemente da vontade das pessoas; os que ocorrem no cotidiano, sem que a eles sejam atribuídos valor ou importância especial; os mais marcantes, que se tornam referências na vida individual ou coletiva, chegando a delimitar rupturas ou inícios. Há ainda os acontecimentos que, mesmo tendo repercussão imediata em um grupo determinado, têm qualidades que ampliam o alcance de seus efeitos (QUÉRÉ, 2005).

c) Notícia: compreendida em articulação com as noções de acontecimento e de fato, a notícia pode ser definida como “[...] o relato (micronarrativo) de um acontecimento factual, ou seja, inscrito na realidade histórica e, logo, suscetível de comprovação” (SODRÉ, 2009, p. 71). Nessa perspectiva, portanto, a notícia é entendida como o acontecimento “materializado” em texto pelo sistema jornalístico, processo que envolve o tratamento do fato segundo parâmetros jornalísticos como apuração, redação e edição. Sousa (2004a) destaca três características da notícia: em primeiro lugar, é um artefato linguístico, ou seja, construído com base em linguagens; segundo, ela representa determinados aspectos da realidade cotidiana, contribuindo para construir socialmente novas realidades e novos referentes; e terceiro, é resultante de um processo de construção no qual interagem diversos fatores de ordem pessoal, social, ideológica, cultural, histórica, tecnológica, entre outros, e isso pode interferir na sua compreensão dependendo do momento histórico ou do meio sociocultural no qual é publicada. Rodrigues (2016) também destaca a ligação entre notícia e acontecimento, sendo que aquela, enquanto acontecimento discursivo que se refere a acontecimentos que irrompem na realidade, pode ser considerada um “meta-acontecimento”: a própria notícia torna-se um acontecimento com potencial

para desencadear novos acontecimentos. Uma conexão mais direta com a noção de fato também é ressaltada por Genro Filho (2012), para quem a notícia constitui-se como a unidade básica de informação do jornalismo, cujo objeto – os fatos jornalísticos – são sua unidade menor de significação. Os fatos são recortados do fluxo da realidade e construídos no texto noticioso, obedecendo a determinações tanto objetivas quanto subjetivas; sempre que um fato se torna notícia, ele é apreendido pelo ângulo de sua singularidade.

d) Inclusão do sujeito no processo de conhecimento: se assumimos que a delimitação do contexto depende das escolhas feitas pelo jornalista a partir de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, isso implica assumir também que essas escolhas comportam um grau de subjetividade no processo de leitura crítica da realidade que o profissional faz para a construção da notícia. Para o paradigma da complexidade, objeto e sujeito observador não devem ser apartados, como no paradigma da simplificação; ao contrário, o observador deve ser integrado à observação em um processo que envolva autocrítica e autorreflexão. Nessa perspectiva, há uma nova concepção do objeto de estudo, que não deve ser visto de forma isolada, mas como parte integrante de um todo. “Os objetos não são mais objetos, as coisas não são mais coisas; todo objeto de observação ou de estudo deve agora ser concebido em função de sua organização, de seu ambiente, de seu observador” (MORIN, 2008a, p. 186). O objeto, afirma Morin, é um recorte, uma face simplificada e unidimensional de uma realidade complexa, que, para ser compreendida, precisa ser observada a partir da relação com os demais elementos aos quais está ligada, e entre esses elementos está o próprio observador, com seus referenciais, sua subjetividade e sua cultura. Essa visão dialoga com o que Genro Filho (2012) argumenta sobre a objetividade dos fatos jornalísticos: para o autor, eles não são puramente objetivos, pois sempre há um componente subjetivo na sua própria compreensão como tal. “Não há um fato e várias opiniões e julgamentos, mas um mesmo fenômeno (manifestação indeterminada quanto ao seu significado) e uma pluralidade de fatos, conforme a opinião ou julgamento” (GENRO FILHO, 2012, p. 45). O material de que os fatos se constituem é objetivo, já que existem independentemente do sujeito; a percepção do que é um fato ou acontecimento jornalístico e a abordagem que se poderá fazer na notícia resultante depende das escolhas feitas pelo jornalista a partir de sua observação. Pensar, portanto, em um

apagamento de qualquer tipo de manifestação da subjetividade do jornalista no processo de operacionalização da contextualização implicaria excluir a possibilidade de uso de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, que são indispensáveis para a articulação crítica e complexa que permita a leitura da realidade que será representada na notícia.

e) Articulação complexa: é por meio da construção da articulação entre os elementos que compõem o contexto que o processo de contextualização se coloca em ato. Essa articulação pode envolver uma série de operações cognitivas que orientem o jornalista na observação da realidade para além dos procedimentos usuais que se restringem à simplificação das seis perguntas norteadoras básicas. Pelo paradigma da complexidade, o observador pode mobilizar estratégias cognitivas para considerar as múltiplas possibilidades de abordagem da questão observada, distinguindo os elementos que a compõem para compreendê-los e, depois, recolocando-os em conexão; buscando reconhecer traços singulares, originais ou históricos do fenômeno; observando na realidade abordada os caracteres multidimensionais, as relações de interdependência, as incoerências e contradições significativas, os processos recursivos; as novas questões que surgem a partir dessas articulações. Na perspectiva deste trabalho, trata-se de desenvolver o trabalho jornalístico tendo como horizonte o método da complexidade, no sentido de utilização dos instrumentos teórico-epistemológicos que permitem estabelecer ligações entre os conhecimentos e os elementos da realidade observada (princípio da religação) e investigar os problemas lógicos nela observados (princípio da dialógica). “O conhecimento complexo procura situar seu objeto na rede à qual ele se encontra conectado. [...] objetiva reconhecer o que liga ou religa o objeto a seu contexto, processo ou organização em que ele se inscreve” (MORIN, 2010a, p. 189).

5.4 Análise de conteúdo: quatro exemplos de jornalismo contextualizado

Descrevo a seguir quatro casos de matérias jornalísticas publicadas no ano de 2019 em veículos do Brasil e da França que julgo exemplares na apresentação de elementos que contribuem para uma melhor visualização dos aspectos teóricos até aqui desenvolvidos. Não se trata de uma análise exaustiva com *corpus* extenso, dado que este não é o foco da pesquisa desenvolvida, mas sim de um exercício breve que

visa, neste momento, ao enriquecimento da leitura sobre contexto e contextualização por meio da visualização de exemplos em sua concretude.

Recorro a Bardin (2002) para a orientação dessa breve análise, organizada a partir de **leitura flutuante** de veículos que, como jornalista e consumidora de produtos jornalísticos, costumo fazer em meu dia a dia. Em função de minha maior identificação com o jornalismo escrito, as matérias escolhidas foram publicadas em portais de notícias que têm essa linguagem como principal tipo de produção – não busquei, por exemplo, matérias de rádio, televisão ou produções em *podcast*. Certamente encontraria bons exemplares de jornalismo contextualizado em todos – os *podcasts*, inclusive, parecem emergir nos portais de notícias e em iniciativas independentes como tendência¹²² para explicar acontecimentos complexos, visando a audiência em lugares de mediação específicos – mas opto pelas matérias em texto em função de minha afinidade pessoal com a linguagem escrita, que favorece a observação das peculiaridades a serem assinaladas. Da leitura flutuante, realizada de forma intuitiva ao longo de 2019, após o Exame de Qualificação, selecionei diversos exemplos, escolhendo, ao final, quatro deles para a análise. Optei por notícias cuja motivação para publicação fossem acontecimentos jornalísticos cuja singularidade fosse claramente observável (o que no jargão da profissão é referido como “gancho factual”), ou seja, não selecionei matérias especiais, artigos de opinião, editoriais, entrevistas, crônicas, colunas ou outros gêneros e tipologias textuais que não tivessem vínculo com um fato singular.

Ainda que o objetivo da análise não seja um estudo pormenorizado e extenso, optei, também com auxílio de Bardin (2002), por definir categorias como guias para orientar a observação – categorias, como a autora define, entendidas como rubricas que permitem a classificação dos elementos de significação a serem identificados nos textos analisados. Não busco, porém, atribuir qualquer tipo de pontuação ou hierarquização para os textos que contiverem maior ou menor número de categorias identificadas, já que entendo que cada assunto específico envolverá estratégias diferentes de contextualização, e, portanto, as categorias a serem identificadas entre um texto e outro naturalmente serão variadas. O objetivo da utilização de categorias é

¹²² Dados de 2019 da Associação Brasileira de Podcasters (ABPod) indicam a existência de mais de 2 mil programas de *podcast* no Brasil, sem diferenciar, contudo, a natureza do conteúdo desses programas (jornalístico, entretenimento, educação, entre outros). Porém, é relevante o dado de que a significativa maioria dos respondentes afirma ouvir esse tipo de programa em situações de locomoção (79%), durante a realização de tarefas domésticas (68%) e durante a prática de atividades físicas (46%). A pesquisa foi realizada em 2018 com mais de 22 mil respondentes e os resultados estão disponíveis em: <http://abpod.com.br/podpesquisa/> (acesso em: 23 jan. 2020).

a orientação metodológica da análise, ainda que esta consista em um exercício breve, levando-se também em conta que este exercício poderá, ainda, inspirar pesquisas empíricas de maior fôlego.

Entendo, dessa forma, cada categoria de análise como uma diferente estratégia de contextualização a ser identificada nos textos observados. As noções-chave da ideia mestra da complexidade, abordadas no Capítulo 2, assim como as pesquisas de Fink e Schudson (2014) e de Zamith (2011), auxiliam no estabelecimento dessas categorias, que são divididas em três estágios de observação. O primeiro é o estágio da **observação panorâmica**, aproximação inicial dos textos que visa a identificação de noções associadas à complexidade, tais como o paradigma (visão de mundo) representado na matéria, manifestações de *imprinting* ou normalização, expressões da razão, racionalidade ou racionalização, pensamento sistêmico ou organizacional e os princípios dialógico, recursivo e hologramático. Cada matéria analisada terá como ponto de partida um acontecimento jornalístico em sua singularidade, noções também entendidas a partir da ideia de complexidade.

O segundo estágio é o da **elaboração cognitiva**, cujas categorias defino com apoio na descrição de Fink e Schudson (2014) sobre o jornalismo contextual. Os aspectos observados pelos autores denotam preocupação com o jornalismo em sentido abrangente e não se restringem a aspectos relacionados ao uso de recursos tecnológicos, sendo, portanto, pertinentes ao segundo passo de aproximação das matérias analisadas. Nesse estágio, as matérias serão categorizadas como: (a) explicativas; (b) de indicação de tendências; (c) descritivas.

Por fim, o terceiro estágio é o que chamo de **operacionalização de recursos de hipermídia** e está relacionado ao aproveitamento das potencialidades dos recursos digitais. Nesse estágio serão identificadas nos textos as categorias: (a) hipertextualidade; (b) multimidialidade; (c) interatividade; (d) instantaneidade; (e) ubiquidade; (f) memória; (g) personalização; (h) criatividade. As categorias do terceiro estágio são as mesmas utilizadas por Zamith (2011) nas matérias analisadas em sua pesquisa, identificadas como “graus objetivos de contextualização”, elaboradas com base nas potencialidades da internet definidas por Pavlik (2001 *apud* ZAMITH, 2011) e que considero pertinentes para a análise dos exemplos aqui apresentados. O Quadro 2 apresenta uma síntese da proposta metodológica e descrição de cada categoria de análise:

Quadro 2 – Metodologia de análise dos exemplos

Estágios de observação e Objetivos	Categorias e definições	
<p>ESTÁGIO 1: Observação panorâmica</p> <p>Primeira aproximação com o texto em análise: identificação de noções associadas à complexidade</p>	Paradigma	Princípios organizadores do conhecimento que denotam a visão de mundo que orienta o texto
	Imprinting, normalização	Noções sedimentadas, naturalizadas culturalmente; silenciamento de manifestações contrárias a essas ideias
	Razão, racionalidade, racionalização	As três noções estão relacionadas à forma como as pessoas veem a realidade. A razão é a visão coerente dos fenômenos; a racionalidade é o desdobramento que permite ao sujeito dialogar de forma aberta com o mundo real; a racionalização, ao contrário, é fechada e encerra a realidade em um sistema coerente.
	Sistema, organização	Num sistema, os elementos se organizam de forma solidária e indissociável
	Dialogia, recursividade, holograma	A dialogia diz respeito ao enfrentamento e assimilação das contradições; o princípio recursivo rompe a ideia linear de causa-efeito; e o princípio hologramático considera que um todo pode ser ao mesmo tempo mais e menos do que a soma de suas partes.
	Acontecimento, singularidade	São noções associadas. O acontecimento é tudo o que está relacionado ao improvável, singular, acidental
<p>ESTÁGIO 2: Elaboração cognitiva</p> <p>Identificação dos objetivos do texto: explicar? mostrar tendências? descrever? Ou há outra diretriz?</p>	Explicativas	Auxiliam o leitor na compreensão de temas complexos
	De indicação de tendências	Mostram tendências de evolução temporal nos assuntos tratados
	Descritivas	Mobilizam a imaginação dos leitores, transportando-os para os lugares onde os acontecimentos ocorrem
<p>ESTÁGIO 3: Operacionalização de recursos de hipermídia</p> <p>Observação do aproveitamento de recursos de hipermídia para o enriquecimento da</p>	Hipertextualidade	Estruturação do texto principal de forma articulada com vários textos secundários interligados
	Multimedialidade	Combinação de diferentes linguagens e tecnologias (texto, imagens, som)
	Interatividade	Possibilidades de interação humana
	Instantaneidade	Redução do tempo entre a publicação e o acontecimento (ou mesmo simultaneidade, com a realização de transmissões ao vivo)
	Ubiquidade	Estruturação dos conteúdos de forma que possam ser compreendidos em qualquer lugar

experiência do leitor, com acréscimo efetivo de contexto ao assunto abordado por meio desses recursos		e a qualquer tempo
	Memória	Uso de recursos que promovam a recuperação de informações anteriores à publicada
	Personalização	Possibilidade de alteração da configuração de sites, portais ou newsletters de acordo com as preferências do usuário
	Criatividade	Aproveitamentos das potencialidades da internet não previstos nos itens anteriores

Fonte: Elaborado pela autora a partir de Morin (2008a, 2008b, 2011a, 2011b, 2011c, 2012a, 2015), Fink e Schudson (2014) e Zamith (2011).

A análise dos exemplos será apresentada na sequência. Para cada exemplo, apresento um resumo da matéria, link para acesso ao conteúdo on-line em nota de rodapé (com encurtador de url) e a análise organizada a partir dos estágios definidos. Todos os textos têm cópias impressas anexadas ao final da tese.¹²³

5.4.1 Exemplo 1: “Seis anos depois, incêndio na boate Kiss acumula vítimas entre os pais”, matéria publicada na Folha de S. Paulo em 27 de janeiro de 2019 (Anexo 1)¹²⁴

5.4.1.1 Resumo: O acontecimento que motiva a publicação da matéria é uma efeméride – a passagem dos seis anos do incêndio na boate Kiss, no município de Santa Maria, Rio Grande do Sul, que fez 242 vítimas fatais e deixou mais de 600 feridos. Assinado, o texto aborda a situação precária de saúde física e mental de alguns dos pais de vítimas da tragédia, suscitando a compreensão de que o acontecimento original – o incêndio ocorrido em 2013 – é, na verdade, um contínuo; e compara a situação vivida em Santa Maria com aquela decorrente da ocorrência de outro incêndio em uma casa noturna, em 2004, em Buenos Aires (Argentina), onde familiares também foram vitimados por doenças atribuídas ao trauma das perdas de familiares. A construção da matéria atualizava, então, temas imprescindíveis para uma suíte do caso, como a expectativa dos familiares e da cidade como um todo em relação à construção de um memorial para as vítimas após a demolição do que restara

¹²³ Reconheço que a impressão das matérias a partir dos portais de notícias, “forçando-as” para o formato A4, interfere drasticamente na fruição dos textos, em especial no que diz respeito aos recursos de hipermídia. Opto por manter essas cópias no arquivo digital da tese apenas para visualização dos textos em si, recomendando fortemente que o leitor interessado em consultar integralmente o material analisado acesse os links.

¹²⁴ Link para a matéria no portal Folha On-line: <http://bit.ly/2RvaRmp>

da boate; e ao julgamento das quatro pessoas indiciadas como responsáveis pelo incêndio.

5.4.1.2 Estágio 1 – Observação Panorâmica: Como destacado no resumo, o acontecimento motivador da publicação é a passagem dos seis anos do incêndio da Boate Kiss, em Santa Maria/RS, evento que teve imensa repercussão à época não apenas na mídia local, mas nacional e internacional. O “gancho” desta publicação de 2019, especificamente, é a efeméride dos seis anos, mas a matéria expõe o quanto o acontecimento original foi desencadeador de uma crise desestruturante e fez emergir uma série de outros acontecimentos em cadeia, transformando o acontecimento-incêndio em uma espécie de macroacontecimento que permanece em curso. A matéria permite inferir, também, uma visão de mundo que dá valor à transdisciplinaridade, dado que o eixo que a estrutura é a relação entre a tragédia pessoal vivenciada pelos familiares das vítimas e problemas de saúde enfrentados por essas pessoas. Ao enfatizar a ligação entre a dor da perda de entes queridos e doenças não só de ordem psíquica, mas também câncer e problemas cardíacos, a jornalista aborda a questão sob uma ótica sistêmica, humanizando o texto por meio dos depoimentos colhidos com a diversa quantidade de entrevistados. A relação recursiva sofrimento-doença-sofrimento também é uma marca estruturante do texto.

5.4.1.3 Estágio 2 – Elaboração Cognitiva: O texto é majoritariamente descritivo, pois transporta o leitor para o local do acontecimento em variadas dimensões. O objetivo principal é mostrar como o acontecimento-incêndio ocorrido seis anos antes se prolonga no sofrimento dos familiares transformado em doenças mentais e físicas, descrevendo inclusive casos fatais. Constrói-se empatia por meio dos depoimentos, que incluem tanto pessoas que padecem das doenças descritas quanto de testemunhas de casos de familiares de vítimas que já morreram em função de males associados ao sofrimento, inclusive suicídio. Há o recurso da indicação de tendências por meio da comparação com caso semelhante ocorrido em uma boate em Buenos Aires, Argentina, em 2004. Também se evidencia a intenção explicativa com citações de falas de uma médica, que relaciona estresse pós-traumático com eventos de ordem oncológica e psiquiátrica, e a apresentação de dados técnicos de órgãos públicos e entidades especializadas no atendimento a vítimas de traumas. Informações que detalham o acontecimento original aparecem no texto de forma

sutil, na parte final da matéria e em galeria de imagens. Esse resgate contextual é feito por meio de links para textos anteriores do jornal.

5.4.1.4 Estágio 3 – Operacionalização de recursos de hipermídia: A matéria é rica em recursos de **hipertextualidade**, remetendo o leitor para um amplo leque de possibilidades de resgates contextuais por meio de 12 links (um deles em título lateral) que conduzem a oito matérias anteriores da própria Folha. São dois textos publicados originalmente em 2013 e um de 2015. Os demais integram reportagem especial publicada pelo jornal em 21 de janeiro de 2018, que marcou os cinco anos do incêndio. Por meio do resgate desses textos é que o leitor acessa as informações de contexto histórico do acontecimento-incêndio de 2013, como a descrição da ocorrência, seus desdobramentos mais imediatos e a gradual ampliação da repercussão. Tal estratégia também pode ser associada à categoria da **memória**. Ressalte-se que em cada texto linkado há outros links que remetem a outras matérias, o que torna as possibilidades de navegação muito amplas. Os múltiplos percursos de leitura possibilitados ao leitor por meio dos links também podem ser identificados como formas de **personalização** do conteúdo, dado que a partir de um mesmo texto inicial as experiências de leitura podem ser sensivelmente diferentes, a depender das escolhas feitas. No que diz respeito à **multimedialidade**, faz uso de galerias de imagens fotográficas cujas legendas ajudam a acrescentar informações e contexto. As galerias contêm tanto imagens atuais, produzidas para a matéria de 2019, quanto reaproveitamento de galerias de matérias anteriores, devidamente identificadas. A **interatividade** é garantida no espaço aberto aos comentários dos leitores.

5.4.2 Exemplo 2: “O conflito histórico com a Irlanda que ameaça acordo do Brexit”, matéria publicada pela BBC News Brasil em 17 de outubro de 2019 (Anexo 2)¹²⁵

5.4.2.1: Resumo: O acontecimento motivador da publicação foi o anúncio do acordo entre o primeiro-ministro britânico, Boris Johnson, e lideranças da Comissão Europeia para a saída do Reino Unido do bloco de países da União Europeia (EU). Não assinado, portanto impessoal, o texto explica a origem de uma das principais

¹²⁵ Link para a matéria no Portal da BBC News Brasil: <https://bbc.in/38iZlRV>

dificuldades na negociação do chamado “Brexit”, que em outubro de 2019 já estava em andamento havia três anos, descrevendo o impasse em torno da fronteira entre a Irlanda do Norte, território britânico (que, portanto, integra o Brexit) e a Irlanda republicana. Para além dos aspectos práticos das mudanças de ordem migratória e alfandegária, o Brexit evoca nesses países uma série de conflitos políticos que remontam ao início do século XX, quando as duas Irlandas então unificadas enfrentaram diversos confrontos. A matéria resgata esses conflitos e ressalta que as duas Irlandas que outrora formavam um território unificado mantiveram, após a pacificação, livre circulação de pessoas e de mercadorias por sua fronteira de cerca de 500 quilômetros. Porém, essa questão se tornou problemática em vista da saída da Irlanda do Norte da União Europeia, como integrante da Grã-Bretanha ao lado da Inglaterra, da Escócia e do País de Gales.

5.4.2.2 Estágio 1 – Observação Panorâmica: A partir do acontecimento do acordo anunciado entre o premiê britânico e os líderes da União Europeia, a matéria da BBC News procura aprofundar a questão da fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte ao mostrar que os aspectos geográficos e históricos ligados a esse tema têm alto grau de interferência naqueles de ordem política, econômica e social. A negociação, observada de forma panorâmica, parece ser um apelo à razão na medida em que alterações em regras alfandegárias na fronteira entre as duas Irlandas podem representar risco aos acordos de paz efetivados há pouco mais de 20 anos e que colocaram fim a décadas de conflitos. Além disso, esse caso singular emperra o andamento da negociação que envolve os outros países do Reino Unido e a União Europeia como um todo, atingida enquanto bloco pela negociação, evidenciando um entrave que altera o sistema e desencadeia uma crise.

5.4.2.3 Estágio 2 – Elaboração cognitiva: Com gancho factual, publicado no mesmo dia do anúncio do acordo entre o primeiro-ministro britânico e os representantes da UE, o texto tem foco no ponto nevrálgico e não resolvido do pacto, que é a questão da indefinição das regras para circulação de pessoas e mercadorias na fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte, países que compartilham uma porção territorial insular no Atlântico Norte, a ilha da Irlanda. A matéria tem caráter explicativo, pois expõe a questão pela abordagem de aspectos atuais, buscando responder de forma detalhada os motivos da dificuldade em estabelecer o acordo; e

também abordando aspectos históricos, remontando tanto a estágios anteriores da negociação do Brexit quanto a fatos mais distantes que remetem ao início do século XX. O resgate histórico é feito em linguagem simples e com parágrafos curtos. Não há, contudo, recurso a especialistas ou remissão a fontes especializadas.

5.4.2.4 Estágio 3 – Operacionalização de recursos de hipermídia: O uso de recursos de **hipertexto** se faz presente na matéria da BBC, porém apenas um link é inserido no próprio texto da matéria – levando o leitor à notícia que trata diretamente do anúncio do acordo do Brexit pelo primeiro-ministro britânico, publicada no mesmo dia. Outros três textos relacionados aparecem linkados, em títulos destacados. Todos os links são para matérias da própria BBC News Brasil. **Instantaneidade** e **ubiquidade** são categorias observáveis: no primeiro caso, reconhece-se que o texto que contextualiza a questão em pauta foi publicado no mesmo dia do acontecimento; no segundo, são identificáveis recursos textuais que denotam preocupação em explicar a questão a leitores não diretamente envolvidos com o tema e que acessem o material em outro tempo. O recurso da **memória** é bastante presente no extenso resgate histórico construído para explicar as relações conflituosas entre Irlanda, Irlanda do Norte, Reino Unido e estabelecer um raciocínio lógico entre esses conflitos históricos e a questão da fronteira entre os dois países.

5.4.3 Exemplo 3: “ ‘Je suis venu parce que rien n’a changé’: 28 000 manifestants pour l’anniversaire des ‘gilets jaunes’”, matéria publicada pelo Le Monde em 16 de novembro de 2019 (Anexo 3)¹²⁶

5.4.3.1 Resumo: Trata-se da cobertura da série de manifestações ocorridas em vários lugares da França para marcar um ano de protestos do movimento conhecido como “coletes amarelos”, que desde novembro de 2018 realiza atos semanais para expor descontentamento em relação a uma série de políticas econômicas implementadas no país. O texto destaca na abertura a intenção do movimento, sem liderança precisa e organizado via redes sociais, de revitalizar o ritmo das mobilizações com o “ato 53”, dado que os primeiros protestos chegaram a reunir centenas de milhares de pessoas, mas foram se esvaziando ao longo do ano. Assinado

¹²⁶ Em tradução livre: “Vim porque nada mudou’: 28 000 manifestantes no aniversário dos ‘coletes amarelos’”. Link para a matéria no Portal do Le Monde: <http://bit.ly/2tzkY1q>

por três repórteres, publicado originalmente em 16 de novembro e atualizado dois dias depois, o texto descreve detalhes dos protestos nos principais bairros da capital Paris e também nas cidades de Nantes, Marseille, Montpellier, Lyon e Bordeaux (que estão entre as mais populosas da França). Esses detalhes são enriquecidos pelo grande número de entrevistas com participantes dos protestos e com fontes oficiais. A matéria também é ricamente ilustrada com fotografias produzidas por cinco fotojornalistas, bem como com imagens publicadas nas redes sociais dos próprios repórteres autores do texto.

5.4.3.2 Estágio 1 – Observação Panorâmica: O acontecimento motivador da reportagem é o grande número de protestos simultâneos que ocorreu em diversos bairros da capital francesa e em outras localidades daquele país, convocado pelo grupo que se tornou conhecido como “coletes amarelos”. A tensão e a violência observadas nas manifestações são confrontadas com a legitimidade das reivindicações dos participantes, numa exposição de contradições que caracteriza uma visão dialógica. Trata-se de uma matéria cujas estratégias de contextualização têm mais foco na descrição dos eventos ocorridos durante os protestos, reservando outros recursos de articulação complexa para os textos a que conduzem os links distribuídos no decorrer da leitura. A descrição é enriquecida com grande quantidade de entrevistas com participantes dos protestos, que nos trechos transcritos justificam os motivos que os levaram a engrossar a mobilização e situam, dessa forma, as causas das mobilizações. Ao dar voz a alguns manifestantes individualmente, a matéria ecoa hologramaticamente os anseios do todo – em cada manifestante singular estão as expectativas e reivindicações do conjunto. As consultas a fontes oficiais também enriquecem a descrição, com a apresentação de números e a avaliação dos impactos dos atos populares, num contraponto que permite inferir uma visão sistêmica dos ambientes urbanos onde os atos foram realizados. Arrisco a sugestão de que a visão de mundo que orienta a construção da matéria é democrático-republicana, pois, embora indique a ocorrência de atos considerados violentos durante as manifestações, com provocação de incêndios em lixeiras, ataques a automóveis e até mesmo a ocupação de uma sala de concertos abandonada, não há ao longo de todo o texto menção a termos que em português possam ser entendidos como “vandalismo”, “baderna”, “bagunça” ou “balbúrdia”, palavras que têm crescentemente integrado o

vocabulário de discursos antidemocráticos e antirrepublicanos, em geral contrários a manifestações públicas de oposição ou crítica a governos em andamento.

5.4.3.3 Estágio 2 – Elaboração cognitiva: A reportagem é marcada pelo recurso da descrição minuciosa dos eventos que compõem o acontecimento motivador da publicação, que é a série de manifestações realizadas em diversas cidades francesas para marcar o primeiro ano de protestos regulares do movimento popular dos “coletes amarelos”. Os três repórteres que assinam conjuntamente a matéria dão a entender que descrevem aquilo que realmente viram *in loco*, como testemunhas oculares de fato. Um rico recurso para comprovação da veracidade do testemunho e participação dos jornalistas é a inserção de tweets deles mesmos, produzidos e publicados em seus perfis pessoais no Twitter, com vídeos e fotos das manifestações. Trata-se de um recurso perspicaz de inclusão dos sujeitos no processo do conhecimento, pois permite que a personalização fique bem delimitada e ocorra de modo a não interferir na construção coletiva. Os recursos de explicação, para auxílio do leitor na compreensão da complexidade do tema, ocorrem sutilmente na matéria, entremeados nas falas dos entrevistados que justificam suas participações nas manifestações. A contextualização histórica mais expandida é remetida pelos diversos links para outros textos distribuídos ao longo da matéria.

5.4.3.4 Estágio 3 – Operacionalização de recursos de hipermídia: O *Le Monde* é pródigo na **hipertextualidade**, com utilização de hiperligações para outros textos do próprio jornal cujos conteúdos servem de complemento para a compreensão e contextualização mais ampla dos temas que envolvem as manifestações dos “coletes amarelos”. No total são sete hiperlinks no corpo do texto e dois destacados em títulos separados com a retransca “Lire aussi” (ou “leia também”). Destes, um link conduz o leitor a reportagem especial publicada um dia antes (15 de novembro de 2019), cujo título destaca o primeiro ano da “onda de choque social dos ‘coletes amarelos’”. Restrita a assinantes do jornal, essa reportagem apresenta um resgate histórico amplo e detalhado dos protestos realizados pelo movimento dos coletes amarelos, desde as primeiras manifestações, explicando sua origem, motivações, conquistas e tensões. Uma contextualização com olhar para a realidade de outros países é apresentada em outro link, em matéria sobre outras manifestações de impacto realizadas em países como Chile, Líbano, Iraque, Hong Kong e Argélia. A

multimedialidade aparece com utilização de fotografias ao longo de todo o texto e também com o original recurso da inserção de postagens do Twitter dos próprios repórteres, feitas durante a cobertura das manifestações, com vídeos e fotos. Esse mesmo recurso do Twitter favorece a **interatividade**, pois possibilita a interação diretamente com os repórteres por meio de seus perfis, e a **instantaneidade**, já que supostamente os jornalistas tuitaram durante as manifestações. A matéria foi publicada no mesmo dia do acontecimento motivador, o que também permite perceber que entre os eventos e a publicação houve transcurso do menor tempo possível. Mesmo que os “coletes amarelos” sejam um movimento que atrai atenção mundial, esse texto específico do Le Monde não demonstra preocupação com a **ubiquidade**, tendo sido aparentemente produzido para a fruição por cidadãos franceses – não situa geograficamente cidades envolvidas nos eventos e não apresenta nem de forma resumida explicações básicas sobre o que é a mobilização e suas reivindicações. Supostamente, foi escrito para quem já tem conhecimento mínimo do assunto e deixa a contextualização, assim como a **memória**, para as hiperligações. Assim como ocorre no Exemplo 1, pode-se identificar como possibilidade de **personalização** do conteúdo o amplo leque de percursos de leitura oferecidos ao leitor por meio dos links. A partir do mesmo texto inicial, as experiências de leitura podem tomar caminhos diversos, levando-se em conta, inclusive, que cada texto ligado ao original possui, também, vários outros links que abrem outros caminhos.

5.4.4 Exemplo 4: “Imagem de buraco negro prova (mais uma vez) que Einstein estava certo”, matéria publicada no portal El País Brasil em 11 de abril de 2019 (Anexo 4)¹²⁷

5.4.4.1 Resumo: O acontecimento que motiva a publicação da matéria é a divulgação, pela comunidade científica internacional, da primeira imagem de um buraco negro – tipo de corpo astronômico de extrema complexidade cujo estudo depende de observação por métodos indiretos, já que suas peculiaridades físicas impossibilitam que seja registrado em imagens convencionais, como fotografias. O texto explica que, a rigor, um buraco negro não pode ser “visto”, pois são campos de

¹²⁷ Link para a matéria no Portal do El País Brasil: <http://bit.ly/3awEEDM>

gravidade tão intensos que atraem até a luz, mas os componentes gasosos que caem dentro dele são aquecidos e se tornam brilhantes, formando uma espécie de sombra – que, esta sim, pode ser visualizada. Em função dessas características, a equipe de pesquisadores pôde coletar dados a partir de oito radiotelescópios espalhados pelo planeta. Esses dados foram depois compilados e analisados durante dois anos. Mais de 200 cientistas integraram o esforço internacional para o resultado inédito, que foi anunciado em coletivas de imprensa realizadas simultaneamente em diversos países. A matéria destaca também que o processo que resultou na sintetização da imagem confirmou equações de relatividade geral formuladas pelo físico alemão Albert Einstein no início do século XX.

5.4.4.2 Estágio 1 – Observação Panorâmica: Trata-se de matéria que aborda um feito de extrema importância para a ciência, que é a representação em imagem de um corpo astronômico até então não observado dessa forma. A racionalidade científica é uma categoria estruturante enquanto modelo explicativo da realidade na construção do texto, que procura traduzir, em linguagem minimamente acessível ao leitor não especializado, a importância do acontecimento enquanto descoberta científica.

5.4.4.3 Estágio 2 – Elaboração cognitiva: Explicação e descrição são as categorias predominantes em todo o texto, que trata de um acontecimento com alto grau de detalhes técnicos que são difíceis de traduzir para o leitor não especialista. Mesmo com o esforço perceptível em recursos de linguagem que comparam os processos científicos com exemplos cotidianos – como a visualização de um objeto entre a Terra e a lua –, a compreensão do texto se mantém relativamente hermética. A barreira da compreensão dos conceitos muito especializados é reduzida com a qualidade descritiva da matéria, que se preocupa em detalhar o máximo possível, dentro dos limites da linguagem de um texto jornalístico, os passos seguidos pela equipe de cientistas para atingir o objetivo de captar a imagem do buraco negro.

5.4.4.4 Estágio 3 – Operacionalização de recursos de hipermídia: Em termos de **hipertextualidade**, a matéria apresenta recursos diferentes em relação aos observados nos exemplos de 1 a 3. Dos sete hiperlinks situados no corpo do texto, cinco levam a conteúdos internos do El País, porém esses conteúdos internos são

novas páginas com seleções de notícias relacionadas a temas específicos – no caso, buracos negros, astronomia, Albert Einstein, Via Láctea e Teoria da Relatividade. Os outros hiperlinks conduzem a conteúdos externos ao El País. O primeiro possibilita ao leitor consultar diretamente a revista britânica *Astrophysical Journal Letters*, na qual foram publicados seis artigos científicos sobre as pesquisas que resultaram na captação da imagem do buraco negro, e se constitui, portanto, na possibilidade de ampliação de informação em grau altamente especializado. O outro link para conteúdo externo leva ao verbete “buraco negro” da Wikipedia – amplia a informação, portanto, por meio de fonte não especializada e produzida por via colaborativa. No que diz respeito à **multimedialidade**, a única imagem da matéria é a reprodução da foto do buraco negro, motivação da notícia, mas não há uso de outros recursos audiovisuais. A categoria da **memória** é acionada na contextualização do processo de pesquisa que resultou na captação da imagem e também no resgate, ainda que breve, do teor das teorias einstenianas da relatividade.

5.4.5 Considerações sobre a análise de conteúdo

O breve exercício de análise de conteúdo aqui apresentado visou indicar exemplos de matérias que podem ser consideradas jornalismo contextualizado, todas escolhidas a partir de leitura flutuante em veículos on-line e publicadas em função de acontecimentos factuais. Optei por não incluir nos exemplos reportagens especiais porque, como observei em diversos momentos ao longo da tese, penso ser equivocada a associação imediata e exclusiva entre uma maior contextualização do acontecimento e o gênero reportagem. É certo que, na medida em que uma reportagem trata de acontecimentos de maneira ampliada, não se prendendo, por definição, a fatos novos (LAGE, 2005; 2012), naturalmente um texto jornalístico desse gênero tenderá a maior uso de recursos de contextualização. Porém, levando-se em conta os conceitos propostos no item 5.3 para as noções de contexto e de contextualização aplicados ao jornalismo, busquei encontrar em textos factuais exemplos que contivessem elementos suficientes para ilustrar as operações cognitivas que o jornalista mobiliza no trabalho de observar o contexto do acontecimento no processo de contextualização.

Nesse esforço metodológico, as categorias de análise que propus a partir do referencial teórico descrito no Quadro 2 corresponderam ao intuito de aproximação dos objetos de análise a partir de perspectivas distintas de observação da construção

do contexto. Esse exercício experimental pode ser aprimorado e ampliado para utilização em pesquisas futuras que visem ao estudo do contexto no jornalismo, inclusive expandindo as possibilidades de análise para outros gêneros textuais e linguagens midiáticas.

A fim de uma melhor visualização das categorias identificadas nos textos apresentados, sintetizei-as no Quadro 3:

Quadro 3 – Sistematização das categorias de análise identificadas nos exemplos

Estágios	Categorias	Exemplo 1	Exemplo 2	Exemplo 3	Exemplo 4
Estágio 1: Observação panorâmica	Paradigma	x		x	x
	Imprinting, normalização				
	Razão, racionalidade, racionalização		x	x	x
	Sistema, organização	x	x	x	x
	Dialogia, recursividade, holograma	x		x	
	Acontecimento, singularidade	x	x	x	
Estágio 2: Elaboração cognitiva	Explicação	x	x	x	x
	Indicação de tendências	x	x		
	Descrição	x	x	x	x
Estágio 3: operacional ização de recursos de hipermídia	Hipertextualidade	x	x	x	x
	Multimedialidade			x	
	Interatividade	x		x	
	Instantaneidade		x	x	
	Ubiquidade		x		
	Memória	x	x		x
	Personalização	x		x	
Criatividade			x		

Fonte: Elaborado pela autora.

Em relação especificamente aos quatro textos analisados, é possível perceber que o fato de terem sido selecionados em veículos da mídia de referência implica, de maneira geral, numa observação panorâmica feita a partir de uma mesma lente: a dos valores democráticos como a razão, a laicidade, a imprensa livre e o saber científico.

As categorias da elaboração cognitiva estiveram presentes nos quatro textos, marcando a vinculação entre a ação de contextualizar com a produção de conhecimento por meio de uma explicação detalhada dos acontecimentos, seja recorrendo a comparações, resgate histórico, detalhamento de processos ou outras

operações que os autores de cada matéria definem de forma estratégica, a depender do assunto tratado.

Já as potencialidades da internet, que alguns teóricos chegam a classificar como definidoras de um estilo jornalístico que se defina como “jornalismo contextualizado”, de fato são utilizadas na prática, de forma a enriquecer e ampliar os conteúdos dos textos, mas não de forma tão decisiva a ponto de justificarem a constituição de um gênero jornalístico.

O que conduz o processo de contextualização e, conseqüentemente, de construção do conhecimento é a qualidade das informações apresentadas, a relação estabelecida entre elas e os elementos de contextualização e a elaboração mesma do texto, feita pelo jornalista. Sucintamente, um texto contextualizado é jornalismo bem escrito, coerente e em texto organizado – independentemente de sua linguagem ou formato.

Os recursos de hipermídia incluídos para o enriquecimento da experiência do leitor devem ser pensados a partir da lógica do texto, e não o contrário. Além disso, as possibilidades de caminhos para fora do texto original podem ser tão variadas que dificilmente um único indivíduo conseguiria dar conta de percorrer todos os conteúdos linkados a partir do inicial. Em outras palavras, sugerir que o leitor clique em um link não significa que ele irá necessariamente seguir esse caminho. A contextualização potencial, portanto, não necessariamente se efetiva apenas com os recursos de hipermídia.

Ao contextualizar os acontecimentos, o jornalismo pode assumir uma função social de grande relevância na Era da Informação e afirmar sua importância como mediador qualificado no ambiente comunicacional onde a informação circula de forma desordenada, acelerada e excessiva. Nesse ambiente, os critérios para se definir em que informação acreditar têm se tornado cada vez mais desafiadores para a audiência. Se assumimos com Kovach e Rosenstiel (2014) que o jornalismo tem o propósito de fornecer aos cidadãos a informação de que eles precisam para que sejam livres e autônomos, podemos também ponderar que essa informação só cumpriria seu potencial transformador quando, posta em contexto, se convertesse em conhecimento – com a mediação do jornalismo. Compartilho com Sandano (2015) a perspectiva de que conhecer a realidade implica a possibilidade de uma intervenção

consciente para sua transformação, o que remete à ideia de liberdade e livre arbítrio sugerida pelos autores norte-americanos.

Emerge aqui, também, a questão da democracia – não apenas no sentido mais amplo relacionado à participação política, à igualdade, ao funcionamento de instituições representativas, ao monitoramento, à liberdade, ao pluralismo e ao debate público, mas especificamente no ponto de interesse desta tese, que é o direito do cidadão de ter acesso ao conhecimento e fazer dele uso crítico e transformador. Enquanto instituição integrante das sociedades democráticas e forma de conhecimento contextualizado num mundo cada vez mais complexo, será crescente a relevância do jornalismo na construção de uma “democracia cognitiva”, nos termos sugeridos por Morin (1991; 2012b; 2014a). Com essa ideia norteadora, encaminho as considerações finais desta tese.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS: POR UMA NECESSÁRIA RESSIGNIFICAÇÃO DA RELAÇÃO ENTRE JORNALISMO, CONHECIMENTO E DEMOCRACIA

O jornalismo contribui para a formação de uma sociedade mais democrática? A questão colocada por Schudson (1995) pode, num primeiro momento, suscitar automaticamente uma firme resposta afirmativa, já que a relação jornalismo-democracia dificilmente seria contestada de bate-pronto. Sousa (2004), no entanto, pondera que o modelo de jornalismo que tem como valores a imprensa livre e independente do Estado, o acesso à informação e a liberdade de expressão, vigente na maior parte dos países democráticos ocidentais, não é preponderante. Já Zelizer (2012) argumenta que a associação natural jornalismo-democracia deveria ser problematizada nas pesquisas da área. Para a autora, embora ambos sejam vistos como suporte mútuo desde que as primeiras teorias definiram os parâmetros a serem seguidos pelas notícias nos regimes democráticos, recentemente vêm surgindo fatores que complicam essa relação, como as mídias digitais on-line, a indiferença do público, o envolvimento das elites e os debates polarizados de ideias que, ao invés de levar a acordos, conduzem a inimizades, dissensos e à disseminação de ideias antidemocráticas. Esses aspectos também são ressaltados por autores como Keane (2013), que considera a “abundância comunicativa” um aspecto da “decadência midiática” que ameaça a democracia, e Runciman (2018), para quem as tecnologias de comunicação deveriam contribuir para fortalecer a democracia, e não para colocá-la em risco, como se tem visto.

A resposta de Schudson (1995) à sua própria formulação segue a mesma direção: são muitos os modelos de democracia, e o jornalismo não necessariamente contribui positivamente para cada um deles. Não é o propósito deste trabalho aprofundar essa discussão, que ressoa as reflexões de Lippmann (2010) sobre as fragilidades da democracia republicana, elaboradas há quase um século, e a viabilidade de uma imprensa livre em um sistema no qual o autor observava tantas falhas. É pertinente, porém, para o escopo desta tese, lançar um olhar para o sentido de jornalismo conforme proposto por Kovach e Rosenstiel (2014), em que afirmam que sua finalidade primordial é manter os cidadãos informados de modo que eles sejam livres e capazes de exercer sua autonomia. Cidadania, liberdade e autonomia, associados ao acesso à informação, são ideias que se podem se conectar diretamente

com a de democracia num sentido mais ampliado, para além da compreensão como sistema de governo. Pode-se afirmar, portanto, que essas três ideias são valores democráticos, ao lado de noções como as de participação política (não apenas por meio do voto, mas também de movimentos sociais ou representações comunitárias), igualdade (de gênero, de classe, de direitos), representação institucional, monitoramento, pluralismo (respeito às diferenças) e debate público.¹²⁸

Levando-se em conta as reflexões deste estudo e a relevância afirmada para o jornalismo na Era da Informação, acrescento o acesso ao conhecimento à lista de valores democráticos a serem cultivados. Nessa direção, é possível subscrever Morin (2012b) quando diz que o jornalismo é agente decisivo na construção de uma democracia cognitiva. Trata-se, para o autor, de garantir que os cidadãos recuperem e fortaleçam o direito de acesso ao conhecimento, enfraquecido com a valorização da tecnociência, a separação dos saberes e o desenvolvimento disciplinar das ciências, que, reconheça-se, resultaram em vantagens que só foram possíveis pela divisão e organização do trabalho, mas também acarretaram a hiperespecialização e a fragmentação do saber. “A continuação do processo tecnocientífico atual [...] conduz a uma forte regressão da democracia. Então é necessária uma tomada de consciência política da necessidade de trabalhar por uma democracia cognitiva” (MORIN, 2012b, p. 271).

Quantidades cada vez maiores de informações circulam hoje livremente, mas isso não necessariamente significa que haja mais conhecimento: como lembra Morin, não é no acúmulo de informações que reside o ato de conhecer, mas sim na capacidade de contextualizar (MORIN; RAMADIN, 2014), de relacionar uma coisa à outra.

Essa ideia mestra foi reiterada ao longo desta tese, que considera o jornalismo como forma de conhecimento e que propõe que se eleve o contexto à condição de protagonista nos estudos de jornalismo, ao lado de outros conceitos estruturantes como notícia, acontecimento e fato, amplamente estudados desde as teorias pioneiras. Informações, fatos, acontecimentos precisam ser postos em contexto para que adquiram significado e se integrem em um conjunto visível, tornando-se, assim, conhecimento.

¹²⁸ Anotações feitas durante o seminário “Comunicação e democracia: temas contemporâneos”, ministrado pelo professor Ricardo Fabrino Mendonça, de 5 a 7 de junho de 2019 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação (PPGCOM) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

No caso do conhecimento do jornalismo, esse processo contribui para o exercício da cidadania livre e autônoma, como sugerem Kovach e Rosenstiel (2014). Morin ressalta que, nesse trabalho de democratização do conhecimento, a pluralidade – valor democrático – aparece como condição fundamental, tanto no que diz respeito à diversidade de fontes de informação que têm suas vozes amplificadas por meio das mídias informativas, quanto na atuação de diferentes veículos autônomos, com tendências políticas, linhas editoriais e segmentações temáticas definidas. Nesse sentido, depois do esforço teórico de revisão de conceitos estruturantes do jornalismo, entendido como um macroconceito, sugere-se aprofundar a discussão sobre a democracia em suas relações com o jornalismo e com o conhecimento.

Esse aprofundamento é não só relevante, como também urgente, dado o cenário crescente de desordem informacional que vem dominando todos os setores da sociedade. Como abordei no capítulo intitulado “O jornalismo na Era da Informação”, a acelerada penetração das tecnologias digitais na vida social, nos meios de comunicação e nos mais variados aspectos do cotidiano das pessoas provocou mudanças tão fantásticas quanto drásticas: ao mesmo tempo em que os novos recursos proporcionam praticidade em diversos âmbitos, agilizam a rotina e facilitam em muitos aspectos a comunicação, também fizeram emergir problemas com os quais ainda se está aprendendo a lidar – e nos interessa aqui, especificamente, os desafios relacionados à comunicação e aos problemas antigos que eles potencializam e difundem, como as mentiras, boatos, preconceitos, xenofobia e desinformação.

Em entrevista recente ao jornal “Folha de S. Paulo”, Morin comenta que o governo nazista de Hitler escondeu o horror dos campos de concentração, durante a 2ª Guerra, por meio de uma rede de desinformação muito bem articulada, que só levava a público as informações que interessavam ao regime, e, da mesma forma, por muitos anos a União Soviética divulgou informações falsas sobre o que acontecia no país, como foi o caso do acidente nuclear de Chernobyl. “As mentiras políticas e as notícias falsas não são novas, são banais, o novo é a internet, a difusão de notícias que podem vir de qualquer lugar”, afirma o sociólogo francês (PASSOS, 2019, p. A13).

É preciso ponderar, portanto, que, por mais que intelectuais como Morin, Castells (CELESTINO, 2017) e tantos outros muitas vezes observem que as notícias falsas sempre existiram, é inegável que a ampliação do potencial de circulação de informação proporcionado pelas mídias digitais – seja informação verdadeira,

confiável e útil, sejam as várias manifestações da desordem informacional já mencionadas – fez emergir uma conjuntura que exige diligência das instâncias que atuam na produção de conhecimento. O jornalismo, como modo de conhecimento que medeia o diálogo entre saberes ou discursos especializados e os cidadãos, é uma das instâncias centrais nesse cenário – no qual, inclusive, o jornalista profissional precisa também fortalecer-se enquanto mediador qualificado desse processo de conhecimento, independentemente de vínculo com empresa midiática. Eis outro apontamento que emerge como questão a aprofundar a partir deste estudo: se o jornalista já não é mais um mero contador de novidades factuais, é pertinente investigar as particularidades de seu trabalho intelectual num sentido de intervenção na vida pública, de reflexão sobre assuntos relevantes e de defesa de valores civis e democráticos, para além de uma “intelectualização” que o encerre em uma torre de marfim. A propósito, Morin sugere que os intelectuais de hoje – os jornalistas, os cientistas, os professores, artistas e advogados, por exemplo – podem ser em muitos aspectos os herdeiros dos filósofos iluministas, mas pondera que essa herança só se legitimaria na medida em que as atividades desses profissionais repercutisse efetivamente na vida pública (MORIN, 2015).

Ao perseguir o objetivo de investigar as possibilidades de uma teoria do jornalismo que pusesse em relevo as noções de contexto e de contextualização, neste estudo pôde-se observar a pertinência crescente atribuída aos chamados “jornalismo contextual” ou “jornalismo contextualizado”, mesmo com as diferenças nas descrições e atribuições a eles feitas pelos diversos autores. Pôde-se também perceber o quanto a emergência das mídias digitais representou uma mudança de perspectiva sobre a importância de textos mais contextualizados, em quaisquer linguagens, suportes ou formatos, em contraste com matérias mais puramente factuais e informativas. Ao longo do capítulo de título “Jornalismo e contexto no mundo hiperconectado”, apresentei as leituras dos autores mais relevantes que salientam a contextualização das informações como algo distintivo do jornalismo na Era da Informação. Essas leituras contrastam com a revisão feita no capítulo “Conhecimento, jornalismo e contexto”, no qual procurei pinçar, entre alguns teóricos relevantes, referências à tarefa de contextualizar entre as atribuições do jornalismo informativo – estas bem mais superficiais e raras. Com exceção da visão atribuída à categoria de particularidade por Genro Filho (2012), entre esses autores

as visões sobre o contexto são menos substanciais e carecem de aprofundamento teórico.

Mesmo nos trabalhos mais recentes, porém, confirmou-se a lacuna teórica antevista quando do início da pesquisa: a ausência de definição para contexto – e de seu desdobramento em práxis, a contextualização – no jornalismo. Feito, portanto, o mapeamento teórico, caminhei para uma proposição conceitual que se constituiu na contribuição central desta tese. Esse empreendimento contou com o suporte de noções mestras da Teoria da Complexidade, estas apresentadas no primeiro capítulo. Busquei nortear a elaboração com a perspectiva de que o pensamento complexo pode ser encarado como uma forma de observação do mundo que considera as interligações entre os muitos aspectos dos acontecimentos, dos fenômenos, das situações cotidianas que cabe ao jornalismo transformar em notícia. Dessa forma, ao operacionalizar os conceitos-chave por meio de estratégias cognitivas escolhidas de acordo com a situação a ser observada, o sujeito-jornalista, consciente e criticamente inserido na observação, mobiliza sua inteligência para escolher o melhor recorte da realidade onde o acontecimento que relata será inserido – o contexto – e constrói, nele, sua narrativa por meio da articulação complexa dos elementos relevantes na construção da notícia – a contextualização.

Permitindo-me o risco da redundância, reitero aqui os conceitos cuja elaboração, neste momento, atingi – e que, por certo, são ainda passíveis de retificação, como aprendi com Bachelard (2004b) ao longo deste percurso. Entendo como **contexto** o recorte da realidade relacionado ao acontecimento jornalístico que será representado simbolicamente como notícia. A depender das escolhas do sujeito-jornalista, esse recorte pode ser mais amplo ou menos amplo; essa variação pode depender também de seus referenciais epistêmicos e ideológicos, das peculiaridades do meio onde a notícia será publicada ou das possibilidades empíricas de alcance do fragmento a ser recortado. Já a **contextualização** é o processo de articulação complexa de elementos que, na construção da notícia, busca situar o acontecimento jornalístico dentro do recorte da realidade à qual pertence, com o estabelecimento do maior número possível de conexões entre esse acontecimento e os elementos relevantes a ele relacionados, partindo dos aspectos singulares e identificando informações conexas, pertinentes e consistentes que contribuam para ampliar a compreensão crítica do tema, possibilitando, assim, a produção de conhecimento.

Não constava entre os objetivos iniciais da pesquisa o desenvolvimento de estudo empírico com a análise de produtos jornalísticos. Mas, a partir da proposição dos conceitos, a ideia de apresentar exemplos que dessem concretude à discussão teórica tornou-se imperativa. “A teoria não é nada sem o método, a teoria quase se confunde com o método ou, melhor, teoria e método são os dois componentes indispensáveis do conhecimento complexo. O método é a atividade pensante do sujeito” (MORIN, 2010b, p. 337). Elaborei, então, um exercício bastante breve de análise de conteúdo com quatro reportagens de portais de notícias que representavam, em minha visão, exemplos de jornalismo que contemplam vários requisitos de contextualização – ou, em outras palavras, textos que, em sua elaboração, apresentam respostas para além das seis questões básicas do *lead* e aprofundam os temas tratados.

Os resultados do exercício se revelaram bastante ricos, pois permitiram observar, em cada um deles, diferentes estratégias de contextualização, estas identificadas como categorias agrupadas em três estágios de observação. Mesmo as categorias não observadas suscitam questões e inferências pertinentes a respeito dos textos analisados. Inicialmente, a análise de conteúdo, elaborada com apoio em Bardin (2002), foi organizada apenas com a intenção de dar consistência à apresentação dos exemplos selecionados, mas acabou por sugerir um caminho promissor para outros estudos empíricos que aprofundem a compreensão do jornalismo contextualizado e contribuam, inclusive, para o aprimoramento dos conceitos.

Por fim, enfatizo a relevância de se problematizar noções cruciais dentro das áreas de estudo, para que deixem de ser abordadas de forma naturalizada e assumam consistência teórica. Debruçar-se sobre um termo, estranhá-lo, interrogá-lo, romper com ele, investigá-lo em outras áreas do conhecimento e trazê-lo de volta, renovado, para o campo de interesse é uma experiência de pesquisa desafiadora e exaustiva. A dificuldade é um caráter fundamental e distintivo da ciência, que não pode jamais ser simples, ensina Bachelard (2004a), mas também a alegria do resultado, por mais modesto que seja, é a realização e a recompensa pessoal do pesquisador.

Propus aqui o exercício de percepção do jornalismo como um macroconceito, integrado por noções interdependentes, entre as quais destaquei conhecimento e contexto. Dadas as reconfigurações salientes e até brutais pelas quais o jornalismo vem passando na atualidade, impulsionadas pela Era da Informação e com

repercussões de ordem econômica, social, tecnológica, cognitiva, entre outras, impõe-se que outros conceitos importantes sejam problematizados, repensados, ressignificados, atualizados e trazidos para a discussão de forma articulada: ideias como periodicidade, tempo, atualidade, apuração, enquadramento e outras noções podem ser complexificadas de modo que se superem suas compreensões comuns. As descobertas e contribuições podem ser surpreendentes, como foi o caso da presente pesquisa.

Esclarecimento

Cursei o doutorado em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul entre os anos de 2016 e 2020, período em que o Brasil vivenciou fatos políticos de extrema importância e gravidade, que sempre acompanhei com atenção, preocupação, angústia e estupefação. Encerro esta etapa de minha vida acadêmica sem perspectiva otimista em relação a meu país. Como pesquisadora e jornalista, teria sido natural inserir, nas discussões desta tese, referências a acontecimentos factuais ou a pessoas que marcaram e vêm marcando esse período recente da história brasileira, em que os direitos humanos e sociais são ameaçados, jornalistas e o jornalismo têm sua legitimidade social afrontada, há retrocessos em áreas fundamentais e a palavra “necropolítica” entra para o vocabulário. No processo de escolha das matérias a serem utilizadas como exemplos de jornalismo contextualizado, algumas das pré-selecionadas tratavam de fatos relacionados à atual conjuntura. No entanto, fiz a escolha consciente de não mencionar, em lugar algum de meu texto, os nomes das pessoas que, neste momento histórico, conduzem o Brasil nesse vergonhoso retrocesso. Tenho certeza de que excelentes dissertações e teses estão sendo e serão produzidas com análises sobre o atual momento histórico, com pertinência, crítica e profundidade. Minha intenção é que esta tese cumpra seu objetivo de contribuir minimamente para a teoria do jornalismo – essa forma social de conhecimento pela qual os cidadãos podem apropriar-se da realidade de forma crítica e transformadora – e que mantenha certa perenidade nessa contribuição. Permito-me, portanto, a insolência de não escrever os nomes, tampouco descrever os atos, daqueles que, hoje, tentam destruir o Brasil e, principalmente, a educação federal pública, gratuita e de qualidade, à qual devo toda a minha formação superior e grande parte de minha constituição como cidadã brasileira.

REFERÊNCIAS

ABDENOUR, Jesse; MCINTYRE, Karen; DAHMEN, Nicole Smith. Putting broadcast news in context: na analysis of U.S. television journalists' role conceptions and contextual values. **Electronic News**, v. 12, n. 3, p. 179-193, 2018.

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Petrópolis: Vozes, 2009.

ALVIM, Mariana. Quem são e o que pensam os brasileiros que acreditam que a Terra é plana. **BBC News Brasil**. 16 set. 2017. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-41261724>. Acesso em: 01 maio 2019.

ANDERSON, C.W; BELL, Emily; SHIRKY, Clay. Jornalismo pós-industrial: adaptação aos novos tempos. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 5, ano 2, Abr./Mai./Jun. 2013, p. 30-89.

ANDERSON, C.W.; DOWNIE JR., Leonard; SCHUDSON, Leonard. **The News media: what everyone needs to know**. New York: Oxford University Press, 2016.

ARDOINO, Jacques. A complexidade. In: MORIN, Edgar. **A religação dos saberes: o desafio do século XXI**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

BACCIN, Alciane. O que é hipermídia? Um conceito que vai além do hipertexto e da multimídia. In: 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ECA/USP, 2017.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Trechos escolhidos por Dominique Lecourt. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

BACHELARD, Gaston. **O novo espírito científico**. Lisboa: Edições 70, 1986.

BACHELARD, Gaston. **Études**. 2. ed. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2002.

BACHELARD, Gaston. **Le rationalisme appliqué**. 4. ed. Paris: Quarige/Puf, 2004a.

BACHELARD, Gaston. **Ensaio sobre o conhecimento aproximado**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004b.

BACHELARD, Gaston. **La formation de l'esprit scientifique**. Paris: Librairie Philosophique J. Vrin, 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.

BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles L. Poética e performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. **Ilha: Revista de Antropologia**, v. 8, n.1-2, 2006. p. 185-229.

BAUMAN, Zygmunt; BORDONI, Carlo. **Estado de crise**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

BELL, Emily; OWEN, Taylor. A imprensa nas plataformas: como o Vale do Silício reestruturou o jornalismo. **Revista de Jornalismo ESPM**, n. 20, ano 6, jul./dez. 2017.

BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz (Org.). **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa – Volume 2**. Porto Alegre: Sulina, 2008.

BERGER, Peter; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

BOURDIEU, Pierre; PASSERON, Jean-Claude. Sociologues des mythologies et mythologies de sociologues. **Les temps modernes**, n. 211, dez. 1963, p. 998-1021.

BRANDÃO, Renato. Grandes jornais brasileiros registram perda de 520 mil exemplares impressos em três anos. **Portal Imprensa: jornalismo e comunicação na web**. 31 jan. 2018. Disponível em: goo.gl/m4t57Q. Acesso em: 20 jul. 2018.

BRUNS, Axel. Gatekeeping, gatewatching, realimentação em tempo real: desafios para o jornalismo. **Brazilian Journalism Research**, v. 7, n. 11, 2011.

CANAVILHAS, João. Webjornalismo: da pirâmide invertida à pirâmide deitada. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**. 2006. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=602>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CANAVILHAS, João. Jornalismo móvel e realidade aumentada: o contexto na palma da mão. **Verso e Reverso**, XXVII (64): 2-8, janeiro-abril 2013.

CANAVILHAS, João. Hipertextualidade: novas arquiteturas noticiosas. *In*: CANAVILHAS, João (Org.). **Webjornalismo: 7 características que marcam a diferença**. Covilhã, Livros LabCom, 2014. Disponível em: <http://www.labcom-ifp.ubi.pt/livro/121>. Acesso em: 12 nov. 2019.

CANAVILHAS, João; BACCIN, Alcione. Contextualização de reportagens hipermídia: narrativa e imersão. **Brazilian Journalism Research**, v. 1, n. , 2015, p. 10-27.

CARVALHO, Edgard de Assis. Teoria da Complexidade. *In*: CITELLI, Adilson et al. (Org.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

CARVALHO, Guilherme; BONA, Nívea. Jornalismo alternativo: aproximações exploratórias em busca do conceito. *In*: 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ECA/USP, 2017.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 5. ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2015.

CELESTINO, Helena. A agonia de um modelo social. Entrevista com Manuel Castells. **Valor Econômico**. 15 dez. 2017, p. 4-7.

CÉSAR, Orlando. O ensino do jornalismo e as práticas profissionais: inscrever teorias manifestas com base epistemológica. **Mediápolis: Revista de Comunicação, Jornalismo e Espaço Oúblico**, n. 3, 2º semestre de 2016, p. 79-91.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARRON, Jean; DE BONVILLE, Jean. **Natureza e transformação do jornalismo**. Florianópolis: Insular; Brasília: FAC Livros, 2016.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade**: para uma ética da informação. Lisboa: instituto Piaget, 1999.

DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

FEITOZA, Liliane do Nascimento Santos. Relevância jornalística: conhecimento relevante e intermediação midiática. *In*: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2018, São Paulo. **Anais** [...] São Paulo: FIAM/FAAM, 2018.

FIELD, Richard W. William James and the epochal theory of time. **Process Studies**, Vol. 13, n. 4, Winter, 1983. Disponível em: <https://www.religion-online.org/article/william-james-and-the-epochal-theory-of-time/>. Acesso em: 01 set. 2019.

FILHO, João. Por dentro da paranoia olavista do novo ministro da Educação, Abraham Weintraub. **The Intercept Brasil**, 14 abr. 2019. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/04/14/mec-olavo-weintraub-educacao-comunismo/>. Acesso em: 01 maio 2019.

FINK, Katherine; SCHUDSON, Michael. The rise of contextual journalism, 1950s-2000s. **Journalism**, v. 5, n. 1, p. 3-20, 2014.

FONSECA, Virginia P. S. Um conceito para jornalismo: conhecimento singular ou senso comum? **R. Bibliotecon. & Comun.** Porto Alegre. v. 8, p. 171-182, jan./dez. 2000.

FONSECA, Virginia P. S.; LÜCKMAN, Ana Paula; GUILHERMANO, Lúvia; SEIBT, Taís; EICHLER, Vivian. A noção de paradigma na discussão sobre as mudanças no jornalismo contemporâneo. *In*: BENETTI, Marcia; BALDISSERA, Rudimar (Org.). **Pesquisa e perspectivas de Comunicação e Informação**. Porto Alegre: Sulina, 2018.

FRANKLIN, Bob et al. **Key concepts in journalism studies**. London: Thousand Oaks: New Delhi: Sage Publications, 2005.

GALTUNG, Johan; RUGE, Mari Holmboe. A estrutura do noticiário estrangeiro: a apresentação das crises do Congo, Cuba e Chipre em quatro jornais estrangeiros. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

GARCIA, Othon Moacyr. **Comunicação em prosa moderna**. 26. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

GENRO FILHO, Adelmo. Questões sobre jornalismo e ideologia. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 1, jan. a jul. 2004, p. 164-167.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide**: para uma teoria marxista do jornalismo. Florianópolis: Insular, 2012. (Série Jornalismo a Rigor, v. 6)

GROTH, Otto. **O poder cultural desconhecido**: fundamentos da Ciência dos Jornais. Petrópolis: Vozes, 2011. Tradução de Liriam Sponholz.

HALL, Stuart *et al.* A produção social das notícias: o *mugging* nos *media*. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

HARCUP, Tony; O'NEILL, Deirdre. What is news? News values revisited (again). **Journalism Studies**, v. 18, n. 12, 2016, p. 1470-1488.

HEINRICH, Ansgard. **Network journalism: journalistic practice in interactive spheres**. New York/London: Routledge/Taylor & Francis Group, 2011.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa**. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009. (1ª reimpressão, com alterações)

INTERNATIONAL TELECOMMUNICATION UNION (ITU). **Measuring the information society report 2018**. Volume 1. Genebra, ITU Publications, 2018.

IRETON, Cherilyn; POSSETTI, Julie. Introdução. *In*: IRETON, Cherilyn; POSSETTI, Julie (Ed.) **Jornalismo, fake news & desinformação: manual para educação e treinamento em jornalismo**. Paris: Unesco, 2019.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores: uma biografia da revolução digital**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JAPIASSÚ, Hilton. **Para ler Bachelard**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1976.

JORGE FILHO, José Ismar Petrola. Jornalismo alternativo ontem e hoje: histórico e esboço de uma definição. *In*: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2018, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FIAM/FAAM, 2018.

JORNALISTAS se manifestam contra demissões em massa em agência argentina. **Gaúcha ZH**, 5 jul. 2018. Disponível em: <http://bit.ly/2olaAYE>. Acesso em: 7 out. 2019.

KEANE, John. **Democracy and media decadence**. Cambridge: Cambridge University Press, 2013.

KEMP, Simon. **Digital 2019: Q3 Global Digital Statshot**. HootSuite & We Are Social, 2019. Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2019-q3-global-digital-statshot>. Acesso em: 07 out. 2019.

KASEKER, Mônica Panis. Apontamentos sobre o conceito de etnojornalismo. *In*: 16º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2018, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: FIAM/FAAM, 2018.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Blur: how to know what is true in the age of information overload**. New York; Berlin; London: Bloomsbury, 2010. (e-book)

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os profissionais devem saber e o público deve exigir**. Porto: Editora Porto, 2001.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **The elements of journalism: what newspeople should know and the public should expect**. 3. ed. rev. e ampl. New York: Three Rivers Press, 2014.

KUCINSKI, Bernardo. A nova era da comunicação: reflexões sobre a atual revolução tecnológica e seus impactos no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 9, n. 1, jan. a jun. 2012, p. 4-17.

KUHN, Thomas S. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1975.

LAGE, Nilson. **Teoria e técnica do texto jornalístico**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia**. 4. ed. rev. e atual. Florianópolis: Insular, 2012.

LAZER, David M. J. *et al.* The Science of fake news: addressing fake news requires a multidisciplinary effort. **Science**. v. 359, n. 6380, p. 1094-1096.

LEAL, Bruno Souza; CARVALHO, Carlos Alberto de. Aproximações à instabilidade temporal do contexto. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set. a dez. 2017.

LEAL, Bruno Souza; SACRAMENTO, Igor; GOMES, Itania. Do contexto à contextualização: dinâmicas das historicidades dos processos comunicacionais – Apresentação do Dossiê. **Revista Famecos: mídia, cultura e tecnologia**, Porto Alegre, v. 24, n. 3, set. a dez. 2017.

LE CAM, Florence; PEREIRA, Fábio; RUELLAN, Denis. Introdução. *In*: MOURA, Dione O.; PEREIRA, Fábio H.; ADGHIRNI, Zélia L. (Org.). **Mudanças e permanências no jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

LECLERC, Aline; BOUVIER, Pierre; BOUANCHAUD, Cécile. “Je suis venu parce que rien n’a changé”: 28 000 manifestants pour l’anniversaire des “gilets jaunes”. **Le Monde**, 16 nov. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2tzkY1q>. Acesso em: 20 jan. 2020.

LIPPMANN, Walter. **Opinião pública**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

LISBOA, Silvia; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research**, v. 11, n. 2, 2015, p. 10-29.

LOPES, Reinaldo José. Redondamente enganados: por que a ideia da Terra plana não faz sentido. **Folha de S.Paulo**. 01 out. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2017/10/1923164-redondamente-enganados-por-que-a-ideia-da-terra-plana-nao-faz-sentido.shtml>. Acesso em: 01 maio 2019.

LÜCKMAN, Ana Paula. **Contribuições do pensamento complexo para o campo epistêmico do jornalismo**. 2013. 96p. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2013. Disponível em: <http://tede.ufsc.br/teses/PJOR0040-D.pdf>. Acesso em: 12 out. 2018.

LÜCKMAN, Ana Paula. O discurso da crise e uma reflexão sobre sua pertinência nos Estudos de Jornalismo. **16º Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo – SBPJor**. São Paulo, 2018.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia P.S. Edgar Morin e os Estudos de Jornalismo: diálogos, intersecções, potencialidades. *In*: ROSÁRIO, Nísia Martins; SILVA, Alexandre Rocha. **Pesquisa, Comunicação, Informação**. Porto Alegre: Sulina, 2016.

LÜCKMAN, Ana Paula; FONSECA, Virginia P.S. Contexto e contextualização no Jornalismo: uma proposta conceitual. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, vol. 14, n. 2, jul./dez. 2017.

MACLUHAN, Marshall. **A galáxia de Gutenberg: a formação do homem tipográfico**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977.

MARTÍN, Bruno. Imagem de buraco negro prova (mais uma vez) que Einstein estava certo. **El País Brasil**, 11 abr. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/3awEEDM>. Acesso em: 20 jan. 2020.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. 15. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

MCINTYRE, Karen; DAHMEN, Nicole Smith; ABDENOUR, Jesse. The contextualist function: US newspapers journalists value social responsibility. **Journalism**, v. 19, n. 12, p. 1657-1675, 2018.

MEDITSCH, Eduardo. Journalism as a way of knowledge. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**. 1999. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=71>. Acesso em: 02 set. 2019.

MEDITSCH, Eduardo. Journalism as a Form of Knowledge: a qualitative approach. **Biblioteca On-Line de Ciências da Comunicação**. 2008. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/esp/autor.php?codautor=71>. Acesso em: 02 set. 2019.

MEDITSCH, Eduardo. Jornalismo e construção social do acontecimento. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia Pradelina da Silveira (Org.). **Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos**. Florianópolis: Insular, 2010.

MEDITSCH, Eduardo. **Pedagogia e pesquisa para o jornalismo que está por vir**. A função social da universidade e os obstáculos para a sua realização. Florianópolis: Insular, 2012.

MEDITSCH, Eduardo; SCHWAAB, Reges. Jornalismo. In: CITELLI, Adilson *et al.* (Org.). **Dicionário de comunicação: escolas, teorias e autores**. São Paulo: Contexto, 2014.

MERTON, Robert K. **Sociologia: teoria e estrutura**. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MIELNICZUK, Luciana. **Jornalismo na web: uma contribuição para o estudo do formato da notícia na escrita hipertextual**. 2003. 246f. Tese. Doutorado em Comunicação e Culturas Contemporâneas, Faculdade de Comunicação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

MORIN, Edgar. L'industrie culturelle. **Communications**, n. 1, 1961, p. 38-59. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1961_num_1_1_916. Acesso em: 03 jun. 2016.

MORIN, Edgar. Avant-propos: l'événement. **Communications**, n. 18, 1972a. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_18_1_2209. Acesso em: 23 abr. 2019.

MORIN, Edgar. L'événement-sphinx. **Communications**, n. 18, 1972b. Disponível em: https://www.persee.fr/doc/comm_0588-8018_1972_num_18_1_1273. Acesso em: 23 abr. 2019.

MORIN, Edgar. **Sociologia**. Mem Martins: Publicações Europa-América, 1984.

MORIN, Edgar. **Para sair do século XX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

MORIN, Edgar. O desafio humano da comunicação. In: PENA-VEGA, Alfredo; ALMEIDA, Cleide R. S.; PETRAGLIA, Izabel (Orgs.). **Edgar Morin: ética, cultura e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 8. ed. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2003.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** 12. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

MORIN, Edgar. Complejidad restringida y Complejidad generalizada o las complejidades de la Complejidad. **Utopía y Praxis Latinoamericana**, n. 12, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=27903809>. Acesso em: 01 abr. 2019. ISSN 1315-5216.

MORIN, Edgar. **O método 1: a natureza da natureza.** Porto Alegre, Sulina, 2008a.

MORIN, Edgar. **Introdução ao pensamento complexo.** 5. ed. Lisboa: Instituto Piaget, 2008b.

MORIN, Edgar. **Meu caminho.** Entrevistas com Djénane Kareh Tager. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010a.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência.** 14. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010b.

MORIN, Edgar. **Meus demônios.** 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010c.

MORIN, Edgar. **O método 4: as ideias: habitat, vida, costumes, organização.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011a.

MORIN, Edgar. **O método 6: ética.** 4. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011b.

MORIN, Edgar. **O método 2: a vida da vida.** Porto Alegre: Sulina, 2011c.

MORIN, Edgar. **O método 5: a humanidade da humanidade.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2012a.

MORIN, Edgar. **La voie: pour l'avenir de l'humanité.** Paris: Librairie Arthème Fayard/Pluriel, 2012b.

MORIN, Edgar. **Au rythme du Monde: un demi-siècle d'articles dans Le Monde.** Paris: Éditions Archipoche, 2014a.

MORIN, Edgar. **Meus filósofos.** 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014b.

MORIN, Edgar. **Enseigner à vivre: manifeste pour changer l'éducation.** Arles: Actes Sud, 2014c.

MORIN, Edgar. **O método 3: o conhecimento do conhecimento.** 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. **Pour une crisologie.** Paris: Éditions de L'Herne, 2016.

MORIN, Edgar; BOCCHI, Gianluca; CERUTTI, Mauro. **Un nouveau commencement.** Paris: Éditions du Seuil, 1999.

MORIN, Edgar; RAMADAN, Tariq. **Au péril des idées: les grands questions de notre temps.** Montréal: Presses du Châtelet, 2014.

MOSCOVICI, Serge. **Representações sociais: investigações em psicologia social.** 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

NEVEU, Erik. As notícias sem jornalistas: uma ameaça real ou uma história de terror? **Brazilian Journalism Research**, v. 6, n. 1, 2010.

NEWMAN, Nic *et al.* **Reuters Institute Digital News Report 2019**. Oxford: Reuters Institute; University of Oxford, 2019. Disponível em: https://reutersinstitute.politics.ox.ac.uk/sites/default/files/inline-files/DNR_2019_FINAL.pdf. Acesso em: 05 out. 2019.

O CONFLITO histórico com a Irlanda que ameaça acordo com o Brexit. **BBC News Brasil**, 17 out. 2019. Disponível em: <https://bbc.in/38iZlRV>. Acesso em: 20 jan. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. On-line. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>. Acesso em: 2 dez. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **World Trends in Freedom of Expression and Media Development**. Paris: Unesco, 2017. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002610/261065e.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (UNESCO). **Skills for a connected world: report of the Unesco Mobile Learning Week 2018**. Paris: Unesco/ITU, 2018. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0026/002658/265893E.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

PARK, Robert. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: STEINBERG, Charles (Org.). **Meios de Comunicação de Massa**. São Paulo: Cultrix, 1970.

PARK, Robert E. A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento. In: BERGER, Christa; MAROCCO, Beatriz. **A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa**. Vol. 2. Porto Alegre: Sulina, 2008.

PARK, Robert E. News as a form of knowledge: a chapter in the sociology of knowledge. **American Journal of Sociology**, Vol. 45, n. 5, mar. 1940, p. 669-686. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2770043>. Acesso em: 26 nov. 2018.

PASSOS, Úrsula. Edgar Morin: Continuamos como sonâmbulos e estamos indo rumo ao desastre. Entrevista da 2ª. **Folha de S. Paulo**, ano 99, n. 32.954, 24 jun. 2019, p. A13.

PAULUZE, Thaiza. Seis anos depois, incêndio na boate Kiss acumula vítimas entre os pais. **Folha de S. Paulo**, 27 jan. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2RvaRmp>. Acesso em: 20 jan. 2020.

PEUCER, Tobias. Os relatos jornalísticos. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 1, n. 2, 2º semestre de 2004, p. 13-29. Tradução de Paulo da Rocha Dias.

PEYRIÈRE, Monique; SIMONIGH, Chiara. Les partis pris éditoriaux. In: MORIN, Edgar. **Le cinéma : un art de la complexité**. Paris : Nouveau Monde, 2018.

PLENEL, Edwy. Face au sphinx [Edgar Morin et le journalisme]. **Communications**, v. 82, n. 1, 2008.

PONTES, Felipe Simão. **Adelmo Genro Filho e a Teoria do Jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2015.

POPPER, Karl Raimund. **Conhecimento objetivo: uma abordagem evolucionária**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1999.

QUERÉ, Louis. Entre o facto e o sentido: a dualidade do acontecimento. **Trajectos**, n. 6. Lisboa: ISCTE, 2005.

REGINATO, Gisele Dotto. **As finalidades do jornalismo**. Florianópolis: Insular, 2019.

RODRIGUES, Adriano Duarte. O acontecimento. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo: questões, teorias e “estórias”**. Florianópolis: Insular, 2016.

ROSENFELD, Denis Lerrer. Vida e obra. *In*: DESCARTES, René. **Discurso do método**. Porto Alegre: L&PM, 2008.

RÜDIGER, Francisco. **Origens do pensamento acadêmico em jornalismo: Alemanha, União Soviética e Japão**. Florianópolis: Insular, 2017.

RUNCIMAN, David. **Como a democracia chega ao fim**. São Paulo: Todavia, 2018.

SAIBA o que muda nos jornais da NSC a partir da próxima segunda-feira. **NSC Total**. 24 out. 2019. Disponível em: <http://bit.ly/2Rv5fKw>. Acesso em: 08 dez. 2019.

SANDANO, Carlos. **Para além do código digital: o lugar do jornalismo em um mundo interconectado**. São Carlos: EdUFSCar, 2015.

SARTOR, Basilio Alberto. **A noção de interesse público no jornalismo**. 2016. 252f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SCHUDSON, Michael. **The power of news**. Cambridge, Massachussets/London, England : Harvard University Press, 1995.

SCHUDSON, Michael. **The sociology of news**. New York/London: W. W. Norton & Company, 2003.

SCHUDSON, Michael. **Descobrimos a notícia: uma história social dos jornais nos Estados Unidos**. Petrópolis: Vozes, 2010.

SEIBT, Taís. **Jornalismo de verificação como tipo ideal: a prática de fact-checking no Brasil**. 2018. 265f. Tese. Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SODRÉ, Muniz. **A narração do fato: notas para uma teoria do acontecimento**. Petrópolis: Vozes, 2009.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004a.

SOUSA, Jorge Pedro. Tobias Peucer: progenitor da Teoria do Jornalismo. **Biblioteca Online de Ciências da Comunicação**. 2004b. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-jorge-pedro-tobias-peucer.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2019.

SOUSA, Maíra Evangelista. Percepções iniciais sobre o conceito de circulação jornalística. *In*: 15º ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM JORNALISMO – SBPJOR, 2017, São Paulo. **Anais [...]** São Paulo: ECA/USP, 2017.

SPONHOLZ, Liriam. **Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções**. Florianópolis: Insular, 2009.

STEINBERG, Charles S. (Org.). **Meios de comunicação de massa**. São Paulo: Cultrix, 1970.

STRAY, Jonathan. Objectivity and the decades-long shift from “just the facts” to “what does it mean?” **Nieman Lab**, 22 mai. 2013. Disponível em: <http://bit.ly/2WndfgX>. Acesso em: 27 out. 2019.

TAMBOSI, Orlando. Informação e conhecimento no jornalismo. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. II, n. 2, 2º semestre de 2005, p. 31-38.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade**: uma teoria social da mídia. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2014.

THOMPSON, John B. A interação mediada na era digital. **MATRIZES**, v. 12, n. 3, set./dez. 2018, p. 17-44.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**. Lisboa: Quimera, 2002.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do jornalismo**: porque as notícias são como são. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2005.

TRAQUINA, Nelson. **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

TRUONG, Nicolas. Edgar Morin: inventer une sociologie du présent. Entrétiens avec Edgar Morin. **Le Monde**, 03 set. 2014. On-line. Disponível em: <http://bit.ly/2w3Tzpr>. Acesso em: 02 nov. 2016.

VAN DER HAAK, Bregtje; PARKS, Michael; CASTELLS, Manuel. The future of journalism: networked journalism. **International Journal of Communication**, n. 6, 2012, p. 2.923-2.938.

VERNE, Jules. Au XXIX^{ème} siècle : La journée d’un journaliste américain em 2889. *In*: **Hier et demain** : contes et nouvelles. Paris: Hetzel, 1910. p. 219-248. Disponível em: https://fr.wikisource.org/wiki/Au_XXIXe_siècle. Acesso em: 01 out. 2019.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. **Information disorder**: toward an interdisciplinary framework for research and policy making. Council of Europe, 2017.

WARDLE, Claire; DERAKHSHAN, Hossein. Reflexão sobre a “desordem da informação”: formatos da informação incorreta, desinformação e má informação. *In*: IRETTON, Cherilyn; POSETTI, Julie (Ed.) **Jornalismo, fake news & desinformação**: manual para educação e treinamento em jornalismo. Paris: Unesco, 2019.

WEBER, Max. **Ciência e política**: duas vocações. 18. ed. São Paulo: Cultrix, 2011.

WHITE, David Manning. O gatekeeper: uma análise de caso na seleção de notícias. *In*: TRAQUINA, Nelson (Org.). **Jornalismo**: questões, teorias e “estórias”. Florianópolis: Insular, 2016.

ZAMITH SILVA, Fernando António Dias. **A contextualização no ciberjornalismo**. 2011. 293 f. Tese. Curso de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, Universidade do Porto, Porto, 2011.

ZELIZER, Barbie. On the shelf life of democracy in journalism scholarship. **Journalism**, n. 14, vol. 4, 2012, p. 459-473.

ZELIZER, Barbie. Terms of choice: uncertainty, journalism, and crisis. **Journal of Communication**, n. 65, 2015, p. 888-908.

ANEXOS

FOLHA DE S.PAULO



Seis anos depois, incêndio na boate Kiss acumula vítimas entre os pais

Familiares dos 242 mortos vivem rotina de doenças, depressão e suicídio

27.jan.2019 às 2h00

 EDIÇÃO IMPRESSA (<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/fac-simile/2019/01/27/>)

Thaiza Pauluze

SÃO PAULO Seis anos após o incêndio na boate Kiss

(<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952060-5-anos-depois-tragedia-da-boate-kiss-se-desdobra-em-lei-cursos-e-ajuda-a-outras-cidades.shtml>), em Santa Maria (RS), o saldo de vítimas segue crescendo para além dos 242 mortos atingidos pelo fogo na madrugada de 27 de janeiro de 2013. Ao menos seis pais morreram em decorrência de doenças que podem ser relacionadas à perda dos filhos. Familiares vivem rotina de depressão e tentativas de suicídio.

“Ele desistiu de viver. Dizia ‘não chama o Samu se eu passar mal’”, conta Vanessa, filha de Renato Vasconcelos, 69, que morreu em casa no dia 30 de dezembro do ano passado. O pai havia perdido Letícia, 36, recepcionista da boate, que voltou à Kiss para salvar um colega e não saiu mais.

No início, Renato era engajado na associação de pais das vítimas

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952073-cidade-gaucha-tenta-fechar-cicatriz-de-incendio-em-boate-sem-perder-memoria-das-vitimas.shtml>), mas a lentidão do processo

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952080-luta-de-pais-da-boate-kiss-por-justica-sofre-reves-e>

[ganha-reforço-em-poucas-semanas.shtml](#)) o deixou consternado. “Vou morrer e não vou ver minha filha ser justiçada”, dizia. Antes, não tinha um cabelo grisalho, era gordinho. “Agora, estava seco, definhou”, diz Vanessa. O vendedor viu um coágulo se transformar em embolia pulmonar, ignorando a indicação médica de cirurgia.

Até então, Vanessa se preocupava mais com a mãe. Com depressão profunda, Erci Vasconcelos, 64, não sai de casa desde que perdeu a primogênita. “Quem perde uma filha, o resto é o resto, a morte para mim é uma libertação” diz Erci.

Lucas, 48, que não quis ter o nome completo divulgado, nunca falou sobre a tragédia (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952093-livro-conta-detalhes-ineditos-do-incendio-do-resgate-e-das-investigacoes-do-caso-kiss.shtml>). À **Folha**, escreveu sobre o que viveu. Hoje, mesmo com três remédios diários, “não durmo mais que quatro horas seguidas”, diz o comerciante, que não voltou ao trabalho.

Suas duas filhas, Ritchieli, 19, e Drielle, 23, estavam na Kiss e foram levadas com vida para um hospital em Porto Alegre. A mais velha morreu 40 dias após a internação. A mais nova ficou cinco meses em tratamento intensivo.

“Vi minhas filhas sofrerem muito”, conta Lucas, que enterrou Drielle sem a presença da irmã e da mãe, Sandra Medianeira Lucas, 50, que já estava internada em Santa Maria tratando um câncer.

“Minha filha aprendeu tudo de novo, comer, andar, falar e até respirar. Quando veio a alta médica, outra derrota.” Sandra morreu dois dias após Ritchieli deixar o hospital. “Perdemos a mãe e companheira, que já tinha desistido de viver”, diz ele sobre Sandra, que decidiu parar o tratamento após saber da morte da filha.

Só no serviço municipal Santa Maria Acolhe, 80 pessoas ainda seguem em tratamento psiquiátrico ou psicológico. Criado à época pela prefeitura com o nome Acolhe Saúde

(<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952093-livro-conta-detalhes-ineditos-do-incendio-do-resgate-e-das-investigacoes-do-caso-kiss.shtml>), o serviço chegou a fazer 2.107 atendimentos entre fevereiro e março de 2013.

Carina Corrêa, 40, é uma das que encontrou força na terapia. A ex-auxiliar de nutrição é mãe de Thanise, 18, uma das primeiras vítimas encontradas sem vida. Desolada, Carina tentou suicídio usando remédios, mas foi parar no hospital. Depois, quis matar a outra filha, Camilly, e tirar a própria vida em seguida. Sem coragem de ferir a menina, se cortou várias vezes com a faca e foi hospitalizada de novo.

O segundo baque veio com a morte do avô de Thanise, que sofreu um ataque cardíaco menos de um ano após a tragédia. “Ele chorava muito, de desespero, parou de falar, parou de comer”, conta Carina.

Com estresse pós-traumático, depressão e síndrome do pânico, ela precisou cuidar de Camilly, que descobriu um câncer no pâncreas aos 16 anos —doença comum para os acima de 50. Curada a filha, Carina viu a mãe, Sandra, 62, adoecer com um câncer no intestino. “Seis anos é pouco tempo. Eu vivo aquela noite toda noite”, conta ela.

Carina diz conhecer cinco sobreviventes que, assim como ela, já tentaram suicídio —todos mal sucedidos. Eles se recusam a dar entrevista.

Santa Maria repete o fenômeno visto na vizinha na Argentina. O incêndio da boate República (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1222681-santa-maria-faz-argentina-relembrar-tragedia-de-2004.shtml>) Cromañón (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/01/1222681-santa-maria-faz-argentina-relembrar-tragedia-de-2004.shtml>) matou 194 pessoas e feriu 1.432, em 2004. A sequência é semelhante: pirotecnia em ambiente fechado e teto inflamável, somado a superlotação, falta de saídas de emergência e suborno para evitar vistorias.

Desde a tragédia, 18 sobreviventes morreram, a maioria de suicídio. Dos pais, 27 também morreram, a maior parte vítima de câncer, segundo a ONG argentina Famílias por La Vida. “Temos casas vazias pela morte de ambos os pais”, afirma Lila Tello, coordenadora de saúde da organização.

A ONG fez um estudo sobre a problemática da saúde dos sobreviventes e familiares e viu multiplicar casos de tireoide, diabetes, hipertensão e câncer.

“O sistema imunológico está em estreita relação histoquímica com os processos psíquicos e oncológicos”, diz a médica argentina Silvia Chevel. “Há ligação entre o evento traumático e a doença que ocorre ao longo do tempo. Por isso é importante que o cuidado não seja só nos primeiros anos.”

Os familiares gaúchos atribuem a morte da professora Helena Rosa da Cruz, 54, a sua baixa imunidade desde que perdera os dois únicos filhos na Kiss. Mirela Rosa, 21, e José Manuel, 18, tinham ido comemorar os 22 anos da amiga Andrielle Righi da Silva.

“Eu senti que ela desistiu. Tinha a melhor junta médica e tudo para reagir e ela não reagia”, conta a doceira Ligiane Righi da Silva, mãe de Andrielle e amiga de Helena —que deu entrada no hospital com uma gripe em junho de 2015 e não saiu. Agora, a família se limita a uma pessoa: o ex-motorista Delçon Cruz, 55.

“Os pais estão adoecendo e a impunidade só reforça. Essa é outra grande tragédia”, diz Ligiane. “Espero ter saúde para pelo menos ver o primeiro tijolo ser colocado.”

Ligiane se refere aos tijolos do [memorial em homenagem às vítimas da Kiss](https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952060-5-anos-depois-tragedia-da-boate-kiss-se-desdobra-em-lei-cursos-e-ajuda-a-outras-cidades.shtml) (<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952060-5-anos-depois-tragedia-da-boate-kiss-se-desdobra-em-lei-cursos-e-ajuda-a-outras-cidades.shtml>). O projeto

ficou pronto no fim do ano passado, mas sua construção segue em compasso de espera.

A associação de familiares e sobreviventes decidiu manter de pé a boate enquanto não forem julgados os quatro réus

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/01/1952080-luta-de-pais-da-boate-kiss-por-justica-sofre-reves-e-ganha-reforco-em-poucas-semanas.shtml>) que ainda respondem pelo incêndio —

segundo maior do país em número de mortos

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/03/1247216-laudos-mostram-que-vitimas-da-boate-kiss-morreram-devido-a-gases-toxicos.shtml>). A ideia é levar o júri popular para dentro do local.

O impasse, no entanto, é se haverá um júri para julgar o caso, que sofreu uma reviravolta em 2017. O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul havia decidido que os sócios da boate

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/12/1713691-socio-da-boate-kiss-diz-que-prefeito-tambem-deve-responder-por-mortes.shtml>) Elissandro Spohr e Mauro Hoffmann e os integrantes

da banda Gurizada Fandangueira Luciano Bonilha e Marcelo de Jesus deveriam ir a júri pelo homicídio de 242 pessoas e a tentativa de homicídio de outras 636.

Um recurso da defesa, porém, foi julgado no fim de 2017 e o tribunal decidiu que eles não irão mais a júri popular —reservado para os crimes mais graves. Desembargadores desconsideraram que tenha havido dolo (intenção).

Alegando que os réus assumiram o risco de matar, o Ministério Público recorreu ao STJ (Superior Tribunal de Justiça). O caso acaba de chegar às mãos do relator, o ministro Rogerio Schietti Cruz.

sua assinatura pode valer ainda mais

Você já conhece as vantagens de ser assinante da Folha? Além de ter acesso a reportagens e colunas, você conta com newsletters exclusivas ([conheça aqui](https://login.folha.com.br/newsletter) <https://login.folha.com.br/newsletter>). Também pode baixar nosso aplicativo gratuito na [Apple Store](https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s-) (<https://apps.apple.com/br/app/folha-de-s->

[paulo/id943058711](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) ou na [Google Play](https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) (https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.folha.app&hl=pt_BR) para receber alertas das principais notícias do dia. A sua assinatura nos ajuda a fazer um jornalismo independente e de qualidade. Obrigado!

ENDEREÇO DA PÁGINA

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/seis-anos-depois-incendio-na-boate-kiss-acumula-vitimas-entre-os-pais.shtml>

O conflito histórico com a Irlanda que ameaça acordo do Brexit

🕒 17 outubro 2019



Um dos principais pontos das negociações do Brexit, a saída do Reino Unido da União Europeia, é a fronteira que separa a Irlanda do Norte e a Irlanda.

A Irlanda do Norte é um território britânico e forma — junto com Inglaterra, País de Gales e Escócia — o Reino Unido. Já a República da Irlanda é um país independente.

A questão da fronteira entre os países voltou a ficar em evidência nesta quinta-feira (17/10), quando o primeiro-ministro do Reino Unido, Boris Johnson, e o presidente da Comissão Europeia, Jean-Claude Juncker, **anunciaram ter chegado a um acordo sobre o Brexit**. O texto precisa ser votado no Parlamento britânico.

O partido norte-irlandês DUP — que tem sido um dos principais entraves para a aprovação do Brexit —, porém, divulgou comunicado manifestando oposição ao acordo, sob a alegação, entre outros pontos, de que os acordos alfandegários propostos por Johnson prejudicariam comercialmente o país.

Atualmente, essa fronteira, que se estende por cerca de 500 km (um pouco mais do que a distância entre Rio de Janeiro e São Paulo), é uma "fronteira aberta", ou seja, bens, serviços, capitais e pessoas podem circular quase que livremente de um lado para o outro.

Talvez também te interesse



Papa critica 'internacionalização da Amazônia', mas defende presença de ONGs na região



As histórias reveladas pelos documentos que a polícia secreta da Alemanha Oriental não conseguiu destruir



Reino Unido e UE chegam a acordo para o Brexit; o que acontece agora?



As pessoas podem ficar eufóricas no momento da morte?

- **Reino Unido e UE chegam a acordo para o Brexit; o que acontece agora?**
- **A jornalista e a empresária no centro de escândalos envolvendo o premiê britânico Boris Johnson**

Isso porque Reino Unido e Irlanda fazem parte do mesmo mercado único e da mesma união aduaneira, mecanismos implementados pelos países-membros da União Europeia para facilitar o comércio.

Mas depois do Brexit, tudo pode mudar — Irlanda do Norte e Irlanda poderiam ficar sob regimes alfandegários e regulatórios diferentes.

Em termos práticos, caminhões vindos da Irlanda do Norte rumo à União Europeia, por exemplo, teriam de parar na fronteira para checagem de documentos e inspeção de produtos.

Depois de incidentes como o surto de febre aftosa e o escândalo da vaca louca, autoridades europeias passaram a ficar mais rigorosas com essas exigências.

A fronteira passaria a ser controlada e protegida por agentes de imigração, polícia ou militares. Poderia haver câmeras ou barreiras. Indivíduos teriam de mostrar seus passaportes e veículos seriam inspecionados.

A preocupação dos norte-irlandeses e do DUP é que as viagens, hoje rápidas e fáceis, se tornariam mais longas e trabalhosas.

Assim, a fronteira irlandesa, a única terrestre entre Reino Unido e União Europeia, se tornaria uma "hard border", ou uma "fronteira dura".

Mas o problema está longe de envolver apenas questões logísticas. Por quê?

Paz sob risco

A fronteira entre as Irlandas é um assunto de extrema sensibilidade política, diplomática e de segurança.

A maior preocupação é que a reinstauração de uma "fronteira dura" poderia colocar em risco o Acordo de Belfast (também conhecido como Acordo da Sexta-Feira Santa) de 1999, que ajudou a pôr fim ao período de violência na Irlanda do Norte conhecido como The Troubles.

Por causa disso, negociadores do Reino Unido e da União Europeia costuraram uma solução, conhecida como "backstop irlandês", que visava a garantir que a fronteira fosse mantida aberta em qualquer cenário de Brexit.

Por esse arranjo, Reino Unido e União Europeia manteriam uma relação muito próxima por um prazo indeterminado até que ambas as partes chegassem a um acordo sobre a fronteira. Já a Irlanda do Norte permaneceria ainda mais intimamente ligada às regras do mercado único europeu.

Isso evitaria, portanto, a necessidade de inspeções na fronteira.

No entanto, esse arranjo proposto pela ex-primeira-ministra britânica Theresa May desagradou parlamentares conservadores. Eles temem que o Reino Unido fique preso ao bloco europeu por prazo indefinido, ou seja, sem a possibilidade de costurar acordos comerciais com outros países.

Essa oposição acabou levando a ex-premiê a renunciar ao cargo, em maio deste ano.

Nesta quinta-feira, o "backstop irlandês" voltou ao centro das discussões, quando Boris Johnson e o presidente da Comissão Europeia anunciaram o seu acordo. A principal proposta de Johnson para concretizar a saída se baseava em abolir o mecanismo relativo à fronteira irlandesa.



Ao remover esse expediente, Johnson esperava obter apoio de seu próprio partido e do DUP — que pode ser fundamental para aprovar o acordo no Parlamento.

Horas depois do anúncio, porém, o DUP anunciou não apoiar o acordo, afirmando que as mudanças não seriam "benéficas ao bem estar econômico da Irlanda do Norte" e dizendo que "vão fragilizar a integridade da União".

O DUP afirmou que, pelo acordo anunciado, sua principal rota comercial seguirá sujeita às regras alfandegárias da União Europeia, embora a Irlanda do Norte vá continuar sendo parte do território alfandegário do Reino Unido — um acerto do qual discorda.

"Todas as mercadorias seriam sujeitas a um regime de checagem alfandegária independentemente de seu destino final", diz o comunicado. Um comitê formado pela UE e pelo Reino Unido daria aos europeus o poder de decidir quais mercadorias ficariam isentas de tarifas.

"Isso não é aceitável nas fronteiras internas do Reino Unido", diz o DUP.

O problema da fronteira, porém, está longe de envolver apenas questões logísticas, e existe o temor de que mudanças na fronteira possam ameaçar a paz na região. Por quê?

Para entender isso, é preciso voltar no tempo.



Temor de confrontos

Há 21 anos, a Irlanda do Norte viveu um dos momentos mais importantes de sua história.

Em 10 de abril de 1998, foi assinado o chamado Acordo da Sexta-feira Santa (ou Acordo de Belfast). Esse acordo, que entrou em vigor em 2 de dezembro de 1999, ajudou a pôr fim a um período de conflito na região conhecido como The Troubles.

Os Troubles foram um período de extrema violência entre dois grupos — republicanos/nacionalistas irlandeses, majoritariamente católicos, e unionistas/legalistas, majoritariamente protestantes.

A discordância se centrava no status constitucional da Irlanda do Norte. Enquanto o primeiro grupo era a favor da união das duas irlandas, o segundo queria que o território continuasse britânico.

O conflito tinha um fundo muito mais nacionalista e político, alimentado por eventos históricos, ainda que com dimensões étnicas e sectárias. Embora a religião fosse um divisor de águas, não se tratou de uma disputa puramente religiosa.

Mais de 3,5 mil pessoas morreram, dos quais 52% civis, e outras 50 mil ficaram feridas.

Mas como surgiu esse conflito?

O conflito na Irlanda do Norte data de quando o território foi separado do restante da Irlanda no início dos anos 20.

Os britânicos controlaram a ilha da Irlanda por centenas de anos. Em 1919, teve início a Guerra de Independência da Irlanda (ou Guerra Anglo-Irlandesa). Quando esse conflito sangrento acabou, dois anos depois, a Irlanda acabou dividida em duas: a Irlanda, mais ao sul, que meses depois ganharia oficialmente sua independência, e a Irlanda do Norte, que permaneceu parte do Reino Unido.

Só que a população da Irlanda do Norte também se dividiu.

Os unionistas queriam que a Irlanda do Norte permanecesse como parte do Reino Unido — alguns dos quais eram chamados legalistas (por serem leais à Coroa britânica).

Já os nacionalistas queriam que a Irlanda do Norte fosse independente do Reino Unido e se unisse à República da Irlanda — alguns dos quais eram chamados de republicanos (porque queriam que a Irlanda do Norte se unisse à República da Irlanda).

Os unionistas eram majoritariamente protestantes e os nacionalistas, majoritariamente católicos.

Quando a Irlanda do Norte se separou, seu governo era principalmente unionista. Havia menos católicos do que protestantes na Irlanda do Norte.

Os católicos, com menor poder aquisitivo, tinham dificuldade para conseguir casas e empregos, e protestaram contra isso. A comunidade protestante também reagiu com manifestações.

Durante a década de 1960, a tensão entre os dois lados se tornou violenta, resultando nos Troubles.

Entre as décadas de 1970 e 1990, houve vários embates entre grupos armados de ambos os lados e muitas pessoas morreram em decorrência do confronto.

Tropas britânicas foram enviadas para a região, mas entraram em confronto com grupos armados republicanos. O principal deles foi o Exército Republicano Irlandês (IRA).

O IRA foi responsável por realizar uma série de ataques à bomba na Grã-Bretanha e na Irlanda do Norte.

Grupos paramilitares unionistas, como a Associação de Defesa do Ulster (UDA) e a Força Voluntária do Ulster (UVF) também recorreram à violência armada, ainda que em menor número.

O IRA, em particular, atacava a polícia e os militares britânicos que patrulhavam as ruas. A situação piorou muito em 1972, quando 14 pessoas foram mortas por tropas britânicas durante uma marcha pacífica pelos direitos civis liderada por católicos e republicanos em Londonderry.

Esse dia ficou conhecido como Domingo Sangrento (Bloody Sunday), imortalizado na canção de mesmo nome da banda irlandesa U2.

Em 1984, o IRA detonou uma bomba em um hotel em Brighton, no sul da Inglaterra, para tentar assassinar a então primeira-ministra do Reino Unido, Margaret Thatcher.

Em Belfast, a capital da Irlanda do Norte, vários muros foram construídos para dividir as comunidades católicas e protestantes.

Durante os anos que se seguiram, muitos duvidaram que seria possível trazer a paz à Irlanda do Norte.

Acordo e paz

Nos anos 90, após duas décadas de conflito armado, o IRA anunciou que interromperia os ataques.

Isso deu aos unionistas e aos nacionalistas a oportunidade de tentar resolver seus problemas.

Não foi um processo fácil, e outros países se envolveram para ajudar os dois lados a chegarem a um acordo.

Em 1998 — após quase dois anos de negociações e 30 anos de conflito — o Acordo da Sexta-feira Santa foi assinado entre o então primeiro-ministro britânico, Tony Blair, e o primeiro-ministro irlandês, Bertie Ahern. Como resultado, um novo governo foi formado com o poder compartilhado entre unionistas e nacionalistas.

O objetivo do acordo era conseguir que os dois lados trabalhassem juntos em um grupo chamado Assembleia da Irlanda do Norte. A Assembleia passaria a poder tomar decisões que anteriormente competiam apenas ao Parlamento britânico em Londres.

Às 17h30 de sexta-feira, 10 de abril de 1998, George Mitchell — político americano que mediou as negociações — declarou: "Tenho o prazer de anunciar que os dois governos e os partidos políticos na Irlanda do Norte chegaram a um acordo".

O que aconteceu depois disso?

Uma cópia do acordo foi enviada por correio a todas as casas da Irlanda do Norte e da República da Irlanda para as pessoas lerem, antes da realização de um plebiscito.

Em maio de 1998, os eleitores da Irlanda do Norte e da República da Irlanda votaram a favor do Acordo da Sexta-feira Santa, tornando-o oficial — e Assembleia da Irlanda do Norte foi instalada em dezembro daquele ano.

Mas isso não acabou completamente com os problemas da Irlanda do Norte.

Houve acusações de espionagem e alguns dos partidos políticos disseram que não podiam trabalhar uns com os outros. Algumas pessoas contrárias ao processo de paz também continuaram a usar violência armada.

Em 2002, a Assembleia da Irlanda do Norte foi suspensa e suas atribuições foram devolvidas ao Parlamento britânico.

Cinco anos depois, a Assembleia recebeu de volta o poder e, em 2007, o Exército britânico encerrou oficialmente suas operações na Irlanda do Norte.

No entanto, em janeiro de 2017, o acordo entre os principais partidos da Irlanda do Norte desmoronou — e ainda não foi restaurado.

Os partidos políticos da região ainda discordam entre si e se encontram atualmente em um impasse. Muitas pessoas esperam que um acordo pacífico de compartilhamento de poder possa ser alcançado novamente em breve.

Embora os políticos continuem discordando, não houve retorno à violência, outrora presente na Irlanda do Norte.

- [Clique para assinar o canal da BBC News Brasil no YouTube](#)

Já assistiu aos nossos novos vídeos no [YouTube](#)? Inscreva-se no nosso canal!

Tópicos relacionados

[Boris Johnson](#)[Reino Unido](#)[Brexit](#)

Compartilhar

[Sobre compartilhar](#)[^ Voltar ao topo](#)

Notícias relacionadas

Reino Unido e UE chegam a acordo para o Brexit; o que acontece agora?

17 outubro 2019

A jornalista e a empresária no centro de escândalos envolvendo o premiê britânico Boris Johnson

30 setembro 2019

Principais notícias

Mercado foi 'excessivamente otimista' com capacidade de entrega do governo, diz economista

Para Zeina Latif, economista-chefe da XP Investimentos até janeiro deste ano, não havia sinalização de que o governo teria 'grande ímpeto reformista' passada a Previdência. Polêmica recente envolvendo Planalto e Legislativo reforça, em sua visão, a falta de comprometimento com as reformas.

🕒 Há 7 horas

O que se sabe sobre o segundo paciente diagnosticado com o novo coronavírus no Brasil

🕒 29 fevereiro 2020

25 perguntas e respostas para entender tudo que importa sobre o novo coronavírus

🕒 28 fevereiro 2020

PUBLICIDADE

Destaques e Análi



'Eu odiava meu padrasto homofóbico — até o dia em que ele saiu do armário'



O que explica o 'ódio irracional' aos veganos



O inseto que pode substituir cães farejadores na detecção de explosivos



Os sinais que indicam nova alta da dengue no Brasil em 2020



A jornada global da bicicleta



Conflito no Afeganistão: EUA e Taliban assinam acordo para encerrar guerra de 18 anos



Além do medo, Itália enfrenta uso político do coronavírus



Coronavírus: 'Descobri pela TV que eu estava infectada'



Falácia do jogador: os pequenos erros matemáticos que podem levar à ruína

Mais lidas

- [Coronavírus: 5 coisas que você precisa saber](#) **1**

- [O que explica o 'ódio irracional' aos veganos](#) **2**

- [Coronavírus: quais os sintomas e os riscos da doença covid-19](#) **3**

- [Os bastidores e resultados da corrida de cientistas brasileiros para sequenciar coronavírus em tempo recorde](#) **4**

-
- A surpreendente descoberta de 'minilua' que orbita a Terra há 3 anos **5**
-
- Coronavírus: 25 perguntas e respostas para entender tudo que importa sobre a doença **6**
-
- As mortes consecutivas de 5 atrizes pornô que lançam alerta sobre indústria de filmes adultos **7**
- Atualizado pela última vez: 27 de Março de 2018
-
- O que acontece agora que Brasil tem 1º caso confirmado de coronavírus **8**
-
- Coronavírus: a corrida para encontrar animal que foi origem do surto **9**
-
- Mercado foi 'excessivamente otimista' com capacidade de entrega do governo, diz economista **10**

PUBLICIDADE

Navegação na BBC

[News](#)[Weather](#)[Arts](#)[Sport](#)[Radio](#)[Termos de uso](#)[Privacidade](#)[Accessibility Help](#)[Sobre a BBC](#)[Cookies](#)[Parental Guidance](#)

Contate a BBC

Get Personalised Newsletters

Anuncie na BBC

Opções para propagandas

Copyright © 2020 BBC. A BBC não se responsabiliza pelo conteúdo de outros sites. **Leia mais sobre nossa política para links externos.**

SOCIÉTÉ · MOUVEMENT DES "GILETS JAUNES"

« Je suis venu parce que rien n'a changé » : 28 000 manifestants pour l'anniversaire des « gilets jaunes »

La journée a été marquée par des dégradations à Paris et dans certaines grandes villes. Christophe Castaner a dénoncé dimanche l'action de « brutes venues pour se battre ».

Par Aline Leclerc, Pierre Bouvier et Cécile Bouanchaud · Publié le 16 novembre 2019 à 11h37 - Mis à jour le 18 novembre 2019 à 07h42



Un « gilet jaune », le 16 novembre à Nantes. LOIC VENANCE / AFP

Des violences à Paris et un retour sur les ronds-points de France : le premier anniversaire des « gilets jaunes », qui ambitionnaient de donner un second souffle à leur mouvement de contestation sociale inédit lancé il y a un an, a été marqué, samedi 16 novembre, par le retour du chaos à certains endroits de la capitale.

Pour cet « acte LIH » (53), les « gilets jaunes » – qui avaient rassemblé 282 000 manifestants lors du samedi inaugural, le 17 novembre 2018 –, cherchaient à faire renaître la « *révolte des ronds-points* » qui avait ébranlé le mandat d'Emmanuel Macron mais ne rassemblait plus que quelques milliers de personnes ces derniers mois.

Plusieurs milliers de personnes étaient attendues dans la capitale, où les autorités redoutaient l'intervention de « 200 à 300 *“ultrajaunes”* et de 100 à 200 *“militants d’ultra-gauche”* ». Epicentre de plusieurs samedis violents, les Champs-Élysées, interdits à toute manifestation, ont été épargnés.

Le ministère de l'intérieur a recensé 28 000 manifestants en France, dont 4 700 à Paris. Le mouvement a, de son côté, estimé la participation à 39 530 personnes dans l'Hexagone, selon le décompte du « Nombre jaune ». De son côté, à 20 heures, la Préfecture de police de Paris faisait état de 147 personnes interpellées. Le parquet de Paris a annoncé 129 gardes à vue. Retour sur une journée d'actions dans toute la France.

● A Paris, la préfecture annule une manifestation déclarée

Une voiture incendiée par les manifestants, le 16 novembre sur la place d'Italie à Paris.
PHILIPPE LOPEZ / AFP

Voitures retournées, jets de pavés et feux de poubelles : la situation s'est dégradée dès la fin de la matinée place d'Italie, où environ 3 000 personnes étaient rassemblées, selon notre journaliste sur place. Du matériel de chantier a été saisi par des manifestants et du mobilier urbain abîmé, entraînant une intervention des forces de l'ordre à grand renfort de lacrymogènes.

Le centre commercial Italie 2 a fermé ses portes dès les premières violences. Vers 13 heures, ses portes d'entrée et les vitrines d'une résidence hôtelière voisine ont été attaquées à coups de pavés par plusieurs dizaines de personnes encagoulées et vêtues de noir. Régulièrement, des petits groupes revenaient à la charge et étaient provisoirement repoussés ou dispersés par les forces de l'ordre qui utilisaient aussi un canon à eau. Les pompiers sont intervenus à plusieurs reprises pour éteindre des feux de palettes ou de poubelles et d'un engin de chantier sur le rond-point central.



Pierre Bouvier
@pibzedog



Il est 16 h 09, la manif est coincée entre la rue Bobillot et Place d'Italie. Il reste quelques dizaines de manifestants. Des détonations encore, mais plus loin dans le 13e arrondissement.
[#gj](#) [#acte53](#)



♡ 4 12:12 - 16 nov. 2019



[Voir les autres Tweets de Pierre Bouvier](#)



« La tournure des événements m'a conduit à interdire cette manifestation » et à la « fixer » sur la place, a expliqué Didier Lallement, préfet de police de Paris, lors d'une conférence de presse dans l'après-midi, faisant état de « destructions scandaleuses » et d'un « certain nombre de policiers blessés ». Il a encouragé les personnes pacifiques à emprunter le « couloir de sortie » sur une des avenues qui mène à la place et a assuré que « nos réponses seront fermes vis-à-vis des casseurs » : « Ils ne partiront pas en toute impunité. » « Les images sont spectaculaires, mais le reste de la capitale vit normalement », a-t-il ajouté.

Le ministre de l'intérieur, Christophe Castaner, a dénoncé ces violences dimanche 17 novembre lors d'un entretien à Cnews, Europe 1 et *Les Echos*. Le ministre a fait une distinction entre un « mouvement

d'origine » avec des demandes « légitimes » d'un côté, et des « voyous » de l'autre. Selon lui, ce qu'on a vu à Paris samedi, « c'est peu de manifestants mais des voyous, des brutes qui étaient venus pour se battre, en découdre avec les forces de l'ordre, empêcher les pompiers d'agir et de préserver quelquefois des vies ».

- **Un cortège tendu porte de Champerret**

La porte de Champerret sous les gaz, le 16 novembre à Paris. MARTIN BUREAU / AFP

La tension est montée dès le matin porte de Champerret, où rendez-vous était donné pour une autre manifestation déclarée. Plusieurs dizaines de « gilets jaunes » ont réussi à descendre sur le périphérique, entravant la circulation quelques instants avant l'intervention des forces de l'ordre.

Les tensions se reportaient aux abords du métro, avec les policiers ayant recours à un usage massif de gaz lacrymogènes et de grenades. Plusieurs charges dispersaient les manifestants dans le quartier, avant qu'ils se retrouvent dans un cortège sur un itinéraire autorisé sur le boulevard.



Aline Leclerc
@aline_leclerc



Aux premières tensions, les forces de l'ordre lancent plusieurs lacrymogènes.

♥ 2 09:18 - 16 nov. 2019



[Voir les autres Tweets de Aline Leclerc](#)



On croisait une grande majorité de quadras, quinquas et sexagénaires, pacifiques, pour beaucoup venus de province pour cet anniversaire. Et des grappes d'hommes plus jeunes, en noir ou pas, très excités, faisant tomber des barrières de chantier, essayant d'incendier des poubelles, provoquant à chaque fois des tirs massifs de lacrymogènes.

Les pacifiques n'étaient pas tous pacifistes : plusieurs, sans prendre part aux tensions, les appelaient de leurs vœux. Des propos évoquant la violence comme un mal nécessaire entendus à de nombreuses reprises cette année, après que les violences de décembre 2018 ont seules paru à même de faire plier le gouvernement. « *La manif déclarée d'un point A à un point B, ça ne sert à rien. Y a que quand ça chauffe que le gouvernement bouge* », confiait ainsi Louise, 35 ans professeur des écoles dans le Val-d'Oise, qui estime que les « gilets jaunes » n'ont « *pas été entendus sur le cœur de [leurs] revendications qui est la justice fiscale* ».

Plusieurs manifestants évoquaient aussi le contexte international et les révoltes qui ont vu le jour dans le monde entier depuis un an. « *La colère devient mondiale, partout sur la planète, l'ouvrier devient esclave* », lance Hervé, adjudant-chef à la retraite venu de la Nièvre. Acquiesçant, un homme à ses côtés hurle : « *Il faut mettre fin au capitalisme !* »

La tension gagnait peu à peu en intensité, les commerçants de l'avenue de Clichy puis du boulevard Magenta regardant cette foule de plusieurs milliers de personnes avec inquiétude, aucun n'ayant fermé boutique. Le pic de tension a été atteint lorsque boulevard Beaumarchais, deux membres des CRS (compagnie républicaine de sécurité) ont été obligés de se réfugier dans une laverie, sous les jets de projectiles de manifestants et les invectives de la foule. Une charge massive de leurs collègues a permis de les en libérer et un homme a été interpellé pour cette attaque, selon Christophe Castaner.

La manifestation a trouvé son but place de la Bastille, où protestataires et forces de l'ordre s'observaient sans savoir l'issue.

La police utilise des canons à eau contre les manifestants, le 16 novembre à Paris.
MICHEL EULER / AP

● Un rassemblement pacifique à Montmartre

Un autre cortège déclaré, soutenu par l'intermittente Sophie Tissier et le collectif des Policiers en colère, devait, lui, partir de Montmartre vers 13 heures pour rallier Bastille. Au total, 35 délégations de « gilets jaunes » étaient attendues pour remplir ce cortège pacifique. Mais celui-ci n'a pas rassemblé suffisamment de participants.

Parmi eux, Daniel, retraité de 62 ans, mobilisé depuis le 11 novembre 2018 sur les ronds-points vendéens : « *Nous, on n'est pas là pour casser, ça ne sert à rien. Ça fait plus d'un an que je me mobilise. J'aimerais ne pas être là aujourd'hui, mais si je suis venu, c'est parce que rien n'a changé* », dit cet ancien employé dans le logement social, qui sera de retour dimanche sur « [s]on rond-point », où il organise encore des barbecues tous les mercredis. « *La situation est même pire, on le voit avec tous les corps de métier qui descendent dans la rue, comme les personnels soignants* », poursuit Sybille, 33 ans, venue de Meurthe-et-Moselle pour participer à sa première manifestation parisienne. « *On ne lâche rien tant que Macron ne fera rien* », insiste cette employée dans l'hôtellerie.



Cécile Bouanchaud

@CBouanchaud



Pour la première année de mobilisation des gilets jaunes, la manifestation officielle devait partir à 10h du Sacré Cœur direction Bastille. Il est 11h, au son de « On lâche rien », les

manifestants attendent que « plus de monde arrive » pour partir.

#Acte53



♡ 6 06:57 - 16 nov. 2019



[Voir les autres Tweets de Cécile Bouanchaud](#)



III Lire aussi | [De l'éveil à la politique au passage en prison, Cyrille et Matthias racontent comment une année de « gilets jaunes » les a transformés](#)

● La Flèche d'or investie en « maison du peuple »

Pour marquer ces un an, les « gilets jaunes » avaient annoncé leur volonté d'innover dans les modes d'actions. En fin de journée, plusieurs centaines de personnes ont investi l'ancienne salle de concert La Flèche d'or, dans le 20^e arrondissement de Paris, fermée depuis trois ans. Une occupation illégale préparée par une vingtaine de collectifs d'horizons divers : des « gilets jaunes » d'Ile-de-France, des militants d'Extinction rebellion (XR), d'autres de défense des sans-papiers, de mal-logés ou encore des membres du Comité de lutte et d'action queer (CLAQ), entre autres. Ils ont aussitôt rebaptisé le lieu « maison des peuples », dans l'esprit de celles que d'autres « gilets jaunes » ont ouvertes temporairement ailleurs en France cette année, notamment à Saint-Nazaire, avant d'être expulsées.



Aline Leclerc

@aline_leclerc



Des #giletsjaunes et d'autres mouvement comme @xrFrance occupent ce soir l'ancienne salle de concert La Flèche d'or dans le XXe arrondissement de Paris. Objectif : en faire une « maison des peuples » pour oeuvrer au « croisement des luttes » au moins jusqu'à la grève du 5/12





♡ 16 13:53 - 16 nov. 2019



💬 19 personnes parlent à ce sujet



« L'idée, c'est d'avoir un lieu de croisement des luttes, explique Sacha, « gilet jaune » de La Plaine Saint-Denis (Seine-Saint-Denis). Un outil pour réfléchir, parler, élaborer ensemble. » Elle se veut aussi un lieu pour « préparer la mobilisation du 5 décembre », a expliqué au micro Valérie, de XR. « C'est une façon de continuer le mouvement jusqu'à cette journée de grève et se donner la possibilité d'une suite », a ajouté Camille, du CLAQ. Les manifestants ont été invités à l'occuper jour et nuit.

● Bref rassemblement au Forum des Halles

Au Forum des Halles, à Paris, quelque 200 personnes se sont rassemblées en début de soirée en scandant des slogans anticapitalistes : « Travail, consomme et ferme ta gueule ». Quelques vitres ont été brisées. Mais les manifestants ont été rapidement dispersés par une charge des forces de l'ordre.



Pierre Bouvier

@pibzedog



Il est 18 h 18, au Forum des Halles. Quelques dizaines de manifestants scandent « travaille, consomme et ferme ta gueule ». Quelques glaces fracassées. Aux abords, plusieurs fourgons de police. #gj #acte53



♡ 3 14:21 - 16 nov. 2019



👤 Voir les autres Tweets de Pierre Bouvier



Devant une entrée de la Préfecture de police, une voiture siglée police a été retournée sur le toit au milieu de la chaussée, et une autre des douanes a eu le pare-brise détruit. Il n'y a pas eu de blessé selon la Préfecture de police.

- **Des rassemblements à Toulouse, Bordeaux, Lyon, Nantes ou Marseille**

Manifestation à Nantes, le 16 novembre. LOIC VENANCE / AFP

A Nantes, près d'un millier de manifestants, selon la préfecture, ont défilé dans le centre historique dénonçant « la fracture sociale ». Une fanfare a joué l'air de « Joyeux anniversaire » quand le cortège s'est élancé, mais l'ambiance s'est rapidement dégradée quand des heurts ont éclaté avec les forces de l'ordre. Le centre a été envahi par les gaz lacrymogènes. Une barricade de panneaux de chantier a été érigée près du château. « Moins de chaînes, plus de chênes », pouvait-on lire, tagué, sur les murs de la préfecture ou encore « Plutôt vandales que vendus ».

Serge, 58 ans, « gilet jaune » de la première heure, est venu d'Ancenis. Il dit avoir « de l'espoir » dans les municipales. « On veut mettre la pression sur les futurs élus ; on peut faire bouger les choses localement », a-t-il déclaré. « Je suis là parce que je ne veux pas que ma fille s'immole devant un Crous ou qu'elle soit de la chair à travailler, a confié de son côté Vanessa, 47 ans. Si le mouvement disparaît, j'ai peur que la société se déshumanise. Ce sera la fin du service public et le règne de l'argent roi. »

L'ambiance s'est également peu à peu tendue à Marseille, où un millier de manifestants sont venus de l'ensemble du département des Bouches-du-Rhône. Partis du Vieux-Port le long de la corniche, les manifestants ont ensuite tenté de forcer un barrage des forces de l'ordre pour rentrer au cœur de la ville. C'est alors qu'ils ont rencontré la résistance des policiers et gendarmes qui ont réagi avec des grenades lacrymogènes pour disperser la foule. Le cortège s'est ensuite scindé en plusieurs groupes.

Des sprays au poivre sont utilisés contre des « gilets jaunes » qui tentent de forcer un barrage de police, le 16 novembre à Marseille. DANIEL COLE / AP

A Montpellier, la permanence du député La République en marche Patrick Vignal a été la cible de manifestants, avec une vitre cassée et plusieurs inscriptions anarchistes taguées sur le bâtiment, a constaté l'Agence France-Presse (AFP) sur place. A Lyon, un millier de manifestants s'étaient rassemblés en plein cœur de la ville dans une ambiance qui s'est là aussi rapidement tendue avec des tirs de lacrymogène, a constaté un journaliste de l'AFP.

Quelques heurts sporadiques, avec échanges de gaz lacrymogènes et jets de projectiles, ont marqué le premier anniversaire du mouvement à Bordeaux où ils étaient 1 800 « gilets jaunes » à défilé, selon la préfecture. Cette dernière fait état de « très peu de dégradations », un Abribus détérioré et quelques tags. Huit personnes ont été interpellées, deux pour outrages et six pour jets de projectile.

 Lire aussi | [L'onde de choc sociale des « gilets jaunes », un an après](#)

Soutiens aux « gilets jaunes » ou dénonciation des casseurs, les politiques divisés sur l'« acte 53 »

Le premier anniversaire des « gilets jaunes », qui ambitionnaient de donner un second souffle au mouvement de contestation sociale, samedi 16 novembre, a été entaché par des tensions, notamment dans certains quartiers de Paris. A l'issue d'une journée de mobilisation dans plusieurs villes de France et sur les ronds-points, la classe politique s'est montrée divisée entre soutien aux manifestants et dénonciation des casseurs.

Au sein de La France insoumise (LFI), c'est l'appui aux « gilets jaunes » qui a primé. Le député Eric Coquerel estimant ainsi sur Twitter que la préfecture de police de Paris « *avait plus pour objectif d'empêcher la marche (...) que de garantir le droit de manifester* ». Pour le premier secrétaire du Parti socialiste (PS), Olivier Faure, « *la colère et le désespoir sont toujours là, et la violence inacceptable s'accroît dangereusement* ». « *Il n'y a pas d'ordre sans justice* », a-t-il rappelé.

Le porte-parole du Rassemblement national, Sébastien Chenu, a pour sa part fustigé sur BFMTV la politique du gouvernement : « *Emmanuel Macron est passé complètement à côté de ce que demandent les «gilets jaunes». Il a eu une réponse superficielle et uniquement comptable.* »

« On est très loin des revendications »

A droite, chez Les Républicains (LR), l'heure était plus à la dénonciation des violences qui se sont déroulées dans la capitale, place d'Italie dans le 13^e arrondissement. « *S'attaquer aux forces de l'ordre et aux pompiers, vandaliser des monuments commémoratifs, détruire et voler... Comment sommes-nous tombés si bas que cela puisse arriver en plein Paris ?* », a ainsi estimé le député européen François-Xavier Bellamy. A l'instar de plusieurs élus de sa formation, il a appelé la justice à être « *implacable* ».

Benjamin Griveaux, candidat La République en marche (LRM) à la mairie de Paris a, lui aussi, dénoncé le « *saccage* » de la place d'Italie, tandis que Jérôme Coumet, le maire divers gauche du 13^e arrondissement, s'est dit « *effondré* » d'avoir assisté « *à des violences tout l'après-midi* » : « *Je trouve qu'on est très loin des revendications et beaucoup plus près d'actions violentes que je juge gratuites.* »

Aline Leclerc, Pierre Bouvier et Cécile Bouancho

[BURACOS NEGROS >](#)

Imagem de buraco negro prova (mais uma vez) que Einstein estava certo

Cientistas divulgaram hoje primeira foto destes corpos densos, captada por rede global de satélites. Com a foto, estudiosos descobriram que equações da gravidade se sustentam até sob condições extremas

**BRUNO MARTÍN** 🐦

Madri - 11 APR 2019 - 03:22BRT



Primeira imagem de um buraco negro, captada pelo Telescópio Horizonte de Eventos

A primeira imagem de um [buraco negro](#) foi divulgada nesta quarta-feira por uma equipe internacional de mais de 200 cientistas. O buraco negro em questão está no centro da galáxia M87, a uma distância de 55 milhões de anos-luz. Até agora, a existência destes corpos extremamente densos era conhecida apenas por métodos indiretos, mas um deles nunca havia sido observado.

MAIS INFORMAÇÕES



Achado o cadáver de um planeta como a Terra



Sistema Solar pode voltar a ter nove planetas

Ciência confirma a teoria das ondas gravitacionais de Einstein

Os buracos negros são corpos [astronômicos](#) tão grandes que geram um campo gravitacional do qual nenhuma partícula escapa, nem mesmo a luz. Os pesquisadores criaram a imagem histórica unificando dados registrados por uma rede de oito radiotelescópios espalhados pelo mundo. Juntos, eles agem como uma única antena parabólica do tamanho da Terra, chamada de Event Horizon Telescope (EHT) – Telescópio Horizonte de Eventos.

O consórcio EHT apresentou hoje os seus resultados pioneiros em várias coletivas de imprensa simultâneas em todo o mundo. Na Espanha, o anúncio foi coordenado pelo Conselho Superior de Pesquisas Científicas (CSIC), a partir de Madri. O comissário europeu para a Pesquisa, Ciência e Inovação, Carlos Moedas, disse em Bruxelas que "a história da ciência será dividida entre o tempo antes de imagem e o tempo depois da imagem", e destacou que a colaboração internacional dos cientistas "dá uma lição aos políticos".

Há um século, [Albert Einstein](#) calculou que a força da gravidade poderia distorcer o espaço-tempo. Suas equações previram que um corpo de densidade muito alta poderia se esconder atrás de um horizonte de eventos, o limite a partir do qual a atração do buraco negro é inescapável. Esse horizonte é o que é visto na imagem recém-publicada. O marco aparece em uma série de seis artigos científicos publicados nesta quarta-feira em uma [edição especial da revista *Astrophysical Journal Letters*](#).

Durante cinco dias completos, os oito radiotelescópios da rede, que incluem o Telescópio de 30 metros de Pico Veleta, em Serra Nevada (Espanha), se sincronizaram com relógios atômicos para observar o centro da galáxia

Embora o [buraco negro](#), por definição, não possa ser visto, o gás que cai nele é aquecido a milhões de graus e brilha. Contra essa iluminação de fundo há uma silhueta escura que é a

sombra do buraco negro. Tudo isso aparece bastante desfocado porque o tamanho da imagem excede a resolução máxima do EHT.

O anel luminoso que envolve o horizonte de eventos é assimétrico porque o buraco negro está em rotação. Na região inferior, a luz se move em direção ao observador e aparece mais brilhante, enquanto na parte superior a luz se afasta e aparece mais tênue. Isso permitiu determinar que o buraco negro gira no sentido horário.

As [equações de relatividade](#) geral formuladas por Einstein também previram que um horizonte de eventos deveria ter uma forma circular e tamanho proporcional à massa do buraco negro, de modo que esta imagem põe novamente à prova a célebre teoria. A relatividade geral explica o comportamento de objetos massivos, mas é incompatível com a mecânica quântica, que governa o mundo das partículas subatômicas.

Com esta imagem, os cientistas descobriram que as equações da gravidade se sustentam até mesmo sob as condições extremas ao redor do buraco negro, e Einstein voltou a sair incólume. "Nós medimos que [o horizonte de eventos] é extremamente circular. Ele se encaixa muito bem com as previsões da relatividade de Einstein", disse José Luis Gómez, pesquisador do Instituto de Astrofísica da Andaluzia (IAA), na coletiva de imprensa.

Um telescópio do tamanho da Terra

O buraco negro no coração da M87 fica a 55 milhões de anos-luz da Terra e é 6,5 bilhões de vezes mais massivo que o Sol. Observá-lo da Terra é comparável a ver da Lua uma bola de tênis na superfície de nosso planeta, disse Iván Martí-Vidal, pesquisador do Instituto Geográfico Nacional, na Espanha. Devido a um fenômeno físico chamado difração, há um limite para o tamanho de objetos distantes que podem ser vistos: quanto menores ou mais distantes, maior o telescópio necessário.

Neste caso, os cientistas escolheram detectar a luz que envolve o horizonte de eventos no comprimento de onda de aproximadamente um milímetro. Nesta faixa do espectro eletromagnético – entre infravermelho e micro-ondas – a luz pode contornar os obstáculos de gás e poeira do centro da galáxia M87 para o [Sistema Solar na Via Láctea](#).

Mas, para observar o buraco negro naquele comprimento de onda seria necessário um radiotelescópio do tamanho da Terra. É por isso que foi criada a rede de telescópios do EHT, que unifica os dados provenientes de antenas nos EUA, México, Chile, Espanha e Antártica, por meio de um processo chamado de interferometria. Quanto mais observatórios são

adicionados, e quanto mais distanciados eles estão um do outro, melhor a resolução que pode ser obtida do buraco negro na sincronização de suas observações.

Dois anos para revelar a 'fotografia'

O EHT coletou em abril de 2017 os dados que permitiram construir a nova imagem. Durante cinco dias completos, os oito radiotelescópios da rede, incluindo o Telescópio de 30 metros do Pico Veleta, em Serra Nevada (Granada), se sincronizaram com relógios atômicos para observar o centro da galáxia.

A enorme quantidade de dados coletados por cada observatório foi enviada em discos rígidos para uma central nos Estados Unidos. Eram quatro milhões de gigabytes no total. Um supercomputador combinou todas as observações, espaçando a reprodução dos diferentes telescópios para levar em conta a diferença de tempo entre a chegada das ondas eletromagnéticas a cada uma. Em seguida, astrônomos e engenheiros de computação analisaram os dados por dois anos.

Como os telescópios estão espalhados pelo mundo, mas não cobrem toda a superfície da Terra -- o que um telescópio gigante realmente faria --, um programa de inteligência artificial extrapolou os dados que faltavam para gerar a imagem mais provável de ser fiel à realidade. Não é uma fotografia autêntica, mas o que mais se aproxima.

Gómez ressalta ainda que o EHT de fato tirou quatro imagens reais consecutivas, nos dias 5, 6, 10 e 11 de abril de 2017, todas "analisadas com independência e com o mesmo rigor". As quatro imagens coincidem. Portanto, não há dúvida de que o buraco negro na M87 tem a forma mostrada.

Esperava-se que na coletiva de imprensa fosse apresentada a imagem de outro buraco negro: Sagitário A*, o corpo massivo no centro da nossa própria galáxia, a Via Láctea. Sagitário A* fica a 26.000 anos-luz de distância da Terra e, apesar de ter a massa de quatro milhões de sóis, estima-se que meça apenas 24 milhões de quilômetros de diâmetro – 17 vezes mais que o Sol.

Antxon Alberdi, diretor do Instituto de Astrofísica da Andaluzia, esclareceu que esta imagem não está pronta em razão de dificuldades técnicas, mas "será tomada". "A sensibilidade do EHT melhorará quando preencheremos a superfície do telescópio equivalente. Isso acontecerá com a adição de novos telescópios", diz Alberdi.



ARQUIVADO EM:

Buracos Negros · CSIC · Organismos Públicos InvestigaçãO · Política Científica · Universo · InvestigaçãO Científica · Astronomia · Ciência

MAIS INFORMAÇÕES

METEORITOS

Uma explosão 10 vezes maior que a de Hiroshima sobre o mar de Bering

PRÊMIOS

Físico brasileiro Marcelo Gleiser recebe Prêmio Templeton por diálogo entre ciência e espiritualidade

CONTENIDO PATROCINADO

Se a sua mãe agoniza com artrite, faça isso 2x ao dia

BLOG NOTÍCIA AGORA

Pessoas estão protegendo suas casas em Florianópolis com isso.

ALARME VERISURE - Nº 1 DO BRASIL


[Fotos] Soldado encontrado na selva do Vietnã depois de 40 anos, veja como ele está agora

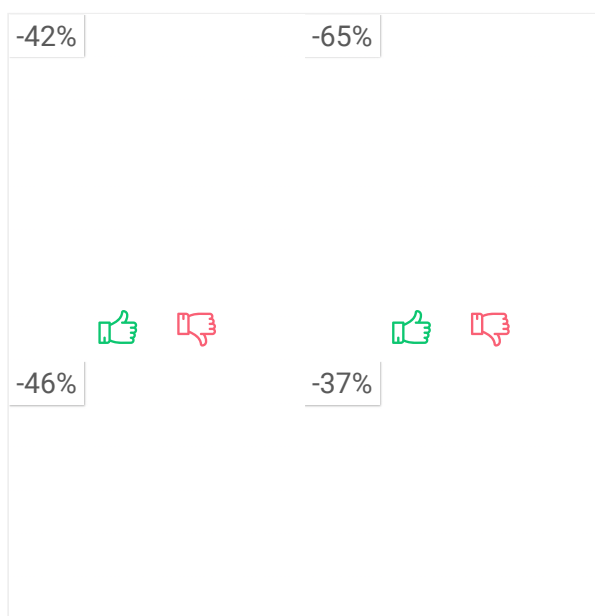
DESAFIO MUNDIAL

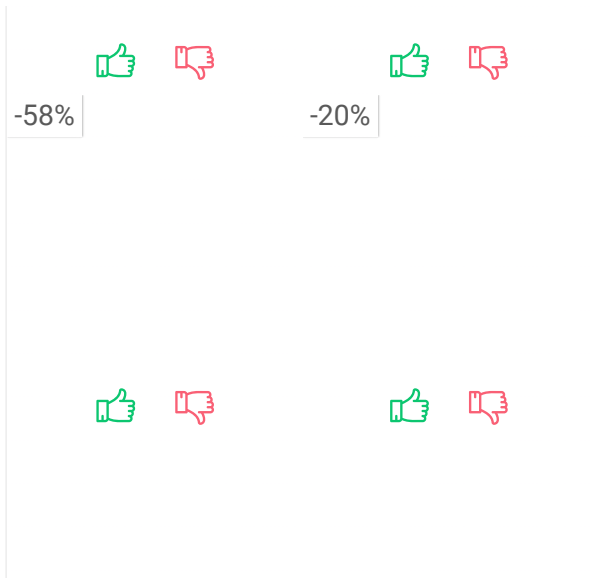
Y ADEMÁS...

La insólita escena de 'Informativos Telecinco' a causa del Coronavirus

AS.COM

recomendado por 

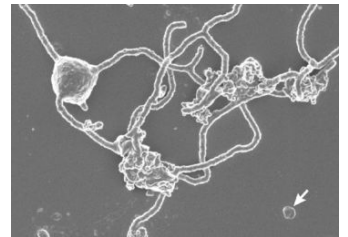




NEWSLETTERS
Receba o boletim diário do EL PAÍS Brasil

PODE TE INTERESSAR

Encontrado o organismo que explica a origem de toda a vida complexa da Terra



Cerveja para salvar os rios e os mares

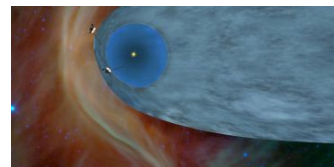


“Existe vida lá fora? Provavelmente. A questão é se nós a reconheceremos ”



Como a nave espacial mais veterana cruzou a fronteira solar



**O MAIS VISTO EM ...**

Top 50 >

EL PAÍS

Ciência

Por que comer pouco prolonga a vida

China revela do que é feito o lado oculto da Lua

Passar fome atrasa o envelhecimento, e agora sabemos por quê

Governo encurta prazo para aprovar agrotóxicos e provoca desconfiança até no setor agrícola

Seis comportamentos que fazem as pessoas se afastarem de nós

“Estaremos melhores se reduzirmos o consumo de calorias a 60%”

Michel Mayor: “Não há lugar para Deus no universo”

“Quem quer viver para sempre não sabe como é ter 75 anos”

Estas são as 36 perguntas que farão você se apaixonar por qualquer um

Mudança de sexo em ratos para compreender por que as mulheres vivem mais

© EDICIONES EL PAÍS S.L.

[Contato](#) [Venda de conteúdos](#) [Publicidade](#)

[Aviso legal](#) [Política cookies](#) [Mapa](#)

[EL PAÍS en KIOSKOyMÁS](#) [Índice](#) [RSS](#)